

PENSANDO O RIO

Coleção Pensa Rio

— |

| —

— |

| —

Roberto Kant de Lima, Marco Antonio da Silva Mello
e Leticia de Luna Freire
(organizadores)

PENSANDO O RIO:
Políticas públicas, conflitos
urbanos e modos de habitar

Niterói
Intertexto
2015

© 2015 by
(organizadoras)

Direitos desta edição reservados à Intertexto Editora.
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem
autorização expressa da Editora.

Coordenação editorial: Eliana da Silva e Souza

Projeto gráfico e editoração: Sergio Daltro

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

FICHA CATALOGRAFICA



Intertexto Editora e Consultoria
E-mail: intertextoeditora@terra.com.br
Tel/Fax: (0xx21) 2613-3732
Site: www.intertextoeditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Políticas públicas e o retorno das remoções de favelas por ocasião das chuvas de abril de 2010 no Rio de Janeiro

Rafael Soares Gonçalves

Favela-Bairro e Morar Carioca: reflexões sobre o que muda e o que permanece na política de urbanização das favelas da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos últimos vinte anos

Gerônimo Leitão

Jonas Delecave

Os “Condomínios Populares” da Avenida Brasil: uma nova resposta às antigas questões sobre a habitação informal no Rio de Janeiro

Maíra Machado-Martins

“Diga-me onde moras e te direi quem és”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta – Rio de Janeiro

Wellington da Silva Conceição

Botafogo e Aligre: sotaques da gentrificação

Pedro Paulo Thiago de Mello

A oficina do bem comum: usos e significados da categoria ‘comunidade’ nas arenas públicas cariocas

Soraya Silveira Simões

A eficiência energética na favela Santa Marta: usos e conflitos no espaço urbano

Pricila Loretti e Neiva Vieira da Cunha.

Associativismo, turismo e reforma urbana no “pós-UPP”: o caso do Santa Marta

Gabriel Ferreira Barbosa

“Contornando os problemas”: mediação e prevenção de conflitos a partir da observação das Agentes do PAC Social do bairro do Salgueiro, em São Gonçalo-RJ

Robson Campaneruti da Silva

Casa Nova, Vida Nova: consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do Preventório, no município de Niterói

Shirley Alves Torquato

Morar em favela: um estudo de caso nos limites do PAC e da UPP em Manguinhos

Mônica Dias de Souza

Apêndice:

Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi

Arno Vogel; Marco Antonio da Silva Mello

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne onze artigos relacionados a pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas da capital (Zonas Sul e Norte) e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Niterói e São Gonçalo). Apesar da diversidade de campos empíricos e de perspectivas de análise, todos, de algum modo, abordam a relação entre políticas públicas, conflitos urbanos e os distintos modos de habitar a cidade, seja através de antigas práticas como a remoção de favelas e a realocação dos moradores em conjuntos habitacionais, seja através das mais recentes formas de intervenção do poder público nesses espaços, como a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), seja, ainda, através do enobrecimento de determinados bairros como efeito da política urbana mercantilista mais ampla em curso no Rio de Janeiro.

Além desses artigos inéditos, o livro apresenta, como apêndice, a reprodução do artigo “Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi”, de autoria dos antropólogos Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello. Publicado originalmente em 1983 em um periódico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), o artigo ancora-se na já clássica etnografia desenvolvida pelos autores acerca do processo de renovação urbana no tradicional bairro do Catumbi no final dos anos 1970, sintetizando boa parte das questões analíticas e metodológicas que orientam os demais trabalhos.

Os autores que compõem esta coletânea são pesquisadores de diferentes áreas disciplinares (história, arquitetura, urbanismo e antropologia) e distintos níveis de formação (mestres, doutorandos, pós-doutorandos e professores), vinculados ao Instituto Nacional de

Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF), sediado no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC/PROPPi/UFF) da Universidade Federal Fluminense, e, em sua maioria, também associados ao Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Compondo a Coleção Pensando o Rio, este livro é produto do projeto “As cidades, seus problemas e seus públicos: mobilizações coletivas, territorialidades e políticas públicas de administração institucional de conflitos”, desenvolvido, entre 2010 e 2014, na Universidade Federal Fluminense, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) através do Edital PensaRio.

Este projeto, coordenado pelo professor Roberto Kant de Lima – também coordenador do INCT-InEAC/UFF – integrava, além de pesquisadores do InEAC/UFF, o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUPEF/UFF), o Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), o Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ), da Faculdade de Direito da UFF, o Núcleo de Estudo da Exclusão e da Violência da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (NEEV/UENF), o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, entre outros núcleos e instituições parceiras.

Combinando abordagens sobre diferentes universos empíricos, nas regiões norte, sul e metropolitana do Rio de Janeiro, o projeto visava indagar a respeito dos conteúdos e significados das práticas, percepções e representações sobre discriminação, segregação e violência, subjacentes às políticas públicas de caráter intervencionista empreendidas no Estado. Através da realização de pesquisas de caráter etnográfico, buscava-se elaborar ferramentas analíticas que possibilitassem interpretar as formas como tais práticas, percepções e representações engendram a apresentação de demandas nas arenas públicas e sua consideração nas agendas políticas do Estado, por distintos segmentos

sociais, sejam oriundos da sociedade civil, sejam das agências responsáveis pela promoção da justiça e da segurança pública.

Os livros desta coleção reúnem, portanto, alguns dos trabalhos desenvolvidos por estes pesquisadores, estando divididos em três grandes conjuntos de problemáticas que estruturavam originalmente o projeto: 1) habitação e urbanização, 2) meio ambiente, minorias e intolerâncias correlatas e 3) violência, segurança pública e administração judicial de conflitos. Esperamos, com esta primeira coletânea, expor um pouco do que vem sendo produzido por esta grande equipe, na esperança de motivar no leitor o interesse por um diálogo profícuo e de que este interesse se perpetue na leitura dos dois volumes que se seguem.

Prof. Roberto Kant de Lima

Prof. Marco Antônio da Silva Mello

Prof^a. Leticia de Luna Freire

— |

| —

— |

| —

POLÍTICAS PÚBLICAS E O RETORNO DAS REMOÇÕES DE FAVELAS POR OCASIÃO DAS CHUVAS DE ABRIL DE 2010 NO RIO DE JANEIRO

Rafael Soares Gonçalves*

I INTRODUÇÃO

As favelas do Rio de Janeiro sempre foram associadas ao risco que podiam causar à cidade: desde o risco epidêmico ao social e político. Essas distintas noções do risco justificaram as variadas intervenções públicas nesses espaços, tanto para urbanizá-las quanto para contê-las, regularizá-las, “pacificá-las” ou erradicá-las. O uso indiscriminado da noção de risco ambiental nos últimos anos vem reforçando as representações negativas das favelas e legitimando o retorno de medidas voltadas para a sua erradicação. Trata-se, assim, como sustenta Thévenot e Lafaye (1993), de uma nova forma de justificação a partir do discurso ecológico.

O discurso de proteção do meio ambiente como um bem comum no Rio de Janeiro contribuiu ao atual projeto elitista e excludente da cidade “olímpica”. Essa dinâmica ficou ainda mais notória depois das chuvas que devastaram a cidade na noite do dia 5 de abril de 2010. Os moradores das favelas tornaram-se, uma vez mais, os grandes

* Advogado e historiador, doutor em História pela Université de Paris VII, pós-doutor pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) desde 2012, Pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF.

culpados da assim chamada degradação ambiental da cidade e muitas favelas foram condenadas a desaparecer.

Este texto se inscreve num projeto de pesquisa mais amplo, que visa analisar a influência dos desastres ambientais ao longo das últimas décadas na construção das políticas públicas e dos conhecimentos técnicos de intervenção em favelas¹. A nossa hipótese central repousa sobre a ideia de que os desastres, em diferentes ocasiões, mobilizam discursos e recursos, que impuseram importantes mudanças no modo de agir dos poderes públicos nas favelas, tanto em termos de formulação de políticas públicas, como na definição de novas técnicas de intervenção nesses espaços.

O presente texto, no entanto, se concentrará, mais especificamente, no impacto das chuvas de 2010 e nas respectivas respostas dos poderes públicos, tendo como campo de pesquisa privilegiado o sub-bairro do Laboriaux da favela da Rocinha. Além da análise de documentos públicos da prefeitura e da imprensa, este texto se apoia em entrevistas com moradores e lideranças locais realizadas desde 2011.

Embora algumas casas pareçam efetivamente terem sido construídas em zonas com riscos geotécnicos, a prefeitura aproveitou-se da situação para pôr em prática a remoção total desta parte da favela, situada a algumas dezenas de metros de mansões do valorizado bairro da Gávea, igualmente atingidas por deslizamentos de terra. Nesse contexto, este texto se volta, em primeiro lugar, para a necessidade de abordar o risco como uma construção social. Em seguida, analisará o emprego da noção do risco para justificar a retomada das políticas de remoção das favelas, abordando, por fim, o caso específico da área do Laboriaux.

2 **A NOÇÃO DO RISCO AMBIENTAL: UMA JUSTIFICATIVA ECOLÓGICA**

Ao longo das últimas décadas, a angústia da questão social, segundo a análise de Topalov (1997), se conecta a outro sentimento de temor: o do desastre ambiental. No contexto do surgimento e

¹ Direito à cidade e à construção social do risco. Favelas e conflitos socioambientais na cidade do Rio de Janeiro, financiado pela FAPERJ desde 2011.

da consolidação do discurso ambiental, inúmeros autores sustentam (BAUMAN, 2006; BECK, 2010) que a noção de risco é um fator essencial para a compreensão da sociedade atual, das relações sociais e das decisões políticas, especialmente as relativas à gestão e ao planejamento urbano.

Ulrich Beck (2010, p. 27) defende que os riscos, sobretudo aqueles produzidos pela própria evolução da técnica, tornou-se um elemento central para se compreender a sociedade atual. Apesar de defender que os riscos impactam de forma distinta a população, a “sociedade de risco” relativiza o papel central que as desigualdades sociais representam na compreensão da sociedade atual, já que, segundo ele, os riscos da modernização contêm um efeito bumerangue, que implode o esquema de classes.

Kenneth Gould (2004, p. 70-71), no entanto, indica que a distribuição desigual dos riscos ambientais é uma consequência das economias capitalistas, que favorecem a segregação de classes a partir das áreas residenciais, ou seja, as desigualdades sociais consolidam desigualdades ambientais e estas, por sua vez, ancoradas no espaço, contribuem dialeticamente para a manutenção e a reafirmação das desigualdades sociais. Em sua crítica às correntes de modernização ecológica e à sociedade de risco, Henri Acserald (2002) sustenta, a partir da perspectiva da Justiça Ambiental, que a compreensão dos riscos devem necessariamente levar em consideração que nossa sociedade é estruturada em classes.

Dora Vargas (2006, p. 10) confirma tal posição quando afirma que a noção de risco ambiental deveria ser analisada num contexto de desigualdades, superando o simples discurso técnico, que associa o ambiente urbano construído nas dimensões naturais do local com a topografia acidentada e o regime de precipitações. É preciso também levar em consideração o complexo processo de ocupação das áreas urbanas, bem como as intervenções e/ou omissão das autoridades públicas que reconfiguram o desenho da cidade. O risco, finalmente, não é um dado pré-estabelecido, mas sim uma construção político-social.

Nesse contexto, há um conflito entre o discurso técnico, produtor de um conceito dominante de “risco”, e o contradiscurso da população, que traz uma reclassificação desta noção. Este conflito apresenta contornos moralizadores, estigmatizando grupos e seus comportamentos e estabelecendo uma ressignificação para os processos de

ocupação desses bairros da cidade. Dentro dessa perspectiva, Adauto Cardoso (2006) defende, a partir do quadro teórico bourdiano, que o debate em torno do conceito de “risco” pode ser definido como uma “luta pelas classificações”. As diferentes leituras técnicas do risco podem estar associadas mais às concepções políticas subjacentes, do que à dita “objetividade” técnica do fenômeno.

Nesse sentido, como sustenta Dora Vargas (2006, p. 12), a construção social do risco visa a tratar o risco não somente de um ponto de vista técnico e objetivo, mas antes como o objeto de uma construção social realizada por diferentes grupos sociais. O risco socialmente construído seria, assim, o produto de diferentes percepções que integram visões do mundo, das culturas e das estruturas de sociabilidade específica de determinados grupos sociais². A realidade seria, então, o fruto de um processo de construção social em que as representações sociais não apenas refletem a realidade, mas também contribuem para produzi-la. Este processo de construção social do risco surge, então, permeável aos conflitos, implicando diversos atores que procuram impor seus próprios pontos de vista. Logo, não se trata de encontrar um consenso artificial centrado no discurso técnico, evocando o medo do risco iminente, mas sim de abrir a reflexão e a ação, sobre e contra o risco, a uma efetiva e profícua participação popular.

A invocação atual do risco no Rio de Janeiro implica um repensar radical da gramática política relativa às favelas, vigente desde os anos 1980. À despeito dos termos “remoção” e “erradicação” de favelas estarem em desuso há tantos anos, a imprensa carioca os reintroduziu com força no léxico local no dia seguinte às chuvas de 2010, identificando o conjunto de favelas a áreas de risco ambiental, reforçando, assim, como veremos, a velha ambição de uma cidade sem favelas.

3 **A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE RISCO AMBIENTAL**

As favelas tornaram-se, uma vez mais, o principal problema público do Rio de Janeiro após as chuvas de abril de 2010 (GUSFIELD,

² O risco, conforme analisa Le Breton (é sempre uma representação sobre a qual os especialistas podem debater a sua pertinência, sabendo que eles mesmos não estão em acordo. Mary Douglas (2001), em sua teoria cultural do risco, levou esse entendimento ao seu extremo.

1981), que atingiram fortemente a metrópole carioca na noite de 5 de abril. A maré alta, a forte precipitação e o ineficaz sistema de escoamento das águas pluviais da cidade fizeram com que os corpos hídricos, dos quais rios e lagunas, subissem rapidamente. O sistema de transportes entrou em colapso já no fim da noite, a tal ponto que o próprio prefeito pediu ao vivo nas emissoras de televisão que ninguém fosse trabalhar no dia seguinte, o que esvaziou as ruas, facilitando o trabalho das forças públicas.

Os morros da cidade e de sua região metropolitana foram os mais castigados pela enxurrada. Neles, houve inúmeros desabamentos, dos quais o mais importante aconteceu na cidade vizinha de Niterói, no Morro do Bumba. O balanço no dia seguinte à tempestade era desanimador: quase 300 mortos e centenas de desabrigados. A opinião pública voltou-se, uma vez mais, contra as favelas e seus habitantes, fazendo destes os grandes responsáveis pela amplitude do drama. Evocando o desastre, os jornais aproveitaram para apoiar o retorno da política de remoção massiva das favelas. O jornal *O Globo*, de 9 de abril de 2010 (FIM do ..., 2010, p. 2), anunciava que:

a tragédia de 2010 tem de ser o marco zero de uma política séria de remoções de moradores de áreas de risco e de pequenas favelas, ainda em condições de ser erradicadas. Não há mais por que manter o preconceito contra remoções, quando é possível fazê-las sem os erros do passado [...]. A ficar como está a próxima catástrofe será maior que a atual, por sua vez mais extensa que as da década de 60, e assim sucessivamente. O drama se agravará ao ritmo da favelização. É inexorável.

As remoções, segundo o trecho anterior, não deveriam se limitar às áreas de risco, mas abranger também as favelas pequenas, cuja erradicação seria mais simples, ou seja, a noção do risco já estava sendo usada para legitimar uma política mais ampla de remoção, inclusive daquelas favelas que não tinham sido diretamente afetadas. O mesmo jornal, no dia seguinte, afirmou que as recentes chuvas desafiavam o princípio da urbanização das favelas, especialmente devido ao fato de que certos desabamentos ocorreram em áreas que já haviam sido reabilitadas pela prefeitura, inclusive com obras de contenção de encostas. Todavia, o jornal não mencionou que os investimentos municipais contra deslizamentos no Rio de Janeiro vinham diminuindo há alguns

anos, e que os últimos trabalhos em grande escala de urbanização de favelas – o projeto Favela-Bairro – ocorreram durante os anos 1990 e, desde então, pouco foi feito na conservação e manutenção dessas intervenções.

No contexto específico do desastre, a prefeitura promulgou, em 7 de abril de 2010, o Decreto nº 32.081 (RIO DE JANEIRO, 2010), que declarou o Rio de Janeiro em situação de emergência. O Decreto justificava esta decisão da seguinte maneira:

Como consequência desse desastre, resultaram danos humanos, materiais e ambientais, assim como prejuízos econômicos e sociais, conforme avaliação preliminar de danos elaborada pelos órgãos municipais competentes.

Em acordo com a Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de Nível II, com condições significativas de agravamento.

Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o crescimento desordenado da cidade nesta última década, permitindo a construção de numerosas edificações em áreas de risco geotécnico e de inundações; a existência de 1.000.000 (hum milhão) de pessoas afetadas, a vulnerabilidade do sistema viário, o risco de colapso nos sistemas de abastecimento e o risco iminente de escorregamentos e deslizamentos de encostas (grifos nossos).

Analisando os dados evocados pelo decreto municipal, é possível constatar que o número de pessoas afetadas pelas chuvas é completamente arbitrário, e só pode ser explicado pelo fato de que, no último censo realizado e divulgado até abril de 2010, aquele de 2000, um milhão de pessoas viviam em favelas. De uma só vez, este decreto parece afirmar que o conjunto de favelas cariocas foi atingido pelas chuvas, o que justificaria a sua erradicação. Declarando situação de emergência, este decreto autorizou os poderes públicos, em casos de risco iminente dos moradores afetados, a entrar em suas residências, mesmo sem consentimento, para prestar socorro ou determinar a evacuação imediata das casas:

Art. 3º - Fica autorizada, nos termos dos incisos XI e XXV, do artigo 5º, da Constituição Federal, às autoridades administrativas e aos agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a adoção das seguintes medidas:

I – penetrar nas casas, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas (RIO DE JANEIRO, 2010).

O governo do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, promulgou, em 13 de abril de 2010, o decreto nº 42.406, que instituiu o programa “Morar Seguro”, oferecendo subvenções que atingiam um bilhão de reais aos municípios afetados pelas enchentes. Em troca, o Estado do Rio de Janeiro exigiu das prefeituras a classificação das possíveis áreas de risco em seus territórios, em três cores: verde – baixo risco; amarelo – risco moderado; vermelho – alto risco³. Do mesmo modo, a Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro foi autorizada a tomar medidas para desocupar obrigatoriamente os imóveis situados nas áreas vermelhas (RIO DE JANEIRO, Estado, 2010).

A solução imediata foi, portanto, o reassentamento das famílias e a destruição de suas casas. Isso foi uma resposta direta dos Poderes Públicos à opinião pública, ainda mais quando esta ação liberaria, para outros empreendimentos, determinados terrenos situados em áreas muito valorizadas da cidade. Como constata Norma Valencio (2010, p. 44), o aspecto central de uma iniciativa como esta é o de sanear a paisagem, retirando o “problema” da frente dos olhos da sociedade, o que, por outro lado, associa às questões estéticas e higiênicas. O jornal *O Globo*, de 12 de abril de 2010 (SANTIAGO, 2010), citou discursos de autoridades, que empregaram termos negativos em respostas aos que ousaram questionar as ações conduzidas pelos Poderes Públicos. O próprio prefeito chamou de politiqueiros e demagogos aqueles que se posicionavam contra o projeto da prefeitura de remover diversas favelas, dentre as quais o Laboriaux, a Pedra Lisa (localidade da Providência) e os Prazeres, todas situadas em áreas valorizadas (ou em valorização) da cidade.

3 Foi realizada ultimamente uma série de mapas de risco das favelas cariocas baseados nessas três cores. Segundo entrevistas que realizamos em algumas favelas da cidade, a produção desses mapas não contou com a devida participação da população e os dados produzidos não são facilmente acessíveis pela população, o que limita a legitimidade social desses dados. A cartografia do risco deve ser de escala 1:1, ou seja, deve ser produzida com o pleno conhecimento da realidade local, visitando rua por rua, casa por casa, e com a mais ampla participação da população. Como veremos abaixo, não se trata infelizmente da forma de agir atual da prefeitura do Rio de Janeiro.

O mesmo quotidiano *O Globo*, de 19 de abril de 2010 (EMERGÊNCIA..., 2010), ressaltou que não era possível contestar o fato de que a erradicação das favelas, infladas diante da complacência do Poder Público, não poderia mais ser um assunto proibido para os governantes. Segundo o artigo, a tragédia daquele mês não deixava espaço algum para novas tolerâncias. Citando a noção do risco e da questão ambiental, o artigo afirmou:

Há comunidades inteiras vivendo sob risco, à parte os agravos ao meio ambiente decorrentes da degradação de áreas preserváveis. [...] O combate ao problema pressupõe ações de desfavelização de áreas já ocupadas. É política a ser elaborada urgentemente, para prevenir a repetição do drama atual.

Do risco dos habitantes, o discurso em prol da remoção das favelas já trazia a noção vaga de ameaças ao meio ambiente provocadas pela presença das favelas. Conforme nos explica Thevenot e Lafaye (1993, p. 500), um dos elementos centrais dos conflitos ambientais é ultrapassar os interesses particulares, associando a ação e os interesses ao bem comum. Nesse sentido, o hebdomadário *Veja*, de 14 de abril de 2010 (CIDADE..., 2010), evoca, a partir do discurso ambiental, os possíveis impactos econômicos da presença das favelas, pleiteando a erradicação dessas áreas: “Nos casos em que os moradores chegam a correr risco de vida ou em que a existência de amplas áreas degradadas tem impacto econômico negativo para a cidade, este tipo de ação, sim, se justifica.” Ora, invocando o pretense impacto econômico ao conjunto da cidade, o artigo não faz menção aos ganhadores e perdedores da retomada das remoções.

Enrico Quarantelli (1998), por sua vez, define os desastres como acontecimentos que articulam fenômenos físicos e a elaboração cultural que os define e que levanta questionamentos no seio da sociedade, dada a ausência de medidas preventivas e as dificuldades da gestão de suas consequências. Os diferentes impactos dos desastres nas áreas urbanas revelam igualmente injustiças ambientais, estabelecendo conexões concretas entre o processo de degradação do meio ambiente e os modelos desiguais de ocupação do espaço urbano. Conforme analisa Valencio e Valencio (2010, p. 29), em termos sociopolíticos, a materialização de um desastre significa um desacordo entre as re-

apresentações do risco por parte dos diversos agentes e, sobretudo, de frações do Estado, igualmente para planejar e executar ações à altura do real potencial dos fatores de ameaça e de prolongamento da vulnerabilidade.

Nesse sentido, o desastre não pode ser analisado como mera consequência de um evento climático pretensamente imprevisível. Conforme afirma Quarantelli (2005, p. 339), duas questões devem ser sublinhadas na reflexão sobre os desastres: de um lado, trata-se de um fenômeno intrinsecamente social e, de outro, as fontes dos desastres estão enraizadas nas estruturas sociais. Os desastres ligados às chuvas mostram a vulnerabilidade estrutural das áreas mais pobres da cidade. Embora as chuvas atinjam a cidade de maneira cíclica, toda nova enxurrada é divulgada como uma quebra da normalidade para justificar a incapacidade dos poderes públicos de gerenciar os riscos, enquanto que os favelados, por sua vez, são acusados de conhecer os riscos dos locais onde vivem.

Embora a prefeitura tenha anunciado a remoção integral de quase duas centenas de favelas com dezenas de milhares de habitantes, a mobilização popular “limitou” esse número, por enquanto, a 17.400 moradias, representando, segundo o Jornal *O Globo*, de 20 de maio de 2012 (apud SCHIMIDT; ARAUJO, 2012), uma diminuição de 2% do espaço urbano ocupado por favelas.⁴ Apesar do número de removidos ser menor do que o previamente anunciado pela prefeitura, é notório que a cidade entrou em uma nova fase de remoção de favelas, sendo, aliás, um dos objetivos abertamente anunciados pelo plano estratégico do município, que visa reduzir o espaço ocupado por favelas em 5% até o ano de 2016, a partir dos dados de 2008. O uso da noção do risco exerce aqui uma função central para se alcançar tal objetivo.

4 O CASO DA REMOÇÃO DO LABORIAUX

A nova ordem jurídica, instituída após a promulgação da Constituição de 1988, estabeleceu o princípio da não-remoção de favelas no Rio de Janeiro. O Artigo nº 234 da Constituição do Estado do Rio de

4 É difícil afirmar que esse número se limita somente às remoções motivadas pelo discurso de risco. É provável que nesse número estejam também as famílias removidas no contexto de preparação da cidade para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Janeiro definiu que este deve assegurar a urbanização, a regularização fundiária e a titularização das áreas ocupadas por favelas, sem a remoção de seus habitantes, salvo quando as condições físicas impuserem risco de vida aos mesmos. Por sua vez, o artigo 429 da Lei Orgânica da cidade prevê que a política de desenvolvimento urbano deve centrar-se na reabilitação e na regularização fundiária das áreas faveladas e confirma a proibição à remoção salvo quando as condições físicas imponham riscos aos habitantes. Estipula, ainda, que o risco deve ser constatado por um relatório de um órgão municipal competente e a população afetada deve participar de todo o procedimento de reassentamento, sendo transferida para áreas próximas à sua residência de origem, ou então de seu local de trabalho (artigo 429. VI).

A nova lei federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a nova Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), confirmou as disposições supracitadas. Além de enfatizar que a participação social é uma das diretrizes do PNPDEC, essa lei acrescentou o artigo 3º-B à lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 com o texto a seguir:

Verificada a existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o município adotará as providências para redução do risco, dentre as quais, a execução de plano de contingência e de obras de segurança e, quando necessário, a remoção de edificações e o reassentamento dos ocupantes em local seguro.

§ 1º A efetivação da remoção somente se dará mediante a prévia observância dos seguintes procedimentos:

I - realização de vistoria no local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros; e

II - notificação da remoção aos ocupantes acompanhada de cópia do laudo técnico e, quando for o caso, de informações sobre as alternativas oferecidas pelo poder público para assegurar seu direito à moradia.

A legislação local e federal assegura a plena participação da população aos procedimentos envolvendo a constatação do risco. Embora as remoções sejam proibidas, a legislação abre uma exceção quando as favelas apresentam riscos de vida aos seus moradores. O relatório técnico que define as condições físicas do terreno em que se situa uma ocupação irregular é, então, importante para a remoção ou a perma-

nência da população. O problema, segundo constata Compans (2007, p. 88), é que a avaliação dos riscos geológicos, assim como o estudo da possibilidade de implementação de trabalhos, visando à estabilização do terreno, depende, no Rio de Janeiro, somente de um órgão integrado à Administração Municipal: a GEO-Rio.

O controle deste conhecimento técnico dificulta aos moradores das favelas contestarem os relatórios produzidos pelos técnicos desse órgão. Em suma, os que controlam o poder de nomear e identificar o risco detêm um enorme poder. É mais simples ampliar a noção técnica de risco na esfera técnico-administrativa do que empreender uma revogação da lei visando ampliar as possibilidades de remoção das favelas. Foi justamente o que ocorreu após os eventos de abril de 2010.

Uma das áreas cogitadas para serem erradicadas pela prefeitura foi o Laboriaux. Este sub-bairro da Rocinha localiza-se sob o alto do morro onde se encontra a favela; uma parte do Laboriaux tem vista para o bairro da Gávea e Lagoa e, a outra parte, para São Conrado. Um pouco afastado do restante da favela, o Laboriaux não apresenta a mesma densidade demográfica e as centenas de ruelas e becos do restante da Rocinha. Existe praticamente uma só rua que avança até perto da Floresta da Tijuca, onde se pode encontrar uma fonte de água potável utilizada pelos moradores.

Esta parte da favela foi ocupada há várias décadas. Após algumas remoções esporádicas ao longo dos anos 1960 e 1970, o Governo do Estado decidiu instalar ali, em 1982, 73 famílias oriundas da área chamada de Campo Esperança, que se situava junto a um valão que corta a parte baixa da Rocinha e que era submetida a frequentes inundações.

Estou uns trinta anos no Laboriaux, cheguei em 1982. Morei dez anos no Campo Esperança. Aí, na época, eles fizeram o valão e nós morávamos em cima do valão. [...] Eles me tiraram de lá e nos colocaram aqui, a gente chegou aqui em um cubículo, era uma sala pequena, um quarto e uma cozinha que nem cabia uma geladeira [...] Na época, eles não viram que isso aqui era área de risco? Porque eles colocaram a gente aqui? Agora querem tirar a gente, porque, se a minha casa não teve danificação? (Fernando, entrevista realizada no primeiro semestre de 2012).⁵

5 As entrevistas com moradores e lideranças foram realizadas no primeiro semestre de 2012. Todos os nomes foram alterados.

A casa era só essa sala aqui, banheiro e cozinha. Não tinha mais nada, mas tinha acesso ao terreno para fazer acréscimo da casa. Eles me deram licença (Mário, entrevista realizada no primeiro semestre de 2012).

A prefeitura construiu um embrião de casa com quarto, cozinha e sala no centro de terreno, dentro da lógica de lotes urbanizados que estava sendo empregada nas políticas de habitação popular no país desde o final dos anos 1970⁶. As famílias poderiam prosseguir a construção das casas diante de suas necessidades e possibilidades. Das 75 casas construídas, duas foram reservadas para a creche local. A favela cresceu e o Laboriaux possui, hoje, aproximadamente 750 residências e quase 4.000 moradores⁷.

Ressalta-se, assim, que os primeiros habitantes foram ali instalados pelos Poderes Públicos, devido ao risco ambiental da área onde residiam anteriormente. O Laboriaux integrava, desde 2005, o projeto federal de regularização fundiária “Papel Passado” com recursos provenientes do Ministério das Cidades. A prefeitura já havia, inclusive, iniciado o recenseamento dos habitantes, mas o projeto foi bruscamente interrompido depois de abril de 2010.

4.1 **O impacto das chuvas de abril de 2010**

As chuvas provocaram duas mortes nesta parte da favela. Conforme nos relatou Augusto, um dos membros da comissão de moradores, formada nos dias seguintes ao desastre, para representá-los, as pessoas que morreram foram alertadas do risco de ficarem em suas casas, pelos demais moradores, mas se recusaram a sair, justamente por causa das chuvas. A encosta por detrás de sua casa não resistiu algumas horas depois do início das chuvas e acabou soterrando o local onde estavam. Augusto nos mostrou, ainda, a razão da encosta ter cedido: uma obra da CEDAE, no alto da encosta, para escoar as águas pluviais, foi mal executada. A calha construída não suportou o volume de água e cedeu, permitindo que a água entranhasse o solo até provocar o deslizamento.⁸

6 Podemos citar, por exemplo, o projeto Federal de Lotes Urbanizados (PROFILURB) criado pelo BNH em 1975.

7 Ver dados do site: <<http://www.vivafavela.com.br/node/501>> Acesso em: fev. 2013.

8 Entrevista realizada no primeiro semestre de 2012.

É preciso ainda sublinhar que as casas atingidas situavam-se para além do perímetro de segurança estabelecido pela prefeitura, durante a gestão municipal Cesar Maia, no contexto do projeto municipal Eco-limites, que procurava limitar a expansão horizontal das favelas em áreas consideradas de alto risco de deslizamento. Sem justificar a negligência dos poderes públicos, observamos em nossas visitas de campo que esses limites, apesar de muitas vezes desrespeitados, gozavam de certa legitimidade local.

Isso demonstra, de um lado, que os moradores possuíam, no passado, mais confiança na ação da prefeitura em relação à constatação do risco, já que, como observamos no Laboriaux, os moradores associam o discurso atual de risco da prefeitura como um argumento retórico para justificar a expulsão das favelas das áreas nobres da cidade. Parece que a enorme competência técnica da GEO-Rio e a relativa legitimidade que esse órgão gozava nas favelas cariocas são atualmente questionados diante da percepção que seus laudos e estudos obedecem mais a interesses políticos de remoção de favelas do que a critérios técnicos.

Mas até agora nós não temos nenhuma resposta da prefeitura para nada. Os projetos da prefeitura continuam a mesma coisa. Ninguém da prefeitura quer falar com a gente [...] Primeiro, quando eles fizeram esse laudo de interdição aqui, falei com o engenheiro da GEO-Rio. O engenheiro da GEO-Rio, ele mesmo, não soube explicar. Isso aqui foi reassentamento da própria prefeitura. Fizeram sondagem da área, verificaram a área e fizeram as casas. E agora? Fizeram sondagem? Não. [...] A prefeitura, ela tem que dar informação a população, principalmente em áreas, que estão mexendo. Estamos cansados de pedir informação sem nenhuma resposta (Miguel, entrevista realizada no primeiro semestre de 2012).

A prefeitura riscou todo mundo, está tudo marcado e não conversou com ninguém e falava que tinha que sair amanhã [...]. Vai ter que sair amanhã! Tanto assim que morreram dois moradores que tinham problema no coração. O cara falou isso com eles, eles endoidaram e, como já tinham problema no coração, tiveram um *catiripapo* (Oswaldo, entrevista realizada no primeiro semestre de 2012).

De outro lado, essa situação revela a complexidade sociopolítica de um desastre: além da falta de uma ação eficaz da prefeitura em mitigar e combater os riscos, grande parte dos moradores, que conver-

samos e entrevistamos nos locais onde ocorreram deslizamentos, explicaram que ali se estabeleceram por causa dos altos custos que tinham com o aluguel em outros locais. Ora, se tais moradores são acusados de se estabelecerem deliberadamente em áreas consideradas de risco, não há uma reflexão mais complexa que tais escolhas são condicionadas por questões econômicas. Não se pode, assim, compreender a ocupação de áreas pretensamente em risco sem levar em consideração o processo que levou os moradores a ali se estabelecerem.

4.2 **A ação da Prefeitura e a mobilização política dos moradores após o evento que desencadeou o desastre**

Após a destruição de algumas casas pela prefeitura logo depois das chuvas, alguns moradores constituíram uma comissão e solicitaram a ajuda da Defensoria Pública e da Pastoral das Favelas da Igreja Católica na luta contra a destruição de suas casas, conseguindo impedir a remoção integral da favela. Para pressionar os moradores, a Prefeitura decidiu fechar a única escola do bairro, alegando que esse prédio se situava numa área de risco. Os alunos foram estudar em um bairro vizinho e o prédio, desativado, foi posteriormente utilizado como base de observação da polícia no contexto da instalação local da Unidade de Polícia Pacificadora. A escola só foi reaberta no mês de agosto de 2012, após uma forte mobilização popular.

A ação da Prefeitura fundamentou-se, primeiramente, no relatório da GEO-Rio datado de 12 de abril de 2010, que descreveu a situação em diversas favelas da cidade no dia seguinte às chuvas. No que se refere especificamente ao sub-bairro Laboriaux, o relatório afirmou:

Para o Setor Laboriaux, além das condicionantes geológicas desfavoráveis, que tornam o local tecnicamente inadequado para uma ocupação desse tipo, o avanço da favelização tem representado um desequilíbrio nas condições geotécnicas e ambientais da encosta, através de desmatamentos, cortes, e lançamentos de aterro, entulho, lixo e águas servidas. Todo esse somatório de condições desfavoráveis, associados ao histórico de ocorrências, algumas delas com vítimas fatais, justificam a remoção de todas as casas em risco⁹.

⁹ Relatório de Avaliação de risco geológico-geotécnico da GEO-Rio, de 12 de abril de 2010, p.18.

Apoiados pela Pastoral das Favelas, pela Defensoria Pública e movimentos sociais de luta pela moradia, as diferentes favelas afetadas pelos desabamentos se uniram num fórum popular para lutar contra as medidas municipais para removê-las. Profissionais militantes procuraram elaborar contralaudos, como o que foi redigido pelo engenheiro Mauricio Campos, em 29 de abril de 2010. O engenheiro destacou, inicialmente, que a favela foi alvo, nos últimos anos, de inúmeros trabalhos da GEO-Rio para evitar desabamentos (2 em 1985, 1 em 1986, 1 em 1989 e 2 em 1990)¹⁰. Todavia, inúmeros trabalhos ficaram inconclusos e a GEO-Rio não interveio mais na favela desde o início dos anos 1990.

Segundo este engenheiro, a GEO-Rio havia considerado, num relatório de 1992, a área do Laboriaux como de menor risco, com exceção de uma pequena parte ao sul do bairro, que poderia ser considerada como área de risco moderado. Este mesmo relatório afirmou que os trabalhos realizados no bairro garantiam a segurança dos moradores, contanto que a expansão da favela fosse controlada¹¹.

Um novo relatório da GEO-Rio, datado de 27 de maio de 2010, retomou a ideia do perigo iminente de desabamento das casas para justificar a remoção total da favela: “Todo o conjunto de condicionantes desfavoráveis, a tipologia dos movimentos de massa, o histórico de ocorrências com vítimas fatais, além das restrições de caráter ambiental justificam e endossam a remoção das casas em risco”. No entanto, esse relatório evocou novas argumentações ambientais para justificar, em prol do bem comum, a expulsão dos moradores:

A Secretaria de Meio Ambiente e Conservação (SMAC) atribui a esta região o mesmo conceito de uma APA, ou seja, considera esta área dotada de atributos bióticos com importância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e sua preservação são determinantes para a proteção da diversidade biológica e para sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Em função dos problemas relacionados a desmatamentos, ao assoreamento de drenagens naturais, ao lançamento de lixo e esgoto sanitário nas galerias pluviais, a região é classificada como de risco ambiental¹².

10 Relatório da visita do engenheiro Maurício Campos à favela Laboriaux em 29 de abril de 2010, p.3.

11 Relatório da visita do engenheiro Maurício Campos à favela Laboriaux em 29 de abril de 2010, p.7.

12 Relatório interno GEO-Rio/DEP/GQ. Avaliação do risco geológico-geotécnico associado a escoregamentos para a comunidade do Laboriaux-Rocinha, de 27 de maio de 2010, p.12.

Assim, alguns dias após o desastre, o discurso da prefeitura não se resumia mais somente ao risco de vida dos moradores, mas se concentrava também no risco ambiental da área, que apresentaria, segundo o relatório, o mesmo conceito de uma Área de Proteção Ambiental (APA). É interessante notar, como analisa Thevenot e Lafaye (1993, p. 517) em relação à justificação ecológica, que a comunidade de referência requisitada para a avaliação do bem comum se estende também aos não-humanos, ou seja, no caso em tela, não se trata apenas de remover os moradores por causa dos riscos aos quais são submetidos, mas também por causa do pretense risco que a presença deles incorre às espécies vegetais e animais da área.

Enfim, a prefeitura conseguiu demolir várias casas, sem, contudo, se dar ao trabalho de remover os entulhos das construções. As ruínas das casas permaneceram no mesmo local até o início de 2012, quando foram parcialmente removidas e utilizadas nas obras de contenção de encostas, que foram finalmente realizadas na parte superior da favela. Determinadas situações são completamente implausíveis, como a das construções em que a prefeitura conseguiu expulsar o morador do andar térreo, mas não os dos andares mais elevados, protegidos por decisões judiciais. Neste caso, as paredes do andar térreo foram destruídas e sobraram apenas os pilares de sustentação do edifício, obrigando os moradores dos andares superiores a passar pelos escombros para chegar em seus lares.

Essa forma de ação da prefeitura se repetiu em muitas favelas da cidade e o fato de não recolher os entulhos se justifica, segundo a Coordenadoria Social da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro (SMH-RJ)¹³, como estratégia para que não ocorressem novas ocupações nas áreas. Tal procedimento descaracteriza completamente o bairro e aumenta consideravelmente a incidência de insetos e ratos. Tanto o abandono dos escombros quanto a marcação das casas que deveriam ser removidas pela prefeitura são percebidas pelos moradores do Laboriaux (e de outras favelas) como uma violência institucional. Isso é ainda mais marcante diante da ausência de informações por parte da Prefeitura sobre suas intervenções no local. As obras realizadas durante o ano de 2012, por exemplo, não foram precedidas de reuniões com os moradores e as indenizações pagas aos moradores que foram removidos foram consideradas extremamente baixas.

¹³ Entrevista não gravada com assistente social da SMH, realizada no mês de junho de 2013.

**Foto 1 – Casa original construída pela prefeitura
em 1982 e marcada para ser removida depois das chuvas
de abril de 2012**



Rafael Soares Gonçalves – maio de 2012

**Foto 2 – Escombros com casa ao fundo,
cujo somente o andar térreo foi removido.**



Rafael Soares Gonçalves – março de 2012

Se a prefeitura pretendia inicialmente remover integralmente a favela, ela passa a defender a remoção, após as obras de contenção de encostas na área, somente da vertente da favela para o bairro da Gávea (a outra vertente é voltada para a própria favela da Rocinha). No entanto, provavelmente em decorrência das manifestações de junho de 2013, o prefeito, em visita ao Laboriaux no início de agosto do mesmo ano, afirmou que não mais removeria a favela.¹⁴ Obras de contenção foram realizadas e o auspício de remoção total ou parcial da favela parece se desvanecer. A Associação de Moradores do Laboriaux, reconstituída no mês de dezembro de 2013 com vários membros da supracitada comissão de moradores do bairro, luta para inserir a área nas intervenções previstas na segunda fase do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) na Rocinha.

¹⁴ Para mais informações, ver: <<http://vivarocinha.org/porta1/despejo-vira-investimento-comunidade-laboriaux-lutou-despejo-ganhou/>>

5 EM GUIA DE CONCLUSÃO

O presente texto pretendeu discutir, a partir da discussão da noção de risco, como os poderes públicos justificam suas intervenções a partir de uma dimensão ecológica. Nesse sentido, abordou especificamente o período posterior às chuvas de abril de 2010, analisando como o risco foi evocado pelos poderes públicos para retomar as remoções de favelas, focando-se, principalmente, no caso da favela do Laboriaux.

O emprego da ideia de risco no Rio de Janeiro, como foi abordado, está fora do âmbito da prevenção, parecendo servir mais como justificativa para a retomada das remoções das favelas. O mesmo argumento do risco pode, no entanto, ser utilizado de forma distinta, segundo o grupo social em questão e a conveniência política, conforme demonstra, por exemplo, a condenação judicial do Condomínio de luxo Parque Canto e Mello, localizado no bairro da Gávea e relativamente próximo da Rocinha. De acordo com reportagem do Jornal *O Globo*, de 15 de maio de 2012 (BORGES, 2012):

Na sentença, o desembargador Maurício Caldas Lopes explica que não se optou pela derrubada das casas porque, de acordo com o perito judicial, seria de “extremo radicalismo”, devido à natureza geográfica do local. A área não suportaria intervenções como demolições, movimentos de máquinas e caminhões. No entanto, segundo os magistrados, sendo a área de preservação permanente, a floresta e a vegetação local devem ser integralmente recompostas.

Em áreas relativamente próximas, a mesma condição geográfica legitimou a remoção de casas no Laboriaux, mas justificou a manutenção das casas do bairro da Gávea. Enfim, apesar do uso de um discurso técnico, a natureza das intervenções públicas varia de acordo com a capacidade de cada grupo (do condomínio de luxo ou da favela) de fazer valer sua posição nas arenas públicas.

Nesse mesmo sentido, podemos citar a manifestação do presidente do GEO-Rio sobre o fato do conjunto habitacional popular Parque Carioca, construído para abrigar os moradores da favela Vila Autódromo, estar sendo assinalado como área de médio risco no Mapa de Suscetibilidade de Escorregamento do Rio de Janeiro. Segundo o representante da GEO-Rio, isso não significa que o local não pode ser habitado, já que “Ocupar uma área com risco de deslizamento é uma

questão de engenharia.”¹⁵ Mesmo Ulrich Beck (2012, p. 24) defende que as questões de risco não podem ser transformadas em questões de ordem, já que podem se metamorfosear, por trás da fachada de um discurso técnico, em questões morais, de poder e de decisionismos arbitrários e segregadores.

É preciso dissociar, conforme sustenta Enrico Quarantelli (2005, p. 341), o conceito de desastre do azar, da fatalidade, ou seja, daquilo que não se pode prever. Ao contrário de se enfatizar a perspectiva física e natural, o desastre deve ser encarado como um problema social. Ele deve ser compreendido como um processo e não somente como um epifenômeno. Isso se torna claro quando se analisa os impactos sociais de fenômenos naturais correlatos em situações distintas, onde a capacidade de prever o risco e de gerenciar o desastre são diferentes. Se o fenômeno natural não traz impactos sociais relevantes não se pode falar de desastre. O desafio é, conforme analisa Alexander (2005, p. 35), democratizar as respostas sociais aos riscos e aos desastres, ou seja, de forma mais ampla, lutar por sociedades ambientalmente mais justas.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri, “Justiça ambiental e construção social do risco”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49 -59, 2002.

ALEXANDER, David. An interpretation of disaster in terms of changes in culture, society and international relations. In: PERRY, Ronald W.; QUARANTELLI, E.. **What is a disaster?** new answers to old question. Washington, D.C.: XLibris, 2005. p.25-38.

BAUMAN, Zigmund. **Liquid fear**. Cambridge: Polity press, 2006.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

¹⁵ Ver reportagem de Patrick Mesquita e Vinicius Konchinski, “Prefeitura do RJ vai levar desabrigados da Rio-2016 para área de risco”, no site: <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2013/07/26/prefeitura-do-rj-vai-levar-desabrigados-da-rio-2016-para-area-de-risco.htm> (consultado em agosto de 2013).

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BORGES, Waleska. Casas não sairão de área florestal da Gávea. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/casas-nao-sairao-de-area-florestal-da-gavea-4899094#ixzz2bilMQjE7>.

CARDOSO, Adauto Lucio. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27 - 48, 2006.

CIDADE Submersa. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, p. 71, 14 abr. 2010.
COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. São Paulo: Bertrand, 2001. p.19-45.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 83 - 99, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

EMERGÊNCIA estratégica. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 19 abr. 2010.

GONCALVES, Rafael Soares. **As favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: PUC-Rio, 2013.

GONCALVES, Rafael Soares; FRANÇA, Bruno. Entre o muro e a remoção: meio-ambiente e favelas no Rio de Janeiro. In: GOMES, Maria de Fátima; BARBOSA, Maria José. (Org.). **Cidade e sustentabilidade**: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010. p. 261-276.

GOULD, Kenneth. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PADUA, Jose Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004. p. 69-80.

GUSFIELD, Joseph. R. **The culture of public problems**: drinking-driving and the symbolic order. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

FIM do preconceito contra as remoções. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 de abril de 2010.

LE BRETON. **Sociologie du risque**. Paris: PUF, 2012.

QUARANTELLI, Enrico. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addressed in this volume. In: _____. **What is a disaster?** perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998. p. 1-8.

_____. A social science research agenda for the disaster of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: PERRY, Ronald W.; QUARANTELLI, Enrico. **What is a disaster?** new answers to old question. Washington: XLibris, 2005. p.326-396.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Estadual nº 42046 de 13 de abril de 2010: Art. 5º - Fica a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil autorizada a realizar a interdição e a desocupação compulsória de imóveis situados nas áreas classificadas pela Comissão gestora do programa como vermelha. 2010.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Introdução do Decreto nº 32.081 de 7 de abril de 2010. Mimeo.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Decreto municipal nº 32081 de 7 de abril de 2010 declara o Rio de Janeiro em situação de emergência. 2010.

SANCHEZ, Fernanda. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, Evelyn; MALEQUE, Miriam. **Espaço e cidade:** conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p.25-41.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras:** a busca da identidade. São Paulo: EdUSP, 1999.

TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n. 1/2, p. 19-42, 1997.

THEVENOT, Laurent; LAFAYE, Claudete. Une justification écologique? conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, nº 34, p. 495 – 524, 1993.

VALENCIO, Norma. O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In: _____. **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2010. V.2.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. O guardador do Portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, Norma. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil, Volume II. São Carlos: RiMa, 2010. p.3-29.

VARGAS, Maria A. R. **Construção social da moradia de risco**: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. Rio de Janeiro: Planejamento Urbano, Sistema de Documentação da UFRJ. 2006. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/MariaAuxiliadoraRamosVargas.pdf>. Acesso em: 23/03/08.

— |

| —

— |

| —

**FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA:
REFLEXÕES SOBRE O QUE MUDA
E O QUE PERMANECE NA POLÍTICA
DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
AO LONGO DOS ÚLTIMOS VINTE ANOS**

Gerônimo Leitão *

Jonas Delecave **

I **INTRODUÇÃO**

As favelas constituem um fenômeno urbano contemporâneo associado aos processos de segregação sócio-espacial, impostos pela ausência de mecanismos de redistribuição da riqueza e de políticas habitacionais que garantam o acesso à moradia para as camadas mais pobres da população. No Rio de Janeiro, as favelas encontram-se fortemente incorporadas à paisagem urbana, representando uma das mais graves questões sociais enfrentadas pela cidade.

Embora compondo um quadro extremamente complexo e diversificado, decorrente dos condicionantes históricos, socioeconômicos e geográficos, as favelas cariocas podem ser genericamente caracterizadas como assentamentos informais que apresentam precariedade de redes de infraestrutura urbana como acessibilidade, esgotamento

* Arquiteto e Urbanista (UFRJ), Doutor em Geografia (UFRJ), Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF), Pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ.

** Arquiteto e Urbanista, formado pela Universidade Federal Fluminense.

sanitário e drenagem e, de serviços públicos, como educação, saúde e lazer, além da posse irregular da terra. Em função de sua lógica de localização, que busca áreas desocupadas próximas aos mercados de trabalho e serviços, as favelas acabam por ocupar regiões impróprias para habitação, como as encostas de morros ou as margens de rios e lagoas. Essa localização precária potencializa as carências de infraestrutura e de serviços, criando péssimas condições de habitabilidade e fragilizando socialmente a população desses assentamentos.

Do surgimento das primeiras favelas no início do século XX, à estruturação de grandes núcleos favelados, quase oitenta anos depois, as relações entre a população que vive nestes assentamentos e o Estado têm passado por diferentes fases. Sobre essas relações, Davidovich (1997, p. 1474) comenta: “A preocupação oficial com a problemática da favela tem se associado a momentos de abertura política”, enquanto que “situação oposta tem caracterizado fases de ‘fechamento’ do regime, quando prevalecem medidas de remoção acopladas à construção de conjuntos habitacionais de baixo custo, financiados pelo governo e localizados em periferias distantes do núcleo central da metrópole”.

Abordando a mesma questão, Abreu (1994, p. 20) afirma que “[...] a história recente das favelas demonstra que [...] estabeleceu-se uma nítida correlação entre a vigência do regime democrático e a permanência das favelas na cidade”. Por essa razão, prossegue esse autor, “em tempos de fechamento político”, como ocorreu na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e no período de vigência dos governos militares (1964-1985), o combate às favelas mostrou-se bastante forte, resultando daí a erradicação forçada de muitas delas, enquanto que, por outro lado, “o advento das fases de liberdade política (1946-1964 e 1985 até hoje) deram ensejo [...] às lutas pela permanência dessas áreas da cidade, e valorizaram a principal arma com que contam os favelados para melhorar a sua sorte: o voto” (ABREU, 1994, p. 20).

Na primeira metade do século XX, as favelas eram vistas como um fenômeno transitório, cuja erradicação seria um processo natural do desenvolvimento da cidade. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, as favelas passaram a ser compreendidas como assentamentos “subnormais”, sendo sua erradicação promovida ativamente pelo Estado, através de políticas de remoção, com a transferência de sua população para conjuntos habitacionais situados em áreas periféricas.

Essas políticas, porém, foram se revelando ineficientes, sobretudo quanto ao atendimento das necessidades das populações removidas, bem como pela carência de recursos para dar continuidade aos programas de remoção.

A partir de meados da década de 1970, porém, surgem programas habitacionais alternativos que, implementados pelo Estado, têm, em comum, o reconhecimento e a parcial adoção das práticas de produção do ambiente construído das favelas. A maioria dos programas se voltava para a construção de moradias pelos regimes de mutirão e/ou de ajuda mútua, porém, é possível observar, também, que alguns se destinavam, inclusive, a promover a efetiva urbanização de comunidades faveladas, como é o caso da intervenção urbanística realizada na favela de Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro, iniciada no final dos anos 1960.

No final da década de 1970, o esgotamento do regime autoritário e o crescente movimento pela redemocratização do país determinaram mudanças na atitude oficial do governo federal em relação à população favelada dos grandes centros urbanos – o fim da política de remoções é um desdobramento desse quadro político (VALLADARES, 1981).

Na primeira metade da década de 1980, com as primeiras eleições livres desde 1964, observa-se um novo discurso político, que considera necessário resgatar a dívida social existente junto às comunidades faveladas.

No estado do Rio de Janeiro, uma das propostas de Leonel Brizola, eleito para o governo do estado em novembro de 1982, era transformar as favelas em bairros populares. Destaca-se, nesse período, a intervenção urbanística nas favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo – localizadas em área de encosta, entre os bairros de Copacabana e Ipanema –, que foram “escolhidas para um ‘projeto demonstração’, concentrando os principais programas de urbanização anunciados pelo governo”, segundo Treiger e Faerstein (1988, p. 72).

Esse projeto, iniciado em 1984 e concluído em 1986, pretendia contemplar 12 mil pessoas, prevendo obras de infraestrutura, acessibilidade e transporte, além de unidades habitacionais para as famílias desalojadas pelas obras de urbanização.

As ações do poder público em comunidades faveladas ganhavam uma maior expressão quando, em 1992, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro consolida a proposta de implementação de um programa global de integração das favelas à cidade, como afirma Pasternak (1999, p. 50): “O Plano Diretor, nos seus artigos 148 a 151, recomenda a inclusão das favelas nos mapas e cadastros da cidade, enfatiza a participação dos moradores no processo de urbanização, recomenda preservar a tipicidade da ocupação local e o esforço para integrar as favelas aos bairros”.

Essa autora destaca, ainda, que, com a Constituição de 1988, toda a questão referente às invasões de terra passou à alçada do município, e, nesse sentido, o programa municipal de desfavelamento, estabelecido pelo Plano Diretor de 1992, “reafirmou a ideia da integração das favelas, como parte efetiva do tecido urbano formal”, buscando promover a “melhoria das condições de vida da população favelada e integrá-la no resto da cidade” (PASTERNAK, 1999, p. 50). O Plano Diretor criava, assim, as bases para que fosse formulada uma política pública de urbanização dos assentamentos informais da cidade do Rio de Janeiro.

2 O PROGRAMA FAVELA-BAIRRO: UM PASSO NA INTEGRAÇÃO DAS FAVELAS À CIDADE OFICIAL

A partir das diretrizes contidas no Plano Diretor de 1992, foi criado, em 1994, o Programa Favela-Bairro, que teria por objetivo viabilizar a integração das favelas aos bairros onde estavam inseridas, através da implantação de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, promovendo, ainda, a melhoria das condições de acessibilidade por meio de intervenções na malha viária (RIO DE JANEIRO, 1994).

De acordo com as diretrizes do Programa Favela-Bairro – iniciado com a realização de um concurso público de metodologias para intervenção em comunidades faveladas, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RJ) –, as principais ações destinadas a promover a integração das favelas ao tecido urbano da cidade formal deveriam:

[...] complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da ci-

dade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos; consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística (RIO DE JANEIRO, 1994, p. 4).

De acordo com a ata da Comissão Julgadora, os critérios que nortearam a avaliação das 25 propostas apresentadas foram “O perfil da equipe; a Metodologia; Propostas físico-espaciais; Sistema viário; Infraestrutura urbana; Normas legais de uso e ocupação do solo”. O júri destacaria, ainda, outros três fatores considerados relevantes para a análise e julgamento das propostas: “O método proposto para enfrentar o tema; as propostas espaciais considerando-se tanto a intervenção na forma *urbis* da favela, quanto sua integração com os bairros vizinhos; A coerência entre o método e as soluções propostas” (DUARTE; SILVA; BRASILEIRO, 1996, p. 15). Os jurados concluíram a avaliação selecionando 15 das 25 equipes que apresentaram propostas.

Dentre os objetivos inovadores desse programa de urbanização, Pasternak (1999, p. 15) aponta os seguintes: “Fornecer saneamento básico com padrão aceitável – estes serviços devem ser mantidos pelas agências governamentais; reordenar a favela espacialmente, conectando suas ruas com as ruas da cidade e criando áreas de uso coletivo; fornecer serviço social; legalizar a propriedade da terra”.

No balanço dos projetos de urbanização empreendidos pelo Programa Favela-Bairro, no que se refere à regularização fundiária, Cavallieri (2003, p. 293) destaca um aspecto interessante e revelador. Esse autor afirma que esse

foi o componente que menos chegou a bom termo, embora os primeiros passos tenham sempre sido dados. [...] Começava-se pela regularização administrativa, ou seja, pela aceitação (pela Administração Pública) das obras e serviços implantados. Eram então editadas normas de controle de uso e ocupação do solo que permitiam a regularização urbanística, possibilitando, a expedição inclusive, dos habite-se das edificações – o que chegou a acontecer numa meia dúzia de casos. A partir disso, seria possível inscrever as edificações no cadastro imobiliário e cobrar (ou não, dependendo das regras de isenção) o imposto predial urbano. A titulação dos terrenos e/ou edificações seria o passo final, mas praticamente não chegou a acontecer.

Cavallieri atribui os resultados insatisfatórios da regularização fundiária do Programa Favela-Bairro ao desinteresse dos moradores das comunidades atendidas, que “talvez mesmo não a desejassem”, uma vez que poderia representar restrições à “liberdade de construir e de ocupar o solo, de que os favelados desfrutam de forma muito mais ampla do que os moradores das áreas formais” (CAVALLIERI, 2003, p. 294). Essa afirmação parece ser confirmada por pesquisa realizada em 1999, com 2070 moradores de 11 favelas urbanizadas pelo programa, que procurava identificar o que seria necessário realizar, concluídas as obras de urbanização. Nessa pesquisa verificou-se que a prioridade para a população atendida era a melhoria das condições de segurança e policiamento (14%). Em último lugar – com 1% das respostas – estava a regularização fundiária dos imóveis existentes nas favelas urbanizadas.

Davidovich (1997, p. 1478) questiona a visão da favela assumida por esse programa – definida como uma “entidade homogênea e sem conflitos” –, o que impossibilitaria a percepção de “importantes diferenciais” existentes dentro das comunidades faveladas. Esse caráter plural e diversificado das favelas, revelando a existência de uma grande heterogeneidade interna, tanto em relação à apropriação da moradia (tipo e local dentro da favela), como no que diz respeito à renda dos moradores, é, igualmente, apontado por outros autores – dentre os quais destacamos Pasternak (1999) e Valladares (1999).

José Arthur Rios, por outro lado, em entrevista publicada em *Capítulos da memória do urbanismo carioca*, questiona o programa por considerá-lo uma “maquiagem urbanística” (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 76). Embora ressaltando que “não conhece o programa em profundidade”, Rios diz que só compreende um programa em favela “com uma dimensão social, ou seja, levantamento do nível de vida da população, mediante uma série de técnicas e recursos, e participação” (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 76), o que, acrescenta, não existiria no Programa Favela-Bairro. Para Rios, as principais lacunas desse programa de urbanização seriam a ausência de uma efetiva participação popular organizada no processo de planejamento e implementação dos projetos e a pouca ênfase dada aos programas de promoção social dos moradores das comunidades atendidas.

Em contraposição à visão de Rios, Benetti (2008) afirma que um dos méritos do programa Favela-Bairro seria precisamente não ser

uma “pensada na sua formulação inicial como apenas de intervenção urbanística, mas muito mais como suporte para uma política integrada de combate à pobreza.” Nesse sentido, o autor destaca um conjunto de projetos implementados pela Secretaria de Trabalho da Prefeitura, visando “estabelecer laços entre a inserção social desses moradores e suas possibilidades de superação” (BENETTI, 2008, p. 173-174)

O apoio às costureiras existentes na Divinéia, a criação de cooperativa de trabalhadores na Ladeira dos Funcionários, a instalação de Escola de Circo em Clemente Ferreira (Caju), a instalação da concessionária FIAT (Caju), o curso de manutenção de elevadores (SOS Caju), os cursos de informática e línguas, (que) representam a tentativa de estabelecer para os moradores desses locais, melhores oportunidades de acesso a fontes de trabalhos mais estáveis e melhor remuneradas (BENETTI, 2008, p. 173-174).

Em 2003, um estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos, em conjunto com o Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comparando dados de sete favelas onde foi implementado o Programa Favela-Bairro e os de outras cinco, nas quais não foram realizados projetos de urbanização, revelam resultados diferenciados. Na avaliação desses resultados, afirma Pedro Abramo (2004, p. 10), coordenador da pesquisa, em entrevista publicada no jornal O Globo:

A avaliação sobre a situação da comunidade dez anos depois é bem melhor onde foi feito o Favela-Bairro. De uma forma geral, os indicadores sociais melhoraram em todas as comunidades. Mas, nos índices de infraestrutura, a melhora foi mais significativa onde houve o programa.

Contudo, a implementação das obras de urbanização não trouxe alterações significativas no que diz respeito à situação econômica dos moradores das favelas beneficiadas pelo programa de urbanização implementado pela prefeitura carioca, afirma Abramo (2004, p.10), na entrevista acima citada: “Nas comunidades incluídas no programa, os chefes sem renda passaram de 7,1%, em 1991, para 15,1% em 2000. Sem o programa, o percentual subiu de 5,8% para 11,2%”. Sobre essa questão, comenta ainda “Houve uma piora nesse sentido. E uma melhoria na faixa de dois a dez salários. Ou seja, quem estava mais prepa-

rado, conseguiu avançar, mas piorou a situação dos mais pobres. Não vejo impacto do Favela-Bairro nesse índice” (ABRAMO, 2004, p. 10).

Por outro lado, os dados da pesquisa realizada pelo IPP/IPPUR-UFRJ apontam o crescimento expressivo – mais de 200% – do número de domicílios nas sete favelas onde o Programa Favela-Bairro atuou, o que significa que as obras de urbanização realizadas estimularam o crescimento destes assentamentos. Confirmando a pesquisa desenvolvida pelo IPP, relatório feito por técnicos do Tribunal de Contas do Município, publicado no jornal O Globo (MAGALHÃES, 2005, p. 8), afirma que a inexistência de instrumentos eficazes de controle do uso e ocupação do solo, nas favelas beneficiadas pelo programa Favela-Bairro, teria contribuído para a significativa expansão da população dessas comunidades. O relatório aponta, ainda, que o poder público municipal deveria ter tomado medidas para impedir o crescimento do número de moradias nas comunidades beneficiadas pelo programa, no período entre o anúncio da realização do projeto e o início efetivo das obras. Esse acréscimo no número de moradias teria comprometido o orçamento inicial previsto para a urbanização desses assentamentos, fazendo com que muitas das obras não fossem concluídas.

Contudo, na avaliação do arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães – Secretário Municipal de Habitação, responsável pela estruturação do Programa Favela/Bairro – há um importante aspecto a ser considerado no programa de urbanização de assentamentos informais, criado pelo poder público municipal em 1994:

Com a integração da favela à cidade, podemos evitar a quebra das relações socioeconômicas dos moradores, que podem, assim, manter o mesmo trabalho, suas relações familiares e suas amizades. Para os pobres, a proximidade imediata da família e dos amigos é essencial para a manutenção de suas redes de ajuda-mútua (NOVO..., 1997, p. 17).

3 O PROGRAMA MORAR CARIOCA

Dando continuidade ao processo de urbanização dos assentamentos informais na cidade do Rio de Janeiro, destacam-se, na primeira década do século XXI, as intervenções realizadas nos chamados complexos de favelas, como Alemão, Mangueiras e Rocinha – esta última,

objeto de uma proposta pioneira de urbanização em grandes favelas, realizada pelo governo estadual em 2006, através de concurso nacional promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. Essas grandes intervenções – inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovido pelo governo federal – ocorrem num cenário marcado por dois diferenciais significativos, quando comparadas com outras realizadas no passado recente: a articulação entre as diferentes esferas administrativas (municipal, estadual e federal), no planejamento e execução da urbanização proposta, e a perspectiva de garantia de segurança aos cidadãos que vivem nas favelas, através da gradual implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Em julho de 2010, a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro lançou o Programa Morar Carioca, com o objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020, incorporando os conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia saudável, bem como a ampliação das condições de acessibilidade. Até 2012, de acordo com a prefeitura carioca, seriam investidos dois bilhões de um total de oito bilhões de Reais destinados ao Programa, que integra o plano de metas da cidade para a realização das Olimpíadas de 2016. Para viabilizar esse ambicioso programa de ação, a prefeitura firmou uma parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), promovendo um concurso de metodologias de urbanização de favelas, no qual se inscreveram 86 escritórios com equipes multidisciplinares, obrigatoriamente lideradas por arquitetos urbanistas.

De acordo com o prefeito Eduardo Paes e o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Sérgio Magalhães,

O Morar Carioca aproveita as diversas experiências das últimas décadas, seus erros, acertos e desvios de rumo, buscando ampliá-las, no objetivo da superação plena desse enorme desafio de integração social e urbanística. [...] Desde que o Favela-Bairro começou, as condições e exigências por certo se modificaram. Por exemplo, a disponibilidade de financiamento para construção de moradia popular não era tão ampla como agora. Na perspectiva de 2020, como proceder para que as favelas cheguem lá plenamente inseridas na cidade? Refletir sobre a experiência, medir vitórias e derrotas, compreender as circunstâncias, tudo isso poderá resultar em revisão dos parâmetros a serem atendidos por projetos e obras. Quais as novas exigências quanto ao sistema

viário? Quanto às redes públicas? O que especificar para conservação e manutenção econômicas? Quais equipamentos sociais necessários? Onde localizá-los? A reflexão por certo incluirá o tema das moradias precárias e do adensamento exagerado, onde há danos sanitários e ambientais. Melhorar a casa, com assistência e crédito, há de ser uma demanda importante nos próximos anos. O desadensamento implicará a construção de novas moradias. Aproveitar vazios urbanos e edificações ociosas, como há na Zona Norte suburbana, é caminho possível. Integrar as favelas à cidade é também ampliar a cidade às favelas. Ampliar através de serviços públicos necessários à vida urbana de hoje (CONCURSO MORAR CARIOCA, 2011, p. 5).

Em janeiro de 2011, o concurso foi homologado, qualificando 40 escritórios como aptos a conduzir os processos de urbanização e regularização fundiária das favelas cariocas. Parece abrir-se, assim, um novo capítulo nas experiências de urbanização de favelas no Rio de Janeiro que apesar de representar, sob certos aspectos, a continuidade de um processo em curso, há pelo menos 30 anos, apresenta algumas particularidades que se pretendem inovadoras.

A primeira particularidade do Morar Carioca se refere à escala de atuação do programa. Com o objetivo de urbanizar todas as favelas cariocas em 10 anos, e com oito bilhões de reais de orçamento, o programa expandiu, de modo significativo, as metas de seu antecessor, o Favela-Bairro. De acordo com o prefeito carioca, Eduardo Paes, na ocasião da diplomação das equipes, este programa pretende ser um dos maiores legados dos megaeventos que a cidade irá sediar nos próximos anos.

A implementação de um programa deste porte deve enfrentar, inevitavelmente, um conjunto significativo de desafios. Inicialmente, há que se considerar as questões referentes à permanência dessas intervenções, que dependem de um investimento contínuo, após a realização dos eventos, e da articulação da Secretaria de Habitação com as demais Secretarias Municipais, outras esferas do poder público e, inclusive, com agentes do setor privado, além – e sobretudo – das entidades de representação comunitária. Na visão de técnicos da Secretaria Municipal de Habitação e de profissionais com larga experiência no campo da habitação social, outro grande desafio é a coordenação dos 40 escritórios selecionados, que devem manter comunicação constante com a SMH e entre si.

Além dessas mudanças, de caráter operacional, referentes à escala do programa previsto pela prefeitura, é possível perceber, ainda, algumas diferenças significativas no perfil das propostas de intervenção apresentadas para o concurso Morar Carioca, quando comparadas com aquelas selecionadas pelo Programa Favela Bairro, em 1994. Neste último, as intervenções eram praticamente restritas à qualificação dos espaços públicos e à melhoria de serviços de infraestrutura nas favelas, além da construção de equipamentos comunitários. Essas intervenções, de modo geral, procuravam alterar o mínimo possível a estrutura espacial da favela, sendo as realocações de moradia propostas somente quando se tratava de reassentar famílias que ocupavam áreas de risco ou para viabilizar melhores condições de acessibilidade. Os projetos eram assim desenvolvidos por um conjunto diversificado de razões. Inicialmente, há que considerar que o cenário econômico no país, na ocasião do lançamento do programa Favela-Bairro, em 1995, era significativamente distinto daquele do final da primeira década do século XXI. O Plano Real recém-lançado dava, então, os primeiros passos no sentido de reduzir os índices inflacionários e promover a estabilização da economia, o que não permitia, no âmbito municipal, o aporte de recursos mais substanciais do que aqueles previstos pelo programa – que contava, ainda, com financiamento externo. Esse quadro restringia a possibilidade de projetos urbanísticos mais ousados, sobretudo no que diz respeito à acessibilidade, devido aos custos mais elevados dessas soluções. Nesse sentido, a quase totalidade dos projetos apresentados no concurso, em 1994, desconsiderava a possibilidade de implantação de teleféricos ou elevadores para acessar as comunidades localizadas em áreas de topografia mais acidentada, solução que seria prevista em quase todas as propostas apresentadas no concurso Morar Carioca, passados quase vinte anos. Do mesmo modo, contrapondo-se ao número reduzido de unidades de reassentamento previsto nas soluções urbanísticas implementadas pelo programa Favela/Bairro, o concurso Morar Carioca estimulava as equipes participantes a apresentarem propostas que “desadensassem” o tecido urbano das favelas, com a construção de unidades habitacionais multifamiliares verticalizadas em vazios gerados pela retirada de habitações existentes (Figuras 1 e 2).

Figura 1



Figura 2



Figuras 1 e 2 - Unidades Habitacionais Multifamiliares verticalizadas liberam espaços para recreação e lazer no interior da favela. Implantação de Planos Inclinados garantem melhores condições de acessibilidade. Concurso Morar Carioca Promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB RJ, em 2010. Equipe Armando Mendes.

Pode-se afirmar que existem, também, motivações ideológicas, no que diz respeito a essa alteração nas abordagens conceituais dos projetos de urbanização de favelas. Havia, no passado recente, entre os arquitetos urbanistas, quase que um consenso sobre o respeito à permanência do *habitat* da favela, construído pelos moradores ao longo de anos e com recursos e esforços próprios. Contribuíam para essa perspectiva, os conceitos fundamentados em teóricos (TURNER, 1977), que reconheciam a favela como a resposta possível, diante da ausência de políticas habitacionais adequadas, sendo, assim, muito mais uma “solução” do que um “problema”.

A morfologia irregular da favela traduzia, portanto, as limitações e possibilidades de produção do *habitat* pela população mais pobre, na luta pelo direito à cidade. Essa perspectiva ganhava ainda maior respaldo quando se fazia uma avaliação dos conjuntos habitacionais da época, que frequentemente se encontravam degradados ou abandonados pelas famílias originalmente assentadas, já que localizados em áreas periféricas, sem transporte público e equipamentos comunitários adequados, além de projetados sem participação popular. Dessa forma, seria uma atitude autoritária promover cirurgias urbanas significativas, que colocassem por terra o ambiente construído ao longo de anos pela população local, impondo novas soluções morfológicas (Figuras 3 e 4).

Nesse sentido, demolições eram previstas exclusivamente para viabilizar condições mais adequadas de acessibilidade, além da retirada de famílias que ocupavam áreas de risco. Acrescente-se a este quadro a associação feita muitas vezes pelos moradores entre os eventuais reassentamentos propostos pelos projetos de urbanização e as práticas de remoção promovidas pelo poder público no passado recente, ainda presentes na memória dos moradores das favelas cariocas. Por último, há que destacar um condicionante orçamentário: o Programa Favela-/Bairro previa um número máximo de famílias a serem reassentadas pelo projeto de urbanização, no interior das próprias comunidades contempladas. No concurso Morar Carioca, por sua vez, as equipes propuseram intervenções mais ousadas, com significativas reestruturações da malha urbana da favela, seja em termos de reconfiguração espacial, seja no que diz respeito às questões de acessibilidade/mobilidade. São, nesse sentido, propostas aberturas de vias de maior porte, a construção de teleféricos e de planos inclinados. Conjuntos habitacionais verticalizados, com a liberação de área para construção de espaços de recreação

e lazer, são apresentados em diferentes versões, com a justificativa de assegurar assim melhores condições de habitabilidade para a população local.

Figura 3

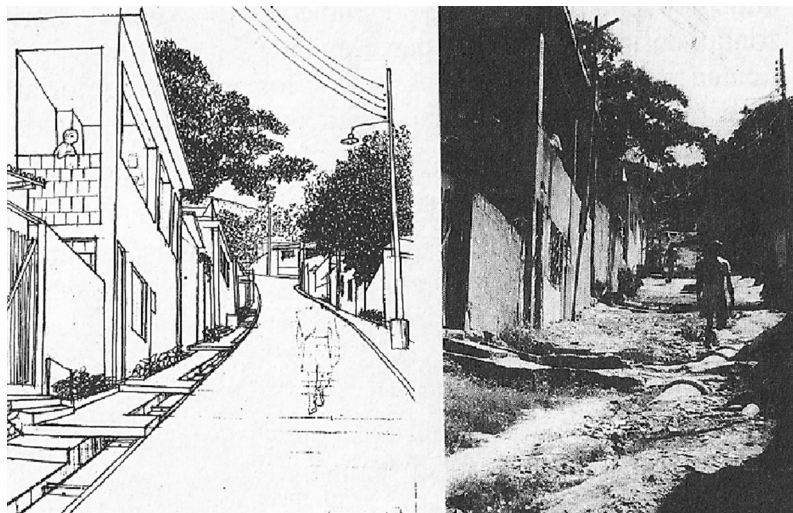


Figura 4

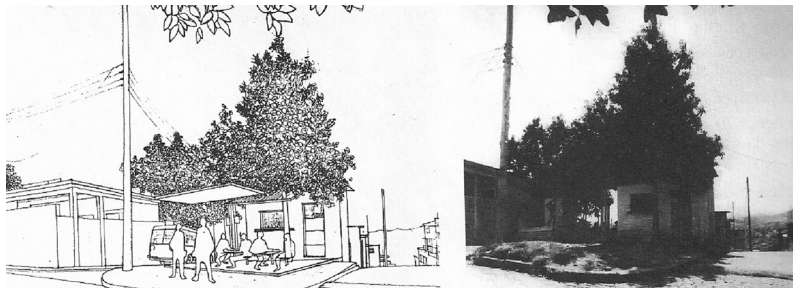


Figura 3 - Pavimentação, infraestrutura sanitária e rede de drenagem nas vias existentes. Fonte: Projeto da equipe 102. Favela, Um Bairro: Propostas Metodológicas para Intervenção Pública em Favelas do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Intervenções que valorizam espaços consolidados no interior da favela. Fonte: Projeto da equipe 102. Favela, Um Bairro: Propostas Metodológicas para Intervenção Pública em Favelas do Rio de Janeiro.

Essas novas propostas podem ser consideradas um dos desdobramentos da mudança no quadro econômico do país e das referências projetuais, como apontado anteriormente. O volume de recursos previstos no Programa Morar Carioca somente seria possível em um cenário, apontado por indicadores diversos, como de expansão da atividade econômica do país e de maior capacidade de investimento do Estado.

Por outro lado, contribui, também, para a execução desse programa, a realização na cidade do Rio de Janeiro de mega eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – que exigiram especial atenção do poder público, diante da visibilidade expressiva da cidade do Rio de Janeiro no cenário internacional. Não pode ser ignorado, ainda, que essa mudança na abordagem projetual da urbanização de favelas vai ao encontro, também, das demandas do setor empresarial da construção civil para a ampliação de suas atividades, tendo como respaldo a geração dos empregos formais para os segmentos menos qualificados da força de trabalho, além do estímulo à atividade industrial dos setores vinculados direta e indiretamente à construção civil.

Ainda no que diz respeito às referências conceituais de projeto, observa-se uma outra percepção do espaço construído da favela, que agora tem reconhecidos seus graves problemas de habitabilidade, ao mesmo tempo em que é legitimada sua inserção na cidade oficial. As novas intervenções vão, desse modo, simultaneamente, propor expressivas cirurgias no tecido da favela, e reconhecer as formas particulares de habitar dessas comunidades, tendo por objetivo assegurar melhores condições de habitabilidade. Desse modo, são previstas a melhoria das unidades habitacionais existentes, através de investimento e assessoria técnica, pela implementação de soluções que contemplem os problemas de salubridade e estabilidade das edificações. Essa proposta está em consonância com a Lei nº 11.888, sancionada em dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Em termos de projeto de urbanização de favelas, essa iniciativa constitui um avanço, pois reconhece a moradia individual como parte integrante do *habitat* a ser objeto de intervenção.

Outra questão que permeia a grande maioria dos projetos apresentados no concurso Morar Carioca, e que não era considerada

relevante no Programa Favela-Bairro, diz respeito à sustentabilidade ambiental e às possibilidades de introdução de dispositivos que assegurem redução do consumo de energia, captação de águas pluviais para reuso, manejo seletivo de resíduos sólidos e utilização de componentes construtivos reciclados, para citar alguns exemplos.

Outro significativo desafio a ser enfrentado está relacionado à participação popular organizada, no desenvolvimento e implementação dos projetos de urbanização a serem realizados. Se, durante o Programa Favela-Bairro, havia explicitamente, em todos os documentos oficiais, a exigência de que fosse garantida a ampla participação comunitária em todas as fases do projeto, diversos fatores impediram que esse objetivo fosse plenamente alcançado. A ausência de metodologias participativas mais adequadas, a exiguidade dos prazos contratuais e a pouca representatividade de diversas associações de moradores acabaram por transformar essa participação em elemento meramente formal de todo o processo, tornando-se, assim, um mero instrumento de legitimação dos projetos urbanísticos, desenvolvidos, através de consultas de alcance limitado. No Morar Carioca, por sua vez, há a continuidade, tanto das exigências por parte do poder público municipal, como da intenção das equipes em promover a participação comunitária na elaboração dos projetos – o que pode ser observado nos memoriais dos trabalhos apresentados no concurso realizado pelo IAB-RJ. Porém, somente a existência de um cenário político efetivamente favorável permitirá que sejam desenvolvidas soluções mais ousadas de inserção dos moradores no processo de planejamento, acompanhamento da execução das obras de urbanização e posterior monitoramento das melhorias implantadas – e esse cenário político diz respeito não apenas à vontade política da prefeitura carioca, mas, principalmente, da capacidade de organização das entidades representativas dos moradores das favelas que deveriam ser contempladas na primeira fase do Programa Morar Carioca.

No desenho desse novo cenário de urbanização das favelas cariocas, deve-se observar, ainda, o impacto gerado pela política de segurança implementada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que tem na implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) um dos principais elementos. Há, nesse sentido, a expectativa de que, ao contrário do que ocorreu em algumas comunidades onde o Programa

Favela-Bairro foi implantado, em que a elaboração dos projetos e/ou execução de obras foram comprometidas pela presença ostensiva do narcotráfico, a melhoria das condições de segurança nas comunidades onde serão realizadas as intervenções urbanísticas possa contribuir para um alcance de resultados mais satisfatórios. Embora a instalação das UPPs tenha contribuído significativamente para a redução do quadro de violência cotidiana nas favelas ocupadas, há críticas de diferentes setores quanto a alguns aspectos dessa política de segurança, como, por exemplo, os critérios de escolha das favelas a serem atendidas, que teriam privilegiado aquelas localizadas na zona sul e na área central do Rio de Janeiro – uma ação que privilegiaria apenas as áreas onde serão realizados os eventos esportivos de 2014 e 2016. Outros apontam a necessidade de que sejam implantados programas de promoção social nas comunidades faveladas onde foram criadas as UPPs, ampliando, assim, o alcance da intervenção promovida pelo Estado. Contudo, não há dúvidas de que esse quadro de “pacificação” de favelas favorece amplamente a atuação das equipes que desenvolverão projetos de urbanização.

4 **CONCLUSÕES**

Ao analisar os resultados do Concurso Morar Carioca, o arquiteto Luiz Fernando Janot (CONCURSO MORAR CARIOCA, 2011, p. 12) afirma que,

Por se tratar de um concurso público de âmbito nacional, aberto à participação de qualquer arquiteto, vislumbrou-se não apenas a possibilidade de ampliar o mercado de trabalho, mas, também, oferecer aos jovens e promissores arquitetos a chance de demonstrar a sua efetiva capacidade profissional.

Constata-se, portanto, que, se, no início da década de 1980, a atuação dos arquitetos nas atividades relacionadas à urbanização de favelas possuía um forte caráter ideológico, como parte da luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1969), no início da década de 2010, projetos de intervenções urbanísticas em assentamentos informais constituem mais um nicho de mercado para o exercício profissional de arquitetos e urbanistas.

Para Janot, o “Concurso Morar Carioca” teria um caráter ainda mais relevante por “estimular paralelamente a discussão sobre os conceitos e propostas formuladas, contribui (indo) para aperfeiçoar os futuros projetos em assentamentos precários informais, seja na cidade do Rio de Janeiro ou em qualquer outra localidade do território nacional” (CONCURSO MORAR CARIOCA, 2011, p. 12).

Concretizar as propostas contidas no Programa Morar Carioca – e materializadas nos projetos apresentados pelas equipes técnicas no Concurso promovido pelo IAB-RJ – é algo que depende do que se convencionou chamar de “vontade política” daqueles que estão à frente do poder público municipal e, também, estadual, uma vez que essa interação é absolutamente necessária, considerando as características das intervenções urbanísticas previstas.

Inicialmente, é fundamental ampliar a capacidade de acompanhamento técnico das diferentes etapas de desenvolvimento do referido programa, sobretudo no que diz respeito ao dimensionamento da equipe de profissionais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A equipe de técnicos da Secretaria Municipal de Habitação é qualificada, possuindo, ainda, uma larga experiência – acumulada ao longo de mais de vinte anos – em projetos de urbanização de assentamentos informais, porém há dúvidas quanto à capacidade desse corpo de profissionais responder adequadamente às tarefas de fiscalização e acompanhamento de um programa tão ambicioso em termos de metas – a urbanização de todas as favelas cariocas até 2020.

No que diz respeito à contratação dos escritórios privados, responsáveis pela elaboração dos projetos de urbanização, é imprescindível a compatibilização dos prazos contratuais com a dinâmica particular do processo de participação comunitária no desenvolvimento dos projetos de urbanização. Ao longo das distintas etapas do Programa Favela-Bairro, a questão da participação comunitária foi objeto de críticas, não apenas de profissionais envolvidos, como também, de estudiosos – Cardoso (2002, p. 50) destaca, nesse sentido que, “a participação popular é [no Programa Favela-Bairro] extremamente tímida, com fortes indícios de constituir-se mais como prática de legitimação das ações do que propriamente de democratização da política”. Para reverter esse quadro, será preciso que as equipes estruturem processos de planejamento efetivamente participativos, o que pressupõe o desen-

volvimento de metodologias apropriadas a essa maior participação popular. Cabe ao poder público, por último, reconhecer a validade dessa efetiva participação organizada dos moradores, não como um elemento complicador para o desenvolvimento dos trabalhos, mas como um fator absolutamente necessário para que o programa de urbanização fosse bem sucedido.

A proposta de ampliação das atividades dos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs), presente no edital do Concurso Morar Carioca e nos projetos da maioria das equipes selecionadas, pretende contribuir para a resolução de outro desafio: o de promover o cumprimento de uma legislação urbanística adequada às características particulares da favela – ordenando o uso e ocupação do solo – e, também, garantir aos moradores assessoria jurídica e social. O sucesso dessa iniciativa depende de investimentos contínuos em infraestrutura e em equipes multidisciplinares especializadas, porém, este é, sem dúvida, um importante passo para que os investimentos realizados pelas obras de urbanização tenham eficácia.

A questão da promoção social, a ser implementada através da realização de projetos diversos nas comunidades urbanizadas é, por sua vez, outra relevante questão a ser considerada. O desenvolvimento – e a implantação – de projetos, que efetivamente contribuam para elevação da renda familiar dos moradores das comunidades urbanizadas, poderia impedir a ocorrência daquilo que os estudiosos definem como “remoção branca”: uma vez que a urbanização da favela é acompanhada por uma elevação dos valores pagos em aluguéis, bem como na compra e venda de imóveis, moradores que não dispõem dos recursos necessários para fazer frente ao novo quadro de melhorias poderiam ter que abandonar a comunidade onde vivem, comprometendo o alcance social do projeto de urbanização.

No que diz respeito aos aspectos de sustentabilidade que deverão estar presentes nos projetos desenvolvidos no Programa Morar Carioca, o conceito de tecnologia apropriada parece ser o mais adequado para adoção, no sentido de que reconhece a relevância dos aspectos culturais, econômicos e sociais na formulação de soluções tecnológicas. A proposição de soluções que, embora adequadas em outro contexto, não contemplam as práticas locais da comunidade, tem grande possibilidade de serem mal sucedidas. Um exemplo desse quadro é a

proposição de “tetos verdes” nas moradias, presente em algumas das propostas apresentadas no concurso, que, embora adequada no que diz respeito aos aspectos de conforto térmico e impermeabilização, vai de encontro à apropriação usual das lajes de cobertura como espaços de serviço, convívio e recreação, além de constituírem áreas de possível ampliação vertical das unidades habitacionais. Reconhecendo a dificuldade na adoção imediata de soluções não convencionais, outras equipes participantes do concurso as restringiram aos equipamentos públicos, na expectativa de uma difusão gradual desses novos elementos junto aos moradores.

Deve ser ressaltada, ainda, a relevância da real incorporação dos moradores das comunidades faveladas atendidas pelo novo programa de urbanização apresentado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, às diferentes etapas do processo de desenvolvimento e execução dos projetos urbanísticos anunciados. Somente assim, será possível afirmar que foi construído um “morar carioca”, que traduz a integração das favelas à cidade oficial, através da extensão de infraestrutura e de serviços públicos aos que vivem nessas comunidades – e isto só será possível através de projetos de urbanização que reconheçam o que é comum e o que é particular em cada favela da cidade do Rio de Janeiro.

Os desafios para o desenvolvimento do programa Morar Carioca são muitos e de diversas naturezas. São desafios técnicos, teóricos e políticos que deverão ser superados a fim de implementar um programa amplo e participativo de urbanização de favelas no Rio de Janeiro. A conjuntura municipal específica dos anos 2010, desencadeada pela Copa Mundial da FIFA e pelos Jogos Olímpicos, parece favorecer um direcionamento de esforços no sentido de viabilizar esse importante legado para a cidade. Caso algum desses desafios se mostre insuperável, será uma oportunidade que, possivelmente, tardará a ressurgir.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro (Org.). **A Cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

ABRAMO, Pedro (Org.). Favela-Bairro: mais infra-estrutura e renda pior: entrevista concedida a Luís Ernesto Magalhães. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 10, 22 fev. 2004.

ABREU, Maurício. **Reconstruindo uma história esquecida:** origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. Cópia xerográfica.

BENETTI, Pablo. Para além do Favela-Bairro. In: LUCARELLI, Francesco; DUARTE, Cristóvão Fernandes; SCIARRETTA, Massimo (Org.). **Favela e cidade.** Nápoles: Giannini Editore, 2008. p. 163-178.

CARDOSO, Adauto Lucio. O Programa Favela-Bairro: uma avaliação. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS IPT EM HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE: ASSENTAMENTO URBANO PRECÁRIO, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IPT, 2002. CAVALLIERI, Fernando. Favela-Bairro: integração de áreas informais no Rio de Janeiro. In: ABRAMO, Pedro (Org.). **A cidade da informalidade:** o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003. p. 284-295.

CONCURSO MORAR CARIOCA: Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais: Catálogo propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil, 2011.

DAVIDOVICH, Fany. Programa Favela-Bairro e as tendências de reestruturação da metrópole: o caso do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: [s.n.], 1997. p. 1473-1483. DUARTE, Cristina Rose; SILVA, Oswaldo Luiz; BRASILEIRO, Alice (Org.). **Favela, um bairro:** propostas metodológicas para intervenção pública em favelas cariocas. Rio de Janeiro: Pro Editores, 1996. FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. FROSSARD, Elane. **Housing the urban poor:** the loteamentos populares in Rio de Janeiro. Boston: Universidade de Boston, 1984. LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio. **A crise da moradia nas grandes cidades:** da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

MAGALHÃES, Luís Ernesto. Até o Favela-Bairro é contestado: técnicos do TCM apontam falhas no programa da prefeitura considerado modelo pelo BID. **O Globo,** Rio de Janeiro, p. 8, 17 out. 2005.

NOVO futuro para as favelas do Rio. **BID Extra**, Washington, p. 17-18, 1997.

PASTERNAK, Suzana. Tendências recentes na política de desfavelamento brasileira. **Sinopses USP**, São Paulo, n. 28, p. 48-66. 1999.

PERLMAN, Janice. **The myth of marginality**: urban poverty and politics in Rio de Janeiro. Berkeley: University of California Press, 1979. RIO DE JANEIRO. Prefeitura. . **Edital do Concurso Favela-Bairro**. Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, Carlos Nelson Pereira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. TREIGER, Berta; FAERSTEIN, Eliane. Efeitos da urbanização nas atividades de geração de renda. In: **MORAR na Metrópole**: ensaios sobre Habitação Popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO – Instituto de Planejamento Municipal, 1988. p. 72-77. TURNER, John. **Vivienda, todo el poder para los usuarios**: hacia la economía en la construcción del entorno. Madrid: H. Blume Ediciones, 1977. VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. _____ . Que favelas são essas? **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, Ano 2, n.8, p. 62-68, ago./out. 1999.

PENSANDO ALTERNATIVAS PARA A HABITAÇÃO POPULAR: A RECONVERSÃO DE USINAS EM CONDOMÍNIOS NA AVENIDA BRASIL

Maíra Machado-Martins*

I INTRODUÇÃO

A questão da moradia é um dos grandes problemas da atualidade, em diversas metrópoles do mundo, sobretudo em países considerados por muito tempo como países “em desenvolvimento”. A população mais atingida é, sem dúvida, aquela de menor poder aquisitivo, que compõe os grupos sociais mais desfavorecidos, e que enfrenta o problema da falta de realizações em relação a moradias dignas ao longo da história. A partir desta falta de resposta da parte do poder público, esta população encontra, ela mesma, formas e estratégias para morar na cidade. Estas formas se caracterizam muitas vezes pela irregularidade jurídica, utilização clandestina dos terrenos ou até pela ausência de um ordenamento espacial.

Desta forma, a dinâmica de transformação do espaço urbano das grandes cidades se traduz, entre outras, pelo desenvolvimento da habitação informal, muitas vezes precária, e organizada pelos próprios moradores. A cidade do Rio de Janeiro, por ter sido a capital do Brasil até 1960, apresenta dinâmicas urbanas em relação à moradia popular e

* Bolsista de Pós-doutorado do CNPq, - Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora do LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF, pesquisadora associada do Lab'urba – Université Paris-Est.

informal que são específicas aos seus diferentes contextos históricos. Observamos assim diferentes modos de moradia popular ao longo do tempo, assim como suas relações estabelecidas com o meio urbano, por exemplo, os cortiços e favelas.

Analisar os diferentes modos de moradia popular, a evolução da sua relação com a cidade e os aspectos que orientam as políticas urbanas em relação a este tipo de habitação, pode contribuir à reflexão das possibilidades futuras em busca de soluções para este problema, que atinge uma grande parte das cidades do mundo.

Esta pesquisa se concentra sobre uma forma relativamente nova de moradia popular na cidade do Rio de Janeiro, as ocupações de imóveis de função industrial abandonados, por uma população de baixa renda, e sua conversão em moradia pelos próprios habitantes. Estas ocupações se iniciaram no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 e se situam à margem da Avenida Brasil, localizadas entre a referida Avenida e a via férrea onde a companhia de trens urbanos Supervia opera o ramal Saracuruna. Três ocupações, situadas próximas umas das outras, foram estudadas: “Condomínio Areias Brancas”, “Batidão” e “Monte Castelo”, a última foi escolhida como estudo de caso, sob uma perspectiva etnográfica¹.

2 **CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS “CONDOMÍNIOS POPULARES”**

Primeiramente, denominamos esta forma de moradia como “condomínios populares” devido a certas características comuns relativas à configuração do espaço de habitação e ao funcionamento interno (presença de normas), que se assemelham à forma de organização condominial da “cidade formal”.

As três ocupações apresentam muros e portas/portões de acesso. No interior, encontramos unidades de moradia particulares (casas ou apartamentos) e espaços coletivos, de uso comum. Cada “condomínio” (ou ocupação) apresenta um síndico, responsável por representar os moradores em procedimentos de legalização e também por

¹ Com o objetivo de preservar a identidade e segurança dos moradores, foram omitidas as informações que revelam a localização exata das ocupações. Pelo mesmo motivo, o nome das ocupações e dos entrevistados foram modificados.

administrar todo tipo de problema dentro da ocupação, de conflitos entre vizinhos até problema de ordem técnica, como rompimento de tubulação de esgoto, por exemplo. Os habitantes pagam uma “taxa de condomínio”, que corresponde normalmente aos gastos coletivos, como faxineira, porteiro, consertos e manutenção.

Situadas em grandes terrenos de produção industrial – cuja área varia de 3.800m² a 12.000m² – as ocupações já apresentavam as redes de infraestrutura básica, como água, energia elétrica e esgoto. Os moradores adaptaram e prolongaram as redes de acordo com a conformação das moradias, sendo todos eles atendidos. Alguns “condomínios” apresentam redes legalizadas, outros não.

No caso do “Monte Castelo”, a estrutura interna, tanto de comércio quanto de alguns equipamentos coletivos, demonstram que o espaço de moradia se apresenta consolidado em relação às demandas cotidianas e básicas dos moradores, apresentando eventualmente uma certa sofisticação.

A população moradora, sobretudo os primeiros ocupantes, se origina em grande parte de favelas, muitas delas próximas ao local como aquelas que compõem o bairro Maré, situado do outro lado da Avenida Brasil. Os primeiros ocupantes são responsáveis pelo processo de conversão e construção do espaço de moradia, e também dão o nome ao “condomínio”. As três ocupações se localizam em uma zona dominada por milícia, um fator essencial para a compreensão de práticas, normas e escolhas no interior deste espaços de moradia.

3 OS “CONDOMÍNIOS POPULARES” SOB A ÓTICA DO MODELO DE DISTRIBUIÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO RIO DE JANEIRO

O modelo de Estrutura Metropolitana, tal como descrito por Maurício Abreu (1997), além de ser atual, pode também ser aplicado na escala do município do Rio de Janeiro. Observamos a presença de um núcleo que concentra as funções centrais, os esforços de investimento público e privado, os melhores padrões de infraestrutura urbanística (como transporte público, rede de escoamento de águas pluviais, equipamentos etc.), a renda, o trabalho, e conseqüentemente a população com maior poder aquisitivo da cidade. O núcleo pode ser representado

pela Zona Central, a Zona Sul carioca e mais recentemente pelo bairro da Barra da Tijuca, onde se concentra a maior parte dos condomínios fechados da cidade. Em seguida, temos uma periferia imediata que pode ser compreendida pela Zona Norte e que se localiza logo após o núcleo. Por fim, temos a periferia intermediária que seria a zona de expansão da cidade, onde as redes de infraestrutura urbanística são consideradas as piores, isolando esta zona do núcleo pela falta de transporte coletivo eficaz e tornando esta parte da cidade a mais barata de se viver – é o caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

As ocupações apresentadas aqui se situam, a partir deste modelo, na periferia imediata, em uma área predominantemente industrial, próxima ao centro e que dispõe de diversas linhas de ônibus, facilitando a mobilidade dos moradores aos seus diversos locais de trabalho. Mas ao mesmo tempo, é uma área que pode ser considerada degradada, pela falta de investimentos públicos e abandono gerado pelas indústrias que deixaram o local. Esta zona onde se localizam os “condomínios populares” também é uma área de favelas consolidadas, principalmente o conjunto que forma o Complexo da Maré, que desde 1994 é reconhecido oficialmente como bairro pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Todas estas características atuais nos chamam a atenção para refletir, não somente sobre a representação deste espaço específico no contexto urbano da cidade, mas também sobre o lugar desta camada mais desfavorecida da população – de forma mais abrangente – na evolução do Rio de Janeiro. Como as funções do espaço acompanharam as transformações da cidade? O que leva alguns moradores de favelas do Complexo da Maré a ocupar atualmente estes espaços de usina abandonados? As semelhanças observadas entre as ocupações e os condomínios formais, seriam elas “referências” para constituir os “condomínios populares”? Para responder estas perguntas desejamos primeiramente analisar as ocupações sob uma perspectiva histórica das políticas e da evolução da cidade, ainda segundo Mauricio Abreu.

O modelo de distribuição socioespacial da cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu com o apoio de políticas públicas urbanas e uma forma de governança que apoiaram e deram total liberdade aos investidores, consolidando uma cidade dicotômica e segregativa. Partindo do início do século XX, nos deparamos com a Reforma do Prefeito

Pereira Passos (1902-1906) que expulsa literalmente os mais pobres da região central da cidade, a partir da demolição da forma mais usual de moradia desta população na época, os cortiços. Se inspirando na reforma do Barão de Haussmann em Paris na segunda metade do século XIX (1851-1870), Pereira Passos se utiliza dos mesmos argumentos que seu homólogo francês para alcançar objetivos semelhantes: a modernização da capital, a partir da construção de um espaço urbano salubre e com construções clássicas que vão, sobretudo, erradicar os mais pobres das áreas centrais, valorizando com esta proposta novos espaços das cidades, dedicados às classes mais ricas da população. A demolição dos cortiços na área central gerou um problema para a população trabalhadora, que encontrou como uma das saídas para a moradia, a implantação nos morros do centro da cidade: é o início da expansão de favelas.

Durante todo o século XX, a lógica das políticas urbanas no Rio de Janeiro não se afasta daquela que comandou as Reformas de Pereira Passos. Observamos, ainda na primeira metade do século XX, a consolidação da zona suburbana da cidade como zona de residência do proletariado, tendo crescido de forma quase “espontânea”, a partir de centralidades que se formaram em torno das estações da Estrada de Ferro e que ligaram a Estação Dom Pedro I (atual Central do Brasil) e a Baixada Fluminense. Paralelamente, a Zona Sul da cidade encontrava uma expansão controlada através de investimentos públicos e privados, que “organizavam” previamente o território para que em seguida as classes sociais mais altas pudessem se instalar. Foi o caso dos bairros do Leblon, Ipanema, Lagoa, que se beneficiaram de obras de infraestrutura básica – redes de água, esgoto, energia elétrica – e da implantação de linhas de bonde entre 1910 e 1925. Já em 1930, a estratificação social era clara no espaço urbano da cidade: Copacabana, Ipanema, Leblon e Lagoa compunham a “Nova Zona Sul”, zona de residência predominante da classe social mais rica; a antiga Zona Sul e a Zona Norte acolhiam a residência da classe média e os grupos sociais mais pobres residiam nos subúrbios. A expansão da cidade e o crescimento demográfico não foram acompanhados pela expansão da rede de transportes coletivos, ocasionando maiores distâncias entre local de moradia e trabalho, sobretudo para as camadas mais desfavorecidas da

população. Este período é então caracterizado por um grande aumento de favelas na Zona Sul da cidade, uma saída encontrada pela população mais atingida pelo problema.

Outras áreas que também apresentam forte crescimento de moradias irregulares na metade do século XX, que vão dar origem a algumas favelas, são aquelas localizadas próximas às indústrias. A intensificação desta atividade na antiga capital brasileira é observada, sobretudo nos anos 1930, a partir da crise de 1929 e da II Guerra Mundial (1939-1945). O Decreto-Lei nº 6.000/37 (ABREU, 1997, p. 99-103) tem papel fundamental na nova lógica de industrialização que marcará este período, tanto em relação à localização desta atividade na cidade, quanto à sua relação com o Estado. Primeiramente, fica determinado uma zona industrial na cidade, ao mesmo tempo que, também, se proíbe a sua instalação nos bairros da Zona Sul e Norte da cidade, que já se encontram valorizados. A zona industrial compreendia as áreas ao longo da rede de linhas ferroviárias, aquelas que originaram a expansão dos subúrbios, e que incluem os atuais “condomínios populares” que tratamos neste trabalho. Em segundo, a “parceria” estabelecida entre o Estado e indústria neste momento, se traduz pelo comprometimento do poder público em ajudar financeiramente a produção de bens manufaturados, demonstrando seu interesse em impulsionar a atividade, o que se refletirá também, através de uma política onde os detentores do capital continuam livres para reforçar as desigualdades e contradições no espaço da cidade, uma vez que as zonas suburbanas onde vão se implantar possuem terrenos baratos, a infraestrutura necessária para escoamento de mercadoria e matéria-prima e mão-de-obra disponível.

É neste contexto de expansão industrial e especialização do espaço urbano que é inaugurada a Avenida Brasil, em 1946. Criada no contexto do Plano Rodoviário Nacional, lançado pelo então presidente Getúlio Vargas, a Avenida Brasil tinha o objetivo de descongestionar as antigas rodovias que ligavam a capital Rio de Janeiro à cidade de São Paulo e Petrópolis, assim como integrar também os terrenos localizados à sua margem ao tecido urbano, a partir da ocupação industrial. A construção deste eixo de localização das indústrias vai intensificar a ocupação dos terrenos no seu entorno, por uma população de pescadores e trabalhadores das usinas, dando origem a diversas favelas, entre elas o Morro do Timbau, conhecida como a primeira que compõe

o atual bairro Maré. Temos assim uma zona urbana de uso oficialmente industrial, mas onde os terrenos residuais deram origem à residências informais.

Esta configuração sofre um abalo com a crise industrial enfrentada pela cidade no final dos anos 1950, sobretudo a partir da transferência da capital para Brasília em 1960 e da política do então Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) que orientou os investimentos do setor industrial para São Paulo. As consequências se refletem na partida de indústrias da cidade e no fechamento e falência de outras usinas, sobretudo a partir de 1970, com o estabelecimento do novo modelo de produção descentralizado. Até 1990 a Avenida Brasil vive um esvaziamento sem precedentes da sua função industrial, o que resulta em uma série de grandes terrenos abandonados, e com eles, uma população proletária desempregada. Ao mesmo tempo, em 1990, as favelas localizadas à sua margem se encontram completamente consolidadas e dominadas por facções de narcotraficantes que, em busca do controle territorial destes espaços, estabelecem uma verdadeira guerra quase cotidiana, contribuindo ainda mais para o esvaziamento da região, inclusive do comércio. A Avenida Brasil, na sua parte mais próxima da Baía de Guanabara, se define nos anos 2000 como uma área degradada, violenta e sem valor para o capital imobiliário.

É neste contexto que se iniciam as ocupações de terrenos que vão gerar os “condomínios populares”. A violência aparece como um dos fatores alegados pelos habitantes para partir das favelas que compõem a Maré em direção aos terrenos de usina abandonados. Em discussões com moradores do “Monte Castelo” em 2008 e 2009, as duas razões alegadas para a partida da favela foram:

1º A violência e o armamento ostensivo do tráfico de drogas. Esta justificativa foi alegada principalmente pelos moradores com filhos pequenos e/ou filhas, pois o problema principal enfrentado na favela por esta população era o medo de “perder os filhos para o tráfico”, ou seja, que eles comesçassem a trabalhar com os narcotraficantes, em busca de uma “vida fácil”. Para os pais que tinham filhas, o medo maior era que fossem atraídas pelos bandidos, engravidando cedo ou se envolvendo com os jovens líderes. Desta forma, estes moradores diziam que na ocupação eles não corriam este risco, podendo inclusive deixar seus filhos mais livres para brincar dentro da comunidade, já que

sabiam que não corriam o risco de serem atingidos por uma bala perdida, ou de se envolver com bandidos, ou de presenciar cotidianamente o porte de armas e a presença violenta dos narcotraficantes, como na favela que moravam anteriormente.

2º O acesso à propriedade. “Sair do aluguel”, se mostrou a outra razão principal para que os moradores trocassem a favela de origem pela ocupação. Os primeiros habitantes do “Monte Castelo” escolheram seus terrenos ou apartamentos, podendo assim construir suas casas como proprietários. Os habitantes mais recentes conseguem comprar um imóvel por um preço algumas vezes mais acessível que na favela. O preço de uma casa na ocupação não é tão diferente de uma casa na Favela “Parque União”, por exemplo, mas o que certos moradores alegavam era que preferiam investir o valor em uma comunidade que fosse mais tranquila e estável para sua família.

4 **RELAÇÕES ENTRE “CONDOMÍNIOS POPULARES” E A MORADIA COLETIVA FORMAL NO RIO DE JANEIRO**

Mas os “condomínios populares” demonstram representar mais do que uma alternativa à favela para seus habitantes (MACHADO-MARTINS, 2012). Encontramos uma série de aspectos, além daqueles já apresentados, que confirmam as semelhanças existentes entre este tipo de moradia popular e os condomínios da “cidade formal”. Podemos afirmar que as ocupações buscam integrar valores ou referências desta forma de moradia? Neste caso, seria este um desejo de normalização dos moradores ou um interesse em forjar uma formalização da parte do grupo de poder paralelo atuante na área? Afim de refletir sobre estas questões vamos abordar estas características presentes em cada uma das ocupações e que mais nos chamam atenção.

O terreno da ocupação “Condomínio Areias Brancas” apresenta uma configuração onde existe um prédio principal, duas edificações menores e mais deterioradas e casas de até dois pavimentos. No momento da ocupação do prédio principal os moradores chamaram um engenheiro para reforçar a estrutura física da construção e que realizou também um projeto de reconversão do espaço da fábrica em aparta-

mento. O resultado foi a construção de unidades de habitação tipo, com a mesma área e a mesma planta interna, composta de dois ou três quartos. A síndica do prédio principal determinou que as fachadas dos apartamentos fossem pintadas da mesma cor, e com portas e janelas do mesmo material. Observamos uma homogeneidade das construções nos corredores: de um lado temos janelas e portas em alumínio, e do outro, portas em madeira e janelas em alumínio (Fotografia 1 e 2). O resultado é uma padronização tanto das fachadas quanto das plantas, típica dos condomínios de apartamento formais.

No “Condomínio Areais Brancas” cada unidade de habitação do prédio principal possui seu relógio de luz, o que determina uma conta correspondente ao gasto de cada morador. As despesas relativas à manutenção das partes comuns do edifício são divididas pelas unidades de moradia, como na forma condominial.

Na ocupação “Batidão”, a existência de uma Associação de Moradores devidamente formalizada junto à Prefeitura, determina modalidades de administração bem semelhantes àquelas da cidade formal. A Associação de Moradores Parque Tambaú Vila Vitória, que atualmente engloba também a ocupação “Monte Castelo”, possui talão de recibo da “Contribuição Residencial do Associado” (Fotografia 3), e um espaço no interior da ocupação, com sala para o síndico (Fotografia 4) e sua secretária, responsável por receber o pagamento das taxas e fornecer as correspondências aos moradores.

No “Monte Castelo”, as semelhanças com os condomínios formais se traduzem pela presença de equipamentos coletivos no interior e no emprego de serviços para manutenção do espaço comum, justificando inclusive o pagamento de uma “taxa de condomínio”. Esta ocupação apresenta piscina, uma pequena praça (Foto 5), quadra de esportes e palco para pequenas apresentações, além de dois porteiros, um do dia e outro da noite e uma faxineira que limpa as partes comuns da ocupação. A presença destes equipamentos em um espaço de habitação coletiva que apresenta em torno de 200 unidades, nos remete ainda mais diretamente à estrutura condominial da cidade formal devido à presença de funcionários (também moradores da ocupação) responsáveis pelo espaço coletivo da moradia. O “Monte Castelo” apresenta uma peculiaridade importante em relação às outras ocupações: o acesso ao interior se dá por uma única entrada e que, em 2006, era feita através de um portão automático que deveria ser acionado pelo porteiro.

Fotografia 1




Fotografia 2



Fotografia 1 e 2 Fachadas dos prédio principal da ocupação “Condomínio Areais Brancas”, que apresentam o mesmo aspecto homogêneo que os condomínios formais.

Fonte: O autor

Fotografia 3

 Nº 01	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE TAMBAÚ VILA VITÓRIA
Nome: _____	Recebemos de _____
R\$: _____	a quantia de R\$ _____, referente a mensalidade do mês de _____ de 200__.
Data: ____/____/____	Endereço: Rua Tambaú, n.º _____, Bloco _____, Casa _____, Complemento: _____.
Assinatura _____	Rio de Janeiro, ____ de _____ de 200__.
Nome: _____	Assinatura _____
	Nº 01

Fotografia 4



Fotografias 3 e 4 Talão de Recibo e sala do síndico da ocupação “Batidão”.

Fonte: O autor

Fotografia 5



Fotografia 5: Vista da Praça da ocupação “Monte Castelo”, com a piscina e palco para apresentações, em 2006.

Fonte: O autor

Além das particularidades apresentadas em cada caso, as ocupações da Avenida Brasil demonstram características comuns que se associam à forma de moradia em condomínio. A lei de respeito ao silêncio a partir de 22h, por exemplo, é uma norma que revela a busca de um equilíbrio na moradia coletiva que, apesar de criar conflitos no interior de algumas das ocupações, é reconhecida como necessária pela maior parte dos habitantes. A presença de certos elementos, como os muros que delimitam os terrenos das ocupações e os portões de acesso que são fechados pelo menos durante a noite, também refletem uma clara busca pela privatização do espaço. Se esta privatização não busca criar um espaço excludente ou uma homogeneidade social no seu interior, como observado em algumas formas de condomínio, ela se utiliza destes elementos como proteção da violência ou para marcar uma diferenciação deste espaço, criando um ambiente de moradia menos permeável do que, por exemplo, grande parte das favelas cariocas, cujo acesso é feito através de logradouros públicos.

5 **UMA FORMA HÍBRIDA DE HABITAÇÃO POPULAR**

O emprego da expressão “condomínios populares” para caracterizar este tipo de moradia que encontramos na Avenida Brasil se justifica a partir da definição de um conjunto de unidades de habitação e cujo espaço comum é repartido entre os proprietários das casas e apartamentos. O que vem acontecendo em algumas ocupações, é que o espaço comum tem sido progressivamente ocupado por novas casas, e os equipamentos se encontram cada vez mais degradados, perdendo assim a sua função de uso comum para os moradores. Outro aspecto que também justifica o uso da expressão, é de ordem simbólica: a configuração homogênea dos espaços juntamente com as normas determinadas pelos síndicos, sobretudo no caso do “Condomínio Areias Brancas”, demonstram que estamos diante de uma forma de moradia que anseia por certa normalização do espaço, e que também se diferencia da forma que encontramos na maior parte das favelas cariocas. A presença destas novas normas no espaço de moradia também é apreciada por grande parte dos residentes entrevistados no “Monte Castelo”, quando estes destacam como uma das razões para abandonar a favela de origem o desejo de escapar da brutalidade das leis impostas pelos narcotraficantes. Certamente as ocupações da Avenida Brasil não representam uma forma democrática de moradia coletiva, com uma verdadeira participação de seus habitantes, sobretudo na escolha do administrador e nos investimentos em manutenção dos espaços coletivos, mas algumas de suas regras internas procuram estabelecer certo equilíbrio no interior do espaço de moradia. Por outro lado, foi observado no caso do “Monte Castelo”, que aqueles que não se habitam à “calmaria” das ocupações (devido à ausência de festas, e a proibição de música alta a partir de 22h) ou que preferem um ambiente mais “livre” de normas, retornam à favela, onde são tolerados grande parte dos comportamentos proibidos nas ocupações. São normalmente moradores solteiros, ou recém-divorciados, e originários de favelas próximas à ocupação. Os “condomínios populares” misturam assim referências da moradia formal e informal, constituindo o que poderíamos caracterizar como uma forma híbrida de moradia popular.

Esta forma híbrida se reflete igualmente nas razões apresentadas pelos moradores – não importando o grupo social ao qual per-

tencem – para buscarem formas fechadas de habitação: nos “condomínios populares” da Avenida Brasil a presença de muros altos e de equipamentos no seu interior geram, para alguns de seus moradores, um sentimento de segurança e conforto, como em certos condomínios da cidade formal. Outros argumentos comuns que elegem estas duas formas de moradia pelos seus moradores são: a melhora da qualidade de vida para as crianças, que podem brincar mais livremente em segurança, a tranquilidade e a proteção dos bens. Este último, no caso das ocupações, se traduz, por exemplo, pela certeza de que as casas não serão invadidas nem por bandidos, nem pela polícia e que o imóvel não perderá seu valor.

Por fim, a forma distinta das ocupações em relação às favelas de origem dos moradores, se reflete igualmente através da fala dos mesmos. As entrevistas realizadas no “Monte Castelo” revelaram que seus moradores não consideram a ocupação como uma favela. Para eles a favela representa a desordem, e os seus moradores são vistos como pessoas que não sabem se comportar em sociedade. As ocupações são consideradas como uma categoria de moradia acima das caóticas favelas, com qualidade superior em relação ao habitat anterior, revelando um melhora no percurso de moradia (MACHADO-MARTINS, 2014b).

6 REFLEXÕES, MAIS DO QUE CONCLUSÕES

Duas pistas principais de reflexão contribuem para a compreensão da produção dos “condomínios populares” no Rio de Janeiro. A primeira chama a atenção para um processo em curso em diversas metrópoles do mundo, sobretudo brasileiras e latino-americanas, onde a insegurança, a violência urbana e as fortes desigualdades sociais contribuíram para a proliferação de moradias e condomínios fechados por muros e grades, sobretudo devido ao abandono na gestão do espaço público pelos organismos de Estado e sua incapacidade em assegurar a ordem pública no meio urbano (CAPRON, 2006). A convivência entre forças de ordem, traficantes de drogas e redes de corrupção, e também a impunidade existente em relação à esta situação – que apresenta caráter ainda mais particular na cidade do Rio de Janeiro – não poderiam deixar de gerar a instauração de uma profunda injustiça social e uma enorme insegurança. Sendo assim, se torna lógico que as classes

sociais mais diversas – inclusive as mais desfavorecidas – irão buscar soluções de moradia que se traduzem pela privatização do espaço, se preservando assim da violência e revelando transformações urbanas (MACHADO-MARTINS, 2014a).

Outra pista se constrói em torno da afirmação de Yannis Tsio-mis (1994), de que o meio urbano deve ser assimilado como uma articulação entre tecido espacial e tecido social. Uma vez que os “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) foram amplamente realizados pelas camadas sociais mais favorecidas, o espaço público foi deixado para aqueles que não podem acessar estes espaços fechados. Os “condomínios populares” revelam assim, um processo de apropriação e de privatização de espaços residuais da cidade (neste caso, os terrenos industriais abandonados às margens da Avenida Brasil) pelas camadas mais desfavorecidas da população. Situadas em uma parte da cidade caracterizada pelo abandono, devido à perda da sua função industrial e à presença de diversas favelas dominadas por facções de narcotraficantes que disputam o poder, os terrenos onde se ergueram os “condomínios populares” não suscitam o interesse do setor imobiliário e se tornam um pequeno “oásis” para alguns de seus moradores.

Sob uma perspectiva histórica da evolução da moradia popular carioca, podemos ainda refletir sobre o resultado da forma das ocupações da Avenida Brasil. Se os cortiços do final do século XIX apresentavam uma forma fechada, sendo divididos em pequenas unidades de habitação, com espaços coletivos (como banheiros, lavanderia etc.) apresentando uma estrutura privada, temos em seguida a expansão das favelas na cidade. Estas, contrariamente aos cortiços, apresentam uma forma comumente “aberta”, como uma extensão do espaço público, podendo ser consideradas como espaço urbano residual, onde não havia interesses imobiliários que impedissem a instalação inicial de suas populações. Os “condomínios populares” podem ser compreendidos como uma forma física híbrida destes dois tipos, pois, ao mesmo tempo que apresentam configuração fechada, eles se situam em um espaço urbano residual, onde não há interesses nem imobiliários, nem do poder público, até recentemente.

Para concluir, podemos afirmar que os “condomínios populares” da Avenida Brasil são capazes de demonstrar novas tendências na habitação popular do Rio de Janeiro. Primeiramente temos o esta-

belecimento progressivo de uma nova forma de poder paralelo que toma o lugar dos narcotraficantes em espaços de moradia informal: as milícias. Esta nova forma de dominação impõe normas e modos de vida que modificam inclusive o *habitus* (BOURDIEU, 1980) dos habitantes destes núcleos de moradia. No caso do “Monte Castelo”, foi observado, sobretudo, a relação entre as crianças que residiram em favelas dominadas fortemente pelo tráfico de drogas e crianças nascidas na ocupação ou que chegaram ainda bebês. As manifestações em torno da violência cotidiana, a presença de armas e as estórias são sempre impressionantes e constantemente violentas no primeiro caso. As crianças criadas na ocupação, por sua vez, parecem ser mais “infantis”, o que se revela não somente nas conversas, como também nas brincadeiras.

Em segundo, as ocupações apontam para o aumento da violência em certas favelas ainda dominadas pelo tráfico de drogas, o que despertou em alguns de seus moradores o desejo de mudança de ambiente, sobretudo para criar os filhos. É importante frisar que esta mudança de moradia, representou para os primeiros ocupantes um longo período de dificuldades, pelo fato do terreno estar abandonado e fechado há alguns anos, o que demonstra o esforço e a necessidade de mudança para alguns. Os relatos dos primeiros ocupantes do “Monte Castelo” descrevem as situações vividas nos primeiros meses da ocupação: presença de ratos, baratas, devido ao lixo e ao entulho presente no terreno; as improvisações para instalações sanitárias, já que as existentes se encontravam quase impraticáveis; as inundações devido às fortes chuvas de verão e o escoamento entupido da rede de águas pluviais etc.

Esse investimento no espaço feito pelos primeiros ocupantes aponta para uma terceira tendência importante revelada pelos “condomínios populares”: o forte aumento do preço de imóveis e do aluguel em favelas, impossibilitando em certos casos o acesso à propriedade nestes núcleos de moradia. Esta tendência já foi apontada por outras pesquisas, como o estudo sobre o mercado imobiliário informal em favelas do Rio de Janeiro, coordenado por Pedro Abramo (2003). Por outro lado, a presença destes espaços de indústria abandonados possibilitou a saída das favelas do Complexo da Maré sem, portanto, deixar a área original de moradia, podendo assim manter os laços com

familiares, amigos, vizinhos e também seus costumes, como a frequência de certos comércios, usos de equipamentos - como escolas para os filhos – etc.

Os “condomínios populares” da Avenida Brasil se apresentam assim, como uma alternativa para a moradia popular no Rio de Janeiro, que pode ser considerada inovadora sob o ponto-de-vista da reconversão do espaço e de certas normas estabelecidas no seu interior. Mas por outro lado esta solução para a moradia, ainda é informal, e só é possível em espaços residuais da cidade, isto é, áreas urbanas economicamente desvalorizadas, sem interesse imobiliário e terrenos abandonados e sem uso. Se a caracterização destas áreas de moradia são as mesmas há mais de um século, fica evidente que as soluções encontradas por esta população – ainda desfavorecida no contexto social para morar dignamente ainda revelam criatividade, espontaneidade e a falta de uma estrutura democrática para sua gestão.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. **A dinâmica do mercado informal e a mobilidade residencial dos pobres**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2003. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>> Acesso em: 16 jul. 2010.

ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp / Editora 34, 2000.

CAPRON, Guénola (Org.). **Quand la ville se ferme: quartiers résidentiels sécurisés**. Clamecy: Editions Bréal, 2006.

MACHADO-MARTINS, Maira. Les copropriétés populaires à Rio de Janeiro, émergence d'un nouveau modèle d'habitat spontané. **L'Espace Politique** (On-line), n. 17, 2012-2, 2012.

MACHADO-MARTINS, Maira. **Habiter une ancienne usine à Rio de Janeiro: les invasões de l'Avenida Brasil**. Paris: L'Harmattan, 2014b.

MACHADO-MARTINS, Maira. Le logement populaire comme révélateur des transformations socio-urbaines. In: AUTHIER, J-Y.; BOURDIN, A.; LEFEUVRE, M-P. (Org.). **La jeune sociologie francophone**: retour sur la tradition et exploration de nouveaux champs. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2014a.

TSIOMIS, Yannis. L'environnement et la question urbaine. In: RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda Maria (Org.). **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n. 1, p. 137-141, 1994.

VALLADARES, Licia. **La favela d'un siècle à l'autre**: mythe d'origine, discours scientifiques et représentations virtuelles. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2006.

“QUAL DOS TRÊS É MELHOR DE SE MORAR?”: UMA ANÁLISE DE HIERARQUIAS HABITACIONAIS EM UM BAIRRO POPULAR CARIOCA

Wellington da Silva Conceição*

I INTRODUÇÃO

Dumont, em sua obra *Homo hierarchicus: o sistema de casta e as suas implicações* trazia resultados da sua pesquisa de campo na Índia, sociedade assumidamente hierárquica, e também as observações e representações que a sociedade ocidental, que se declarava igualitária, construía sobre o sistema de castas. Entre as conclusões apresentadas por Dumont, ressaltou sua brilhante descoberta de que, nas sociedades hierárquicas existem características que se baseiam na igualdade e no individualismo, e nas sociedades igualitárias e individualistas, por mais que se rejeite práticas como o sistema de castas, podemos encontrar atitudes hierárquicas. E mais, muitas vezes o discurso igualitário pode ser baseado em um discurso hierárquico, instituindo, por exemplo, diferenças de classe e de gênero.

Essas observações feitas por Dumont tiveram como referência a Índia e a Europa. Porém, nossa realidade brasileira, declaradamente igualitária, como todo o Ocidente, mas observada como híbrida neste contexto por DaMatta (1997a, p. 169-259), apresenta diversas situa-

* Bacharel em Ciências Sociais (UCAM), Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (UERJ), Doutorando em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), Professor da UERJ/FEBEF, Pesquisador Associado do LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF.

ções que mostram a forte presença da hierarquia nas nossas estruturas sociais. As conclusões de Dumont e DaMatta foram importantes para entender aspectos presentes em meu trabalho de campo, onde identificava hierarquias com grande valor simbólico na formação das representações e das identidades do grupo social que pesquisava. Neste texto, apresento resultados de uma pesquisa sobre a hierarquia habitacional na cidade do Rio de Janeiro, partindo de um estudo de caso no bairro Cidade Alta, local onde por vários anos realizei trabalho de campo visando pesquisas na área da antropologia/sociologia urbana, e onde também vivenciei experiências de pertencimento ao lugar como morador.

Pra início de conversa, preciso estabelecer quais são meus pressupostos ao falar de hierarquias habitacionais: elas não são somente hierarquias de locais, mas também das pessoas que neles habitam¹. O local em que se mora na cidade, na maior parte dos casos, pode representar a situação econômica, social e cultural dos seus moradores, como também o seu espaço na sociedade. As favelas, por exemplo, percebidas por muitos como último patamar da hierarquia habitacional nas grandes cidades, costumam abrigar, na grande maioria, e essa é a representação sobre seus moradores, pessoas que ainda são excluídas da nossa sociedade e vistas preconceituosamente como “inferiores”, como é o caso dos negros, dos pobres e das pessoas com pouco acesso à educação formal².

Tanto é uma hierarquia de pessoas que muitos locais, antes estigmatizados, mudam de condição desde que as pessoas que residam

1 Segundo Bourdieu (2008, p. 160), a disposição das agentes na cidade revela um espaço social inscrito e intimamente relacionado com o espaço físico: “A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de *naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta”.

2 Por mais que a favela seja um espaço heterogêneo, abrigando pessoas com diferentes faixas etárias, origens étnicas e formação escolar, o estigma imposto a esses espaços e seus moradores ainda identifica o espaço com os grupos mais marginalizados: “As pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência ‘normal’ produzem um efeito de atração, para baixo, portanto de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita por falta de recursos) para outros lugares” (BOURDIEU, 2008, p. 166).

ali sejam removidas, e outras pessoas, que diferem das primeiras por sua posição econômica/cultural/social, passem a ocupá-lo – processo denominado por Bourdieu de “trabalho de transplantação”³. Assim, o estigma deixa de marcar o lugar e passa a acompanhar o grupo removido. O complexo Cidade Alta é exemplo real do processo relatado: essa área da cidade do Rio de Janeiro abriga ex-moradores de extintas favelas da Zona Sul – em especial, da Favela da Praia do Pinto – que trouxeram para onde foram removidos os estigmas em torno da “favela” e dos “favelados”. A favela da Praia do Pinto se localizava no bairro do Leblon, onde hoje está o conjunto habitacional Selva de Pedra, que abriga uma população de Classe média alta. O estigma da favela é hoje uma lembrança que só se faz presente por meio dos seus vizinhos da Cruzada São Sebastião⁴ e pelo apelido de “favelão”, que é altamente rejeitado pelos mesmos moradores⁵.

2 O RIO DE JANEIRO E SUAS HIERARQUIAS HABITACIONAIS

Se a hierarquia habitacional é também uma hierarquia de pessoas, percebemos que a primeira se origina na segunda. Desde o início da sua história, o Brasil teve hierarquias bem definidas: escravos e livres, entre os livres: nobres e não nobres; entre os não nobres: ricos, menos ricos, pobres etc. As habitações, como hoje, obedeciam a essa lógica hierárquica. Exemplos clássicos de hierarquia habitacional na nossa história, que separavam grupos sociais, deram nome a duas grandes obras de Gilberto Freyre: *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mocambos*.

3 Segundo Bourdieu (2008, p. 161), o *trabalho de transplantação*, que faz profundas alterações no uso social de um espaço, acontece quando há “uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportam transformações sociais extremamente difíceis e custosas”.

4 A Cruzada é um conjunto habitacional no Leblon que abriga ex-moradores da Favela da Praia do Pinto, removidos em meados da década de 1950. Localiza-se vizinha à Selva de Pedra. Para maiores informações confira Simões (2008).

5 “Chamar a Selva de Pedra de ‘favelão’, como algumas pessoas de fora o fazem, lembrando, dessa forma, a caracterização original do lugar é, para os atuais ocupantes uma ofensa. É ter, em última análise, a mesma representação da Selva que seus moradores têm da Cruzada” (VOGEL; MELLO, 1981, p. 120).

A respeito da cidade do Rio de Janeiro, foi no final do século XIX que se começava a tomar como um problema público a hierarquia habitacional urbana⁶, já que passavam a ser apontados como incômodos determinados tipos de habitação coletiva de baixa renda. Nesse período, misturavam-se, no centro da cidade, ricos e pobres, gozando de diferentes habitações. A grande massa de excluídos do desenvolvimento morava amontoadada em cortiços no centro do Rio de Janeiro e em suas proximidades, tendo acesso total à vida da cidade que, naquela época, resumia-se praticamente a esse centro⁷.

Os cortiços, no final do séc. XIX, incomodavam de tal forma que a sua presença passava a ser vista como um dos grandes empecilhos à modernização do centro da cidade, inspirada nos moldes europeus, e como um risco à saúde da população carioca em geral, pois eram percebidos como espaços propagadores de doenças e epidemias. Nesse momento, os discursos racistas, de modernização arquitetônica e o da medicina higienista estavam em destaque no Brasil, todos embebidos por ideias evolucionistas (SCHUWARCZ, 1993). Os adeptos destes discursos eram todos contra, cada qual com seus argumentos, a existência dos cortiços e influenciaram as autoridades da época, provocando conseqüentemente uma progressiva extinção desse modo de habitação nas áreas nobres da cidade. Destruídos os cortiços, muitas pessoas ficaram sem ter onde morar.

A crise habitacional era, todavia, completamente ignorada pelo poder estatal. Quando Pereira Passos, o prefeito 'bota-abaixo' que governou a capital federal entre 1902 e 1906 iniciou a sua reforma urbana, os cortiços e as casas de cômodos eram cada vez mais escassos e os morros pareciam ser a principal saída para uma população pobre que aumentava a cada dia (BARBOSA; SILVA, 2005, p. 26).⁸

Destruídos os cortiços, as autoridades voltavam sua atenção para um novo modo de habitação nos morros, que posteriormente seria chamado de Favela, por causa de um dos seus primeiros e mais

6 Procuro enfatizar aqui a hierarquia habitacional no que diz respeito aos tipos de habitação, por isso, não pretendo me aprofundar no que diz respeito à hierarquia que existe entre as regiões da cidade, apesar de apresentar informações de tal tipo no decorrer do texto.

7 "Apesar da precariedade, morar em cortiços tinha uma vantagem fundamental para os trabalhadores: ficar perto da oferta de trabalho" (BARBOSA; SILVA, 2005, p. 25).

8 Marcante para a história dos cortiços foi a demolição em 1897, do "cabeça de porco" – o maior que existiu na cidade, deixando várias pessoas sem moradia.

chamativos casos na cidade: o Morro da Favella (hoje, Morro da Providência). Esses morros abrigavam os novos pobres da cidade, como os expulsos dos cortiços e os ex-combatentes da guerra de Canudos. Esse novo ambiente habitacional passava a herdar todos os estigmas do cortiço e dos outros tipos de habitações populares, consideradas inferiores e prejudiciais.

A origem das representações negativas das favelas cariocas, segundo Valladares (2005), teve relação direta com a história de Canudos, que refletia outra hierarquia simbólica de lugares, opondo sistematicamente litoral e sertão. Uma das possíveis explicações da origem do nome “Morro da Favela” seria a semelhança deste com o “Morro da Favela”, principal foco da resistência, que existia em Canudos. A herança não seria só do nome, mas de todo um imaginário⁹. O livro “Os sertões”, de Euclides da Cunha, era a obra mais lida no início do século e as suas descrições negativas das formas de habitação e de vida que encontrou em Canudos povoaram as mentes dos intelectuais brasileiros da época. Aqueles que procuravam pensar a favela tinham como referência tal obra, e a associação entre as mesmas e o povoado de Canudos era quase inevitável. Assim, os estigmas do sertão também passaram a recair sobre a favela.

Povoadas de lendas e sempre interpretadas a partir de um viés rural, mitológico e negativo (como o sertão), as favelas cresciam, eram rejeitadas pela cidade e sempre percebidas como problemas a serem solucionados, como os cortiços foram um dia. A partir da década de 20 do século passado teve início uma série de propostas que visavam livrar a cidade das favelas, incômodas diante de um projeto arquitetônico e estético que tinha como modelo as principais cidades europeias. Mas as favelas cresciam e o estado não conseguia ter controle sobre tal fenômeno. Porém, conseguiu conter o avanço dessas habitações no centro, que passou a se dar nas regiões mais distantes e menos habitadas da cidade, hoje chamadas de Zona Norte e Oeste.

Enquanto as favelas cresciam longe do centro, menores eram os problemas. Como analisaram Barbosa e Silva (2005, p. 27): “a favela era permitida, portanto, desde que obedecesse a uma condição funda-

9 No Nordeste, no período da revolta de canudos, fazia-se uma oposição hierárquica entre o litoral e o sertão. O que era bom estava no litoral, o que estava no sertão, como a população de Canudos (que não aceitava a república e a modernização), deveria ser combatido em nome do progresso da Nação. Para maior aprofundamento no tema (Cf. VALLADARES, 2005, p. 23-35).

mental: Ser invisível aos olhos burgueses ofuscados pelo glamour da arquitetura parisiense e pelo modo de vida moderno”.

Mas as favelas não apareciam somente nessas regiões da cidade. A Zona Sul, área escolhida para abrigar as classes economicamente mais favorecidas e os bens raros da cidade, também via nascer tais habitações em seu território. Uma dessas seria a famosa favela da Praia do Pinto. Localizada no Leblon, próxima à praia, era identificada pela elite e pelos governantes como uma “mancha” dentro daquela área residencial em expansão. Foram então construídos, na década de 1960, conjuntos habitacionais na Zona Norte e Zona Oeste que tinham dois objetivos: um não divulgado, que era liberar os terrenos da Zona Sul para construções imobiliárias direcionadas às classes média e alta; e a outra, bem divulgada (inspirada nas ideias higienistas) que era acabar com as favelas e “favelados”, tirando estes dos barracos e mandando-os para prédios com luz, água encanada etc. Acreditava-se aqui na civilização do favelado (transformando-os em “corpos dóceis”¹⁰) e operava-se o seu distanciamento físico-espacial das classes média e alta.

Muitos se mudaram para esses conjuntos contra a sua vontade. Sair da favela da Praia do Pinto era perder o acesso fácil à praia e à proximidade do emprego e outras oportunidades de gerar renda, e ainda perder a sua casa para ter que pagar outra em um lugar onde nem podia escolher – afinal, na Zona Sul, esse morador não pagava conta alguma. Somente um grande incêndio sem proporções, que destruísse todas as habitações, seria capaz de obrigar todos os moradores a aceitarem a mudança de bairro.

10 Segundo Foucault (2008), por meio da disciplina e do controle os corpos podem se tornar submissos, *corpos dóceis*, tendo as suas capacidades (em termos econômicos de utilidade) aumentadas. Quando o indivíduo não é percebido como um grande inimigo, ele pode ser disciplinado, e além de estar sob controle ainda pode tornar-se útil para a sociedade – é o “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 2005), que com o desenvolvimento de toda uma ciência (como a medicina) visa aumentar a capacidade da vida em vez de exterminá-la. Essa biopolítica se realiza a partir de uma série de dispositivos de disciplina e de controle, presente em muitas instituições e práticas que adotaram uma postura *panóptica* de ação (FOUCAULT, 2008). Entre essas instituições Foucault identifica fábricas, escolas, conventos, entre outros. As pessoas “internadas” nesses lugares constituiriam corpos dóceis, já que estão sendo constantemente regulados por dispositivos disciplinares, e por conta disso não ofereceriam perigo à sociedade. As remoções para os conjuntos habitacionais se apresentavam como um processo de civilização, tornando o “favelado” mais um morador na cidade, sendo dócil e obediente a sua lógica.

Conjuntos habitacionais como Cidade Alta e Cidade de Deus acolheram os removidos dessas localidades. Criava-se na hierarquia habitacional da cidade uma nova modalidade: algo que se encontra entre o conjunto habitacional e a favela, ora usando uma identidade, ora usando outra. Um termo cunhado pelo governo municipal na década de 1990 chama esses locais de “áreas favelizadas”¹¹. Certamente, esse nome não dá conta da complexidade identitária de tais locais, mas reconhece, por meio da estigmatização desses espaços, que os planos “civilizatórios” dos governos da década de 1960/1970 efetivamente não vingaram. Extermina-se um espaço (favela), mas não a sua cultura e nem os seus estigmas: esses foram removidos junto com os seus moradores como se estivessem escritos em seus corpos.

É preciso lembrar também que essas diferentes hierarquias se desdobram em muitas outras. Dá mais *status* morar numa favela da Zona Sul do que na Cidade de Deus ou Cidade Alta, por exemplo. O estudo de caso que apresento tem a intenção de mostrar as questões da hierarquia habitacional no bairro Cidade Alta, que está longe de ter uma identidade habitacional uniforme, mas, em vez disso, possui uma série de pequenas hierarquias distintivas e lógicas classificatórias que se mostram de alto interesse para a reflexão socioantropológica.

3 CIDADE ALTA: DESCRIÇÃO E HIERARQUIAS

A Cidade Alta é um sub-bairro dentro do grande Bairro de Cordovil, fazendo divisa com o bairro de Parada de Lucas, na Zona Norte do Rio de Janeiro, próximo à Baixada Fluminense. Formado por três conjuntos habitacionais e três favelas, esse complexo deve abrigar uma média de 40.000 moradores. A origem da Cidade Alta se dá no ano de 1969, com a construção do seu primeiro e principal conjunto habitacional: o conjunto Cidade Alta. Logo após, a localidade ganhou outros dois conjuntos habitacionais e duas favelas. Para o conjunto Cidade Alta vieram principalmente ex-moradores de comunidades po-

¹¹ Em 1998 o programa Pró-Morar da Prefeitura do Rio de Janeiro classificou o conjunto Cidade Alta como “área favelizada”. Os critérios usados para tal classificação foram: pouca iluminação, presença forte e naturalizada do tráfego e a má conservação dos prédios e apartamentos (informação encontrada em: Nascimento (2003, p. 81).

pulares na Zona Sul do Rio de Janeiro: o parque proletário da Gávea e a Favela da Praia do Pinto (Leblon)¹².

O conjunto Cidade Alta é o principal desse complexo. Entre o conjunto Cidade Alta e o conjunto Porto Velho fica o Conjunto Vista Mar ou ex-bancários (chamado pelos moradores de “bancários”). De todas as unidades deste bairro, é a que abriga os prédios considerados “mais organizados”¹³ e a única onde a taxa de condomínio é obrigatória (por volta de 150 reais), tendo seus moradores direito a benefícios como garagem e funcionários à disposição dos prédios. O conjunto Porto Velho, mais conhecido como “pé sujo” tem uma realidade parecida com a Cidade Alta, porém menos estigmatizada. Pelo fato do tráfico de drogas e a violência acontecerem de forma mais forte e transparente “lá em cima” (referem-se ao conjunto Cidade Alta, que fica na parte mais alta do bairro) e por ter menos alterações no espaço físico, o morador deste se sente privilegiado em relação aos do conjunto Cidade Alta.

Três favelas fazem parte do bairro: Parque Proletário de Cordovil (Conhecida como Divinéia), Avilã e Cambuci. Cambuci é uma favela que atravessa toda a Cidade Alta, cortando todos os conjuntos, sendo paralela à Rua Água Doce, a principal do complexo. A favela da Divinéia se localiza ao fundo da Igreja católica e de alguns prédios. Estes estariam atrás do “topo” (parte mais alta) da Cidade Alta, já que a Igreja está no final da Rua Água Doce. A favela da Ávila se localiza atrás de uma parte da Cambuci e tem o mesmo número de habitantes. Vale lembrar que essas favelas foram formadas por ex-moradores do conjunto que venderam os apartamentos para ficar com o dinheiro e

12 A mudança para a Cidade Alta tratou-se de uma grande empreitada. Em números, a mudança dos moradores da praia do Pinto para a Cidade Alta representou 732 viagens de caminhão e 1464 viagens de Kombi. Essa empreitada reuniu uma média de 5920 trabalhadores para transportar 2928 famílias, que chegavam a uma média de 16.600 pessoas (GUANABARA, 1969, p. 84).

13 Por “mais organizados”, segundo os informantes consultados para essa pesquisa, podem ser identificados aqueles prédios e espaços do bairro que menos receberam alterações em relação ao projeto original. Essa representação coincide com a da “boa forma urbana”, que segundo Vogel e Mello (1981, 1983) parte de uma lógica racionalista-modernista (de cunho positivista), praticada por muitos arquitetos e urbanistas, que conduz a ordenação dos espaços segundo ditames que muitas vezes não dialogam (e até desconsideram) com as práticas sociais relacionadas ao uso da moradia por parte dos grupos populares. Os edifícios dos conjuntos habitacionais da Cidade Alta, assim como muitos outros construídos pela cidade nas décadas de 1960 e 1970, obedeceram essa lógica da “boa forma urbana”.

invadiram terrenos baldios, construindo casas. A maioria das pessoas que formou essas favelas já experimentou antes a vida em favela na praia do Pinto.

Segundo Nascimento (2003), a Cidade Alta se caracteriza por ser um complexo habitacional que traz em si as características de uma favela (principalmente o conjunto Cidade Alta), quer seja no modo de ser de seus habitantes, quer seja no modo de adquirir e de transformar o espaço. Hoje, a Cidade Alta, juntamente com a Cidade de Deus, tornou-se um dos principais complexos habitacionais que são vistos como favelas, representação essa compartilhada pelo Estado, pelos outros moradores da cidade e pelos seus próprios moradores. Sendo assim, é comum encontrar na boca dos moradores a afirmação de que é a Cidade Alta uma “favela de cimento armado”. Uma informante de Nascimento, certamente referindo-se aos trágicos episódios da Praia do Pinto, conseguiu definir bem o que aconteceu na Cidade Alta: “Tiraram o povo da favela, mas não tiraram a favela do povo” (NASCIMENTO, 2003, p. 4).

Para as pessoas de fora e para o Estado, ser morador deste bairro é morar em uma “área favelizada” ou “favela vertical”. É encontrar-se coletivamente em uma das mais baixas posições da hierarquia habitacional da cidade, perdendo só para as favelas propriamente ditas. Para os moradores, tais classificações não se dão de forma tão simples. Morar no bairro não iguala os seus moradores, é preciso saber em qual conjunto habitacional este mora (ou se mora em uma das três favelas). Sua posição de moradia no complexo poderá dizer muito da pessoa: sua condição financeira, sua origem e seu *status* no bairro, e até mesmo sua moralidade, seus valores, seus tabus e suas permissividades.

A primeira e mais básica das hierarquias é a seguinte: é melhor morar em um dos três conjuntos habitacionais do que nas favelas do complexo. Estes, mesmo com as suas diferenças possuem, para os moradores dos conjuntos, uma indiscutível organização (representação baseada na lógica racionalista-modernista de ordenação do espaço), maior que as favelas. Nessas favelas, as casas foram, na sua grande maioria, adquiridas por posse e as contas como luz e água não são pagas (são os “gatos”). Nos conjuntos habitacionais (em especial Cidade Alta e Pé Sujo) existem muitos moradores que fazem gatos, não colaboram para a organização dos prédios e do conjunto e não chegaram a pagar

todas as prestações do apartamento, mas se colocam, em uma escala hierárquica habitacional, em condições superiores aos moradores das favelas do bairro.

Porém, quero observar de forma mais específica, a distinção que se estabelece entre os três conjuntos habitacionais: “Cidade Alta”, “Bancários” e “Pé Sujo”. Mesmo que todos formem a grande Cidade Alta, posso dizer (não só como pesquisador, mas também como morador do local) que esses conjuntos possuem grandes diferenças, que acabam por constituir hierarquias sociais. Isso fica visível quando um morador muda-se de um conjunto para o outro: tal processo poderá ser classificado como ascensão ou declínio social, dependendo de onde veio e para onde vai. Entrevistei seis moradores que migraram de um conjunto para o outro e uma ex-moradora que se mudou do bairro há alguns anos. Essas entrevistas deixaram claras algumas informações sobre as diferentes escalas na hierarquização habitacional existente na Cidade Alta.

Primeiramente, desejo apresentar os meus entrevistados e as suas respectivas mudanças: Fabiane: Pé sujo/Cidade Alta; Bruno: Pé sujo/Cidade Alta; Bianca: Bancários/Cidade Alta; Fernando: Pé sujo/Bancários; Oberdan: Cidade Alta/Pé sujo; Márcia: Cidade Alta/Bancários; Alessandra: Cidade Alta/outro bairro. Dessas pessoas entrevistadas, temos assim: três que moram no principal conjunto (O “Cidade Alta”), três que ainda moram no bairro e que já foram moradores do conjunto citado e uma pessoa que não mora mais no bairro.

Algumas perguntas feitas revelaram uma clara correspondência no quadro de representações dessas pessoas sobre algumas questões. Duas se constituíram uma verdadeira unanimidade. Em uma dessas perguntas, pedia aos entrevistados que colocassem em uma ordem de melhor para pior os três conjuntos habitacionais, e assim foram todas as respostas: Em primeiro o “Bancários”, em segundo o “Pé Sujo” e em terceiro lugar o “Cidade Alta”. Outra pergunta que se revelou assim foi: “você considera a sua mudança um declínio, um progresso ou acredita que ficou na mesma?”. Todos que hoje moram no “Cidade Alta” responderam que sofreram um processo de declínio social, os outros responderam que foi um progresso. Tais perguntas ajudaram a constatar o que já observava e experimentava como “nativo”: há uma

superioridade hierárquica do conjunto “Bancários” sobre os outros dois, e do conjunto “Pé sujo” sobre o “Cidade Alta”.

O motivo principal que provocou a mudança para o conjunto Cidade Alta foi a falta de recursos financeiros: os três entrevistados (Bruno, Bianca e Fabiane) mudaram-se após o casamento, pois não queriam permanecer na casa dos pais, mas não tinham recursos para continuar no seu conjunto de origem. Fabiane, por exemplo, conseguiu comprar um apartamento de dois quartos por 12.000 reais no “Cidade Alta”. Um apartamento de igual proporção custava (no mesmo período, em 2005) no “Pé Sujo” a partir de 25.000 e no “Bancários” a partir de 30.000 reais. Todos esperam futuramente poder mudar de onde estão, ou para um dos outros dois conjuntos ou para fora do bairro. Isso se deve ao fato de que esses “migrantes” não se sentem incorporados ao “Cidade Alta”. A fala de Fabiane transparece tal informação: “Moro aqui há alguns anos e não consigo me sentir parte deste lugar”.

Os que mudaram do “Cidade Alta” para os outros dois conjuntos ou para outro bairro alegaram diversos motivos para tal ação, mas estes podem ser reunidos em três: 1) Falta de “organização” do conjunto, causadas principalmente pela inexistência de uma administração oficial dos prédios, falta de manutenção e limpeza e construções irregulares; 2) O medo da violência, atribuída em grande parte ao crime organizado de tráfico de drogas; 3) Uma melhora da situação financeira, o que possibilitou e motivou a mudança. Essas mesmas situações também foram apontados pelos que migraram para o Cidade Alta como os motivos que os fizeram considerar a mudança para o conjunto como um declínio social.

Outra pergunta que ajudou a revelar o que os entrevistados pensam sobre o principal conjunto do complexo foi: “Você acha que a Cidade Alta é uma favela?”. Dos sete entrevistados, dois afirmaram que sim; outros três afirmaram que sim, mas fizeram questão de ressaltar que era uma “favela de cimento armado” (hierarquicamente superior à favela de tábuas e à favela de alvenaria) e ainda dois afirmaram que não era favela. Essas duas últimas respostas, porém, não divergiram muito das outras, pois um afirmou que “Não é favela, mas tem desorganização acentuada como favela e é submetida às normas de favela, se aproximando de uma favela” (Fernando) e o outro afirmou que “A Cidade Alta não é favela, seus moradores que são favelados” (Oberdan).

Perguntei também se os outros conjuntos do bairro também poderiam ser considerados favelas. A maioria das respostas girou em torno do processo: “estão virando”; ou responderam que sim, mas numa escala muito inferior a do Cidade Alta. Uma minoria respondeu que não.

A última das perguntas: “o que é favela na sua opinião?”. Essa pergunta pegou a todos de surpresa. Houve uma preocupação dos entrevistados em não dar uma resposta “clichê” ou preconceituosa. As respostas reunidas elegeram as seguintes características como essenciais em uma favela: lugar onde as leis e regras não funcionam, presença forte da violência e da criminalidade, onde as pessoas têm pouca educação e cultura, uso do som alto, falta de respeito com o vizinho, pobreza, desorganização social, lugar não habitável, becos e construções irregulares. Geralmente, as respostas eram quase sempre iguais aos motivos apontados como defeitos do conjunto Cidade Alta. A associação deste conjunto com as representações que tinham da favela era inevitável.

Como disse, a “desorganização” do conjunto habitacional foi vista como um dos principais motivos que fazem do Cidade Alta a “favela de cimento armado”. Essa desorganização se traduz principalmente na estrutura administrativa dos prédios e nas construções consideradas “irregulares”, que são as chamadas “puxadas”, que ampliam o apartamento utilizando o espaço público do prédio ou da própria calçada da rua.

Quanto à administração dos conjuntos, somente o Bancários possui uma administração oficial de estrutura condominial, terceirizada por uma empresa que cobra a taxa do condomínio, contrata os funcionários, cuida da conservação dos prédios e fiscaliza o cumprimento de regras previstas na convenção, como a proibição das construções irregulares e “gatos” (mas nem sempre tão eficiente). Todas essas características fazem do Bancários, segundo o entrevistado Bruno, “o presuntinho do pão” neste complexo habitacional.

Há alguns anos atrás, pude presenciar um episódio que me permitiu perceber como é diferente o *ethos* dos moradores do “Bancários” para os do “Cidade Alta”. Fui morador do “Bancários” e há uns cinco anos encontrei uma senhora conhecida, moradora do “Cidade Alta”, que me anunciou com alegria a mudança para o meu prédio. Era

mais uma moradora do complexo realizando um sonho: mudar para o “Bancários”, um rito de passagem que representa uma ascensão social, como já apontei. O apartamento, que se localiza no segundo andar, estava em obras para a mudança dessa senhora e sua família. Pensei inclusive em convidá-la para ser uma das minhas entrevistadas. Quando fui procurá-la, soube por vizinhos que esta senhora não mais iria morar no prédio. Os motivos que contribuíram para sua frustração foram: a descoberta de um condomínio obrigatório, e não espontâneo (como é no Cidade Alta) de quase 150 reais, cujo não pagamento pode provocar sanções para os moradores não pagantes; a proibição imediata que recebeu para a construção de uma “puxada” que estava começando a fazer em seu futuro apartamento; e a rejeição dos moradores do prédio a alguém que estaria vindo para “desorganizar” o ambiente. Diante dessas pressões, a senhora desistiu da compra do apartamento.

No Pé Sujo, como na Cidade Alta, não há uma empresa responsável pela administração do conjunto. Na maioria dos edifícios, escolhe-se informalmente um síndico e esse fica responsável por recolher uma taxa (que chamam de condomínio) e aplicar para a limpeza e melhoria do prédio. Assim funciona também no Cidade Alta, mas com uma diferença: a não-oficialidade dessa taxa no Cidade Alta faz com que a maioria dos moradores dos prédios não pague e que em alguns deles sequer exista esse processo de recolhimento de dinheiro ou qualquer outra forma de associação pela conservação do prédio. No pé sujo, no entanto, a informalidade ganha um caráter formal, fazendo com que o morador não-pagante sofra constrangimentos públicos e sanções sociais que acabam pressionando o mesmo a ser fiel ao pagamento. Na entrada dos prédios, há geralmente uma tabela, feita pelo síndico, que permite visualizar quem paga ou não com regularidade o condomínio. As fofocas e críticas que decorrem dos dados dessa tabela fazem com que o morador pense duas vezes antes de atrasar o seu pagamento. Há, no Pé Sujo, pouquíssimas “puxadas”. Essas não são bem aceitas por seus moradores, pois podem provocar comparações com a Cidade Alta. Tal rejeição faz com que os moradores não se aventurem em construí-las. Essa rejeição nasce do fato que, diferentemente dos moradores do Cidade Alta, são poucos os moradores do Pé Sujo que são ex-moradores de favela. Por isso, rejeitam tanto esse rótulo quanto essa associação.

Falando nas “puxadas”, todos os entrevistados rejeitaram esse tipo de construção, apontando-as como uma das principais culpadas pela “favelização” e “desorganização” do conjunto. Elas são rejeitadas por moradores e ex-moradores, jovens e velhos. Mas afinal, o que são as “puxadas”? O termo “puxada” (ou “puxadinho”) é uma categoria nativa que se refere às construções feitas para aumentar a casa ou apartamento por populações de baixa renda, criando um ou mais cômodos em favor de uma necessidade ou do conforto de seus moradores. São geralmente construções projetadas pela família e colocadas em prática por pedreiros, sem qualquer supervisão ou coordenação de profissionais de arquitetura ou engenharia. É uma prática comum e cada vez mais disseminada na Cidade Alta, desde o final da década de 1980. Vale lembrar que este tipo de construção para aumentar o imóvel não é algo exclusivo desse conjunto habitacional: é um fenômeno presente em quase todas as favelas. Geralmente, nas favelas, as casas são construídas horizontalmente e aumentadas verticalmente, tendo a laje como base da nova construção. A laje pode dar espaço a um novo cômodo, a uma nova casa, a um espaço de lazer da família e até a um novo local público (igreja, escola, comércio etc., com as casas deslocadas para o andar de cima). Esse esquema de crescimento pela laje é aceito socialmente nas favelas e praticado pela grande maioria dos seus moradores. No Conjunto Cidade Alta, essa prática também faz parte do seu cotidiano, mas, como o Cidade Alta é um conjunto habitacional de edifícios, já é vertical. Sendo assim, seu crescimento se dá de forma horizontal, e o papel da laje nas favelas é ocupado pela parede que dá para rua, ou pela sua ausência, quando a mesma é derrubada. A casa se estende no espaço da rua, com o novo cômodo ocupando o que antigamente era uma área comum do prédio ou um pedaço da calçada.

Mas a aceitação das puxadas na cidade Alta parece ser diferente, quando comparada às outras favelas e demais espaços populares da cidade. Conforme meus dados etnográficos apontam (tanto pelos relatos como pela observação dos cotidianos), tal prática não é aceita por vários moradores, apesar de muitos deles realizarem esse tipo de construção: classificam-nas como uma das principais culpadas pela “favelização” e “desorganização” do conjunto. Elas são rejeitadas por moradores e ex-moradores, novos e antigos, mas isso não significa que os mesmos que as rejeitam não cogitem a possibilidade de construir

uma: “Vê a minha puxada, é coisa de bacana. Não é igual a essas ‘coisas’ que você vê por aí!” – justificou um informante certa vez no campo para justificar a sua rejeição a prática e o uso que fez dela¹⁴.

Sendo assim, por que essa prática tão disseminada não é aceita por boa parte dos moradores da Cidade Alta? Primeiramente, segundo o discurso dos mesmos moradores, por tornar o conjunto parecido com favelas, no que diz respeito às “construções desorganizadas”, que fazem os edifícios perderem o padrão homogêneo inicial – identificado com uma “boa forma urbana” (VOGEL; MELLO, 1983). Depois, uma possível leitura, seria porque tais construções misturam espaços que refletem universos diferenciados de valores na nossa sociedade: a casa e a rua.

Segundo DaMatta, casa e rua são, na sociedade brasileira, esferas opostas que sustentam valores diferentes, que são praticados pelas mesmas pessoas. Como entender esses comportamentos diferentes? Segundo DaMatta (1997b, p. 47):

Sustento pois, que essa observação não é uma mera questão de mudança de contexto, isto é, do fato plenamente conhecido e trivial de que todo ser humano muda de opinião dependendo das circunstâncias. Não é desse fato universal que estou falando. Sei que ele também ocorre entre nós. Mas estou me referindo a espaços, a esferas de significação social – casa, rua e outro mundo – que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. É que eles contêm visões de mundo e éticas particulares. Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa ou desusa – como nos livros de Goffman – de acordo com as suas estratégias diante da ‘realidade’, mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias”.

O crescimento horizontal da Cidade Alta faz com que um espaço público, que é a calçada ou a rua, torne-se extensão da casa, criando uma fusão entre esses dois espaços, a princípio, opostos. Tal processo, segundo DaMatta, não poderia se dar de qualquer forma, pois “não posso transformar a casa na rua e nem a rua na casa im-

14 É preciso ressaltar que, os moradores que ainda não fizeram “puxadas” podem ser classificados em dois: aqueles que são contra esse tipo de prática e aqueles que não tiveram oportunidade. Faz uma “puxada” com facilidade aqueles que moram no primeiro andar, os moradores dos andares superiores muitas vezes dependem do seu vizinho de baixo construir uma para poder fazer a sua.

punemente. Essas construções no conjunto Cidade Alta, a princípio, desobedecem às regras oficialmente instituídas, como a proibição de se invadir o espaço público para uso privado. Apoiando-me nessa teoria de DaMatta, é possível pensar que os moradores da Cidade Alta, mesmo que inconscientemente, rejeitam a fusão de espaços tão diferentes para que essa sagrada hierarquia não fosse quebrada e desrespeitada de modo leviano.

Mesmo que as afirmações anteriores de DaMatta nos deem uma chave de leitura para entender a rejeição às puxadas, é preciso ressaltar que tal atitude pode exigir uma análise mais complexa, já que no Brasil há múltiplas possibilidades de relação entre esses elementos opostos (Casa e Rua). Apesar dessa rejeição às puxadas, a integração dos espaços apresentava algo para além da própria rejeição: se tornavam espaços que promoviam a sociabilidade, algumas das puxadas ganhavam contornos do “público” (relacionado aos valores da rua) assim como os lugares da rua, como as calçadas e praças, ganhavam contornos do “privado” (relacionado aos valores da casa). As formas de uso das “puxadas” não eram inertes, mas dinâmicas, respeitando o espaço de sua inserção, mas sendo pautadas principalmente pelas interações que ali se desenvolviam e que atualizavam as categorias rua e casa no seu uso cotidiano.

Nas análises etnográficas de Mello e Vogel, sobre a dualidade casa e rua no bairro do Catumbi, encontro percepções que me auxiliam a entender essa relação dinâmica entre os espaços:

Se tomarmos a polaridade em termos absolutos e radicais, alinhando casa com moradia (e privacidade), e rua com trabalho (e domínio público), fica difícil entender como o alfaiate pode ter seu negócio na própria casa, e como frequentador do armazém poder se referir a este dizendo que é “sua casa”. O problema é que apesar de público, o armazém não deixa de ser um lugar marcado pelas relações pessoais (redes de amizade, p.ex.) e pelo estar junto, não associado ao trabalho, o que lhes confere conotações de intimidade e privacidade (‘refúgio’). Sua posição adquire, nessas circunstâncias, um caráter análogo ao da casa, propriamente dita, diante da rua. Mas basta olhar a coisa de outro ângulo e veremos o armazém como espaço público, ponto de reunião dos homens, lugar associado à vida do trabalho e, portanto, à rua enquanto domínio sociológico. A variação de contexto suscita, pois, a reelaboração de sentido. Os conceitos classificatórios sofrem constantes restrições ou ampliações de espectro, graças à natureza

metafórica inerente à linguagem, como a todos os sistemas classificatórios, de um modo geral. A criatividade do discurso reside exatamente nessa dinâmica de deslocamentos e na produção de novos significados (ou na expansão dos significados estabelecidos). É aí que encontramos a mais notável e problemática feição das classificações sociais. Graças a esta qualidade têm o poder de incorporar os eventos, no sentido próprio da palavra (VOGEL; MELLO, 1983, p. 24).

Iluminado por esses relatos, percebi que a polaridade casa/rua pode não se dar de forma absoluta. Tomo, por exemplo, o caso de moradores que frequentavam uma pequena igreja evangélica sediada na “puxada” de um apartamento de primeiro andar, e que por mais que aquilo fosse formalmente uma apropriação privada do espaço público, não era essa a natureza acentuada em sua utilização. Também lembrei de uma locadora de vídeos que funcionava em uma “puxada” e exibia com orgulho seu alvará de funcionamento, expedido pelo poder público municipal, que indiretamente permitia algo proibido pela lei : o uso comercial privado de uma área pública.

Sendo assim, a própria rejeição de muitos moradores ao uso das “puxadas” (assim como a prática de construí-las e usá-las, mesmo que afirme tal rejeição) está inserida dentro dessa relação dinâmica, viva e mutante, dos usos reais e simbólicos desse espaço com conotações híbridas entre o público e o privado, a rua e a casa. A rejeição da “puxada” é ativada em um contexto onde o morador procura se desvincular da imagem do favelado e dos seus estigmas e em função disso aponta para outros moradores, responsabilizando-os pela frustração do projeto arquitetônico e social inicialmente previsto – de transformar favelados em moradores de conjunto habitacional.

3 **CONCLUSÃO**

Dumont, nos seus escritos sobre hierarquia, provavelmente não pensou na sociedade brasileira como um exemplo, mas suas teorias sobre igualdade e hierarquia podem ser muitos úteis para o entendimento da nossa realidade. Para esse pensador

o princípio igualitário e o princípio hierárquico são realidades primeiras, e das mais cerceadoras, da vida política ou da vida social em geral. Pode-se ampliar aqui a questão do lugar da ideologia na vida social:

metodologicamente, tudo o que se segue, no plano geral e nos detalhes, responderá a essa questão” (DUMONT, 2000, p. 51).

No Brasil, onde a hierarquia e igualdade se encontram simultaneamente presentes, como apresenta Roberto DaMatta (1997a, p. 169-259), ambas influenciam os nossos contextos sociais. Por mais que as hierarquias existam o que predomina como discurso oficial é o da igualdade, e por muitas vezes este manifesta sua influência e poder. Os moradores do complexo Cidade Alta, por exemplo, em muitos momentos se sentem iguais: como humanos, brasileiros, cariocas, suburbanos, pobres. Usam espaços comuns, como comércios, Igrejas, mercados etc. Também os interesses coletivos muitas vezes despertam o discurso igualitário, sem necessariamente suspender o discurso hierárquico, e o uso da hierarquia nem sempre tem o objetivo de estigmatizar o outro, mas sim de defender-se do estigma, mostrando no outro o “endereço” da acusação.

Portanto, o resultado dessa pesquisa atesta que muitas outras coisas podem ser pensadas no que diz respeito a temas tão essenciais para a sociedade brasileira como são a hierarquia e a igualdade. Em especial, a Cidade Alta e as suas complexas relações sociais revelam-se como um rico campo para esse tipo de análise extensiva a tantos outros bairros e “regiões morais” na cidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. **Favela: alegria e dor** na cidade. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Os efeitos de lugar. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DAMATTA, Roberto. DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Sobrados & mocambos**. São Paulo: Global, 2003.

GUANABARA. **Rio operação favela**. Rio de Janeiro, 1969.

NASCIMENTO, Denise Nonato do. **Favela de cimento armado**: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão e improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. **Arquitetura revista**, Rio de Janeiro, v. I, n. I, p. 67-79, 1983.

_____; _____. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM/NUFEP, 1981.

— |

| —

— |

| —

BOTAFOGO E ALIGRE: SOTAQUES DA GENTRIFICAÇÃO*

Pedro Paulo Thiago de Mello**

I INTRODUÇÃO

Este ensaio se volta para o problema da sucessão urbana*** por meio de substituição de população, em que segmentos sociais com maior poder aquisitivo se transferem em levas crescentes, movidos por inúmeros fatores, para regiões até então predominantemente ocupadas por residentes com renda inferior. Ele toma como campo empírico de pesquisa um enclave em Botafogo, no Rio de Janeiro, e as ruas em torno do Marché d'Aligre, em Paris, que conformam o que se convencionou chamar nos estudos de ecologia humana de “zona moral” (PARK, 1967). A esta forma particular de aburguesamento, certa tradição sociológica convencionou denominar “gentrificação” (GLASS, 1963).

A chegada dos novos residentes, estimulada por inúmeros fatores, estabelece uma competição em vários níveis pelo espaço e introduz transformações substanciais no cotidiano das áreas onde se dá o fenômeno. Apesar de o conceito de gentrificação ter surgido na sociologia britânica nos anos 1960, o processo de aburguesamento

* Este texto é o resultado parcial de pesquisa pós-doutoral, envolvendo etnografia realizada no Rio de Janeiro (Botafogo) e em Paris (Aligre). Esta contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do convênio Capes-Cofecub BEX5050/10-3. Aproveito para agradecer à Capes, aos coordenadores brasileiro e francês do projeto na ocasião, respectivamente os professores doutores Marco Antonio da Silva Mello (LeMetro/IFCS-UFRJ, PPGA-UFF) e Laurent Thévenot (GSPM-EHESS).

** Pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do InEAC-INCT.

*** No sentido definido pela ecologia humana: Park (1967) e Pierson (1948).

como fenômeno de transformação de áreas urbanas já era muito bem descrito pela ecologia humana de Robert Ezra Park e outros representantes da chamada Escola Sociológica de Chicago desde os anos 1920. Trata-se de um ciclo ecológico que envolve as etapas de invasão, conflito e dominação, culminando na transformação da morfologia social do território urbano em questão.

Os conflitos que emergem neste processo tomam variados contornos, aparecendo, por exemplo, nas disputas pelas formas de ocupação dos espaços públicos compartilhados, como praças e calçadas; nos usos dos equipamentos urbanos disponíveis; na participação em formas organizadas e associativas de representação política local; nos modos de expressão e participação de festividades e atividades lúdicas e religiosas locais; e nas dinâmicas do comércio de proximidade, cujos ramos e estilos se adaptam a novas demandas de consumo. Tais embates expressam choques de valores culturais distintos e uma luta em que os atores se engajam, nem sempre de forma consciente, pela definição de valores que vão se converter no patrimônio cultural¹ do lugar e marcar a sua identidade como região moral. Trata-se, portanto, de uma luta pela legitimidade.

Nas áreas gentrificadas percebe-se um aumento substancial do custo de vida, especialmente no que se refere aos gastos com habitação². Tema frequente de queixa entre moradores, o encarecimento do custo de vida provocado pelo aburguesamento do bairro acaba por pressionar a transferência de antigos residentes e comerciantes para regiões mais baratas e, não raro, mais distantes – física e simbolicamente – em relação ao Centro ou às zonas territoriais valorizadas da cidade. Estamos, portanto, nos referindo a um fenômeno urbano que se sucede de forma fagocitária, resultando na transformação da morfologia social das áreas afetadas e, enfim, do bairro³ como um todo.

1 Patrimônio não apenas relacionado ao passado, mas igualmente a uma ideia de futuro.

2 Refiro-me particularmente aos preços do metro quadrado de terrenos e imóveis, do aluguel residencial e comercial, de taxas condominiais, de impostos e tributos territoriais, entre outros. Em 2011, ano do início desta pesquisa, os reajustes de aluguéis de imóveis comerciais em Botafogo saltaram em média mais de 50%, e os residenciais, em torno de 35%, segundo reportagens de jornais e avaliações da associação de bairro (AMA-Botafogo) e de entidade representativa de proprietários de imóveis (Abadi).

3 O termo "bairro" é usado aqui com o mesmo sentido de *neighborhood* nos Estados Unidos, isto é, refere-se menos a uma região administrativa da cidade, e mais como um território que se define moralmente a partir de características reconhecidas por residentes e não residentes.

O conceito de gentrificação ao longo das últimas décadas ganhou significações distintas e até mesmo opostas, embora se referisse ao mesmo fenômeno social. Cunhado como um neologismo de sentido irônico e crítico, inicialmente o termo denunciava uma profunda desigualdade social: a expulsão de antigos residentes de baixa renda, normalmente proletários, imigrantes, grupos minoritários ou discriminados socialmente das áreas que tradicionalmente ocupavam. Tal expulsão se dava à proporção que chegavam à área levadas de residentes com maior poder de renda e hábitos culturais distintos, mediante um processo gradual e progressivo, muitas vezes apoiado por políticas públicas de “valorização” dos bairros. Assim, mais recentemente, a noção de gentrificação ganhou um sentido de fenômeno “positivo”, percebido como tal, sobretudo, por agentes imobiliários e autoridades municipais, entre outros atores sociais que veem o processo como uma melhoria dos bairros e conseqüentemente da cidade como um todo. Como se a chegada de moradores com maior poder aquisitivo e níveis de escolaridade implicasse na “melhora” automática da região outrora degradada pela pobreza e suas mazelas.

O presente ensaio busca examinar esse processo, apresentando considerações parciais provenientes de uma pesquisa etnográfica ainda em andamento. Apresenta, assim, elementos da literatura pertinente aos processos urbanos, bem como provenientes do trabalho de campo, isto é, não apenas da observação direta das situações do dia a dia, mas também por intermédio do que se convencionou chamar na antropologia de observação participante, em que o pesquisador “mergulha” na vida e nas atividades de seus interlocutores, de modo que possa perceber os acontecimentos, singulares ou corriqueiros, que são valorizados pelos atores em seus discursos e ações, inclusive de forma contraditória e amplamente variada.

A sucessão de população que o conceito de gentrificação pretende englobar está relacionada a transformações mais amplas, de ordem estrutural, ocorridas nos planos político, econômico, social e cultural, dentro daquilo que se convencionou chamar de globalização. O aburguesamento de setores urbanos não só se multiplica aceleradamente, como ganha um caráter global a partir dos anos 1980, com a queda dos regimes socialistas; a revolução tecnológica promovida pela internet e as telecomunicações; a desregulamentação dos mercados financeiros;

entre outros eventos históricos que resultaram no estabelecimento da hegemonia do modelo neoliberal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2011). Não se trata mais, simplesmente de um regime de economia de mercado, mas de capitalismo no seu sentido contemporâneo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2011), em que capital e formas materiais de riqueza estão dissociados, dando ao primeiro um sentido abstrato, em que a acumulação se torna um fim em si mesmo, perpetuando-se.

Essas transformações, que configuraram uma revolução no sentido do estabelecimento de novos paradigmas, encontraram, no plano urbano, a evidência do fracasso do modelo racionalista de planejamento urbano. Megalópoles inchadas, divididas em áreas supervalorizadas e exclusivas, de um lado, e bolsões de pobreza, carentes de infraestrutura, especialmente no que se refere aos sistemas de mobilidade, saúde e educação, e em permanente crise de segurança pública. Nos países em desenvolvimento o desequilíbrio foi mais grave, com a proliferação de bolsões de miséria em torno de áreas privilegiadas. No Rio de Janeiro, de acordo com visão corrente entre economistas, empresários e planejadores, o processo veio acompanhado, nas últimas décadas do século passado, por um “esvaziamento” econômico, caracterizado, sobretudo, pela transferência de setores industriais importantes para outras regiões do país.

A partir dos anos 1980, o processo de aburguesamento de bairros ganha impulso, nutrindo-se do que se convencionou chamar de “commoditização” das cidades. O termo se refere à transformação das metrópoles em cidades-mercadorias, administradas como se fossem empresas privadas que concorrem entre si no mercado globalizado pela atração de fluxos de capital, investimentos, tecnologia, informação e turismo. A cidade-mercadoria também inverte o tom deprimido que definia as grandes cidades, inchadas, caóticas e ninhos de problemas sociais, trazendo uma representação quase eufórica, especialmente por parte de autoridades, agentes oficiais e segmentos privados. O objetivo dos variados níveis de poder engajados ideologicamente nesse processo é transformar suas metrópoles em “cidades globais”, como uma marca, um *branding*, no linguajar de publicitários e profissionais de *marketing*. Ou seja, uma peça de propaganda, em que produto e marca se confundem, sinalizando ao mundo seus atributos como mercadorias.

Muitas prefeituras recorreram ao *branding* de lugar como um poderoso instrumento para divulgar seus atributos como “cidades globais”, unindo simbioticamente imagem e objeto, isto é, acrescentando à identidade singular da cidade as características que a tornam uma atraente *commodity*. Segundo Ana Couto e Bruno Israel (2011, p. 162) “*branding* é uma ferramenta de gestão, usada para evidenciar os diferenciais competitivos”, isto é, trata-se da construção de representações sociais idealizadas para o público interno e externo:

O *branding* de lugares é desenvolvido, essencialmente, para dois tipos de público: o interno (cidadão, residentes, trabalhadores, organizações – governamentais ou não) e o externo (turistas, investidores, opinião pública internacional e aqueles que viajam a negócios). [...] Uma cidade é uma marca. E não deve encantar seus clientes e *prospects* apenas em um primeiro momento. Ela precisa entregar suas promessas e trabalhar para cultivar esse relacionamento de forma transparente, saudável e duradoura. Só assim ela poderá atingir seus objetivos, que, como os de toda marca, incluem a fidelização de seus públicos de interesse (COUTO; ISRAEL, 2011, p. 162).

Segundo os autores, o propósito para o qual o *branding* da cidade serve de instrumento é o de ressaltar os diferenciais competitivos do lugar. Estes podem se referir a eventos históricos monumentais, às belezas naturais, a estereótipos culturais de seus residentes (como a “informalidade” carioca, por exemplo), entre outros. Aliada à mídia, parceira fundamental no processo de *branding*, a marca ganha visibilidade interna e externamente, exaltando os valores que interessam aos gestores propagar e que servirão como armas na disputa global entre as metrópoles.

Mas nem só de marca e propaganda vive uma mercadoria. É preciso que ela entregue o que promete no anúncio. Para isso, uma das estratégias do Poder Público, em geral com recursos financeiros limitados, foi aliar-se com o setor privado em seus projetos de revitalização, e com a mídia, com o objetivo de dar visibilidade às melhorias que tais projetos proporcionariam à cidade. Tais parcerias entre público e privado impulsionaram uma forma de planejamento urbano que reforça a adoção de premissas administrativas análogas às aplicadas em grandes corporações e empresas privadas, ao mesmo tempo em que permitiram a influência de interesses privados, sobretudo do setor imobiliário, na

planificação das áreas urbanas⁴. O velho planejamento urbano de caráter racionalista, tradicionalmente intervencionista e autoritário, ganha, assim, uma espécie de sócio no setor privado.

Percebe-se ainda o aproveitamento de experiências bem-sucedidas aplicadas alhures, que se tornaram paradigmas para os gestores municipais⁵. A política de “tolerância zero” do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Guiliani, por exemplo, reapareceu, anos depois, no “choque de ordem” carioca. A renovação de áreas portuárias, a partir do exemplo de Barcelona, com a construção de museus e instituições culturais a cargo de renomados escritórios de arquitetura, tornou-se igualmente emblemática, adotada em metrópoles como Liverpool, Paris, Istambul e Rio de Janeiro.

A disputa por sediar megaeventos esportivos, culturais, entre outros – capazes não apenas de atrair grandes fluxos de turistas e investimentos, mas igualmente, de colocar a cidade na pauta da mídia internacional – é uma das arenas mais evidentes onde as cidades globais se degladiam. No caso carioca, a realização da Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, aceleraram o impulso de commoditização da cidade. Expresso por meio de uma retórica ufanista de recuperação de prestígio, após “décadas de esvaziamento político e econômico da cidade”⁶. O projeto Porto Maravilha, por exemplo, considera a zona portuária do Rio como área degradada social e economicamente, que precisa ser resgatada. Associada à iniciativa privada, a prefeitura pretende investir R\$ 8 bilhões em projetos de infraestrutura urbana e serviços para “recuperar” a área. A região, porém, abriga famílias vivendo em habitações coletivas, que começaram a ser removidas no início de 2011 (FREIRE, 2011).

Conforme ressaltou o secretário municipal de Desenvolvimento da Prefeitura, Felipe Góes, sem disfarçar um radioso otimismo, os even-

4 Segundo denúncia de um deputado estadual, o plano diretor do projeto Porto Maravilha, que entre outras coisas, revê os usos do solo, os gabaritos para construções de edifícios residenciais e comerciais e o zoneamento da região, teria sido elaborado com a participação de técnicos de empreiteiras e incorporadoras que se associaram à Prefeitura por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs), sendo elas próprias as maiores beneficiárias das concessões e formas de exploração do território em questão.

5 Mesmo que a noção de “bem-sucedido” seja mais o resultado de uma estratégia de *branding* do que uma realidade palpável para as populações afetadas.

6 Ver, por exemplo, o tom visivelmente ufanista dos artigos que integram o livro de André Urani e Fabio Giambiagio, “Rio, a hora da virada” (URANI; GIAMBIAGI, 2011).

tos esportivos de grande porte no Rio de Janeiro terão como legado o Plano pós-2016, ou seja, os benefícios das melhorias da infraestrutura da cidade, cuja importância para a vida da cidade só pode ser comparada a momentos cruciais de transformações do Rio, como a chegada da família real no início do século XIX e as reformas de Pereira Passos, no início do século XX (GÓES, 2011).

É preciso ressaltar ainda, no plano federal, a adoção de medidas do Executivo e do Legislativo que apoiaram as transformações já em andamento. As políticas de emprego do governo Lula, oferecendo benefícios tributários às construtoras estimularam uma onda de construção de imóveis, alterando a paisagem urbana das principais regiões metropolitanas do país. Ao mesmo tempo, programas sociais de habitação popular e para famílias de renda média, como o Minha Casa, Minha Vida, elevaram a demanda por imóveis.

Já o Congresso aprovou a reforma da lei do inquilinato, apoiado pelo discurso de estimular um setor atravancado, flexibilizando direitos de inquilinos, facilitando a retomada de imóveis residenciais e comerciais. O resultado foi uma alta exorbitante e especulativa dos preços de moradia, forçando o deslocamento de populações para regiões com custo de habitação mais barato. Segundo Mario Cerveira Filho, advogado especializado em direito imobiliário, do escritório Cerveira Advogados, a nova legislação desequilibrou o mercado imobiliário. Em vez de corrigir distorções, como a dificuldade da retomada do imóvel pelo proprietário, a nova lei retirou direitos dos inquilinos tornando precária a relação e estimulando uma alta exorbitante e especulativa dos preços de aluguel de imóveis residenciais e comerciais. Isso se refletiu igualmente no preço dos imóveis para compra e venda.

Como ficou bem mais fácil despejar os lojistas/inquilinos não há dúvidas de que as alterações havidas contribuíram para o aumento desproporcional dos aluguéis e, por consequência, dos preços de venda dos imóveis em todo o Brasil. O nó foi desatado apenas para os locadores. Anteriormente às alterações, realmente era difícil e levava-se muito tempo para receber ou despejar um mau inquilino. Agora, nas ações por despejo por falta de pagamento, o locatário deverá efetuar no prazo de 15 dias, contados da citação, o pagamento atualizado”⁷.

7 Entrevista ao autor por *email*, em 6 de fevereiro de 2013.

Exemplos de gentrificação são perceptíveis em todo o mundo. Em Nova York, áreas como o Lower East Side e o Harlem, em Manhattan; e bairros do Brooklyn, entre outros locais da cidade, passaram por uma profunda transformação nas últimas décadas, acompanhada não só pela chegada de novos moradores, mas por inúmeras obras de revitalização, que transformaram a “cara” dessas regiões. Hoje, percebe-se uma população mais rica, branca e com hábitos de consumo que levaram à mudança do tipo de comércio de proximidade. As tradicionais *grosseries*, açougues, bares e barbearias, por exemplo, deram lugar a *caves* sofisticadas de vinho, lojas de *design* de interiores e móveis de grife, redes de cafeterias do tipo Starbucks etc. Porém, mais do que essas mudanças perceptíveis concretamente da paisagem das ruas, a profunda transformação se dá na emergência de um novo sentido de “tradição” e “patrimônio”, que não tem a ver com a história do lugar, mas com a projeção de um ideal urbano que a nova configuração projeta.

O presente trabalho de campo, ainda em andamento, busca contrastar processos de gentrificação em Paris (Aligre) e no Rio de Janeiro (Botafogo). A partir de levantamento etnográfico tentou-se dar forma humana ao processo global descrito acima, descrevendo as situações cotidianas. No entanto, apesar de sua óbvia relação dialética, não se pretende apresentar os dados empíricos como meras ilustrações de uma ordem estrutural tangida por forças sociais, econômicas e políticas, resumidas numa noção abstrata de poder que se materializa em concreta desigualdade. Trata-se, isto sim, de mostrar que, no plano das interações entre moradores, recém-chegados ou antigos, há uma ordem social que se desenha a partir das competências que estes demonstram ter não só por analisar criticamente sua realidade, mas sobretudo, por administrar suas interações de modo a definir as situações⁸ mediante justificações morais (THÉVENOT; BOLTANSKY 1991) que disputam, na arena pública⁹, uma noção dominante de legitimidade, e, portanto,

8 Usa-se a expressão “definição de situação” no sentido empregado por William Thomas, para quem, se os atores definem uma situação como real, ela é real em suas consequências (THOMAS; THOMAS, 1928, p. 573). Trata-se, como propôs Goffman, da atribuição de sentidos que os atores dão ao contexto em que estão inseridos, de modo a poderem atuar adequadamente conforme à projeção de fachada que pretendem evidenciar, muitas vezes de forma inconsciente.

9 Arena pública no sentido sugerido por Cefaï (2002), com uma dupla conotação de espaço de conflito e de performance ante uma plateia dos atores engajados na situação.

ganham forma em meio a disputas, conflitos, congraçamentos, distanciamentos, embates, alianças, solidariedades e aproximações.

Estamos falando, portanto, de uma empreitada essencialmente antropológica, cujas premissas etnográficas foram assentadas ainda nos anos 1970, por meio da paradigmática investigação realizada por uma equipe multidisciplinar, coordenada pelos antropólogos Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello e o sociólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, sobre a apropriação dos espaços coletivos de uso comum¹⁰. O caso base da pesquisa voltou-se para o bairro do Catumbi, então sob profunda renovação urbana de caráter intervencionista, bem ao gosto do urbanismo racionalista brasileiro. E possuía ainda, como caso de controle, o conjunto habitacional Selva de Pedra, no Leblon¹¹. Inspirado neste modelo, a presente pesquisa optou pelo recorte da gentrificação, contrastada em bairros de duas metrópoles distintas: Rio de Janeiro e Paris.

Ao contrapor os dados empíricos levantados em Botafogo e Aligre é possível perceber que as transformações provocadas pelo fenômeno de substituição de populações são vividas e dramatizadas de forma bastante distinta. As representações, narrativas e atitudes que aparecem na pesquisa às vezes são épicas, às vezes são banais, mas sempre complexas e contraditórias, como qualquer experiência humana. E, por isso mesmo, dão carne e sangue à ossatura estrutural na qual estão inseridas.

2 BOTAFOGO

A chegada em Botafogo de residentes com perfil distinto em relação aos daqueles que ali já viviam é estimulada por uma acelerada transformação do tecido urbano construído, a partir da demolição de antigas construções – vilas, sobrados, casarões, prédios baixos e galpões – para dar lugar a condomínios, vendidos como “exclusivos”,

10 O resultado desta pesquisa foi publicado no livro *Quando a casa vira rua* e serve até hoje como referência de investigação urbana, congregando arquitetos, sociólogos, pedagogos, fotógrafos, além dos dois antropólogos que deram o cunho conceitual ao trabalho. Ver Mello, Vogel et. al. (1983).

11 Sobre a Selva de Pedra ver ainda: Mello (2001) e Simões (2010a).

“modernos”, “seguros” e “autossuficientes”¹². Essa transformação é bastante visível no trecho demarcado entre as ruas da Passagem, Álvaro Ramos, Arnaldo Quintela e General Polidoro (ver fotografias 1 e 2), pois se trata de uma área cujas indefinições territoriais em função de possíveis obras do Metrô, permaneceu abrigada dos interesses de construtoras. Porém, tão logo se definiu que não seria construída uma estação na Álvaro Ramos, os terrenos do enclave voltaram a atrair o interesse dos empreendedores imobiliários. Como a demanda estava represada, o *boom* de construções rapidamente transformou a paisagem urbana da região.

Fotografia 1

A localização de Botafogo no mapa da Zona Sul do Rio de Janeiro.



Fonte – Google Earth.

É preciso ressaltar, no entanto, que entre a vila e o condomínio autossuficiente há gradações de espaços de moradia, no que tange à mistura de populações. Em Botafogo existem ainda muitos prédios que denominarei aqui de “híbridos”, por abrigar variados tipos de vizinhança, inclusive residentes antigos de renda média. Mas, de qualquer

¹² São condomínios caracterizados por oferecer serviços de clube social, como bar, piscina, playground, sauna, jardim de infância, salão de baile etc., reduzindo a necessidade do residente de circular pelo bairro; e igualmente segurança, mediante equipamentos como grades, câmeras, iluminadores sensoriais, interfones, portarias blindadas e profissionais especialmente treinados.

modo, a chegada de grupos sociais mais ricos em levas recentes é descrita por muitos moradores antigos como uma “invasão” – expressão que é usada aqui não apenas como registro de uma categoria nativa que aparece com frequência nas conversas com os informantes locais, mas também para recorrer à feliz metáfora ecológica de Park (1967).

Fotografia 2

Enclave delimitado pelas ruas da Passagem (3), Álvaro Ramos (4) e General Polidoro (1). Para referência da posição geográfica do enclave em relação ao bairro, também estão demarcadas nesta fotografia as ruas Voluntários da Pátria (2) e Arnaldo Quintela (5).



Fonte – Google Earth.

O ritmo de demolição de antigos sobrados, prédios baixos, vilas e galpões em Botafogo mereceu o seguinte comentário de um informante ao se referir às construtoras: “São umas saúvas!” Moradores mais antigos reclamam das transformações, não apenas referindo-se às perdas subjetivas de um passado glorioso, tão melhor que o presente, mas igualmente pelo choque concreto de novas etiquetas de convivências que vão se estabelecendo gradualmente nas ruas do bairro. Seu Vavá, de 76 anos, por exemplo, nascido e criado no bairro, membro da ala de compositores da Escola de Samba São Clemente – a única escola de samba da Zona Sul – chegou mesmo a compor um samba sobre o assunto:

Em Botafogo,
Nosso bairro tão amado
Já não existe mais espaço
Pra gente sambar.
Quando se encontra
Um pedaço de chão
Surge logo um espigão
Querendo expulsar
Gente de tradição
E antiga do lugar¹³.

O botequim de Dona Adelina, onde se reúne a turma de Vavá, é uma espécie de clube social informal de antigos moradores do enclave marcado pelas ruas da Passagem, Álvaro Ramos, Arnaldo Quintela e General Polidoro. O bar se situa à Rua Rodrigo de Brito, ao lado de uma sinagoga, e praticamente só abre para “os conhecidos”. Os convivas do bar são unânimes em criticar o processo de transformação do bairro. Mas também fantasiam o quanto poderiam receber das construtoras para venderem seus antigos sobrados ou casas de vila.

Isso revela a complexidade do problema. Embora tenha encontrado residentes politicamente organizados e ideologicamente críticos dos processos de commoditização das cidades e suas consequências, como a gentrificação, no grupo de Vavá e Adelina há atores que demonstram um agudo senso de oportunidade em relação às transforma-

¹³ Composição de Vavá e Jorge Primo.

ções do bairro. Vários deles chegaram mesmo a vender seus imóveis em troca de um bom dinheiro. Mesmo assim, se reservam ao direito de sofrer com as mudanças do bairro, e, quando reunidos à mesa de bar ou em eventos na Praça Mauro Duarte, recorrem a uma lamentosa retórica de perda de identidade de Botafogo, da memória afetiva dos antepassados destruída pelos novos condomínios, e os riscos que as tradições da região correm nestes novos tempos. Há ainda residentes antigos do bairro, como dona Maria, de 77 anos, que veem as mudanças como uma melhora do *status* do lugar. Segundo ela, “a derrubada daquelas casas velhas, caindo aos pedaços, e o fim dessas oficinas imundas só vão melhorar o bairro.”¹⁴

A opinião de dona Maria vai ao encontro da visão de vários novos residentes – compostos em geral por famílias nucleares com recursos financeiros estáveis e sólida formação escolar¹⁵. Estes veem sua mudança para o bairro como uma aposta de valorização de espaços até então “degradados”, “confusos” e “caóticos”. Sua presença, conforme ressaltam muitos deles, organiza, moderniza e introduz sofisticação em áreas “empobrecidas” e “atrasadas”. Nesse sentido, percebem-se a si próprios como agentes que estão recuperando e valorizando a região, por meio de sua “modernização”. Mas há ainda residentes recém-chegados que buscam a velha tradição, e que veem Botafogo moralmente superior aos bairros adjacentes na Zona Sul por sua identidade popular, e lamentam a profusão de construções que descaracterizam o tal sonhado bairro.

Como já vimos, não se trata, portanto, apenas de uma onda de demolições que dá lugar a novas edificações e muda a paisagem característica do bairro. A verdadeira transformação está no aparecimento de códigos culturais e valores morais que se chocam na vizinhança com antigas representações da região. A percepção do processo de gentrificação, assim, se torna uma representação social de valorização do bairro ou de sua destruição, dependendo dos atores e das situações em que estes se encontram.

A retórica de modernização de Botafogo também é apropriada pelas imobiliárias e incorporadoras. De acordo com um diretor de uma construtora, responsável por alguns lançamentos imobiliários na região

¹⁴ Entrevista ao autor, em 26 de março de 2012.

¹⁵ A maioria com, no mínimo, graduação universitária.

nos últimos anos, a valorização do bairro é maior do que em outras regiões do Rio, e está eliminando o perfil de área de passagem, uma das imagens tradicionalmente associadas à Botafogo.

As ruas Pinheiro Guimarães, General Polidoro, Fernandes Guimarães e Álvaro Ramos recentemente dispuseram de terrenos livres nos lugares dos antigos casarões. Com isso, a região está passando por um processo de mudanças. De mera passagem para pontos da Zona Sul considerados mais nobres, Botafogo vem se tornando nos últimos cinco anos, um lugar de fixação, inclusive para uma nova classe média, com uma renda mais alta. E o tipo de empreendimentos que vêm sendo erguidos na região mostra claramente essa mudança. A região está recebendo novos restaurantes, bistrôs e comércios mais sofisticados. Os prédios menores também começam a desaparecer e dar lugar a condomínios fechados, com infraestrutura de lazer e segurança que garantem a exclusividade procurada pelos novos moradores. Com isso, a valorização tende a ser maior do que em outros bairros¹⁶.

A ideia de “passagem” não se restringe a meras noções geográficas de fronteira, trânsito e conexão. Expressão de poderosos sentimentos urbanos, ela está igualmente repleta de analogias simbólicas bastante significativas de sua identidade como bairro. Por um lado, esse *status* lhe confere um valor estratégico – não ignorado pelo poder público, especialistas em planejamento urbano e o mercado imobiliário –, de área pertencente à prestigiosa e valorizada Zona Sul, ponto residencial nobre da cidade, porém perto o suficiente do Centro, para tornar ágil a ligação a zonas de negócios, comércio, *affairs* administrativos, lazer e boemia.

Por outro lado, à noção de “passagem” associaram-se também valores simbólicos negativos, tais como um sentimento difuso de caos, a partir do fluxo vertiginoso de pessoas, veículos e mercadorias; do comércio extremamente variado; e do ruído excessivo; além de uma noção de “desenraizamento” afetivo dos residentes em relação ao próprio bairro. Também há uma percepção estereotipada de “bagunça” e “insegurança”, derivada do convívio de segmentos sociais heterogêneos. Isto acabou por diferenciar, pelo menos ao nível dessas representações, Botafogo de seus louvados vizinhos da Zona Sul, redutos de tranqui-

¹⁶ Depoimento retirado de release da imobiliária, que inclusive cita minha pesquisa sobre Botafogo e Aligre como um sinal de melhoria do bairro, que se compara a Paris.

lidade, como áreas “reservadas” e “exclusivas”, especialmente após as políticas segregacionistas de remoção de populações de baixa renda e favelas, no fim dos anos 1960.

Fotografia 3

Botequim Vol au Vent, na Rua Arnaldo Quintela, ao lado de uma vila, extinta para a construção de um condomínio. No fundo, outro prédio sendo erguido, praticamente pronto. No fim de 2011, mais de uma dúzia de empreendimentos imobiliários estavam sendo construídos no enclave da pesquisa.



Fonte – Foto do autor (data)

Assim, impregnou-se no imaginário da população, botafoguen-se ou não, o sentido de “passagem” como atributo subjetivo dúbio. Nas palavras de um informante sensível, o valor essencial do bairro, que define a sua alma, se caracteriza por facilitar a entrada e a saída dele e não a permanência: “Um lugar para passar, não para ficar.” Como local de passagem, Botafogo se viu desde o início atraído ao magnetismo do Centro da cidade, sendo contaminado por suas caracte-

rísticas tão distintas das representações de “bucolismo” e “sofisticação” dos bairros vizinhos, e isso terminou por aproximá-lo emblematicamente de localidades consideradas culturalmente distantes da Zona Sul.

Botafogo, portanto, tornou-se igualmente uma passagem simbólica entre mundos que dividem o Rio de Janeiro, segundo estereótipos correntes: a Zona Sul, associada à vida urbana, sofisticada, rica, onde reside boa parte da “elite” e da “classe média cosmopolita”; e a provinciana Zona Norte, associada ao mundo rural, atrasado, um tanto caótico, onde vivem populações de baixa renda e a “elite conservadora” da Tijuca. Em outros níveis de representação, invertem-se os valores positivos e negativos, com a Zona Norte sendo vista como um lugar com maior proximidade e calor humano, em comparação à fria e individualista Zona Sul. Seja como for, Botafogo é, na rica metonímia de um informante, “um pedaço da Zona Norte na Zona Sul”, sentença que guarda um valor positivo ou negativo, dependendo de quem a profere e em que situação.

Evidentemente, estamos nos referindo a generalizações difundidas e assentadas no ideário carioca. A realidade, no entanto, se mostra sempre bem mais complexa do que podem fazer crer tais dicotomias reducionistas. Por isso mesmo, convém lembrar que as identidades, embora vividas como eternas e sólidas, são transitórias e precárias. E as representações sobre Botafogo são polifônicas e contraditórias, variando ao sabor das circunstâncias. Como “passagem”, Botafogo também é percebido por sua dinamicidade, devido a seu comércio variado, bares e restaurantes, cinemas, teatros, área de serviços especiais, como clínicas médicas, colégios tradicionais, mecânicas e concessionárias de automóveis etc. Essa efervescência dá à vida nas calçadas um ar movimentado e intensifica o trânsito. Botafogo também tem um dos mais antigos cemitérios públicos da cidade e o único na Zona Sul, o São João Batista.

Com o processo de gentrificação, o comércio local também se adaptou acompanhando a demanda introduzida por novos moradores. Atualmente, é possível ver, lado a lado, butiques sofisticadas e armarinhos e lojas de tecidos; bares do tipo “pé-limpo”¹⁷ e botequins;

17 Expressão cunhada pela imprensa especializada para se referir a bares sofisticados que, no entanto, procuram evocar, por meio de sua decoração, culinária e ambiência, o “espírito” de botequins clássicos

coiffeurs e barbeiros; *delicatessens* e padarias etc. Além de *shoppings centers* como o Rio Sul, o Botafogo Praia Shopping (antiga Sears) e o Off Price, a região mantém a Cobal, importante mercado de hortifrutigranjeiros situado no limite entre Botafogo e Humaitá¹⁸; inúmeras galerias de lojas comerciais; e feiras livres de periodicidade semanal. Botafogo possui ainda um polo gastronômico bastante ativo em suas iniciativas, organizado por comerciantes do bairro com ajuda do Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio (Sind Rio)¹⁹.

A quantidade de salas de projeção disponíveis – em *shoppings* e nos cinemas de rua – faz de Botafogo uma referência como zona dedicada à sétima arte, roubando da Cinelândia, o título de bairro cinéfilo. Por fim, nos últimos anos, a reunião de bares, restaurantes, cinemas, teatros, museus e casas de shows gerou uma percepção sobre Botafogo como um importante polo cultural e de lazer, que acabou por se contrapor às noções de bairro provinciano. Também inverteu, de certo modo, a ideia de “passagem”, tornando o bairro agora o destino, e não apenas o caminho de transeuntes apressados. Essas representações mais recentes, evidentemente, enobreceram, pelo menos ao nível de valores do mercado imobiliário, a região. Mas também realçaram subdivisões internas no bairro, distinguindo o burburinho e a agitação das vias principais, em torno das quais se concentram os cinemas e os bares, das áreas mais reclusas, como o enclave delimitado neste estudo.

Ao fazer um balanço de sua etnografia sobre o conjunto habitacional Selva de Pedra, eufemisticamente chamado de “projeto” por seus moradores²⁰, o antropólogo Marco Antônio da Silva Mello chama a atenção para percepções dominantes de individualidade nos prédios do Leblon, enquanto os moradores do Catumbi falavam em “comunidade”:

“Como os moradores do Catumbi falavam da ‘comunidade’, os moradores da Selva de Pedra falavam da ausência dela. Lamentadas por uns,

18 Centro de abastecimento de alimentos, especialmente hortifrutigranjeiros, que nas últimas duas décadas também passou a abrigar bares e restaurantes, tornando-se epicentro de um polo gastronômico na região.

19 O polo costuma realizar, por exemplo, competições e festivais gastronômicos, com bastante repercussão na mídia, reforçando a imagem de um bairro com variedade de serviços e ativa vida cultural.

20 Afinal, a designação “conjunto habitacional” estava fortemente associada à ideia de moradia para populações de baixíssima renda, removidas de favelas.

aprovadas por outros, mas unanimemente reconhecida como algo que não existia. Morar no *projeto*, era 'viver sozinho', diziam. O discurso a respeito das relações com os vizinhos era perpassado de desconfiança e hostilidade latentes. O convívio era geralmente ilustrado através do relato de casos conflituosos. Bom vizinho era aquele que 'não perturba'; ao contrário do Catumbi, onde era bom vizinho o solidário, o atencioso o prestativo" (MELLO, 2001, p. 210).

Em Botafogo, o observador mais sensível percebe rapidamente comportamentos que indicam, digamos, essas dimensões de convivência: o individualismo, associado à vida moderna, ao racionalismo e ao urbano (*gesellschaft*); e uma espécie de coletivismo, associado à ideia de "comunidade" (*gemeinschaft*), em que o coletivo engloba a convivência diária e intervém na vida individual das pessoas, impondo-se sobre elas²¹. O que o processo de gentrificação põe em evidência é exatamente a transição de um modelo com características provincianas para outro mais cosmopolita²². Os códigos de convivência, o repertório de condutas, as etiquetas de cordialidade etc. são índices mais profundos da transformação morfológica do bairro do que a conspícua sucessão de demolições de imóveis.

A velha construção que vira pó e deixa sob os escombros igualmente histórias, "causos" e pessoas, como, por exemplo, o fim do Cantinho da Fofoca²³, na Rodrigo de Brito; o Bar Barbas, na Álvaro Ramos, são evidentemente a materialização das mudanças que vão bem além do surgimento de uma nova paisagem arquitetônica. E é justamente essa transformação – que ocorre silenciosamente paralela e que é difícil de apontar, devido à sua subjetividade – que realmente dá a dimensão da mudança.

21 A solidariedade da vizinha pode rapidamente se transformar em uma espécie sutil de controle. Pude presenciar, por exemplo, uma senhora repreendendo o vizinho pela "má escolha" da nova namorada: "Ela não serve para você!". Tal comentário, feito publicamente, e não no plano do aconselhamento individual, revela uma noção comunitária de convivência, onde as escolhas pessoais e os hábitos importam a todos.

22 Uso essa generalização dicotômica aqui sem qualquer juízo de valor, apenas como forma, ariscada como toda generalização, de diferenciar formas extremas de convivência na rotina do bairro. A realidade, é preciso que se enfatize, é bem mais complexa do que isso.

23 Roda de samba histórica, na frente de quintal de um sobrado onde vivia seu Alcides, pai de Vavá, que reunia figuras como Walter Alfaiate, o pai de Paulinho da Viola, Mauro Duarte e outros. O casarão deu lugar a um condomínio de luxo, embora as anedotas e *petit histoires* dos encontros festivos ali ainda fazem parte das conversas entre os convivas do Bar da Adelina e a turma de seu Vavá.

Em uma espécie de memorial, Walter Alfaiate enumerou afetivamente a ligação do bairro com o samba:

Não posso esquecer um lugar muito especial, que foi o Cantinho da Fofoca do seu Alcides, onde cantávamos muito samba, artistas como Beth Carvalho, Paulinho da Viola, Maurício Verde Cavaquinho, Bigode Viola, Beto da Viola, os irmãos Vavá e Silvio, Robertão, Carlinhos Madureira, Rubião. Alcides servia uma sopa na madrugada que só ele sabia fazer.

A escola de samba São Clemente representa o bairro no mundo do samba com a força do seu grande fundador Ivo Gomes. Também temos os foliões de Botafogo, onde fundei a ala dos compositores. Temos a família de Benildo Mendes, fundador da escola; sua filha, primeira porta-bandeira da São Clemente (ALFAIATE, 2000, p. 6-7).

A turma de Vavá é composta por moradores antigos do bairro, muitos da mesma geração que ele, mas também seus filhos, netos e, em alguns casos, bisnetos. Compõem um grupo heterogêneo de homens e mulheres, que, malgrado as vicissitudes da vida contemporânea, fundam sua relação nos laços de convivência na vizinhança. Uma das senhas de autoridade que exemplificam essa ligação é a expressão: “nascido e criado” no bairro²⁴. A ideia de tradição, assim, está intrinsecamente relacionada ao bairro, do qual o grupo de Vavá percebe-se como porta-voz. Título legitimamente garantido por anos de residência na área e convivência, em que compartilham histórias arquetípicas e fábulas morais reiteradas cotidianamente por meio de rituais de interação, que se fundam num repertório de atitudes apropriadas e em narrativas épicas de raro esplendor.

Estas, contadas nos botequins, reuniões de calçada em torno de uma churrasqueira ou em eventos festivos nas praças e ruas do bairro, envolvem dramas de superação de dificuldade; competências nos tratos com a adversidade, conflitos amorosos e familiares; valorização do trabalho, da amizade, da honra e da hombridade etc. Os dramas são muitas vezes contornados por meio de jocosidades e anedotas. Todos, ou quase todos, são alvos de provocações, que rondam o limiar do insulto moral – e, não raramente, extrapolam a fronteira, gerando mal estar e conflitos. Mas mesmo nestes casos os embates, por mais

24 Para uma avaliação dos sentidos e valores que esta expressão apresenta, ver: SIMÕES, 2010^a.

lacrimosos e peçonhentos, reforçam os laços de convivência. As chamadas “gozações” são normalmente uma forma camuflada de elogio e respeito. E todos acompanham atentamente, e não sem certa tensão, os sinais sutis que distinguem uma brincadeira de um insulto.

Botafogo também é reduto de imigrantes sul-americanos, notadamente uruguaios. Durante a presente etnografia, participei de saraus musicais de músicas tradicionais do Altiplano Andino, assim como rodas de choro e samba, celebrações com tambores candombe em áreas comuns de vilas, como a casa de Mariela e Javier, um casal de argentinos. Além dos eventos privados, na residência de vizinhos e amigos, há festas públicas e populares, como blocos de carnaval, entre outros. A Praça Mauro Duarte é um dos principais pontos de encontro. Ela abriga um calendário mensal de festividades, como festas juninas, carnaval e as rodas de samba, choro e ciranda a cada segundo sábado do mês.

A praça foi palco de acirrada disputa entre moradores, apoiados por vereadores e a associação do bairro, e empresas imobiliárias. Destinada a se tornar um condomínio, a praça era reivindicação importante não apenas para se tornar um espaço de lazer comum, mas por servir de passagem dos residentes para o Metrô. Hoje a praça, a exemplo de Aligre, mantém um jardim comunitário, equipamentos de ginástica e serve de palco de atividades diversas (capoeira, *tai chi chuan* etc.) e espaço de lazer de crianças e adolescentes. O jardim comunitário, porém, não é consenso entre os vizinhos. Mantido pelos residentes que vivem de frente para a praça, estes entraram numa espécie de guerra particular contra transeuntes e mesmo moradores que “roubam” as plantas e mudas ou que deixam seus cães defecarem nos pequenos jardins. Cartazes alertam: “Roubar mudas só traz infelicidade para sua casa”. O território da praça, assim, muitas vezes materializa os conflitos e disputas que emergem do processo de transformação do bairro.

A maioria dos recém-chegados ao bairro não tem a mesma ligação com o samba tradicional de Botafogo; não conhece as histórias de seus heróis carnavalescos; e não quer nada com eles. Atraídos pelo modelo de condomínios autossuficientes e exclusivos, e a ideia de que o bairro está mudando o seu *status*, esses moradores também pleiteiam para si uma autoridade legítima ao se referirem à região. Para eles, mais do que a antiguidade dos vizinhos tradicionais, é o seu papel de agente gentrificador que lhe permite falar em nome do futuro de Botafogo.

Veem-se a si próprios como anjos que trazem redenção, olhando para frente e não para trás.

Os novos condomínios são vistos por eles positivamente, como *status* do “moderno” e do “sofisticado”, e isso se reflete no mercado imobiliário aquecido por uma demanda que parece não ter fim. Este é um dos argumentos que os representantes do setor usam para reivindicar a ampliação do gabarito do bairro, hoje restrito, nas novas construções, a edifícios de sete pavimentos, inclusive os andares de garagem²⁵. Mas as novas iniciativas imobiliárias também são percebidas negativamente, como construções comerciais, mal acabadas, desconfortáveis e sem identidade arquitetônica relevante. Apesar de todos os serviços e segurança oferecidos, são compostas por apartamentos exíguos no espaço e abafados. Não se trata apenas de um problema de metragem, mas igualmente de divisão interna.

Isto significa que são construídos para famílias nucleares, com poucos filhos e agregados. Há casos, como o de Christine, jornalista de 29 anos, que ganhou dos pais um imóvel em um dos novos condomínios de Botafogo. Christine, que vive só, reformou o apartamento e utiliza com frequência os recursos oferecidos pelo condomínio, especialmente a sala de ginástica, onde faz esteira e bicicleta, a piscina e a sauna. Seu envolvimento com o bairro se dá na frequência aos cinemas, restaurantes e bares. Porém, raramente participa de eventos populares, à exceção do carnaval, realizados nas calçadas e praças do bairro. Seu itinerário de lazer inclui outros bairros da zona Sul, como Leblon e Ipanema.

A chamada arquitetura comercial domina amplamente o mercado da construção civil na cidade, desde o *boom* inicial nos anos 1960. São raras no Rio de Janeiro edificações louvadas por seu estilo arquitetônico singular. Os exemplos originais praticamente acabam nas edificações modernistas, a exceção de um ou outro exemplar perdido em meio à floresta de prédios, a maioria feios e antifuncionais, espremidos entre a montanha e o mar. O Rio, no que se refere à sua identidade arquitetônica, sempre foi uma cidade do futuro, no sentido de que seu desenvolvimento quase sempre ignorou o passado, por meio

25 Lacunas na legislação, no entanto, permitem que as construtoras ergam condomínios com dez andares de apartamento, fora os pavimentos destinados a garagem, playground e cobertura. Assim, na maioria dos casos, as novas construções chegam a ter 14 pavimentos.

de demolições, que foram soterrando sua história. Nos escombros, encontram-se aqui e ali fragmentos de narrativas de modos de vida e habitação, numa espécie de discurso interrompido e entrecortado. No entanto, em meio às vozes polifônicas sobre as mudanças no bairro, percebe-se nitidamente a ideia subjetiva e intangível de “patrimônio”, quer referindo-se ao passado, quer referindo-se ao futuro.

3 **ALIGRE**

O quartier d’Aligre, em Paris (ver fotografia 3), é um bairro em torno de um mercado. E a melhor maneira de conhecer os modos de uma cidade e seu povo, dizem os viajantes experientes, é frequentar seus mercados e feiras, “essas grandes ocasiões da vida coletiva”, como a elas se referiu Claude Lévi-Strauss. Ali, em meio à aparente confusão, insinua-se, para quem souber olhar, a essência da cultura local. Espaço de encontro e de trocas, físicas e simbólicas, o mercado é, assim, uma importante porta de entrada às civilizações. Extrapola sua função comercial e de abastecimento, excitando o imaginário da população com seus ritos e suas práticas e servindo simultaneamente como lugar de sociabilidade e socialização. Malgrado seu evidente aspecto econômico, possui uma dimensão sociológica e cosmológica, como nos mostram Mello, Vogel e Barros (1983), ou mesmo étnica, para citar Raulin (2000), Thiago de Mello e Cunha (2006a,b).

Ir às compras é, sobretudo, um passeio sensorial. A riqueza cenográfica estimula nossa visão, com sua distribuição de lojas, barracas e mercadorias, em instalações coloridas que formam corredores e alamedas, por onde uma multidão caminha e se espreme. A variedade de aromas e perfumes de produtos e pessoas – de flores, ervas e especiarias a carnes e peixes; de frutas a laticínios; mas também de lixo; dejetos, alimentos apodrecidos e urina – também se faz sentir de forma impertinente, às vezes até mesmo ferindo nossa pudicícia. O canto do pregão dos vendedores, que se assemelha a mantras pela repetição rítmica e no mesmo timbre, surpreende pela criatividade dos enredos inventados de improviso para seduzir os fregueses. Completam a sinfonia do mercado as conversas, bate-bocas, jocosidades e barganhas. Por fim, as experiências tátil e de degustação – em que se sente a textura e a maciez dos produtos e se testa seu sabor e suculência – acabam por estimular certa intimidade entre vendedores e clientes.

Fotografia 4

A feira na rue d'Aligre, com o mercado fechado ao fundo.



Fonte – O autor (data)

Em torno do mercado circulam, além de comerciantes, fregueses e mercadorias, muitos outros atores, produtos e serviços. Também fazem parte desse universo, por exemplo: músicos; mágicos e encantadores; malabaristas e prestidigitadores; militantes que panfletam suas causas; vendedores de mercadorias ilícitas, batedores de carteira e golpistas; mendigos, sem-teto, loucos e pedintes; funcionários da limpeza pública, policiais, seguranças e fiscais da prefeitura; guardadores, carregadores e catadores de lixo; turistas e curiosos; comerciantes de lojas, bares e restaurantes; entre tantos. Em sua luminosa etnografia sobre o mercado, Mello, Vogel e Barros (1983, p. 7) apontam de forma certa:

Como lugar de encontros, transações, novidades e escândalos, [os mercados] possuem um ritmo próprio, sempre mais ou menos intenso em virtude da aglomeração inquieta de corpos e objetos num espaço que parece, por vezes, demasiado exíguo para contê-los a todos. A conversação e o divertimento; as rixas e alterações, as amizades e competições; as intrigas, políticas ou amorosas, fazem parte desse movimentado universo [...].

Já Anne Raulin constrói uma reflexão sobre comércio étnico²⁶ em Paris a partir de pressupostos goffmanianos, sobretudo a noção de fachada, isto é, o controle e a manipulação da impressão sobre si que o ator desenvolve nas interações sociais (GOFFMAN, 1999), para descrever a estratégia usada pelos comerciantes asiáticos e magrebinos que ela estudou no *13^{ème} arrondissement*. Segundo ela, o *display* de mercadorias; cartazes de preços; iconografias, como mapas e fotografias; a ornamentação e a decoração em geral reforçam a fachada de exotismo étnico representada dramaturgicamente pelo comerciante, por vezes sem se dar conta de sua encenação:

Le sens de la façade, élément décisif de tout projet commercial, détermine celui de l'interaction commerçante. Elle indique le type de tactique commerciale définie par le commerçant et induit les termes de la communication culturelle qu'il cherche à promouvoir (GOFFMAN, 1999, p. 56).

Os mercados de Paris exalam um forte cheiro medieval, mas também evocam o Oriente, especialmente o *suq* árabe e sua economia de bazar, para usar a feliz expressão de Geertz. Eles instauram uma complexa e delicada trama de condutas, etiquetas, cordialidades e posturas de convivência, que extrapola a simples compra e venda de bens materiais²⁷. O *Marché d'Aligre* não é exceção. Localizado na 12^a região administrativa de Paris, num ponto equidistante entre Bastille e Gare de Lyon e tendo ainda como marco de referência ao Leste a Place de la Nation, constitui-se em área privilegiada para encontros diversos e rituais de comércio, como o pregão e a pechincha; e confere ao bairro que leva o seu nome um *status* de região moral, conforme o vocabulário de designação territorial da Ecologia Humana.

26 A ideia de comércio étnico relaciona-se à origem do comerciante, mais do que às mercadorias postas à venda. No mercado do Saara, no Rio de Janeiro, ou nos marchés dos bairros populares de Paris, a concentração de imigrantes e seus descendentes de segunda e terceira gerações empresta uma aura exótica, por assim dizer, ao comércio que praticam, embora não necessariamente os produtos à venda seja importados, ver GOMES (2002), RAULIN (2000) Thiago de Mello e Cunha (2006a, b).

27 Segundo Geertz (1979), a economia de bazar é um sistema social centrado no comércio como base de intercâmbio simbólico, configurando um tipo particular de trocas, que é regulado por outras forças, além da lei da oferta e da demanda.

Sua identidade se confunde de tal modo com o bairro homônimo, que muitos residentes e até visitantes se referem à região como “Marché d’Aligre”, mesmo quando pretendem aludir ao bairro. Tal simbiose não é de todo incompreensível, considerando-se que, em vários sentidos, o mercado d’Aligre regula a vida dos moradores do bairro. Não apenas por sua influência no fluxo e circulação de pessoas e mercadorias, na estrutura de serviços básicos, especialmente a limpeza e lavagem das ruas, mas acima de tudo por funcionar como um ponto de encontro “natural”, onde se esbarram diferentes grupos de moradores, com suas moralidades e valores culturais. O mercado d’Aligre, assim, é uma arena pública por excelência, contribuindo para forjar uma identidade comum de vizinhança. E hoje, quando se evidencia um ciclo ecológico de invasão, conflito, sucessão de população e reorganização da morfologia social, o Marché d’Aligre emerge como palco privilegiado dessa ocorrência dramática.

Os limites do bairro d’Aligre, segundo a maioria dos informantes, estão demarcados pela Rue du Faubourg Saint-Antoine, ao Norte; Avenue Ledru-Rolin ao Oeste; Boulevard Didrot e Rue Crozatier ao Leste; e Avenue Dausmenil, ao Sul (respectivamente os itens 3, 12, 5, 4 e 6 da fotografia 5). Porém, a referência espontânea em relação ao bairro é o Marché d’Aligre, seu epicentro (item 1 da fotografia 5). O mercado, que funciona de terça a domingo, é dividido em quatro áreas distintas e contíguas.

Na parte coberta situa-se o Marché d’Aligre propriamente dito, ou Marché Beauvau, seu nome formal. Sua arquitetura é marcada por um imenso pé-direito e telhado aparente, em que se percebem as vigas de sua estrutura. A luz é indireta, atravessando aberturas laterais do teto e suas claraboias. Há portais de acesso em todos os quatro lados do mercado. O chão é montado em blocos de pedra, que convergem levemente inclinados para o centro das alamedas, como nas ruas das cidades medievais europeias, canalizando líquidos que escorrem dos boxes. No centro do mercado, servindo como marco da encruzilhada de caminhos

internos, uma fonte desativada na qual se destaca uma máscara de expressão dramática esculpida. Os espaços internos são repartidos em pequenas lojas ou boxes, à maneira de uma galeria comercial ou centro de abastecimento. Cada comerciante aluga o seu espaço, com direito a letreiros, vitrines e balcões. O *display* de mercadorias varia enormemente, assim como dos próprios produtos à venda.

Na parte interna do mercado há os seguintes tipos de lojas especializadas: açougue comum; açougue exclusivo de aves (frangos caipiras de origem controlada, galinhas d'Angola, patos, marrecos, entre outros); açougue suíno, caprino e de tripas, vísceras e miúdos, onde se pode, por exemplo, encomendar leitões inteiros para grandes jantares; açougue de produtos de caça e abate; peixaria e frutos do mar, inclusive crustáceos, ostras e mexilhões; frutas e flores; queijarias, que oferecem desde manteiga artesanal a dezenas de variedades e procedências de queijos de cabra, ovelha e vaca; loja de ervas, especiarias e azeites de oliva; produtos importados de Portugal e Espanha, como queijos, óleos, doces a base ovos, bacalhau e itens derivados; produtos provençais, como presuntos, salaminhos, patês e *fois gras*; produtos antilhanos e do Caribe, como pimentas, molhos concentrados e conservas, onde também funciona um bar do tipo *tapas*; e, por fim, produtos italianos, sobretudo massa caseira, queijos e frios.

O Marché D'Aligre surgiu no século XVIII, quando a região do 12^{ème} *arrondissement* ainda se encontrava fora dos limites de Paris. O mercado Beauvau-Saint-Antoine, seu nome formal, foi construído por Samson-Nicolas Lenoir, em 1779, sobre terreno comprado junto à abadia de Saint Antoine, para alimentar a população da área, composta basicamente de artesãos e comerciantes. Bastante popular e marcado pela presença de trabalhadores e operários, a região do mercado, em torno do Faubourg Saint-Antoine, foi um dos epicentros de revolta contra os regimes antigos, que culminaram na Revolução Francesa, a derrubada da *Bastille* e a criação da República. O nome Bauveau é uma homenagem à viúva de um nobre, que ajudava financeiramente o *Hospice des Enfants Trouvés*, o asilo de crianças abandonadas, que eram

recolhidas das ruas de Paris. Mais tarde, o orfanato foi derrubado para dar lugar à Praça Troussseau, outro ponto de referência do bairro, mas o mercado permaneceu. Em 1843, foi reconstruído por Marc-Gabriel Jovilet, arquiteto da cidade de Paris, obtendo sua forma atual.

Fotografia 5

O bairro d'Aligre tem como epicentro o mercado homônimo; 1) O mercado coberto (Beauveau); 2) a praça em frente ao mercado fechado, onde se realiza parte da feira, o mercado de pulgas e o mercado de roupas; 3) a Maison des Ensembles, antigo prédio invadido (squat), que foi recuperado pela prefeitura e se transformou em centro cultural do bairro; 4) a Commune Libre d'Aligre, associação de bairro cujo principal objetivo é integrar seus residentes; 5) Foyer Social de trabalhadores, onde residem muitos magrebino; 6) Boucherie d'Aligre (magrebino); 7) Bar du Marché; 8) Le Tabac; 9) Café Kofe; 10) Puerto Cacao; 11) La Baron Rouge; 12) Boulangerie; 13) Le Charolais; 14) Café Le Penty; e 15) Café Le Grille, localizado sob hotel social homônimo; e 16) supermercado Franprix.

Ver figura 4, para uma visão mais ampla do bairro.



Fonte – Google Maps.

Na área externa, ocupando a praça em frente ao mercado coberto e ao longo da rue d'Aligre, situa-se a feira livre, oferecendo frutas, legumes, verduras, ervas e flores. A feira se estende defronte à cadeia de lojas de rua, integrando os dois tipos de comércio. Ao longo da rue d'Aligre há peixaria, açougue, queijaria, casa de ervas e especiarias orientais, boutique, lojas de comerciantes de vinho (os chamados "cavistas"), loja de produtos magrebinos (pães, doces e salgados), frutarias, lanchonetes de comida rápida do tipo turco (*kebab*), drogaria, restaurantes e cafés. Feirantes e lojistas, a maioria de origem magrebina, formam uma rede de conveniência e de troca de favores. Os primeiros, por exemplo, alugam áreas internas das lojas e prédios vizinhos para guardar suas barracas e material, como caixas e, em alguns casos, até mesmo produtos. Os comerciantes do mercado fechado são organizados em uma associação.

A montagem e desmontagem da feira é um processo complexo e gera serviços de biscate para jovens desempregados que vivem na região, a maioria deles magrebinos. Estes trabalham carregando barracas e caixotes no início, ainda de madrugada, e no fim da feira. Outros, mais graduados, atuam como "gerentes" dos carregadores e guardadores das peças, organizando o trabalho. Há ainda aqueles que fazem "bico" trabalhando na limpeza de ruas e calçadas. De terça a sábado, o mercado coberto funciona das 8h às 13h, reabrindo das 16h às 19h30, sem a feira na parte da tarde. Aos domingos, abre às 8h e fecha às 13h.

O processo de limpeza dura mais de duas horas após o fim da feira e inclui várias etapas. Os biscateiros que auxiliam nessa tarefa recolhem caixas dos feirantes, separam as boas das danificadas, jogando estas nas caçambas de recolhimento e compactação de lixo, e levando as demais para os caminhões que recolhem o material dos feirantes ou para os vários depósitos alugados nos prédios em torno do mercado. Eles atuam sob comando e orientação dos funcionários da limpeza pública, identificados por um macacão verde. Todos esses atores são figuras públicas, no sentido que Jane Jacobs (2001) dá à expressão, isto é, estando em contato constante com um amplo círculo de pessoas do bairro. Vários tipos de veículos são utilizados no processo de limpeza, tais como: Van com vassouras rotativas, caminhão-tanque com brucutu para lavagem de ruas e calçadas, caminhões-caçamba e caminhões trituradores de lixo.

Nesse período, o trânsito das estreitas ruas, sobretudo aquelas situadas em torno do mercado, fica bastante lento, às vezes até mesmo paralisado. Isso gerou, no início do ano, reclamações de alguns moradores, que solicitaram à prefeitura a limitação do funcionamento do mercado a apenas três dias: sextas, sábados e domingos. Os comerciantes, por sua vez, reagiram, passando abaixo-assinado entre os fregueses e moradores identificados com o mercado, reivindicando a permanência do mercado em seus dias de funcionamento normais. Pode-se dizer que este é um exemplo do tipo de conflito entre novos moradores, cujos laços históricos e afetivos com o bairro e o mercado são de outra ordem, e os antigos residentes e comerciantes do *Marché d'Aligre*.

Além do mercado coberto e da feira, na extremidade da praça, acompanhando seu contorno, há ainda o “mercado de pulgas”, onde os fregueses podem encontrar toda sorte de quinquilharias e produtos variados, como móveis, itens de decoração, abajures, louças, cristais, fotografias antigas, discos de vinil, CDs, DVDs e livros. Os comerciantes, neste caso, variam de antiquários franceses, que compram e vendem objetos de brechó, a imigrantes negros do Norte da África, residentes em Paris. Estes fazem reproduções de estatuetas vudu – “para trazer fortuna e saúde”, segundo um deles – e as vendem como se fossem peças originais. O apelo comercial provém de uma retórica de grande fulguração, banhada em exotismo étnico²⁸. Também oferecem outros itens artesanais, como colares e pulseiras de contas. Por fim, entre a feira e o mercado de pulgas há o bazar de roupas novas e usadas e itens de indumentária. Vestidos, paletós, jeans e peças de moda, sobretudo feminina, como brincos, bijuterias e óculos. As roupas são penduradas em araras ou amontoadas em barracas, à disposição do exame dos clientes.

Os comerciantes da feira, do mercado de pulgas e do bazar de roupas ocupam sempre o mesmo lugar, que, no entanto, pode variar conforme o calendário da semana. No chamado *week-end*, sobretudo aos domingos, o mercado vive seu auge. Nesses dias, cresce o número

²⁸ Neste caso, o vendedor, de origem africana, busca legitimar a peça mediante sua presença como intermediário na transação. Ele próprio, nesse sentido, é a garantia física de originalidade. No entanto, vários informantes afirmam que essas estatuetas são fabricadas em Paris, fora dos ritos que lhe conferem poderes mágicos, e com fins estritamente comerciais.

de clientes, bem como o de comerciantes. Quando há lugar disponível, os africanos, por exemplo, preferem o centro da praça em vez de sua periferia. Mas, no fim de semana, com o mercado cheio, eles voltam a ocupar um lugar mais periférico. Nos dias de feira, caminhões e Vans, que transportam o material das barracas e mercadorias, são estacionados ao longo do contorno da praça e nas ruas adjacentes. Os veículos são grafitados em cores exuberantes, à moda dos pichadores de muros, funcionando como uma espécie de assinatura e código de identidade.

O mercado d'Aligre é conhecido pela variedade e qualidade de seus produtos. Vem sendo inclusive mencionado em guias turísticos sobre Paris, o que o coloca no radar de visitantes e curiosos, embora ainda não seja um reduto tipicamente turístico²⁹. Alguns dos frequentadores com quem conversei sequer moram no bairro, mas acham que vale a pena o esforço de deslocamento para comprar produtos superiores em qualidade aos oferecidos em supermercados. Esses não residentes costumam ir ao Marché d'Aligre no fim de semana, especialmente aos domingos.

Este é o caso de Pucho e Sophie, profissionais liberais, na faixa entre 45 e 55 anos, e moradores na região de Châtelet. Eles costumam ir assiduamente ao Marché d'Aligre de bicicleta aos sábados ou domingos pela manhã. Às vezes, sequer fazem compra no mercado, preferindo consumir café ou mesmo vinho, antes de irem almoçar. Frequentam o Baron Rouge, uma adega especializada em vinhos de pequenos proprietários, onde encontram amigos. Trata-se de um programa de lazer que começa ainda pela manhã e pode se estender ao início da tarde. Mesmo após o fim do mercado, às 13h, os bares da região continuam lotados. No inverno, os clientes ficam no interior; mas, a partir da primavera, quando a temperatura esquenta, preferem ocupar as mesinhas situadas estrategicamente nas estreitas calçadas, formando um burburinho animado.

Arnaude, uma professora com cerca de 30 anos e moradora do Marais, também é frequentadora assídua do Marché d'Aligre nos fins de semana, aonde vai com o marido ou as amigas pela manhã,

29 O Marché d'Aligre é considerado, por exemplo, menos exótico do que os mercados de Barbès e Belleville e menos chic e sofisticado que o de Maubert. E isso se reflete no tamanho do verbete a ele dedicado nos guias turísticos. Apesar disso, é comum encontrar visitantes fotografando a feira e o mercado coberto.

muitas vezes sem sequer passar pelo mercado. Ela também gosta do Baron Rouge, mas, quando este está muito cheio, vai a outros cafés das imediações, principalmente os mais sofisticados. Já Sandrine, advogada, com menos de 30 anos, por sua vez, prefere o Le Penty: “Gosto de vir aqui [no Le Penty] porque tem um clima descontraído. O Jojo [o proprietário] é atencioso e oferece pequenas porções de batata calabresa de brinde, quando pedimos cerveja.”³⁰

Em todos esses casos, as razões para ir ao Marché d’Aligre estão, portanto, além das compras de produtos no mercado, apesar de todos os informantes destacarem a qualidade e variedade das mercadorias. Alguns sequer entram na estrutura coberta e evitam passar pela feira externa, sempre lotada. Mas, uma vez instalados às mesinhas dos cafés, apreciam o movimento do bairro e o vaivém dos fregueses na feira. É nitidamente um prazer existencial, uma espécie de “satisfação comunitária”, estar em meio a tanta gente no mercado. Vários informantes, como os citados acima, destacam isso, mesmo não sendo moradores vizinhos ao mercado. E essa atmosfera de vizinhança e proximidade, enfatizada em conversas com os informantes, é um dos fatores que tornam o bairro atraente para certa classe média francesa, que busca uma vida mais simples e integrada, sem, no entanto, abrir mão de seus hábitos pessoais de consumo. É esse personagem, classificado como bobô, um dos agentes principais da gentrificação do bairro d’Aligre.

E essa imagem de uma vida mais integrada ao meio comunitário é um dos motores dos novos residentes e, conseqüentemente, da transformação do bairro, que também vive uma radical mudança de seu perfil social, igualmente marcada por um processo de gentrificação. Mas, há diferenças substanciais em relação a Botafogo. As transformações na região se concentram na substituição de população e na mudança do comércio do bairro, uma vez que o casario tradicional, considerado patrimônio histórico e cultural de Paris, tem sua fachada protegida por lei e não pode ser demolido, apenas reformado internamente, sem alterações em sua estrutura. No entanto, apesar de manter relativamente intacta sua identidade arquitetônica, a transformação da morfologia social d’Aligre é conspícua a ponto de se tornar tema corriqueiro de conversações entre os residentes do bairro.

30 Entrevista ao autor, abril de 2011.

A maioria dos novos moradores, os chamados de *bobôs*³¹, são aquilo que um sociólogo anglo-fônico chamaria de “agente gentrificador”, ou simplesmente “*gentrifier*”. A expressão se refere a um tipo social das camadas médias da sociedade, descrito a partir de suas opções de consumo, sua formação intelectual e sua cultura. Muitos deles atuam como profissionais liberais e possuem tendências ideológicas heterogêneas, muitas vezes contraditórias, sendo de “esquerda” em algumas questões e de “direita”, em outras. Sentem-se atraídos para o bairro pelas características charmosas e relativamente provincianas que essas áreas possuem, sinalizadoras de um estilo de vida mais básico e “humano”, em contraste com a forma impessoal das metrópoles.

Porém, malgrado a busca por um modo de habitar sustentável, os *bobôs* percebem-se a si próprios como cosmopolitas e não abrem mão de novos dispositivos tecnológicos e da gastronomia sofisticada, por exemplo. Em geral, os novos vizinhos vivem sós ou são casais, contrastando com as famílias tradicionais do bairro, mais numerosas. Os habitantes antigos pertencem, em sua maioria, à classe trabalhadora³² e a grupos de imigrantes e franceses de origem magrebina: a maioria marroquinos, tunisianos e argelinos, muitos deles muçulmanos e judeus.

4 CONCLUSÃO

Se, conforme sugere o nosso caro Park (1967, p. 30), “através do tempo, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes”, o que temos nesses dois bairros de metrópoles tão distintas é uma silenciosa disputa, em que o que está em jogo são as representações sociais dominantes sobre o caráter dessas áreas. Ao descrever antropologicamente esse processo iluminam-se não só as transformações das metrópoles no atual estágio do capitalismo, mas sobretudo como tal fenômeno é vivido de forma diferenciada no plano das interações cotidianas de cada cultura. Em outras palavras, como a noção abstrata e generalizante de *commoditi-*

31 Contração de bourgeois bohèmes, neologismo cunhado pelo jornalista do “New York Times” David Brooks, em livro homônimo, cujos usos e significados serão discutidos adiante (BROOKS, 2000). Trata-se, no entanto, de uma caracterização bastante precária e estereotipada.

32 Historicamente, o bairro d’Aligre, além do comércio, caracterizou-se por reunir artesãos e carpinteiros.

zação das metrópoles contemporâneas ganha feições humanas, a partir do drama concreto das pessoas mergulhadas no processo.

A ocorrência de conflitos em meio à convivência no bairro é um fenômeno corriqueiro da vida cidadina, envolvendo não apenas seus habitantes, mas também usuários da região, como comerciantes e profissionais que ali atuam e trabalham, e representantes do poder público, entre outros atores sociais. Eles emergem a partir das mais variadas situações, em que representações conflitantes colidem. São, por exemplo, brigas em torno do ruído elevado; arengas sobre usos indevidos dos espaços públicos; altercações quanto ao armazenamento de entulhos e eliminação de dejetos; reclamações quanto a práticas consideradas agressivas, como urinar em público ou estacionar o veículo na calçada, fechando a passagem; e até mesmo desacordos sobre práticas culturais, como realização de festas tradicionais e eventos religiosos. Os motivos se multiplicam e ganham contornos reais a partir de narrativas que os justificam ideologicamente.

Quase sempre envolvem o choque de moralidades e são tão mais frequentes quanto mais heterogêneo for o bairro em questão. Porém, o conflito, como nos ensina Georg Simmel (2003), é um tipo de interação social fundamental na sociedade, pois engendra nos atores em disputa uma aguda consciência crítica das situações em que estão envolvidos e de suas condições como membros da sociedade. Nesse processo, que Thévenot e Boltanski (1991) classificam como “momento crítico”, os atores denunciam aquilo que percebem como abuso, insulto etc. por meio de retóricas de justificação moral. O impasse obriga-os a formular acordos possíveis, redefinindo as situações conflitantes. Se este mecanismo falha, o que se segue em geral são atos de barbárie e violência. Quando a palavra falta, o que resta são “as vias de fato”.

Em sua pertinente análise sobre o bairro de Manhattan, em Nova York, Jane Jacobs (2001) diz que os conflitos e as trocas entre grupos sociais heterogêneos que compartilham o mesmo espaço urbano acabam por estabelecer uma dinâmica tensa, porém rica e vivaz na morfologia social da vizinhança. Percepções díspares de etiquetas de convivência e valores morais distintos e contrastantes acabam por obrigar os atores em interação a definir as situações, mediante ence-

nações em que o que está em jogo é o reconhecimento de si próprio por meio do outro, uma espécie de alteridade problemática, que obriga a todos a uma constante reflexão crítica em relação a si próprios, aos outros e à vizinhança³³.

Sucedem que a atual velocidade da chegada e da partida de habitantes desses bairros acaba por amortizar, num certo sentido, os efeitos positivos do conflito. Pois a mudança não resulta em um espaço compartilhado por segmentos sociais distintos, tratando-se mais precisamente da substituição pura e simples de população, em que a longo prazo o que se tem é um território homogêneo em sua morfologia social, e sem os benefícios de uma vizinhança saudavelmente plural em sua cultura urbana, como o que queria Jacobs. Assim, a gentrificação tende, a médio e longo prazos, a uma homogeneidade do perfil populacional que, a exemplo do que ocorreu historicamente em outros bairros da Zona Sul do Rio e dos *beaux quartiers* parisienses, reforça a segregação social e a chamada “cidade partida”.

No plano das cidades-mercadoria, a formação de tais espaços homogêneos está dentro da estratégia do Poder Público para tornar a cidade uma marca, dotada de atributos competitivos no plano global de disputa por recursos. Os investimentos do Poder Público associado a parceiros privados – em habitação, segurança, mobilidade, cultura e lazer, saúde etc. – acabam focalizados em determinadas áreas valorizadas da cidade que, por sua vez, numa distorcida metonímia, passam a representar “a cidade” como um todo. As regiões fora dessa demarcação “desaparecem” embaixo do tapete dos discursos oficiais e das políticas públicas de investimentos, abandonadas como “terras de ninguém”, mais que esquecidas, propositalmente apagadas do mapa da cidade. Nesse sentido, o Rio de Janeiro e a Paris globais que emergem desse processo se referem a restritas regiões de interesses, responsáveis por imprimir a imagem da cidade ideal, que será internacionalmente trabalhada como uma peça de *marketing*, a começar pela euforia tão conspícua nos discursos de autoridades, empresários e investidores, e da mídia.

33 O uso de conceito de vizinhança neste trabalho se refere à definição estabelecida por Park, como “uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua”, sendo a menor unidade local da cidade, composta (PARK, 1973, pp. 30-31).

REFERÊNCIAS

ALFAIATE, Walter. Prefácio. In: HALLACK, Giovanna; SIMÕES, Soraya Silveira. **Bairros do Rio**: Botafogo e Humaitá. Rio de Janeiro: Fraiha; Casa da Palavra e Prefeitura do Rio, 2000. p 6-7.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO. **Ève**: le nouvel esprit du capitalisme. Paris: Gallimard, 2011.

BROOKS, David. **Les Bobos**: les Bourgeois bohèmes. Paris: COL, 2000.

CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Ed.). **L'héritage du pragmatisme**. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002.

CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? quelques pistes pour une perspective pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel.; JOSEPH, Isaac (Ed.). **L'héritage du pragmatisme**. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. p. 51 – 83.

CHALVON-DEMERSEY, Sabine. **Le triangle du XIV^{ème}**: des nouveaux habitants dans un vieux quartier de Paris: Mission du Patrimoine ethnologique. 2^e éd. Paris: Édition de la Maison des sciences de l'homme, 1984.

CHAPOULIE, Jean-Michel. **La tradition sociologique de Chicago**: 1892-1961. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

COUTO, Ana; ISRAEL, Bruno. A marca Rio: uma promessa ainda por ser entregue. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Rio, a hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DUNEIER, Mitchell. **Sidewalk**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1999.

FLEURY, Antoine. Espaces publiques et environnement dans les politiques urbaines à Paris et à Berlin. **Annales de Géographie**, Paris, n. 669, p. 522-542, 2009.

FLINT, Anthony. **Wrestling With Moses**: how Jane Jacobs took on New York's Master builder and transformed the American City. New York: The Radom House Publishing Group, 2009.

FREIRE, Pedro Guilherme Mascarenhas. **Porto dos desterrados**: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

GLASS, Ruth. **Introduction to London**: aspects of changes. London. Center for Urban Studies, 1963.

GÓES, Felipe. Os grandes eventos de 2011 a 2016 e seus legados para a cidade. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Rio, a hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Behavior in public places**: notes on the Social Organization of Gatherings. New York: The Free Press, 1963.

_____. **Interaction ritual**: essays on Face-to-Face Behavior. New York: Pantheon Books, 1967.

_____. **A representação do eu da vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, Laura Graziela. Comércio étnico em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 187-207, 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JOSEPH, Issac; GRAFMEYER, Yves. **L'École de Chicago**. Paris: Aubier, 1984.

LA CECLA, Franco. **Contre L'Architecture**. Paris: Arléa, 2011.

MAIA, Rosemere. Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no 'mercado mundial' de cidades. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (Org.). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Vingt ans après: des espaces publiques aux territoires clos de la Selva de Pedra, Rio de Janeiro. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. **L'Héritage du pragmatisme**: conflits de urbanité et épreuves de civisme. Paris, Éditions L'Aube, 2002. p. 237 – 248.

_____; VEIGA, Felipe Berocan; COUTO, Patrícia Brandão; SOUZA, Mirian Alves. Os ciganos do Catumbi: de 'andadores do Rei' e comerciantes de escravos a oficiais de Justiça na cidade do Rio de Janeiro. **Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, n. 18, p. 79-92, jun. 2009.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; BARROS. **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 1983.

_____. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (Org.). **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 205-228.

_____; VALLADARES, Lícia; KANT DE LIMA, Roberto; VEIGA, Felipe Berocan. Si tu vas à Rio!: l'expérience brésilienne d'Isaac Joseph". In: CEFALÍ, Daniel; SATURNO, Carole (Org.). **Parcours d'un pragmatiste**: autour d'Isaac Joseph. Paris: Economica, 2007.

OCHS, Lionel. **Le marché comme contre le monde**: pratiques et relations sociales sur le marché d'Aligre": Mémoire de Master 2 en Sociologie des Sociétés Contemporaines. Université Paris V – René Descartes. Sorbonne: Faculté des Sciences Humaines et Sociales, 2008.

OUROUSSOFF, Nicolai. Manhattan's Year of Building Furiously. **The New York Times**, New York, 23 Dec., 2007.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 29-72.

PIERSON, Donald (Org.). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948. T. 1.

RAULIN, Anne. **L'Ethnique est quotidien**: diasporas, marchés et cultures métropolitaines. Paris: L'Harmattan, 2000.

SIMMEL, Georg. **Le conflit**. Paris: Éditions Circé, 2003.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Histoire et ethnographie d'une cité de Rio**: La Cruzada São Sebastião. Paris: Éditions Karthala, 2010a.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010b.

TAVARES, Karine. Aqui como em Paris: Botafogo e Aligre, dois bairros que passam pelo processo de substituição de população. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2011. Morar Bem, p. 1-2.

THÉVENOT, Laurent; BOLTANSKI, Luc. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

THIAGO DE MELLO, Pedro Paulo; CUNHA, Neiva Vieira da. Libaneses e chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico 2005**. Rio de Janeiro, p. 155-169, 2006a.

_____. Saara: Reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques (Org.). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas**. Rio de Janeiro: FAPERJ: DEPEA, 2006b. p. 104-119.

THIAGO DE MELLO, Pedro Paulo; TAVARES, Karine. Jardins urbanos: vizinhos transformam espaços públicos no Rio, assim como em Paris e Nova York. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul. 2012. Morar Bem, p. 1 - 2.

_____. Diáspora marcada pelo empreendedorismo: na era pós-Mao, a origem do processo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 36, 25 jun. 2006c, p. 36.

_____. **Pendura essa**: a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–PPGA, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

_____. **Por trás da notícia**: um olhar etnográfico sobre os ritos de interação numa redação de jornal. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia)–Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

THOMAS, William I.; THOMAS, Diana S. **The child in America**. New York. Alfred Knopf, 1928.

URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Rio, a hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ZUKIN, Sharon. **Naked City**: the death and life of authentic urban places. New York: Oxford University Press, 2010.

A OFICINA DO BEM COMUM: USOS E SIGNIFICADOS DA CATEGORIA 'COMUNIDADE' NAS ARENAS PÚBLICAS CARIOCAS

Soraya Silveira Simões*

I INTRODUÇÃO

Em muitas das grandes cidades do país, o termo “comunidade” aparece, nas arenas públicas, nos discursos dos moradores de áreas menos favorecidas como, por exemplo, as favelas. Através do uso dessa categoria, uma parte considerável dos cidadãos reivindica determinados direitos ou manifesta a expectativa de exclusividade ou prioridade em políticas públicas. Na terminologia adotada em 2009 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, as favelas destinatárias de intervenções públicas e privadas são, desde então, denominadas “comunidades urbanizadas”**.

No contexto urbano carioca, “comunidade” acentua, pois, não somente a preeminência de um sujeito coletivo desfavorecido em um dado contexto urbano, mas também aquele onde a categoria “morador”, por vezes, não é a única capaz de garantir o “pertencimento à comunidade”. Ter “mais tempo no lugar” em relação aos novos moradores, ser afiliado a certos grupos domésticos, de parentesco, religiosos

* Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), Pesquisadora Associada do LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF.

** O termo figura como sendo a “nova classificação de favelas” para o planejamento das políticas públicas municipais, mas foi sobretudo em junho de 2010, com o lançamento do programa Morar Carioca, que o termo foi consagrado (CAVALLIERI; VIAL, 2012).

ou esportivos – ou seja, fazer parte do “circuito da confiança” (MELLO; VOGEL; SANTOS, 1981), se beneficiar do sistema de crédito local, ser acreditado no bairro, inúmeras são as possibilidades locais de agregação ou de exclusão da “comunidade”, no sentido que aqui a consideramos. Para a compreensão dessa complexa dinâmica, as “situações” onde a categoria é evocada devem, portanto, ser analisadas, pois é num processo de natureza “relacional” que os atores reivindicam e legitimam maior ou menor pertença. De todo modo, no Rio de Janeiro, o termo comunidade compõe a identidade de uma população urbana historicamente vulnerável seja por razões de imigração, pelo deslocamento imposto pelas reformas urbanas e pelas políticas habitacionais ou, ainda, pela presença marcante no mercado informal imobiliário e de trabalho¹.

A ambivalência do termo, tal como vem sendo empregado no contexto urbano carioca, invoca tanto uma dimensão social – “eu sou da comunidade” – quanto outra, espacial – “eu moro na comunidade”. Com isso, o discurso evidencia uma clara homologia entre espaços, sujeitos e populações, e o histórico das políticas urbanas nos fornece elementos suficientes para traçarmos alguns percursos de reconhecimento de identidades e sentimentos surgidos em contextos urbanos (MELLO; SIMÕES; FREIRE, 2010).

Ao mesmo tempo, importantes progressos institucionais e marcos regulatórios, como a adoção de um sistema legal que dá responsabilidades às cidades no que se refere à política fundiária (Estatuto da Cidade), a criação do Ministério das Cidades para coordenar ações de desenvolvimento urbano, a instauração do Conselho das Cidades e a definição do Plano Nacional de Habitação, vieram contribuir para legitimar demandas dos habitantes das áreas urbanas não regularizadas, favorecendo a substituição de categorias de atribuição e acusação – como “favelado” – como parte do processo de construção da cidadania.

¹ Em pesquisa sobre o processo recente de renovação urbana em bairros periféricos franceses, chamados *quartiers sensibles*, o *communautarisme* figura como um elemento a ser extinto pela reconfiguração espacial e social desses bairros habitados por uma população que também lá, conhece bem os processos de mudança forçada, além da trajetória de imigração conhecida por boa parte de seus residentes. Nos desdobramentos desse processo de renovação urbana e, por conseguinte, de mudança *forçada*, forma-se não só a *communitas*, nos termos de Turner, mas os elementos de uma “comunidade de aflição” que, no caso francês, evoca um conflito particular de sua história colonial e da naturalização dos imigrantes provenientes das ex-colônias naquele país. Ver Helleboid et al. (2010); Simões; Melo (2010; 2011).

Contudo, ao longo de um século, a antiga e complexa coabitação bairro-favela na capital fluminense (e ex-capital da República) se manifestou através de uma série de decretos e programas que visavam erradicar e impedir a autoconstrução e os traçados urbanísticos sem planejamento viário, e isto sem propor políticas habitacionais que fossem articuladas em todas as esferas administrativas (GONÇALVES, 2010; VALLADARES, 1980). Somente nos anos 1990 a cidade passou a ser contemplada por programas municipais, estaduais e federais que, enfim, possibilitaram a melhoria de infraestrutura em assentamentos e bairros populares através da urbanização (Programas Favela-Bairro, de 1994, e Bairrinho, de 1996) e da regularização fundiária (Programa Morar Legal, 1994)², e não apenas pela construção de conjuntos habitacionais, ainda que ao lado dos terrenos das favelas, como foi feito pela Cruzada São Sebastião, nos anos 1950 (SIMÕES, 2010; SLOB, 2002).

Garantir o direito de pertencer a “urbs” não mitiga, contudo, a exclusão da “civitas”. O sentimento social manifestado pelo emprego da categoria comunidade surge como uma espécie de cidadania apequenada, de pertencimento único à “polis de proximidade”. A partir das observações feitas em reuniões locais e regionais, na companhia de moradores do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião do Leblon³, apresentamos alguns elementos etnográficos que nos permitem refletir sobre os significados dos usos dessa categoria e o que ela nos ensina sobre a complexa gestão de um grande centro urbano, como o Rio de Janeiro.

2 ‘COMUNIDADE’ e ‘BAIRRO’

Em março de 2004, os membros das associações de moradores da Zona Sul do Rio reuniram-se numa tradicional escola de Botafogo para discutir o temário do II Congresso da Federação das Associações

2 Em 1982, o Programa Cada família um lote, durante a gestão de Leonel Brizola no governo do Rio, concedeu escrituras definitivas para milhares de moradores de conjuntos habitacionais construídos pela COHAB e para moradores de inúmeras favelas.

3 O Bairro São Sebastião do Leblon, hoje comumente chamado “Cruzada”, foi construído pela associação católica Cruzada São Sebastião, fundada por Dom Hélder no Congresso Eucarístico Internacional de 1955. Entre outras coisas, a Cruzada pretendia construir prédios de apartamentos em terrenos contíguos às favelas que iriam ser extintas. O conjunto do Leblon é o mais eloquente testemunho dessa iniciativa, inteiramente construído em um dos bairros mais valorizados do Rio de Janeiro. V. Simões (2010).

de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-RIO), que aconteceria no mês seguinte. Entre os participantes havia membros das associações de moradores de bairros, do Morro Chapéu-Mangueira e do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião. A distinção “bairro”, “morro”, “conjunto” merecia, por si só, a nossa atenção, pois se os problemas particulares às favelas (regularização fundiária, saneamento, iluminação, construção e melhoria dos acessos, ordenamento do espaço público etc.) justificariam sua diferenciação, o mesmo não poderia ser dito da Cruzada São Sebastião. Este conjunto, inaugurado no Leblon em 1957, resultou da iniciativa da associação católica homônima fundada por Dom Hélder Câmara para abrigar famílias faveladas em terrenos contíguos às favelas. Ao construir prédios de apartamentos, a Cruzada pretendia fazer face à política de “remoção” de favelas que já se afigurava, mantendo os moradores nas áreas urbanizadas e melhorando a integração do tecido urbano, além de preservar as milhares de rotinas já estabelecidas pelos beneficiados nessas áreas. As favelas Praia do Pinto e Ilha das Dragas, que avançavam sobre o espelho d’água da Lagoa Rodrigo de Freitas, foram as escolhidas para o início das obras justamente por se situarem em área nobre, com grande valor fundiário. Contudo, 50 anos depois, os moradores do conjunto, hoje comumente chamado Cruzada, ainda têm seus endereços associados à favela e o peso simbólico desse passado não é sem efeito (MELLO, 2001; SIMÕES, 2010).

Através do convite formulado pelo presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon (Amorabase) e por outra moradora do conjunto, então diretora de Assuntos Comunitários da FAM-RIO e ex-presidente da Amorabase, participamos da reunião da FAM-RIO que, naquela noite, teria como objetivo principal discutir as modalidades de gestão da Federação, a serem votadas durante o Congresso. O método de “proporcionalidade” e suas modalidades, “simples” e “qualificada”, na composição de uma diretoria não majoritária, foram minuciosamente apresentados, assim como as formas de gestão presidencialista e colegiada. Após a explanação, antecipando-se a todos os demais presentes, o presidente da Amorabase ofereceu à assembleia suas considerações. Conforme o seu entendimento, o sistema de proporcionalidade e a diretoria colegiada poderiam afetar a

coerência elaborada para a formação de uma chapa, podendo redundar em entraves futuros. Com isso, concluiu que os dois sistemas não funcionariam em uma “associação de moradores”, mas seriam eficazes no âmbito de uma *federação*, uma vez que dariam a oportunidade de “todos participarem juntos”⁴.

A distinção que vinha a se estabelecer manifestava o que estava apto a mensurar: os conflitos experimentados pelos presidentes de uma associação de “bairro” e pelo presidente de uma associação do “conjunto habitacional” eram bastante distintos. Nesta, ressaltavam-se os traços de um pertencimento social comum, fortemente marcado por relações de vizinhança traduzidas em inúmeras práticas, mas, sobretudo, por uma trajetória coletiva bastante significativa: a mudança residencial dos barracos da favela para os apartamentos do conjunto.

Contudo, as opiniões contrárias à sua foram unânimes. E, entre estas, a da outra moradora da Cruzada que, em seu discurso, chegou a apresentar críticas indiretas à sua forma de compreender a gestão de um cargo eleitoral no âmbito de uma associação dos moradores. Naquela noite, desde a apresentação do temário, havia ficado evidente que todos os representantes das associações de moradores da Zona Sul ali presentes iam de encontro ao chamado “corporativismo de bairro” (VIDAL, 1998) e aos projetos assistencialistas, fazendo mesmo desta tendência um objeto de discussão constante nas reuniões do grupo e nas instâncias públicas de mediação entre governo e sociedade civil. A quebra desta modalidade corporativa fora apresentada, na ocasião, como um dos mais importantes objetivos cívicos adotados pela diretoria da Federação, cujos membros eram, em grande parte, moradores e representantes das associações de bairros da Zona Sul.

4 No livro *Les Sens du Public*, Leclerc-Olive (2003) faz a distinção entre o “bem comum”, que seria uma propriedade partilhada por grupos determinados e exclusivos, e o “bem público”, que seriam bens inapropriáveis, inalienáveis e imprescritíveis. Sem a definição destes conceitos para ancorar seu raciocínio, percebi que, de qualquer modo, o presidente da associação de moradores do conjunto comparou, para si, os conflitos decorrentes do tipo de apropriação relativa ao “bem comum” e os conflitos de negociação do bem público que aquela arena propriamente caracterizava, ao congrega grupos de moradores da cidade da forma menos excludente possível. É claro que devemos considerar que o espaço em jogo, em um caso, engloba relações primárias e formas de controle mais informais se compararmos com o espaço sobre o qual os militantes de uma federação de associações de moradores tomam como referência para suas aguerridas lutas políticas; espaços estes onde os cidadãos podem desenvolver suas vidas apoiados em laços impessoais. Ou seja, a distância das formas de controle e conflitos implicadas nessas percepções territoriais distintas não podem ser, terminantemente, ignoradas nas análises.

Esse episódio permitiu realçar, retrospectivamente, o modo como se davam os engajamentos associativos de grande parte dos moradores do conjunto. A premência da esfera privada de interesses era frequentemente ressaltada nas arenas locais, de modo despreocupado, suscitando acordo, mas também espanto entre os presentes. O pressuposto de que suas motivações mantinham vínculos profundos com uma experiência de descrença na preservação da integridade física e moral, em suas interações cotidianas no âmbito da vizinhança, mas também com agentes do Estado, não poderia ser negligenciado⁵. A questão que se colocava, tanto nas arenas locais (reuniões de condomínio e da associação de moradores do conjunto) quanto nas arenas públicas das quais os representantes da associação de moradores do conjunto participavam, era: como alcançar um nível de generalidade exigido pelos princípios que regem as arenas públicas a partir de casos particularíssimos?

As expectativas que recaíam sobre a Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião referiam-se, entre outras, à capacidade de seus diretores em elaborar projetos e obter financiamentos, de modo que “jovens e idosos da comunidade” pudessem “ocupar o tempo” com certas atividades. Havia um consenso sobre a ociosidade de parte dos jovens moradores do lugar, e que esse ócio seria a oportunidade para que estes se engajassem em atividades ilícitas. Por conta disso, a capacidade de mobilizar recursos era cobrada, tornando-se mesmo um imperativo moral. Os recursos, por sua vez, eram oferecidos por inúmeras instituições diante do argumento de “carência” e era através dele que se expressava o próprio *ethos* do que vinha a ser “comunidade” no glossário da vida urbana brasileira – e mais precisamente carioca – de nossos dias⁶.

O argumento de carência é assim manipulado pelos moradores, mas também por instituições públicas e privadas, que então conferem

5 Em pouco tempo de trabalho de campo, duas pessoas nos narraram como perderam um filho e um irmão por causa de objetos atirados por outros moradores pelas janelas dos prédios. Também neste período assistimos às incursões da polícia civil no conjunto, disparando tiros em meio aos vários adultos e crianças que se concentravam na rua no início da noite, e subindo as escadas dos prédios com armas em punho e dedo no gatilho.

6 Em uma perspectiva histórica, a transformação da pobreza em sinônimo de carência se dá, segundo Valladares (1991, p. 100), com a importação da terminologia “população de baixa renda” pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais que, principalmente a partir da década de 1960, passam a investir ainda mais pesado em políticas sociais, desta vez com a introdução da variável ‘renda’ na definição de pobreza.

à categoria comunidade esta possibilidade unívoca que oculta as diferenças e os conflitos existentes entre os próprios habitantes. Não obstante, nem sempre a categoria “carente” desperta a simpatia daqueles mesmos atores que por vezes lançam mão de sua instrumentalidade. Uma despreziosa observação do dia-a-dia do conjunto é suficiente para nos fazer notar uma significativa diferenciação de renda entre seus moradores. Possuir roupas de grife, carro, computador ou simplesmente exalar determinado perfume, por exemplo, são significantes que estabelecem essa diferenciação e que são notados, aqui e ali, em conversas de corredor. Mas não somente: as sociabilidades e os círculos sociais que frequentam, também denotam a distância social existente entre os moradores e as fronteiras movediças da comunidade.

Para os síndicos dos dez prédios do conjunto, o recurso ao argumento de carência só se legitima nas relações com agentes externos⁷. Internamente, as redes de parentesco nos permitem não só acompanhar e remontar ponto a ponto os laços de reciprocidade que envolvem todo o circuito das trocas no local, mas também considerar com mais vagar e refletir sobre as comodidades viabilizadas pelos bens (donativos materiais e simbólicos) que circulam entre seus componentes. Elas permitem também verificar como e até que ponto uma face dos conflitos derivados da administração da vida coletiva se articula com uma transposição da moralidade privada para o gerenciamento do público. Para se pertencer à comunidade e nela ter voz importa muito pertencer às famílias locais, que compartilham trajetórias comuns, ou, enquanto morador adventício, ser afiançado por elas. Mas não só: além de “ser nascido”, conta ainda o fato de ali “ter sido criado” (SIMÕES, 2010; MELLO; VOGEL, 2004).

3 **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E CONSELHO DE SÍNDICOS: INSTÂNCIAS MEDIADORAS DE PROBLEMAS PÚBLICOS E PRIVADOS**

Entre os residentes da Cruzada São Sebastião, podemos caracterizar a relação entre síndicos e moradores sob a luz de uma tensão,

⁷ Como em uma reunião com engenheiros da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) para a negociação das dívidas de água dos condomínios. Graças à inserção dos prédios do Cruzada na chamada Tarifa Social, foi possível reduzir em até 70% o valor das contas e ainda obter um parcelamento de até 48 meses.

fruto não só do difícil exercício de controle e cobrança, de um lado, mas também da complexa arte de apresentar argumentos, de outro. Na relação entre o síndico e o morador há, contudo, uma proximidade social que se evidencia quando ambos se encontram, por exemplo, em relação com agentes externos. Neste caso, síndicos e moradores são residentes e a simetria desta relação reduz drasticamente, em suas discussões, o emprego do argumento pautado pela carência. O capital social nivelado pela mesma posição que ocupam nesse sistema condominial torna-se assimétrico somente no processo de negociação, que os obriga, impreterivelmente, a entrarem em uma dimensão da intimidade.

Nas relações entre síndico e morador, a sociação propiciada por uma característica que, de maneira geral, estereotipa os habitantes do conjunto – pobreza, carência –, ganha densidade diante da necessidade de comprovação das condições financeiras do morador, ou seja, diante de um conflito. Para isto, ambos se beneficiam dos mais diversos recursos para justificar as escolhas que fazem e os procedimentos que utilizam para pagar ou deixar de pagar o condomínio, negociar uma dívida ou recorrer a atitudes mais drásticas, tais como a publicização dos nomes dos inadimplentes e o apelo à justiça ou o mero pronunciamento de uma vontade de que a prefeitura coloque em leilão o imóvel do devedor, por exemplo.

É exatamente nesse momento crítico de comprovação que a dimensão íntima se descortina, do ponto de vista do condômino, ora voluntariamente, como engajamento num regime de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), ora involuntariamente, pelo conhecimento que o síndico acumula através da observação da vida privada dos demais. É ainda neste momento que a correlação existente entre o habitar e o ser moral se apresenta no espaço público e passa a ser objeto de inúmeras manipulações na retórica do bem comum.

Em relação ao síndico e aos membros da diretoria da Associação de Moradores, sobretudo o presidente, o controle igualmente resvala para o âmbito do privado. Em um episódio envolvendo um morador e um policial, em frente à portaria de um dos prédios do conjunto, o presidente da Associação foi agredido verbal e fisicamente pelos amigos do morador por não ter intercedido. O presidente, por sua vez, consi-

derou sua conduta uma decisão política, visto que problemas pessoais, como o conflito do morador com o policial, não eram “problemas da comunidade”.

Poucos dias após o incidente, o presidente assumiu o posto de síndico do bloco onde morava, pois a síndica sofria de depressão e alegava que a causa eram as críticas e ameaças que passou a receber após ter contratado um advogado para resolver a questão dos inadimplentes. Tão logo assumiu o posto, o novo síndico marcou uma reunião para tratar do assunto. No dia, os ânimos se acirraram, todos falavam ao mesmo tempo. O silêncio só se dava quando alguém, mais exaltado, encenava o seu discurso apresentando para a plateia suas razões para a destemperança. Destemperança esta que encontrava lugar para exibir-se em um rito marcado pela obrigação social de expressar tal sentimento – no caso, a contrariedade diante da proposta de se administrar institucionalmente um conflito interno.

Em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, Marcel Mauss (1999, p. 328) notou que não são “apenas os tempos e as condições da expressão coletiva dos sentimentos que são fixos, os agentes desta expressão também o são”. Mauss observou que todas essas expressões coletivas e “de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo são mais do que simples manifestações, são sinais, expressões compreendidas, em suma, uma linguagem” (MAUSS, 1999, p. 332). Os gestos, gritos, interjeições e lágrimas “são como frases e palavras. É preciso dizê-las, mas se é preciso dizê-las é porque todo o grupo as compreende” (MAUSS, 1999, p.). Todo o repertório pantomímico e de recursos fisiológicos (lágrimas, vômitos etc.) não são unicamente expressão de sentimentos, “são também, ao mesmo tempo, rigorosamente ao mesmo tempo, signos e símbolos coletivos” (MAUSS, 1999, p. 334).

Esta reunião de condomínio, entre outras, constituiu-se majoritariamente de mulheres. Elas se revezavam na arena para expressarem, cada uma a seu turno, o desagrado perante a possível contratação de um advogado para se ocupar das dívidas dos inadimplentes. Uma senhora argumentou na arena que a dívida de sua filha resultava de razões bastante objetivas. Além dos argumentos apresentados, o fato de destaque foi que, através desses argumentos, surgiram os responsáveis pelos imóveis e os querelantes: todos eram mulheres.

Houve quem afirmasse também que a medida de contratação do advogado era a causa do aumento do número de não pagadores no prédio: “agora é dívida de quem deve e de quem não deve”, queixou-se uma outra mulher. Seu desabafo não era sem sentido, pois ele mostrava a existência de duas qualidades de condôminos na mesma situação de devedores. Abria-se mais uma vez a suspeita de que a conduta moral se constituía em um dado legítimo a ser utilizado na negociação. Restava, enfim, tentar entender como esse álibi, caracterizado por uma determinada conduta, era construído e identificado.

Em seguida, outra moradora levantou-se e caminhou até o síndico para lhe dizer, dedo em riste, que não gostava do advogado porque “ele não fez nada, ele não construiu nada, ele é lá de fora”. Suas razões para o descumprimento da norma foram, assim, apresentadas: como alguém “de fora” e indiferente ao processo de construção das regras estabelecidas entre síndico e morador era convocado agora para solucionar problemas, aplicando, não importa a que tipo de devedor e a que quadro de razões, as regras impessoais da lei?

Em síntese, a queixa geral recaía sobre a anulação de um acordo tácito cujo mérito era a manutenção de uma ampla margem de negociação na qual o “falar de si” não apenas encontrava lugar como atualizava, todo mês, a chance de se comprovar, para si mesmo e para o outro, um traço pessoal de existência no mundo.

Como lembrou um morador, “todo mundo tem uma história para contar”. Este mesmo homem exerceu durante a reunião um papel contemporizador, se esforçando em mostrar, através de indagações, como as queixas e as razões apresentadas ali não resolviam o problema das melhorias necessárias àquele prédio. Ao contrário, afirmavam ainda mais a precariedade de um bem comum a todos, usurpado de melhorias pela postura individualista, por vezes egoísta, e descrente dos demais.

Os participantes dessa reunião tinham experiências muito distintas no que concerne à vida política e administrativa mais próxima – a do próprio prédio – até a mais abrangente – a vida cívica. Além do mais, a faixa etária dos presentes era igualmente muito ampla. Essa arena, em especial, foi exemplar no que diz respeito a conformação de um “mundo comum”, onde determinados argumentos ganham coerência e plausibilidade. Algo que só é possível através do trabalho de contextualização e de qualificação das “coisas” presentes e pertinentes (pessoas, problemas, objeto do litígio, razões etc.), que é o próprio da reunião.

O arranjo de um mundo que possa ser comum a todos os participantes é, portanto, definido na “situação” – e não exclusivamente em um nível de princípios onde a filosofia política costuma permanecer, abnegando, com isso, as condições empíricas de realização do acordo e da aplicação desses princípios em circunstâncias particulares. As provas de realidade, ou seja, os argumentos plausíveis perante um litígio qualquer, estão em consonância com o universo estruturado de normas e valores que definem a natureza de uma questão. Deste universo fazem parte não apenas os sujeitos ou grupos, com seus princípios fundamentais, mas o próprio contexto que os coloca em interação, pois é a partir dele que se define a “grandeza” em torno da qual os atores vão estruturar justificativas razoáveis, coerentes e, por fim, convincentes⁸.

Uma disputa, assim, revela-se uma “economia de grandezas” onde os participantes fazem suas queixas e reivindicam seus direitos. Com isto, eles executam uma tarefa de persuasão. Nesta estrutura de valores, há um princípio de ordem particular que permite especificar de que é feita a “grandeza dos grandes”⁹ e, com isso, uma “ordem justificável” entre as pessoas envolvidas em um conflito.

A análise até aqui empreendida de duas arenas distintas – uma no âmbito administrativo de uma região da cidade e outra no de um condomínio que integra um conjunto habitacional – nos oferece alguns elementos para compreendermos o aspecto pragmático contido nessa teoria da justificação. Ela também nos ajuda a perquirir com maior rigor o dilema do “público” segundo a perspectiva do pragmatismo. Ambas as abordagens colocam em questão o estatuto da “verdade” e restituem, com isso, a sua plasticidade, pois é nas mãos de pessoas concretas, em ações concretas e em contextos específicos que elas são forjadas.

4 **A OFICINA DO BEM COMUM**

Em toda situação de disputa, as grandezas em torno das quais os participantes se alinham tornam-se particularmente salientes.

8 “A grandeza é o modo pelo qual exprimimos os outros, pelo qual os encarnamos, pelo qual os compreendemos ou ainda pelo qual os representamos. Ela está portanto associada à uma capacidade de expressão geral” (BOLTANSKI ; THEVENOT, 1991 , p. 162).

9 Especificar de que é feita a grandeza dos grandes é fundar uma ordem justificável entre as pessoas. ((BOLTANSKI ; THEVENOT, 1991, p. 28).

Durante nossa pesquisa, pudemos ouvir os argumentos justificativos formulados pelos moradores do conjunto, do bairro e da cidade para se posicionarem contra ou a favor dos projetos de intervenção em seus espaços de habitação. Momentos como esse se caracterizam especialmente por uma inquietação acerca do modo como pessoas e coisas serão valoradas.

Na Cruzada, as reuniões formais acontecem a todo o momento. É grande o número de vezes em que agentes públicos e privados se encontram com os moradores para solucionarem os mais diversos problemas condominiais – água, luz, obras, impostos etc. Internamente, o número de convocações é ainda maior, e pode surgir de uma demanda particular de um morador interessado, por exemplo, em fazer certo uso de uma área do prédio; ou do síndico, preocupado com as adversidades inerentes à administração de um complexo de moradias. Há também convocatórias da Associação de Moradores e do Conselho de Síndicos, seja para organizarem festas laicas ou religiosas, feiras e bazares, seja para resolverem questões administrativas ou apoios políticos; e ainda de membros de ONGs, missionários, artistas e muitos outros agentes interessados na implantação de projetos sociais.

A diversidade dos modos de se especificar o bem comum e a própria noção de “bem comum” merece, pois, a nossa atenção, pois trata sempre de um princípio de coordenação da ação. Uns falam a partir da condição de morador, o que por si só implica um universo de direitos e deveres dessemelhantes para muitos deles mesmos. Enquanto membro desta categoria – morador –, o sujeito reivindicador da igualdade de direitos pode basear seus argumentos em um mundo abrangente das normas que contemplam uma “comunidade”, universo este de caráter mais exclusivo, ao passo que outros, falando enquanto “cidadãos”, fundamentam suas alegações em um mundo mais englobante, cujo princípio de igualdade inclui, entre outros, o “morador”.

Dependendo, pois, da grandeza, representada pela própria categoria evocada pelo sujeito que fala, um mesmo princípio pode fundamentar razões muito distintas. O princípio, portanto, não é o suficiente para se chegar a um consenso, ou, como chamam Boltanski e Thevenot, a um “acordo justificado”. Segundo a teoria da justificação elaborada por esses autores, o bem comum e a capacidade de agir a seu favor dependem não apenas de um mesmo princípio à luz do qual o

objeto da disputa se define e as ações dos envolvidos se tornam plausíveis e justificáveis. Mais do que o conhecimento desse princípio que rege ações e que julga o objeto em torno do qual se reúnem sujeitos interessados, é imprescindível saber qual o “bem” que cada participante deverá e poderá sacrificar para ascender a um estado comum em relação aos demais concorrentes ao acordo. Se o sacrifício de algo é uma condição exigida pelo processo de um acordo, ele – o sacrifício – é, em si, uma “prova” de que os vários “sentidos do justo” estão sendo ajustados para se chegar a um princípio superior comum e, assim, ao acordo¹⁰.

Dito de outro modo, o bem a ser sacrificado para que todos possam ascender a um estado de igualdade – suprimindo a tensão para entrar em um acordo – pode ser, ele mesmo, objeto de grandes divergências. A título de exemplificar o que seria um bem submetido ao sacrifício, podemos considerá-lo como sendo, até mesmo, uma das identidades a partir da qual os sujeitos em concorrência se percebem¹¹.

Como já supomos, dependendo da situação a categoria “morador” implica um universo de normas desiguais entre os próprios moradores. Entre estes e os agentes externos se interpõem, ainda, outras tantas categorias – como, por exemplo, “cidadão” e “político” – evocativas de outros universos de normas capazes de suplantarem a ordem local, esta representativa do mais vasto mundo de sentido jurídico para um número considerável de moradores da cidade.

O processo de criação de uma convenção de condomínio na Cruzada, que analisaremos a seguir, é o primeiro caso ilustrativo do que acabamos de expor. A pedido dos síndicos, uma série de reuniões foram programadas e convocadas por agentes externos, neste caso por

10 Para um detalhamento escrupuloso da teoria da justificação, recomendo ao leitor a leitura da segunda parte do livro de Boltanski e Thévenot, onde os autores apresentam esquematicamente os axiomas que vão estruturando, passo a passo, o bem comum e a capacidade de agir a seu favor. Como ressaltam os autores, ainda que o modelo de *cité* faça referência a um só princípio de justificação por vez, ele é uma resposta à multiplicidade de princípios sem os quais o mundo seria um *éden*, um lugar sem disputas (BOLTANSKI ; THÉVENOT, 1991, p. 101). Por não vivermos em um paraíso, os autores consideram, assim, que todo modelo de *cité* implica em uma *grandeza*, um *sacrifício* e em uma *noção de dignidade* próprios à *cité* que eles revelam (BOLTANSKI ; THÉVENOT, 1991, p. 106).

11 Em *O saber local*, Clifford Geertz (2003) narra um caso perfeitamente ilustrativo do sentido do sacrifício, segundo a conotação que possui na teoria da justificação, através do drama do balinês Regreg.

funcionários da CEHAB, com a finalidade de se tentar instituir, finalmente, o regulamento. Os custos para registrar uma convenção são altos, e a presença da Companhia junto aos moradores, por ocasião do trabalho de regularização dos imóveis da Cruzada, foi a oportunidade identificada pelos síndicos e pela Amorabase para este auxílio. Primeiramente, discutindo a própria convenção para, em seguida, darem início aos procedimentos burocráticos. Entretanto, o alerta dado por alguns moradores sobre suas próprias dificuldades para compreender ou se interessar por aquele bem, representado pela Convenção, foi em parte ignorado por aqueles responsáveis pela condução das reuniões. O saber local, neste episódio, acabou revelando sua potência ao desbancar os princípios ideológicos e as boas intenções dos agentes públicos, representados por um administrador e um advogado da CEHAB, conforme veremos mais a frente.

O segundo caso que iremos analisar ocorreu durante a reunião entre barraqueiros¹² e demais moradores da Cruzada interessados em montarem estandes na rua durante uma festa junina. Aqui, acompanharemos uma disputa interna. Todos os participantes residem no conjunto, condição que os coloca, inicialmente, em pé de igualdade. O que, no entanto, permitirá dar relevo às distinções e base aos argumentos com os quais pleiteiam o direito em questão – venderem comidas e bebidas durante a festa – será, justamente, o uso da categoria comunidade. **É no momento da disputa que a comunidade se define, não existindo, a priori, nem antes nem depois.** Neste sentido, podemos e devemos considerar a “comunidade”, tal como aparece nas arenas políticas da capital: não como um ideal, mas como uma “premissa”.

Esta hipótese é também explicitada na última reunião que trazemos para essa análise. Trata-se de uma reunião virtual e graças a isto um público mais amplo e geograficamente distante da Zona Sul do Rio de Janeiro pôde acompanhar, não sem espanto, as agressões deliberadas resultantes de um antagonismo cultivado através da oposição Leblon x Cruzada, “bairro” x “favela”. O que se viu ao longo desses dias de afrontamentos virtuais revela que a própria noção de bairro

12 Moradores que vendem comidas e bebidas nas áreas de uso comum do conjunto.

pode ser interpretada como uma “arena” na qual os interessados vêm se manifestar¹³.

A partir de agora, vamos, então, incursionar por essas reuniões que, entre muitas outras coisas, nos dão acesso ao mundo de referências através do qual moradores da cidade adquirem competências políticas e cidadinas e passam a exercitá-las.

5 AS REUNIÕES SOBRE A CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO

Em 2000, a pesquisa que a CEHAB realizou na Cruzada São Sebastião revelou que 76,13% dos moradores achavam necessária a organização administrativa por blocos, ao invés de uma possível centralização caracterizada na figura de um síndico geral.

A preferência acordava com a grande diferenciação interna no conjunto, mas também com os problemas que os moradores consideram “crônicos” e característicos de um ou outro prédio, como, por exemplo, a alta taxa de inadimplência entre os moradores do bloco dois em contraste com o bem organizado bloco dez. Concorriam também alguns outros sistemas de crenças que identificavam, por exemplo, “potestades”¹⁴ apegadas a este ou aquele bloco, além de histórias macabras e boatos que colaboravam com a estigmatização. Além desse universo de atribuições, há um outro que se coaduna exclusivamente com o perfil e a popularidade de cada síndico entre os condôminos e demais habitantes dos prédios vizinhos.

Não vamos nos estender nas minúcias desta relação, mas apenas salientar que os blocos da Cruzada, para seus habitantes, são considerados “viáveis” ou “inviáveis” administrativamente em função de um caráter extraído não apenas da prática de seus moradores, mas

13 Em uma entrevista concedida ao site Uol, em 2012, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, disse “não entender” o que “o pessoal de Niterói [professores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense] vinha fazer no Rio”, auxiliando os moradores da Vila Autódromo na elaboração de um plano de urbanização que pudesse fazer face à tentativa de remoção daquele bairro empreendida pela Prefeitura do Rio.

14 Termo empregado por um líder evangélico, morador do conjunto, para atribuir as causas dos problemas ditos “crônicos” de certos “blocos” (pequenos tráficos, presença de usuários de drogas nos pátios, inadimplência).

também dos usos dos espaços e do repertório de histórias neles transcorridas. No entanto, a primeira reunião das muitas que tratariam dos aspectos legais para a confecção e o registro da Convenção de Condomínio, havia sido iniciada com uma explanação feita pelo administrador da CEHAB, ressaltando a necessidade de se desfazer, no documento, e por meio de algumas medidas, essa tão cara diferenciação. Naquela noite, ele parecia não ter levado suficientemente em conta a força das expressões locais que infundiam as inúmeras distinções entre os blocos e seus moradores.

Delegado pela CEHAB para acompanhar todo o processo de regularização dos apartamentos que ainda estivessem, por razões diversas, em situação irregular ou em litígio, o administrador há meses vinha se inteirando do cotidiano e das disputas internas dos moradores da Cruzada. O seu *bureau*, situado em uma sala contígua à delegacia, na rua Humberto de Campos, em frente à Igreja que integra o conjunto, era voltado para a calçada e no nível do passeio, podendo ser observado pelo passante graças a sua grande porta de vidro. Ao longo de quase um ano, o seu escritório foi frequentado por muitos moradores da Cruzada interessados em esclarecer suas situações, realizar o recadastramento junto à Companhia, tirar o registro do imóvel, resolver outros problemas jurídicos ou simplesmente em conversar com o administrador entre uma ida ou vinda do mercado. Os jovens também frequentavam o local atraídos pelos cursos de “reforço escolar”, “embelezamento da mulher” e aulas de preparação para atuarem como guias durante os jogos Pan-americanos, todos oferecidos na sede da Administração de Desenvolvimento Local (ADL) em parceria com o Rotary Clube do Leblon – cujo emblema fora instalado na fachada vidro.

Portanto, na noite da primeira reunião, o administrador estava certo de que todos aqueles meses de trabalho conjunto, reunindo sobretudo os síndicos e diretores da Amorabase no estudo da melhor forma para se adequar uma convenção de condomínio à realidade da Cruzada, começariam, agora, a se efetivar. E começou sua explanação dizendo aos presentes no salão do bloco dez que “o condomínio é composto pelos dez prédios”, e, por isso, haveria um só síndico geral, mesmo que cada prédio tivesse o seu representante. “Essa é a lei. E a gente tem que fazer as coisas exatamente dentro do critério da lei.”

Todos os que ali estavam ouviam com o semblante do acordo. Pareciam esperançosos de que a lei resolveria muitas questões na direção das melhorias esperadas. Mas as fisionomias denotando harmonia entre os presentes merecem algumas explicações. O lugar escolhido para a primeira reunião era, em si, cheio de significados. O décimo bloco, como vimos, é considerado o mais bem organizado da Cruzada. Nele moram os de maior poder aquisitivo, as famílias menos numerosas, os mais discretos habitantes do lugar. Os corredores do décimo bloco são inteiramente desimpedidos. Não há comércio. Não há qualquer obstáculo obstruindo a passagem. Nem grades, nem plantas, nem bicicletas. No máximo, capachos diante das respectivas portas. É um prédio que, por estas razões, se destaca sensivelmente no conjunto. Embora a reunião pudesse ser integrada por qualquer morador, entre os presentes só havia os “bons pagadores”, e entre esses, apenas os dos blocos nove e dez. Nenhum inadimplente. Ali, somente os interessados em instituir um regulamento para o convívio, de modo a valorizar a totalidade do conjunto no qual eram vistos como uma “elite”.

O administrador prosseguiu apresentando as vantagens que teriam com a aprovação da Convenção, dizendo que os inadimplentes teriam, agora, “responsabilidade legal, ou seja, agora não tem jeito, aquelas desculpas [pessoais] deixam de existir.”

A substituição do termo “conjunto” por “condomínio” anunciava uma primeira grande transformação, inteiramente de acordo com o desejo dos que eram favoráveis à Convenção. Na segunda reunião, realizada no bloco cinco, a plenária mais numerosa (cerca de sessenta pessoas) estimulou o advogado da CEHAB a lançar a seguinte pergunta: “Vocês preferem o que, gente: conjunto ou condomínio?”, a qual responderam alguns, aqui e ali, timidamente: – Condomínio... O advogado insistiu e, na vez seguinte, todos, em uma só voz, disseram bem alto: – Condomínio!

Outra nova palavra começou a aparecer nas reuniões, substituindo o genérico uso do termo “apartamento”. Este, inflacionado pelo uso e significado local, ganharia nuance com a utilização do denominativo “patrimônio”. Até aquele momento, não se ouvia ali qualquer referência aos imóveis em termos de “patrimônio”. Era, contudo, bastante reconhecido o valor de um “apartamento no Leblon”. Aliás, esta era das

sentenças que mais diziam quando o tema da conversa referia-se a algo que pudesse macular a imagem do lugar. Assim, “patrimônio” pouco a pouco foi sendo inserido no léxico referente ao agora Condomínio Cruzada São Sebastião. Aliás, Condomínio São Sebastião, como sugeriu um morador: “Acho que a gente deveria retirar esse nome: Cruzada”¹⁵.

O processo seguia estimulado pelo desejo de um dia se alcançar este nível de integração no bairro do Leblon. Mas, enquanto para alguns isto parecia um sonho, para outros representava uma espécie de ameaça, tão intimamente se percebiam associados ao nome do lugar e aos seus significados, em contraste com o entorno *chic* do bairro do Leblon.

Não podemos de modo algum ignorar que a questão da identidade estava sendo tocada em seu âmago. Na “Cruzada”, ou no “conjunto”, estes moradores viviam em uma espécie de autarquia portanto ameaçada pela possibilidade de integração ao esquema dos “outros” pelo uso das normas “de qualquer outro condomínio do Brasil”, como dizia o administrador da CEHAB.

Os fiéis da “fezinha”¹⁶, que todos os dias fazem suas apostas em frente ao bloco um, e os *habitués* da cerveja e do carteadado, da sinuca e da feira, das barracas próximas ao muro e junto aos pilotis, em toda a extensão da rua, estes davam vida pública ao modo de ser que, aos olhos da nova proposta, desvalorizava o “patrimônio” e representava o “conjunto”.

Sobretudo por conta das razões acima mencionadas, a formidável boataria começou a fazer concorrência com as expectativas iniciais de mudança. No boca a boca circulavam suposições sempre ameaçadoras a lançarem na obscuridade as intenções da CEHAB. Por trás de tudo estaria um possível aumento de IPTU e das taxas de água, luz e condomínio e, nos bastidores de supostas manobras insidiosas, a certeza: “querem tirar a gente daqui”.

Enfim, a resistência. A desconfiança não é somente o oposto da confiança, este sentimento que reduz a complexidade do mundo,

15 Embora fruto de comparações distintas, sua aposta foi de par com uma reflexão tardia empreendida por Dom Hélder Câmara acerca da escolha do nome: “*Rien que ce nom dit combien nous étions encore dans une mentalité de chrétienté, au Moyen Age. Nous avions choisi saint Sébastien parce que c’est le patron de Rio de Janeiro. Mais ce mot de Croisade...*”. Entrevista concedida por Dom Hélder a José de Broucker (BROUCKER, 1977, p. 141).

16 Apostas feitas no popular “jogo do bicho”.

simplifica a vida e nos leva a aceitar riscos (LUHMANN, 1996). Se falta essa disposição para a confiança é porque uma crença negativa instaurou-se. Mais nociva do que a falta de confiança, a desconfiança, portanto, restitui para o indivíduo toda a complexidade da vida e, o mais importante, sublinha, nos riscos, apenas as virtualidades negativas.

Para evitar que suas propostas fossem definidas de modo negativo, o administrador havia se precavido e informara, durante a primeira reunião, ter conhecimento das dificuldades que enfrentariam e do tipo de prática que deveria acabar uma vez efetuado o registro da Convenção:

Até hoje ainda existe gente que tem a capacidade de dizer que nós estamos fazendo isso para tirar a Cruzada daqui¹⁷. A menina que trabalha comigo disse que estava tomando banho e ouviu o vizinho dizer na porta esse boato. Até isso, com certeza, com a convenção de condomínio vai acabar. Por quê? Porque a pessoa não vai ter mais como jogar essa conversa. Tá escrito, ela vai ser obrigada a ler, vai ser obrigada a conviver como um todo dentro da comunidade. Não dá para ela achar que ela é um ser a parte que não precisa se importar. Não vai dar mais para ninguém dizer que isso aqui é uma favela. Acabou essa história. Acabou essa atitude, essa postura do morador que acha que isso aqui é favela. É um condomínio na Zona Sul, no Leblon.

Alguns moradores da Cruzada, manifestamente favoráveis à convenção, foram contratados pelo administrador para ajudá-lo no trabalho de esclarecimento sobre o registro de imóveis e a convenção de condomínio junto a seus vizinhos. O trabalho se fazia tanto em horário comercial, na sede da ADL, quanto nas horas livres, por iniciativa dos contratados, junto a seus vizinhos, sempre que a oportunidade surgia.

Em uma tarde, na porta da Administração, uma moradora se aproxima para tirar dúvidas a respeito da procuração que deveria assinar. Inquietava-lhe o item sobre a concessão de “direitos especiais” ao síndico. Os chamados direitos especiais visavam exclusivamente à permissão para que cada síndico pudesse assinar a convenção em nome dos condôminos, bastando, com isto, dez assinaturas no documento, ao invés de, no mínimo, 612, ou seja, dois terços do total de domicílios. Mas a questão que gerava dúvidas era o qualificativo dos direitos a serem concedidos por procuração. O termo “especiais”

¹⁷ Menção às políticas de “remoção” que marcaram a vida de grande parte dos moradores do conjunto.

passou a conotar “plenos poderes”, ou ainda “superpoderes”, quando, em realidade, referia-se à condição extraordinária destinada a resolver o objetivo explicitado.

De todo modo, assinar um documento gerava muitas desconfianças entre alguns moradores. Um dos contratados pelo administrador, sabedor deste porém, optou por ser extremamente didático e explicou, inicialmente, para que servia uma convenção de condomínio. Ela iria “regulamentar o convívio”. A moradora acompanhava a explicação lembrando, vez por outra, o que a perturbava (o som alto durante a noite, os objetos lançados pelas janelas). O morador contratado pela ADL confirmava a adequação de seus casos e prosseguia dizendo tratar-se a Convenção de um instrumento contra esses tipos de inconvenientes e outros mais, como “roupas penduradas na janela”. Desta vez a mulher não se manifestou. Permaneceu, contudo, atenta ao que mais ele teria a dizer. Lembro da convenção de condomínio da Selva de Pedra¹⁸ e digo a ela que ali em frente é proibido manter “fábrica de chapéu” nos apartamentos¹⁹. Intrigada, ela toma conhecimento ainda de que todo e qualquer condomínio no Brasil possui uma convenção, e, na grande maioria dos casos, o morador sequer discute sobre o seu conteúdo, procedimento inverso ao que estava sendo proposto na Cruzada, onde, cinquenta anos depois de habitada, discutir-se-iam os regulamentos. Ela, enfim, manifesta sua decisão: “prefiro com convenção”.

O interesse de todos em obter informações mais precisas era, de fato, bastante pronunciado, pois muitos sequer conheciam o documento regulador da vida nos condomínios e não entendiam, conseqüentemente, o porquê de assinarem uma procuração para o síndico.

Nas reuniões subsequentes, o advogado da CEHAB deu provas de sua competente oratória explicando o que era uma procuração. Engajado no movimento de regularização fundiária em favelas e conjuntos habitacionais, ele, mais do que qualquer um, estava verdadeiramente

18 Selva de Pedra é como ficou conhecido o conjunto de 40 torres construídas nos anos 1970 sobre o terreno da antiga favela da Praia do Pinto, com recursos provenientes das cooperativas profissionais financiadas pelo BNH. A esse respeito, ver : MELLO, VOGEL & SANTOS, 1981.

19 Convenção do Edifício Maestro Villa-Lobos, transcrita parcialmente por Mello (2001) em um artigo no qual volta a discutir, vinte anos depois da pesquisa realizada na Selva de Pedra, as apropriações dos espaços de uso coletivo neste conjunto.

entusiasmado com o início das conversações coletivas e disponível a todos para maiores esclarecimentos, antes e depois das reuniões e também, em dias marcados, na sede da ADL.

Até aquele momento o administrador e o advogado estiveram preservados dos rumores que já começavam a circular sobre o impacto das reuniões. Acabaram descobrindo estarem sendo qualificados de “politiqueiros”. Indignados, fizeram desta informação matéria da reunião seguinte, a mais concorrida de todas, realizada uma noite na quadra da Escola²⁰. Assim, levando a público a indignação, acreditavam estar tecendo ainda mais firmemente a confiança que, por sua vez, depositavam nos moradores enquanto interlocutores competentes.

Nas arenas, como o próprio nome já indica, há um elemento crucial de valorização do “dito” que é a plenária. A princípio, não se sabe quem são as pessoas que a compõem, ou ainda, quais são os seus anseios. O advogado e o administrador, tão compenetrados em seus próprios números diante do público – pois certos de suas boas intenções – encontravam-se de tal modo convencidos a respeito da realidade que encenavam que talvez, por um descuido ou simples desconhecimento dos fatos, acreditaram excessivamente na própria realidade que estavam encenando. Sobre a crença inquestionável do ator no próprio papel que desempenha, Goffman escreveu: “Quando seu público está também convencido deste modo a respeito do espetáculo que o ator [social] encena – e esta parece ser a regra geral – então, pelo menos no momento, somente o sociólogo ou uma pessoa *socialmente descontente* terão dúvidas sobre a ‘realidade’ do que é apresentado” (GOFFMAN, 1999,).

Mesmo aqueles que faziam parte da equipe, para dizer nos termos de Goffman, pouco a pouco foram manifestando publicamente, nas reuniões, seus desacordos em relação às estratégias escolhidas pelo administrador. Sobre elas, um morador fez uma importante observação. Ele percebeu que se devia instituir uma agenda positiva, em vez de “bater na tecla negativa, na parte da dureza da convenção, que é a cobrança de condomínio”. Tinha consciência de que esta propaganda agradaria aos ouvidos dos interessados na convenção, os quais eram,

20 A Escola Municipal Santos Anjos é parte, junto com a Igreja Santos Anjos, do projeto inicial do conjunto da Cruzada São Sebastião.

em sua grande maioria, os fiéis pagadores das taxas. Mas afastaria de vez os demais moradores que até poderiam ver, na instituição do regulamento, mais aspectos positivos do que negativos. Porém, por medo, poderiam tornar-se desfavoráveis. “Eu preferia bater menos nisso aí, porque cobrança de condomínio, pela lei, pelo o que eu conheço, ela pode ser feita independente da convenção, então não vamos bater muito nisso porque muitos podem estar devendo condomínio. Agora, se a gente começar a bater que ‘é pra despejar, pra fazer não sei o que...’. *Nós temos uma experiência de morador que a primeira coisa é o negativo*, é o que marca. ‘Olha, não faz isso não que ela vai te pegar!’”.

A “experiência de morador” que menciona é uma experiência vivida em interações cotidianas variadas que podem lhes submeter à discriminação e infundir a descrença na preservação da integridade física e moral.

Se existia algo que pudesse criar um mal-estar entre o total do grupo de moradores, este algo se manifestava através da acusação de inadimplência. Quando indagada sobre quantos moradores pagam condomínio em seu bloco, uma síndica respondeu oferecendo o número total de inadimplentes. A categoria está sempre em evidência e houve épocas em que os nomes dos devedores eram afixados em cartazes no primeiro vão da escada de alguns prédios.

O morador que se manifestou tinha, portanto, fundadas razões para explicar dessa forma o processo, porquanto a estratégia estava marcada pelos critérios da exclusão e tendo em vista a proverbial inadimplência de grande parte dos residentes. Empenhando-se, deste modo, em destacar as relações deletérias entre a convenção e tudo o que ela importava em termos de controle e exclusão dos inadimplentes, tentava mostrar que as palavras do administrador cumpriam o papel de um espantalho, pois expressavam afinal um argumento excludente.

Também o tema da procuração voltaria ainda à baila. Dessa vez, a sucessora do presidente da Amorabase discordara, logo na segunda reunião, da escolha de uma jovem moradora contratada pelo administrador para recolher as procurações a serem entregues pelos moradores. Segundo ela, aos olhos das muitas senhoras moradoras do conjunto, a jovem era “apenas uma menina”. Não à toa mencionou

a pouca idade e a consideração que os administradores deviam dar ao significado que essa classificação etária teria. As mulheres idosas eram proprietárias de grande parte dos apartamentos. E muitas destas não sabiam ler, não gostavam ou não queriam ler – “mas confiam no que você vai dizer”, ressaltava a presidente. Daí a importância de se escolher um morador “mais conhecido e fiável”, pois havia critérios, tal como este, a serem considerados.

Portanto, não foi a falta de aviso sobre os equívocos estratégicos o motivo de ter-se instalado a controvérsia. O esvaziamento das reuniões foi paulatinamente ganhando espaço. A proximidade com a data das eleições estaduais também concorreu para se atribuir um caráter “eleitoreiro” ao que se estava propondo.

Quase um ano depois, uma moradora fez sua análise do que poderia ter se passado para que novamente se frustrasse a instituição de uma convenção de condomínio. Para ela, tudo se deveu a uma falta de vontade de explicar ao morador para o que serviria o instrumento. E que restaria, igualmente, esclarecer sobre a importância e o papel de uma Associação de Moradores. Para ela, a solução seria uma leitura do documento que fosse feita conjuntamente, pois reconhecia que o calhamaço não seria lido pela grande maioria dos moradores – e por inúmeras razões, dentre as quais podemos destacar a falta de hábito de leitura ou mesmo o analfabetismo.

Isto não foi, contudo, impeditivo para a vontade de saber. Pelo contrário. Muitos alertaram para esta dificuldade justamente com o intuito de convocar ajuda para a leitura do documento. A negligência quanto a esta dificuldade acabou transfigurando-a em uma suposta “falta de vontade do morador”, e foi isto o que acabou criando e estimulando um cerrar fileiras, na opinião dos que acompanharam o caso.

Em contrapartida, o administrador e o advogado deixaram cópias do documento com os síndicos, e informaram que cada morador interessado em lê-lo gastaria no máximo R\$ 3,00 para fazer uma fotocópia. Os moradores alegaram que a construtora do *shopping* que estava sendo erguido em terreno vizinho, através de sua política de responsabilidade social, poderia arcar com esse custo e fornecer uma cópia para cada apartamento. Nisto também houve discórdia. Desta vez, os agentes do Estado é que se mostraram resistentes, pois su-

puseram restrições a esta possibilidade e além disso esperavam que o interesse do próprio morador o mobilizasse para dispensar a módica quantia, segundo seus critérios, na obtenção do documento.

Uma detração contra o administrador apareceu, desta vez, na voz de uma eminente personalidade do conjunto. Ela conferia a tudo o que era falado “via o administrador” em uma “questão política”. Outras vozes proeminentes lhe fizeram eco: “Ele politiza tudo”. O enunciado indicava que isto era algo negativo. “Politizar tudo” significava situar o debate local em instâncias extra-locais. Por conseguinte, entendia-se que, por esta via, corria-se o risco de esvaziar o debate das suas razões locais. O esforço do administrador para veicular a informação fora do circuito do rumor lhe trazia problemas. Sua atitude desconsiderava os domínios da “comunidade” e rivalizava com ela.

Enquanto as assembleias iam sendo desfeitas pela imaginação e pelos ressentimentos, o tempo passava. Já não se falava mais em convenção de condomínio. O tema cedera lugar às maledicências. O horizonte do bem comum, com o passar desse tempo, se tornou crepuscular. Vieram as eleições estaduais e a CEHAB partiu da ADL, mantendo apenas o serviço de regularização dos imóveis oferecido, em outra sede, aos interessados.

6 **A REUNIÃO COM OS ‘BARRAQUEIROS’**

Às 19:40hs, na sede da Amorabase, três pessoas aguardavam pela chegada dos demais participantes da reunião prevista para começar às 20:00. Eram o presidente e uma barraqueira que apresentavam à etnógrafa algumas de suas apostas quanto ao que se passaria dentro de instantes. “Você vai poder ver: vem muita gente essa noite só para tumultuar”, eis o palpite da mulher. Os que viriam desempenhar o papel de agitadores ganhavam, na interpretação do presidente, outro matiz. Para ele, “esses nunca participam das reuniões convocadas pela associação”, mas naquela noite se fariam presentes, pois uma das características desse tipo de participante que lhes causava aborrecimentos era a tendência a se manifestar, única e exclusivamente, nas oportunidades em que pudesse reverter algo em benefício particular.

Quatro rapazes chegaram juntos na sede da Associação. Acomodaram-se discretamente nas cadeiras disponíveis ao redor da grande mesa e ali permaneceram, calados. A maior parte das pessoas que se acercavam do local da reunião punha o rosto na porta para se certificar de quem já estava presente. Não encontrando nenhum conhecido, aguardavam do lado de fora, entrando somente após se fazerem acompanhar por alguém. Esse fluxo prosseguiu até às 20:30hs, quando pouco mais de trinta pessoas ocuparam, então, todas as cadeiras e cantos do salão.

À mesa de dez lugares sentaram-se o presidente, na cabeceira, e, a seu lado, dois membros da diretoria: a síndica do bloco sete e o tesoureiro da Amorabase. Junto deles estavam os primeiros que chegaram: os quatro rapazes, uma mulher e dois homens, sendo que estes três últimos vieram sozinhos para participar da reunião. Próximo à parede em frente à porta havia um banco onde se sentaram algumas jovens, o primeiro secretário da Associação, a etnógrafa e a barraqueira. Um morador foi buscar uma cadeira para uma inquilina do bloco um e a proprietária de uma Kombi (adaptada com um balcão onde se vende bebidas em frente ao bloco nove) permaneceu em pé, junto à mesa. Essas eram as pessoas que se apresentaram individualmente, de um jeito ou de outro, durante a reunião. Já no fundo da sala aglomeravam-se aqueles cujas participações se restringiram, entretanto, a um não menos importante elemento da linguagem cênica: o coro. Optamos por assim chamá-los por causa da estratégia participativa de que lançavam mão. Dali, onde, todos de pé, se tornavam indistintos, advinham somente manifestações em uníssono dando o tom da discussão mantida na cena principal, que era aquela que se passava ao redor da mesa.

O presidente dá início à reunião relatando quatro de suas incursões pelas festas juninas de diferentes localidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Da Rocinha a Tinguá, em Nova Iguaçu, observara como as Associações de Moradores vinham organizando desde a quantidade de barracas até o tipo de produtos oferecidos ao público frequentador dessas festas. Diz achar importante que uma ou duas das vagas colocadas à disposição dos barraqueiros fossem destinadas para as chamadas animações infantis, como jogos e brincadeiras, enquanto as restantes venderiam bebidas, salgados e doces. Mostra-se diligente

quanto ao acolhimento das quadrilhas que virão se apresentar na festa. É preciso alugar banheiros químicos e contratar alguém para cuidar da sonorização. Alerta, ao final, sobre a necessidade de todos contribuírem para que a ocasião seja memorável. “Terão pessoas de outras comunidades nos *observando* também”. Ao considerar o olhar que um terceiro possa lançar sobre a comunidade, o presidente procura conclamar o espírito de coletividade dos presentes. Todos ali estão na mesma condição: são moradores. Cabe a eles, portanto, a responsabilidade pelo sucesso da festa, enquanto ao visitante caberá, eventualmente, o olhar crítico. Com isto, ao seu modo, ele pedia aos presentes que se considerassem uns aos outros como moradores de um mesmo lugar; portanto, portadores dos mesmos direitos e deveres.

O cuidado investido nessas suas últimas palavras iniciais tem endereço certo na audiência. A barraqueira o ouve atentamente, e refaz o semblante de modo a mostrar satisfação com a nota por ele proferida. Antes de começar a reunião ela havia desabafado com o presidente e a etnógrafa sua ansiedade quanto aos critérios que seriam definidos naquela noite, para os dois dias de festa junina. Alegara, por exemplo, que sua barraca era a fonte de sua renda, e não estava disposta a atrelar sua rotina de trabalho a um critério estipulado *ad hoc*. Esperava que o presidente, enquanto seu amigo, compreendesse e encaminhasse sua demanda de maneira corajosa, fazendo com que os demais interessados em ocupar temporariamente o posto de barraqueiro compartilhassem seus propósitos e não julgassem os interesses dela como contrários ao direito pelo qual pleiteavam.

A rua e a calçada do conjunto exibem diariamente um comércio de comidas, bebidas e pequenos serviços. Entretanto, nos dois dias da festa, este quadro mudaria. Os barraqueiros habituais seriam diluídos em uma espécie de arraial, ou, nas palavras de Levi-Strauss (1996, p. 110), na animação extraordinária proporcionada por essa “cidade viajante”, a qual se monta e desmonta em meio ao ritmo cotidiano de um lugar.

Um dos moradores sentados à mesa faz, então, a primeira sugestão da noite pedindo, exatamente, que os barraqueiros de todos os dias sejam excluídos do sorteio e, assim, do direito de montar barraca durante o período de festa. Pretendia, com isso, que estes cedessem a

vez “para a comunidade”. A barraqueira se põe de pé e, olhando para o presidente, manifesta toda sua tristeza por estar sendo privada de um direito para ela inelutável: o de manter sua barraca funcionando todos os dias, como faz já há alguns anos. E diz mais: está “triste com a comunidade”, que não reconhece, neste momento, a sua condição, o seu pertencimento. Dito isto, num jogo de cena, sai da sala, abalada.

Todos falam ao mesmo tempo. A situação propicia a formação de grupos que isoladamente discutem critérios e direitos. O presidente se esforça para chamar novamente a atenção de todos e dar prosseguimento à reunião. As pessoas sentadas à mesa ou ao seu redor têm dúvidas a serem esclarecidas. “Se o som e a luz forem de graça a taxa a ser paga pelos barraqueiros diminui?”, “Os preços das bebidas serão tabelados?”, “‘Menor’ pode assumir barraca?”, “Podemos vender bebida para menores?”. Cada esclarecimento oferecido pelo presidente é replicado por algum contrafeito. Uma mulher reclama contra a interdição de menores na direção de barracas, se seria permitido que eles comprassem bebidas: “Eu quero é direitos iguais!”. O tesoureiro explica que o critério responde à norma estipulada pela Prefeitura, e avisa que vai haver fiscalização. A mulher insiste em discutir o que considera injusto e é aplaudida pelo coro. O tesoureiro acolhe a provocação e retribui: “Os pais é que devem tomar conta dos seus filhos. O meu não bebe cachaça!”. Mais uma vez o presidente intervém e, com sua notória gentileza, pede a todos que se contenham.

De todas as sugestões e dúvidas apresentadas, somente uma obteve o consentimento geral. Sequer foi necessário discutir qualquer critério. Afinal, tratava-se de disponibilizar a barraca que ficaria a cargo da paróquia para ser sorteada entre os moradores. Embora os presentes não houvessem reclamado justificativas, o presidente explica que o padre queria fazer a festa junina da paróquia na praça do “Favelão”, ou seja, na Selva de Pedra. No entanto, tudo acabou sendo feito no átrio da própria igreja e “a comunidade não foi convidada para montar uma barraca”.

A barraqueira retorna. Passa a acompanhar tudo com o cenho franzido e em silêncio. Antes de sentar-se, porém, dá dois informes. Em primeiro lugar, voltara para evitar o tititi. Em segundo lugar, garante fechar a porta do bloco dois para continuar trabalhando durante a

— |

—

—

—

festa, caso não mudem as regras. Neste momento, ela havia lançado mão de uma ameaça. O sorteio contemplando os nomes de todos os presentes foi a solução encontrada para que saíssem do impasse. E caso o nome dos barraqueiros de todos os dias não fosse tirado, estes teriam que abrir mão dos dois dias de trabalho no comércio local. Ainda que contrafeita, a barraqueira permanece ali, segurando com a mão direita o seu escapulário. Faz-se o silêncio. O sorteio não dava mais margens às provocações do coro. A síndica do sétimo bloco tira o primeiro nome agraciado pelo direito de montar barraca. Esse nome era o da barraqueira.

Ao final do sorteio, ela extravasa. Com um discurso inflamado e olhando para todos os que ainda se encontram na sala, diz estar se sentindo muito triste e magoada por ter sido obrigada a agir do modo como agiu, publicamente, para fazer valer o seu direito. A dona da Kombi, também agraciada pelo sorteio, faz eco ao seu desabafo, dizendo que continuaria a trabalhar durante a festa caso não tivesse sido contemplada.

A reunião cumpriu um papel, entre outros, didático. Nela revelou-se uma sensibilidade jurídica (GEERTZ, 2003) de extremo valor para a compreensão de um sentimento que, hoje, se expressa no espaço público por intermédio da categoria comunidade. O seu aspecto mais evidente é o de ocultar o sujeito individual da ação. A ideia de comunidade, conforme aparece no imaginário urbano das grandes cidades brasileiras, apela para o foco no sujeito coletivo, mas não se trata de um qualquer. A “comunidade carente” configura um sujeito coletivo “desprovido de qualificação específica” em relação ao outro com quem se encontra em disputa²¹. No que pudemos observar nas reuniões, o uso da categoria se faz como uma auto-atribuição de quem, por sua vez, atribui uma especificidade qualquer ao seu antagonista.

21 Esta concepção pode ser apreciada de modo mais pleno nas considerações em torno do tema da *communitas*, tal como o tratamento que lhe confere Roberto Esposito. Para este autor, o que os membros de uma comunidade têm em comum não é simplesmente um bem, uma propriedade, nenhuma coisa de positivo, nem mesmo um pertencimento. O que têm em comum, não sendo uma essência ou substância, é um dever, uma tarefa, uma dívida. Em seu livro a propósito da questão, o autor considera que o que mantém unidas as pessoas é uma *falta*. Mais do que isso: algo que as obriga. Esposito contrasta a categoria *communitas* opondo-a a categoria *immunitas* para fazer realçar nesta última o que é próprio daquele que não tem dívida, ou seja, obrigação em relação aos demais. Ver: ESPOSITO, 2000.

Deste modo, encontra na coletividade segurança ou apoio às suas causas esporádicas. Invocar a categoria comunidade é invocar um direito segundo o critério de pertencimento a um coletivo “especial” porque “destituído” de algo – um coletivo “carente”.

Em princípio, durante a festa, os barraqueiros seriam sacrificados, enquanto membros da comunidade, pois ocupavam um lugar por ora desejado pelos demais. Vários argumentos poderiam ser utilizados para excluí-los. Mas o escolhido se justificava moralmente – “dar chance para a comunidade”. A situação gerou discursos inflamados daquela que se sentiu ludibriada e excluída tanto da “comunidade”, seu *locus* moral, quanto do processo seletivo, que caracterizou o seu sentimento de injustiça.

Victor Turner se dedicou a evidenciar a alta reflexividade denotativa dos momentos de crise. Etimologicamente, o termo “crise” refere-se a um “momento de decisão”, a uma “mudança súbita”, até mesmo à faculdade de distinguir para decidir. Significa também separar, decidir, julgar, sendo ocasião, portanto, em que as regras são explicitadas. Neste sentido, discutir normas específicas para o momento extraordinário de uma festa implicou, para os barraqueiros, em uma crise no modo cotidiano de condução de seus trabalhos. O drama se agudizou com o argumento dos demais interessados. Para se obter mais chances na disputa por um direito, lançou-se mão de argumentos excludentes fundamentando-os em terreno moral.

Lembramos-nos há pouco que esta comunidade da qual se fala é categoria que vem acompanhada de um qualificativo não menos problemático, que é a noção de carente. Portanto, tudo o que vimos até agora nos permite dizer que o uso do termo comunidade, quando enunciado à luz desta condição, evoca, em primeiro lugar, “necessidades” identificadas como um problema ou carência da coletividade, tais como: necessidade de capacitar mão-de-obra especializada, necessidade de ocupar e educar crianças e jovens, necessidade de conscientizar os moradores em relação ao cuidado com o espaço e seus equipamentos, delinquência, comportamentos antissociais etc.; tudo isto que supõe a sua “unidade”. Em segundo lugar, sugere haver características exclusivas, positivas ou não, e, por fim, encaminha demandas individuais na voz de um sujeito coletivo (cujos critérios de inclusão/exclusão

se definem a partir de uma contraposição), de maneira a legitimá-las politicamente.

A REUNIÃO VIRTUAL

Esta última reunião é inteiramente diferente das anteriores. Em vez de encontros face a face, aqui os participantes se defrontaram utilizando como meio a internet. Através de um *site* então bastante difundido no Brasil, o *orkut*, cada integrante pode fundar uma “comunidade” à qual vão integrar todos aqueles demais participantes interessados em discutir temas afins. No *site*, há desde comunidades formadas por um núcleo de parentes, amigos ou vizinhos até aquelas internacionais, cujos membros apresentam-se empenhados em discutir questões políticas, mobilizar ações pela promoção de novas leis etc. Cada integrante inscrito em uma comunidade pode, sempre que desejar, publicar um tópico de discussão ou simplesmente deixar sua opinião em algum já existente.

Neste imenso e diversificado universo, foi criada uma comunidade chamada “Leblon”. Dela participam quase quinze mil pessoas. Não demorou muito, portanto, para que a Cruzada surgisse em um dos temas de discussão. Certo dia de junho de 2007, logo pela manhã, recebo um *e-mail* angustiado seguido de um telefonema da nova presidente da Amorabase. Vinha me pedir que me inscrevesse urgentemente na comunidade Leblon para, então, opinar no tópico intitulado “O que você mais odeia no Leblon?”. Parecia transtornada em função do que lia. O proponente da questão sugeria aos interessados que escrevessem o que eles “tirariam do bairro”. Eram muitas as respostas optando pela Cruzada ou citando lugares situados no seu entorno. A primeira resposta, dada por um rapaz de vinte e sete anos, dizia: “O que eu mais odeio no Leblon: o Jardim de Alah dava tudo para ser um ótimo lugar, mas é um lixo”. A segunda, escrita por outro jovem, foi explícita e escrita em letras maiúsculas²²: “CRUZADA SÃO SEBASTIÃO... So (*sic*) napalm resolve galera”. As mensagens seguintes deram continuidade ao tom agressivo, algumas chegando a ataques claramente racistas, e foram escritas por jovens entre dezesseis e trinta e dois anos de idade,

22 O que denota ênfase ou, segundo a etiqueta criada para a comunicação pela internet, representa *falar alto*.

embora no tópico tenham sido publicadas mensagens deixadas por pessoas com até cinquenta e um anos.

A lista de respostas era, pois, uma notável vitrine onde se podia ler a respeito da reputação de um lugar e os desdobramentos disto na forma de ofensas destinadas a seus habitantes. A presidente sentia muito e por isso convocou a etnógrafa para engrossar o coro. Neste momento, salientou-se um atributo, mais do que possível, verossímil: o de “aliada da comunidade”. Quem se sentia diretamente atingido clamava pela tomada de posição de todos aqueles que, de um modo ou de outro, já haviam tido a oportunidade de mostrar “de que lado estavam” nesses momentos de disputa, ou melhor, momentos em que se revelava esta “rivalidade cultivada” (LEITÃO, 2004) entre moradores do “bairro” e da “comunidade”. Frequentar a Cruzada por ter amigos ali era, por si só, um dado elucidativo sobre quem poderia ser convocado para “engrossar o coro”.

Na acirrada querela que se formou em torno dos estereótipos, chamou a atenção a velocidade com que as informações circularam. E a velocidade da comunicação contribuiu para manter os ânimos despertados. Além dos que se encontravam entretidos com as ofensivas ou ocupados em respondê-las, surgiram aqueles decididos a romper com o silêncio. Dispostos a “ajudar a Cruzada”, esses membros da comunidade virtual se mobilizaram para oferecer aulas de artes ou ceder roupas e material escolar para crianças e jovens da Cruzada.

Neste episódio, em meio a tantos ataques ofensivos, duas atitudes se salientaram, sobretudo aos olhos dos habitantes da Cruzada São Sebastião. A primeira foi a “provocação”, forma através da qual moradores do bairro permitiram ao público notar como cultivam a rivalidade com a Cruzada. Em sua etimologia, provocar significa “fazer falar”. Mas, fazer falar por meio deste recurso é o mesmo que incitar a relação através da “jocosidade”, por vezes da ofensa. Provocar é alimentar a rivalidade, o antagonismo ou, de outro modo, manter um tipo de relação da qual depende a identidade dos envolvidos. Provocar é também um modo de fazer aparecer o lugar dos envolvidos em uma relação, através das reações suscitadas. A relação em pauta tinha como elo o bairro, este lugar ao qual nos sentimos pertencer e que, segundo Georges Perec (1974), representa “la partie de la ville dans laquelle on n’a pas besoin de se rendre, puisque précisément on y est”. Esta ideia

do escritor francês resume bem a distinção existente entre “ser” de um lugar ou simplesmente “estar” de passagem por ele. Foi precisamente este significado contido na ideia do bairro onde se mora, e ao qual se associam as identidades dos cidadãos, o que motivou o engajamento na querela.

Interpretá-lo, pois, como categoria de percepção e de ação colabora para entendermos a segunda atitude – a de “defesa” dos moradores da Cruzada – manifestada no debate sobre o que deveria ser banido do bairro. Tal atitude denotava, porém, o quanto esses participantes defensores tinham naturalizado o conteúdo negativo através do qual interpretavam o significado da presença da Cruzada – e de seus moradores – no Leblon. “Apenas os jogaram lá”, conforme escreveu alguém tencionando lembrar a precedência dos moradores do conjunto no local. A sua representação parecia se fundamentar na ideia de tutela e, por conseguinte, transformava os moradores da Cruzada em uma espécie de *handicapés sociaux* (PÉTONNET, 1979).

Por sua vez, uma jovem moradora do conjunto, chamou a atenção para o fato de que “morador da Cruzada também sofre com a falta de segurança”. A moça se esforçou em esclarecer os que têm o lugar na conta de um “bode expiatório” para o problema mais em voga na agenda cidadina carioca: o da segurança. Ou, como se diz, o da “violência”. Olhando a Cruzada por esse viés, ou seja, como encarnando o papel de um *bouc émissaire*, vê-se um lugar que canaliza todos os problemas identificados por aqueles que se encontram ou se percebem social e/ou espacialmente fora dele. Ao cumprir a função de um bode expiatório, todo e qualquer habitante do lugar é excluído do direito de também sofrer com o que aflige a coletividade ao redor. Colocado fora de um universo de direitos, pois que imputado pelos infortúnios, este morador do bairro acompanha a tentativa de legitimarem o seu sacrifício. Somente assim, segundo esta lógica, o Leblon pode ficar “limpo”.

7 CONCLUSÃO

Desde a distinção entre Estado e sociedade, feita por Hegel – na qual a sociedade seria uma realidade dita orgânica e o Estado um artifício para se criar convenções – e a dicotomia comunidade e

sociedade analisada por Ferdinand Tönnies, vários foram os autores que, durante todo o século XX, se dedicaram à oposição *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade) renovando a discussão sob diversas formas²³.

A cidade política e a cidade física – a *polis* e a *urbs* – impõem, por si sós, a necessidade de aquisição de certas competências e etiquetas ao sujeito cidadão. É a cidade, ela mesma, a unidade que motiva seus habitantes a aprenderem certos usos e tecnologias e a se confrontarem nas variadas arenas, pois é a condição de serem habitantes de um lugar o que define, em muito, os problemas com os quais se veem às voltas para resolver.

23 Sir Henry Maine distinguiu esses aspectos da “vida dos homens em grupo” a partir do ‘status’, à luz do qual um indivíduo estaria referenciado como *pessoa* no âmbito de uma comunidade, e do ‘contrato’, com o qual o indivíduo se situaria no seio de uma sociedade liberada, portanto, dos constrangimentos e influências que caracterizam os chamados grupos primários. Durkheim falava em duas espécies de dependência mútua, a solidariedade orgânica e a solidariedade mecânica, enquanto Max Weber, inspirado naqueles dois conceitos antinômicos, pensou em *Vergemeinschaftung* (processo de comunhão) e *Vergesellschaftung* (processo de associação). Na antropologia, considera-se o *continuum folk*-urbano, de Robert Redfield, assim como a distinção *communitas* e estrutura, de Victor Turner, como inspirados também dos conceitos duais definidos por Tönnies. A acepção apresentada por este em sua tese de doutorado, em 1912, considerava a distinção sobre uma base psicológica, representada por dois tipos de *vontade*. A vontade natural, ou orgânica, determinaria o pensamento, enquanto a vontade reflexiva seria por ele determinada (cf. RIOS, 1986). Enquanto a primeira exprime, segundo a tese de Tönnies, a espontaneidade e “manifesta-se no prazer, no hábito e na memória”, a segunda, ao contrário, expressa a capacidade do homem “produzir o mundo artificial, seguindo diretrizes abstratas de pensamento” sendo, por isto, uma “vontade calculista e especuladora, que busca prever e se volta para o futuro”. Estes dois tipos de vontade motivariam, então, a *Gemeinschaft* (resultado da vontade orgânica) e a *Gesellschaft* (fruto da vontade reflexiva), que são, por sua vez, duas maneiras essenciais de “agrupamentos humanos que se influenciam mutuamente” (Idem). Merton privilegiou abordar a questão em termos de “padrões de influências”. Para ele, a dicotomia se encerra em *tipos*. Em uma mesma localidade, por exemplo, haveria tipos de pessoas consideradas ‘influentes locais’ e outras, ‘influentes cosmopolitas’. “Se o tipo local é paroquial, o cosmopolita é ecumênico” (MERTON, 1970, p. 486). Esta tendência poderia se manifestar ainda coletivamente, e o tipo de sociedade *Gemeinschaft* teria, por exemplo, “um fundo tradicionalmente definido de conhecimento que se transmite como concludente; não lhes interessa descobrir ou ampliar os conhecimentos. O mero intento de submeter à prova o conhecimento tradicional, na medida em que implica dúvida, é afastado como blasfematório”. Assim, os métodos da comunidade, segundo Merton, se mostram “prevalentemente ontológicos e dogmáticos, mas não epistemológicos ou críticos”, como os métodos atribuídos ao tipo de sociedade *Gesellschaft*. Esta dicotomia, como vemos, absorveu grande parte da sociologia, especialmente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos. Porém, o pragmatismo americano, representado pelas figuras de William James e John Dewey, concorreu para o desenvolvimento de um novo quadro de análise capaz de contemplar a *ação* e que levasse em conta a noção de *situação*, contrariamente a toda e qualquer tendência a construções tipológicas.

Podemos olhar a cidade segundo suas áreas ecológicas. Há uma miríade de atividades, ocupações, zonas de comércio, negócios, residências, e, nessas áreas, prédios, marquises, sinais de trânsito, pontos de ônibus, sombras, parques, jardins, caminhos, calçadas, ruas, enfim, tudo o que comprova, a todo o momento, a existência do urbano. O trânsito de pessoas e de transportes e o uso do espaço público declinado em suas inúmeras conjugações – deambulação, caminhada, *flanerie*, errância, marcha, peregrinação, vadiagem, preconício etc – define suas regiões morais, define aonde se vai ou onde se evita de ir; quem vai e a que horas; quem pode ou deve ir ou vir de certos lugares.

Planejar uma cidade é, por tudo isso, “instaurar uma nova visão de mundo” (MELLO; VOGEL, 1989). É propor novos arranjos nos espaços e novas formas de empregar o tempo. E todas essas transformações atingem os ritmos citadinos, provocam diásporas, novos usos urbanos, modificando radicalmente “a morfologia dos grupos sociais, que passam a cultivar novos formatos institucionais e novas regras de afiliação” (MELLO; VOGEL, 1989, p. 6).

Assim, as transformações decorrentes das intervenções do planejamento, conformadas com o auxílio de todo um aparato tecnológico, institucional e de medidas (físicas, políticas, sociais), se deixam entrever também através de um léxico, de um conjunto de nomes que dão vida a um determinado universo urbano. ‘Favela’, ‘*quartier*’, ‘*cité*’, ‘quadra’, ‘zona’, ‘*arrondissement*’, ‘*souq*’, ‘*hutong*’, ‘acampamento’. Dentro de cada extensão ou forma urbana, um modo de habitar. Nestes modos, distintas sensibilidades jurídicas se desenvolvem e se atualizam cotidianamente, pois cada lugar no mundo é ao mesmo tempo o resultado de uma história e o quadro a partir do qual seus habitantes se percebem enquanto membros de uma *cité* (HALBWACHS, 1950). E cada uma dessas histórias se faz presente nas narrativas, essa forma de testemunho de uma “realidade”, ou, de outro modo, de uma “verdade”²⁴.

O termo comunidade, segundo vem sendo empregado hoje no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, surge nas arenas públicas como uma espécie de fato, de verdade. Há consenso, por isso, de que

24 A verdade, segundo a concepção definida no pragmatismo de William James, é um uma “propriedade de certas idéias nossas. Significa o seu ‘acordo’, como a falsidade significa o seu ‘desacordo’, com a ‘realidade’”. E ‘realidade’, para James, é “alguma coisa com a qual nossas idéias devem concordar”. Cf. James (1979, p. 71).

seu uso procede e é adequado para as reivindicações que requer (FREIRE, 2008). Nas metrópoles, como é o caso do Rio, o termo comunidade vem ainda associado ao adjetivo carente e a população assim definida é, historicamente, objeto de campanhas filantrópicas, da assistência social e mais recentemente, de políticas de responsabilidade social.

A parte, entretanto, as abordagens normativas de uma ciência política, o que vimos, até aqui, é o quanto o termo comunidade permite inúmeras definições, a depender das situações em que se encontram aqueles que o evocam. “Comunidade carente”, por sua vez, dá ênfase a uma qualidade exclusiva, ao mesmo tempo em que já anuncia o lugar político e social de seus membros. Por essas razões, consideramos, neste texto, o termo comunidade como manifestação de uma “sensibilidade jurídica” (GEERTZ, 2003) cujo conteúdo local veio se constituindo no processo histórico de formação das cidades e das políticas urbanas brasileiras.

A cidade – tanto a *polis* quanto a *urbs* – é, ela mesma, um campo de disputas. E sabemos, desde Mauss, que o direito só existe onde há a controvérsia. No Rio de Janeiro, determinadas formas de se habitar a cidade foram compreendidas como um problema público. Por isso, apenas recentemente “favela” tornou-se objeto de um programa onde suas formas pudessem ser finalmente contempladas como base para a urbanização, e não, ao contrário, como objeto de erradicação – e a mudança de paradigma é ainda muito recente. Neste sentido, consideramos também a categoria comunidade não só como expressão de um mundo moral, mas, como dissemos, de uma sensibilidade jurídica na medida em que evoca e/ou reivindica um sentido do “justo”. A intenção que acompanha o seu uso é a do desejo de um reconhecimento (mais precisamente do reconhecimento de uma condição desfavorável) e, por conseguinte, a de distinguir um coletivo do resto da sociedade que o cerca e com a qual, em certas situações, antagoniza.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification**. Paris: Gallimard, 1991.

BROUCKER, José de. **Les conversions d’un évêque**: entretiens avec José de Broucker. Paris: Seuil, 1977.

CAVALLIERI, Fernando ; VIAL, Adriana. **A nova classificação de favelas para o planejamento de políticas públicas**. Conselho Estratégico de Informações da Cidade, Atas de Reuniões, 12/09/12. Disponível em : <http://www.rioprio.rio.rj.gov.br/wp-content/.../12-DE-SETEMBRO-DE-2012.doc>

ESPOSITO, Roberto. **Communita** : origine et destin de la communauté. Paris: Éditions PUF, 2000.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 95-114, out-nov-dez, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Les favelas de Rio de Janeiro**: histoire et droit 19^e et 20^e siècles. Paris: Éditions Harmattan, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950.

HELLEBOID, Marc; POLLIART, Ivan; VÉDIS, Sebastien; CACHEUX, Denise; MELO, Ana Maria; SIMÕES, Soraya Silveira. **Lille-Sud: entre[vues]**. Roubaix : Bureau d'Art et de Recherche, 2010.

JAMES, William. **Concepção da verdade no pragmatismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LEITÃO, Wilma Marques. Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 173-197, jan/jun, 2004.

LUHMANN, Niklas. **Confianza**. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santiago de Chile: Instituto de Sociologia. Pontificia Universidad Católica de Chile, 1996.

LECLERC-OLIVE, Michele. Arènes sahéennes: communautaires, civiles ou publiques? In: CEFAÏ, Daniel ; PASQUIER, Dominique (Org.). **Les sens du public** - publics politiques, publics médiatiques. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos) (1921). In: _____. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, 1º/2º trim., p. 3 – 25, fev./maio, 1989.

MELLO, Marco Antonio da Silva. **Gente das areias**: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá-RJ – 1975 a 1995. Niterói, EdUFF, 2004.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro: IBAM, 1981.

MELLO, Marco Antonio da Silva ; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna. Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (Org.). **Sistemas de justiça criminal e segurança pública em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MERTON, Robert King. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

PEREC, Georges. **Espéces d'espaces**. Paris: Galilée, 1974.

PÉTONNET, Colette. **On est tous dans le brouillard**. Paris: Galilée, 1979.

RIOS, José Arthur. Gemeinschaft e Gesellschaft. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Histoire et ethnographie d'une cité de Rio**: la Cruzada São Sebastião. Paris: Karthala, 2010.

SIMÕES, Soraya Silveira; MELO, Ana Maria. **Considerações acerca de um drama**: a renovação urbana em Lille-Sud. Barcelona: Biblio 3w, 2011. v. 26.

SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento**: a humanização e a urbanização de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 2002.

VALLADARES, Lícia. **Passa-se uma casa**: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo, 1991.

VIDAL, Dominique. **La politique au quartier. rapports sociaux et citoyenneté à Recife**. Paris: Éditions de la Maison de la Science de l'Homme, 1998.

A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA FAVELA SANTA MARTA: USOS E CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO*

Pricila Loretto**
Neiva Vieira da Cunha***

I INTRODUÇÃO

Este texto discute os conflitos no espaço público urbano e tem como foco a interação entre a concessionária de energia elétrica (Light) e os moradores da favela Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Consideramos aqui as mudanças nos usos, percepções e oferta dos serviços de infraestrutura urbana a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em novembro de 2008. Com a chegada da UPP, houve a retomada de projetos de urbanização e regularização de serviços como a coleta de lixo, o fornecimento de água, o esgotamento sanitário e o fornecimento de energia elétrica na favela. Neste contexto, a concessionária Light**** deu início ao projeto de substituição do antigo sistema de rede elétri-

* Este texto apresenta alguns dos resultados do projeto *Um endereço na cidade: a experiência urbana na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas* (CNPq nº 309.193/2008-7 e INCT-InEAC/UFF), coordenado pelo Prof. Marco Antonio da Silva Mello no âmbito do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ).

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), Mestre em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/IFCS-UFRJ, Pesquisadora do LeMetro-IFCS/UFRJ e do INCT-InEAC/UFF.

*** Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisadora do LeMetro-IFCS/UFRJ e do INCT-InEAC/UFF.

**** A Light é uma empresa estatal de economia mista, regulada pela agência federal ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

ca na Favela Santa Marta, realizando também a troca de lâmpadas e geladeiras por outras de consumo mais baixo, visando à implantação do Projeto Comunidade Eficiente, desenvolvido pela Light em favelas da cidade do Rio de Janeiro desde 1999, com o objetivo de “alertar e conscientizar os clientes de baixa renda para o uso adequado de energia elétrica”¹. Uma das principais metas desse Projeto Comunidade Eficiente (PCE) é restringir ao máximo o “desvio” ou “desperdício” de energia elétrica. Desse modo, para evitar a prática ilegal das ligações clandestinas ou “gatos”², a concessionária buscou substituir o sistema de fiação elétrica, com suas diversas ligações irregulares ou “gambiarras” encontradas na Favela Santa Marta. O processo de modernização do sistema de fornecimento da energia elétrica – já previsto pelo Programa de Eficiência Energética desde 1999 –, teve início com a implantação do “sistema de chip”, elegendo a primeira favela pacificada como laboratório. Trata-se, portanto, de um projeto experimental, testado antes apenas pela AMPLA, concessionária de energia elétrica que atua na cidade de Niterói (YACCOUB, 2010), na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar do sucesso ou fracasso desta iniciativa da AMPLA, um dos principais objetivos do Projeto Comunidade Eficiente seria acabar com os “gatos” através da substituição do “sistema de cabos” pelo “sistema de chip”, classificado como um sistema “antifurto” ou “antigato”.

Neste sentido, propagar a ideia de transformar a favela Santa Marta em uma “comunidade eficiente” foi um argumento fundamental para convencer uma parcela dos moradores sobre a necessidade da substituição de suas lâmpadas e geladeiras por outras mais econômicas.³ Para tanto, veremos que foi realizada uma campanha educativa, por meio de distribuição de cartilhas e *folders* que demonstravam os gastos em *kwts* por aparelho ligado, além das reuniões realizadas pela Light na quadra da Escola de Samba de Santa Marta para dar orientação

1 Este projeto faz parte do Programa de Eficiência Energética da Light, visando “à promoção do uso eficiente e o combate ao desperdício de energia”. A esse respeito, ver <http://www.light.com.br/>.

2 As aspas neste trabalho indicam o uso de categorias nativas, que terão seus usos e significados explorados ao longo da pesquisa etnográfica. “Gato” é a forma popularmente conhecida de referir-se ao furto ou uso ilegal de serviços do sistema da rede urbana.

3 O conceito de “eficiência” está associado ao de *economicidade* que, grosso modo, seria uma economia dos meios. Por esta lógica, atingir a “eficiência energética” pode ser compreendido como uma das metas da concessionária impostas pela ANEEL prevista em uma das fases do PCE a ser alcançada.

aos moradores sobre os objetivos do Projeto Comunidade Eficiente (PCE). Como parte do processo civilizador (ELIAS, 1993), a concessionária, nesta fase do PCE, buscou “educar” os moradores da favela, através de um processo pedagógico visando a reduzir o consumo de energia elétrica e transformando-os em “clientes-consumidores” adimplentes dos serviços de energia elétrica a partir de sua regularização. Assim, o Projeto Comunidade Eficiente (PCE) justifica a sua criação.

Nota-se que o pressuposto deste projeto da Light é de que, a maioria dos moradores da Favela Santa Marta, assim como nas demais favelas do Rio de Janeiro, na condição de “pobres moradores de favela” não conseguiriam realizar um “consumo consciente”, ou seja, que a população favelada não compreenderia o significado do conceito de “eficiência energética”. Do ponto de vista da Light, a falta de consciência para o consumo de energia elétrica representa um alto custo financeiro. Dentre as ações da concessionária, foi criado também o Projeto Light Recicla, que oferece um desconto na conta de luz dos moradores por meio da troca de materiais recicláveis no ponto de coleta criado na Favela Santa Marta.

A partir de trabalho de campo de caráter etnográfico na favela Santa Marta, buscamos aqui evidenciar a dimensão dos conflitos gerados, desde a implantação da UPP, pelos processos de regularização urbanística e pela substituição gradativa de práticas “informais” de acesso ao serviço de fornecimento de energia elétrica. Buscaremos, num primeiro momento, reconstituir o processo de luta pelo acesso ao serviço de fornecimento de energia elétrica na favela, associado ao acesso a outros serviços básicos de infraestrutura urbana. Num segundo momento, discutiremos o modelo atualmente implementado (PCE- Programa Comunidade Eficiente), buscando evidenciar os novos dilemas e conflitos surgidos da relação entre os moradores e a Light nesse novo contexto. Discutiremos, num terceiro momento, a atuação dos atores sociais envolvidos nesse processo de regularização do fornecimento de energia elétrica na Favela Santa Marta e a desconfiança dos moradores em relação aos valores cobrados pela concessionária na conta de luz, já que, segundo os moradores, as contas encareceram ao longo do processo, sem nenhuma justificativa convincente por parte da concessionária. Apresentaremos, neste sentido, parte da etnografia realizada entre abril de 2011 e junho de 2013, analisando a relação

cotidiana entre moradores, técnicos e gestores das concessionárias e lideranças comunitárias. E, por fim, situaremos a pesquisa em um contexto político mais amplo, refletindo sobre a eclosão de uma série de manifestações no Rio de Janeiro, no contexto de preparação da cidade para a realização dos megaempreendimentos esportivos previstos para 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Jogos Olímpicos) e seus efeitos no cotidiano dos moradores da Favela Santa Marta.

2 **SANTA MARTA OU DONA MARTA? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E POLIFONIA TAXIONÔMICA**

A favela Santa Marta está localizada no Morro Dona Marta, no bairro Botafogo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. A história do surgimento da favela Santa Marta remete à primeira metade do século XX, quando a região era ainda constituída por uma densa mata. Segundo dados da Seseg⁴, a favela teria atualmente 6 mil moradores, distribuídos em uma área de 54.692 m², hoje limitada do lado direito por um plano inclinado e do lado esquerdo por um muro, construído em 2009. Segundo o historiador Milton Teixeira, a área pertencia aos padres jesuítas que administravam o Colégio Santo Inácio, localizado no entorno da favela, que permitiram que ali se instalassem, com suas respectivas famílias, os operários contratados para trabalhar nas obras de ampliação do Colégio, em 1924. Muitos desses primeiros moradores eram oriundos das regiões norte e nordeste do país. Com a crise do café, em 1929, começaram a chegar do interior do Estado do Rio migrantes provenientes da região do Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, adensando significativamente a área⁵. Cerca de vinte anos depois, no recenseamento de 1950, o morro Dona Marta já contava com 1632 habitantes, sendo 787 homens e 854 mulheres, dos quais 627 sabiam ler e escrever e 728 eram analfabetos (IBGE, 1953).

4 Para dados atualizados da Secretaria Estadual de Segurança sobre as favelas com UPPs, consultar <http://upprj.com/wpl/>. Observe-se, entretanto, que há divergências entre os órgãos públicos sobre os dados de população e área das favelas.

5 A favela que se formou no Morro Dona Marta não foi a primeira favela de Botafogo. Já no recenseamento de 1920 foram registrados 63 barracos no Morro São João. Disponível em: <<http://www.amabotafogo.org.br/>>:

Há uma disputa, entretanto, em torno do nome da localidade, constituindo uma espécie de “política do significado” na favela. Segundo seus moradores, o nome atual da favela teve origem quando, ainda na década de 1920, uma imagem de Santa Marta foi levada para a favela por uma moradora que a colocou na parte mais alta do morro, próximo ao lugar conhecido como “Campinho do Pico”. Como o local acabou tornando-se *locus* de celebrações religiosas em torno da Santa, foi construída, na década de 1930, pelo Padre Velloso, jesuíta vinculado ao Colégio Santo Inácio que morava no morro há muitos anos, uma pequena capela para abrigar a imagem. Na década de 1980, no entanto, a mídia passou a referir-se à favela como favela Dona Marta, nome do morro em que está localizada e do mirante nele construído. De acordo com história contada pelos moradores, tal denominação acabou sendo apropriada por parte da população local, marcando uma disputa simbólica dentro da favela⁶, que pode ser encontrada não só na mídia, mas também e muito frequentemente em documentos produzidos por órgãos públicos⁷.

3 O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA NA FAVELA SANTA MARTA

Em 1979, a Light lançava o “Programa de Eletrificação nas favelas”. Até esse período, haviam as Comissões de Luz, como nos conta José Martins de Oliveira, primeiro presidente da Associação do Bairro Barcelos e Administrador Regional da Rocinha.

Alguém tinha um relógio, um medidor grande, um transformador enorme, e assumia a Comissão de Luz. Tirava 20% a mais para despesas, que cobrava dos moradores. Esse era o percentual autorizado pela Comissão Municipal de Energia, a atual Rio Luz, mas depois ele tirava mais 30% por sua conta. Era a forma de ter luz nas favelas. (Entrevista realizada pelo CPDOC/FGV com José Martins de Oliveira; trabalha na Fundação Bento Rubião e continua a morar na Rocinha) (PANDOLFI; GRYNSPAN, 2003, p. 309-317).

6 Para informações sobre a história das favelas do Rio de Janeiro, ver www.favelatemmemoria.com.br.

7 No Sistema de Assentamentos de Baixa Renda/SABREN, disponível no site do Instituto Pereira Passos/IPP-RJ, por exemplo, a localidade é referida em alguns lugares como Morro Santa Marta, em outros como Morro Dona Marta e em outros ainda como Morro Dona Marta/Santa Marta.

A Comissão de Luz costumava cobrar uma conta única, dividida entre todos os moradores que utilizavam a energia elétrica. No caso da favela Santa Marta, a iniciativa foi de Itamar Silva, um morador que se tornaria uma importante liderança política na favela. No final da década de 1970, ele descobriu que o Padre Veloso havia sido professor do presidente da Light. Itamar conta que conseguiu marcar uma audiência com o Sr. Luis Osvaldo Aranha, entrando em sua sala, acompanhado por 58 moradores e dando “um enorme susto” no presidente da Light:

Mas vocês têm uma associação de moradores? Quem são vocês?”. Respondemos: “Somos a comunidade”. E ele: “Vamos marcar uma nova audiência para discutir melhor isso.” Mas nós dissemos que sabíamos o que queríamos. Ai ele deu início ao processo de se projetar a eletrificação no Santa Marta. Só que a equipe técnica disse que aquilo era impossível, que não tinha condições de eletrificar o Santa Marta (PANDOLFI; GRYNSPAN, 2003, p.311).

Havia ainda o padre Agostinho Castejón, outro jesuíta que também morava na favela Santa Marta e era vice-reitor da PUC. Itamar foi até ele, contou sobre as dificuldades que os moradores vinham passando e conseguiu que a turma de engenharia elétrica da PUC desenvolvesse um projeto específico de eletrificação para o morro. De posse dessa proposta Itamar voltou à Light para apresentá-lo ao presidente Luis Osvaldo Aranha, que reconheceu ser possível adequar o projeto aos padrões do Programa de Eletrificação da Light. Itamar conta ainda que o engenheiro Mário Coutinho ofereceu-se para tocar o projeto, dando início assim ao processo de eletrificação da favela. Itamar era um jovem de vinte e poucos anos, bastante determinado e disposto a promover melhorias no lugar em que havia nascido e sido criado, começando pelo acesso a energia elétrica. Junto com outros moradores, ele passou a organizar reuniões por setores da favela, com o intuito de mobilizar os moradores a cobrar tais melhorias do presidente de Associação dos Moradores de Santa Marta (AMSM).

Contudo, para ver implementado o projeto de eletrificação na favela Santa Marta, Itamar Silva precisou enfrentar o Cabo Luís, da Polícia Militar, morador da favela eleito presidente da AMSM naquele período. Segundo Itamar, o Cabo Luís não tinha nenhum interesse em solucionar o problema da luz, na medida em que sua intenção era ape-

nas acumular dinheiro por meio da cobrança de uma taxa extra na conta de luz dos moradores, prometendo, inicialmente usar o montante arrecadado para dar início à construção da rede de abastecimento de água da favela. Mais tarde, propôs construir uma nova cabine para substituir a então precária cabine de alta-tensão já existente, mas para realização desta obra, a proposta era que os próprios moradores a custeassem. Neste contexto, o Grupo Eco, uma organização não-governamental criada por Itamar Silva em 1976, antes mesmo de existir a Associação de Moradores de Santa Marta, assume uma posição contrária à gestão do que eles identificavam como “centralismo autoritário” do Cabo Luís, visando a uma “gestão mais democrática e participativa” na favela. Foi exatamente neste momento que Itamar, teve a iniciativa de procurar Luis Osvaldo Aranha, presidente da concessionária de energia elétrica no Rio de Janeiro. A partir daí, se instaurou a dissidência entre o Grupo Eco e a diretoria da Associação de Moradores, uma disputa acirrada pela gestão do fornecimento de energia elétrica.

Além do apoio do presidente da Light e do vice-reitor da PUC, o Grupo Eco contava ainda com apoio do Prefeito Israel Klabin e do Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Marcos Cadau. Segundo os moradores, durante a breve passagem do Prefeito Klabin, a aproximação entre as lideranças locais e representantes do poder público foi de grande valia para dar início ao processo de eletrificação nas favelas. O que foi, à época, explicitado pelo jornal da Eco (1980):

O fim do Klabin”, aquele prefeito que está fazendo o que nenhum político fez pelos favelados [...]. Mas tudo o que é bom dura pouco. Essa ação do Klabin na prefeitura não agradou muita gente do governo e da sociedade. Moral da história: acabaram dando um jeito de tirar ele da prefeitura. E agora, não sabemos o que vai ser. Por isso é que a gente precisa agir rápido com a vinda da Light para o morro, antes que a política mude mais e a Light mude de ideia

Apesar da promessa do novo prefeito nomeado, Júlio Coutinho, em dar continuidade ao trabalho idealizado pelo secretário Marcos Cadau, da SMDS, as propostas iniciais foram abandonadas. No âmbito local, Itamar e o grupo Eco enfrentavam politicamente o presidente da Associação de Moradores, Cabo Luis, que, segundo Itamar Silva, parecia cada vez mais incomodado com o seu protagonismo diante do

enfrentamento dos problemas sociais. Enquanto o presidente usava o alto-falante para fazer uma pregação contra Itamar e seus aliados, eles radicalizavam nas respostas através do jornal da Eco; enquanto o presidente da AMSM contava com o projeto de estudantes da Universidade Santa Úrsula indo diretamente contra o Programa da Light, o grupo Eco rivaliza com o projeto de engenharia aprovado pelo próprio presidente da Light.

Em matéria do jornal Eco n.11 (agosto de 1979), o grupo, liderado por Itamar Silva denuncia a imposição aos moradores de uma nova despesa derivada da instalação de medidores de consumo de eletricidade reformados por eletricitistas da AMSM, com caixa de proteção contra fraudes. Meses depois, o próprio Itamar, candidato à Associação de Moradores pela Chapa Azul foi eleito presidente e implementou o projeto defendido por ele e seus aliados políticos em 1981.

4 **O PROJETO COMUNIDADE EFICIENTE**

Em meados de 2009, após a instalação da UPP na favela Santa Marta, o serviço de regularização do fornecimento de energia elétrica na favela Santa Marta foi retomado. Os representantes da Light apresentaram seus projetos prioritariamente ao Presidente da Associação de Moradores, José Mario, um mediador importante na implementação de projetos governamentais, empresariais e outros no contexto atual da favela. O presidente da associação anunciou pelo serviço de auto-falante existente na favela o dia e a hora em que a Light estaria na quadra da Escola de Samba do Santa Marta para publicizar o projeto.

Contudo, muito antes da “chegada da UPP”, os moradores praticavam o “gato de luz” – acesso à energia elétrica através de ligações clandestinas. Isso significa que apenas depois da retomada do processo de regularização após a entrada da UPP que a conta de luz passou a ser entregue regularmente na casa dos moradores da favela Santa Marta, iniciativa que, num primeiro momento, teve boa receptividade por parte dos moradores da favela. Nesta ocasião, a Light trabalhou em parceria com o Posto de Orientação Urbanística e Social – POUISO – na identificação de todos os “becos” e “vuelas” da favela, que foram então finalmente registrados como logradouros públicos. E não por acaso, foi atribuído o nome de Av. Light à principal via de acesso à favela.

Este projeto da Light pretendeu formalizar o serviço de distribuição de energia elétrica e reduzir a informalidade, buscando o cadastramento dos moradores para a regularização dos novos consumidores. Neste particular, a Light também buscou viabilizar o registro civil para um grande número de pessoas que não possuíam sequer documento de identificação e, por isso, não tinham acesso aos direitos básicos de cidadania. O projeto da Light realizou ainda a substituição e modernização do sistema de distribuição – transformadores, postes, fiação, caixas de luz, medidores, disjuntores.

Segundo o representante da Light, o Gestor Comunitário Santa Rosa, na favela Santa Marta foram trocadas 810 geladeiras por modelos de consumo mais “eficientes” (mais econômicos), cujo consumo, conforme sua informação, não ultrapassa a média de 15,8 kWh/mês. Contudo, apesar dos esforços do Gestor Comunitário e dos Agentes Pedagógicos, nem todos os moradores desejaram realizar a troca de geladeiras, pois alguns tinham acabado de comprar geladeiras novas, ou mesmo, houve moradores que julgaram que a capacidade de armazenar alimentos da geladeira fornecida pela empresa era menor do que aquelas que tinham comprado individualmente.

O número de lâmpadas incandescentes substituídas por fluorescentes compactas ainda permanece incógnito, mas basta andar pelas ruas observando dentro das casas ou através das visitas domiciliares para perceber a grande quantidade de moradores que realizou a troca de lâmpadas. A concessionária também ajudou a promover reformas elétricas em casos que foram apontados como situação de risco e precariedade de instalação em algumas casas, principalmente as do “Pico”⁸.

Do ponto de vista da empresa, as ações tiveram um grande impacto sobre os clientes de baixo poder aquisitivo, pois estimulam a redução do consumo energético e buscam adequar o valor da conta ao orçamento familiar. Para convencer os moradores sobre essas propostas, foi relatada a presença, ainda no início da implementação do programa, no final de 2009 e 2010, de agentes pedagógicos que trabalhavam na distribuição de panfletos e cartilhas educativas e procuravam “ensinar” ao morador como controlar o consumo de energia elétrica.

8 A região conhecida como “pico” é a parte mais alta da favela, onde se encontram as habitações mais precárias.

4.1 **Atores sociais envolvidos nas ações da Light**

Em poucos meses de trabalho de campo, foi possível notar a presença de diversos funcionários da concessionária de energia elétrica, tais como gestor(es), técnicos, agentes pedagógicos, pesquisadores, entregadores e cobradores de faturas ou agentes de relacionamento. O gestor comunitário Santa Marta tem como tarefa fiscalizar as instalações, regularizar a situação de moradores em situação irregular, cadastrar os consumidores, regularizar situação de contas atrasadas, responsabilizar-se pela impressão de segunda via de contas que não foram entregues pelos agentes de relacionamento, explicar valores questionados, conferir medidores. O gestor aparece como um canal entre os moradores (clientes) e o contato técnico, financeiro ou administrativo da concessionária. Um técnico acompanha o gestor comunitário para avaliar cada caso isolado. São esses dois agentes que acionam o contato de uma equipe técnica com equipamentos urbanos mais precisos, tais como carros, escadas e fiação.

Os agentes pedagógicos estiveram presentes em meados de 2009 para distribuição de material educativo, trabalhando na campanha para um “consumo eficiente” entre os moradores. Duas pesquisadoras visitam domicílios e aplicam questionários sobre coleta de lixo, já que a Light desenvolve uma pesquisa visando subsidiar o projeto que prevê desconto na conta de luz em troca de uma coleta seletiva do lixo encontrado na favela. O agente de relacionamento, nome inscrito no crachá e no uniforme utilizado pelo funcionário, é responsável pela entrega das faturas, aviso de corte e cobranças. Os agentes têm como tarefa distribuir as faturas nominais em cada domicílio. São funcionários contratados pela empresa, tendo passado recentemente por processo seletivo. Ganham R\$ 700,00 por mês e são escalados diariamente para realizar distribuição de faturas em diferentes áreas da cidade. Como eles não são escalados para áreas específicas, apresentam muitas dificuldades na hora de encontrar o endereço por não serem familiarizados com o espaço da favela. Apesar de terem um roteiro em mãos, eles constantemente, não são capazes de realizar seu trabalho, devido a quantidade de contas que precisam entregar diariamente – cerca de 1.000 faturas por agente. O trabalho do agente consiste em bater à porta do morador, fazer a entrega da fatura, do aviso de cobrança ou de corte e recolher

a assinatura do morador, como forma de comprovar o recebimento. Cerca de cinco agentes de relacionamento compõe uma equipe diária para distribuição das faturas na favela Santa Marta a cada mês.

4.2 **O consumo energético e a conta de luz**

Segundo explicações de funcionários da Light, a favela Santa Marta é parte de uma “área de concessão”, mas nem todas as comunidades são consideradas como tal. Em “áreas de concessão”, o consumidor tem a chance de reduzir o consumo de energia e pagar menos na conta. Para tanto, a Light, durante o processo de regularização, procurou progressivamente aumentar o limite de energia, e, por conseguinte, o valor total da fatura (R\$/kWh). Conforme, o gestor Santa Rosa e o superintendente da Light Mario Romano, foi explicado aos moradores o que seria o “consumo escalonado”, que os moradores estavam chamando de “aumento progressivo na taxa de luz”. O gestor afirma que a Light começou disponibilizando 79kWh por domicílio, e seguiu liberando mais 20kWh a cada 4 meses. Durante esse período, realizaram, paralelamente, o trabalho educativo do programa de eficiência energética com base na redução “consciente” do consumo de energia.

Iniciamos o trabalho aqui para adaptar a população. O que foi feito: começamos com 79kwatts, mas se a pessoa consumisse um 1kwatts, ele pagaria 1, se 2kwatts pagaria 2. Nós colocamos uma base de 79kwatts e combinamos que de 4 em, 4 meses aumentaríamos 20kwatts no período de 4 meses. Hoje está em 180kwatts e nós não trocamos. Já teve 100, 120 e 140, 160. De 4 em 4 meses nós aumentamos. Quem está consumindo abaixo de 180kwatts não tem taxa, vai pagar os mesmos 180. Muita gente hoje está consumindo acima de 180, tem gente consumindo 300, 400 e 500kwatts e está pagando somente o que só estamos aí congelando, que é o 180kwatts. Não tem taxa. Quem consome 30 paga 30, quem consome 10 paga 10. Não tem taxa. Ah! Tem alguém que está com o consumo que a pessoa está achando alto, absurdo, tem meu contato e sabe como me achar e como achar o Mario Romano⁹.

9 Santa Rosa, Gestor Comunitário da Light, ao vivo no programa da rádio comunitária da favela, Informativo da Associação, prestando esclarecimentos a população sobre o consumo escalonado, 11 de abril de 2011.

Pela explicação dada, o consumo é calculado individualmente – o que exclui de imediato a ideia de uma “taxa única” para toda a comunidade como havia sido informada a alguns moradores. O desconto nas faturas aplicava-se apenas aos moradores que se auto declarassem de baixa renda, mas passível de comprovação por alguma inscrição em programa de governo, tais como o Bolsa Família ou Cheque Cidadão. Só com o Número de Inscrição Social (N.I.S) é que o morador poderia desfrutar do benefício do desconto em até 65% do valor da conta de luz.

4.3 **Relação entre Preço e Consumo Energético**

Segundo os moradores da favela Santa Marta, uma das questões mais difíceis de serem respondidas pela Light tem sido relacionar efetivamente o valor cobrado nas faturas ao consumo dos moradores. Eles afirmam que ocorre uma disparidade quanto aos argumentos utilizados pela concessionária de energia elétrica para justificar os valores cobrados e o que eles reconhecem que consomem. Inicialmente, os moradores e a Light teriam entrado em um acordo quanto à cobrança do serviço prestado pela empresa. No início de 2009, tiveram início as primeiras palestras da Light de esclarecimento dos moradores e, segundo o presidente, inicialmente houve um acordo para a cobrança de uma taxa única para toda a comunidade, correspondente ao valor de R\$15,00 – independente do consumo, e este valor seria progressivamente aumentado. Contudo, foi dado um prazo de um ano para que os moradores se adaptassem gradativamente aos novos critérios de cobrança e pagamento pelo serviço. Em maio de 2011, o prazo já havia se esgotado, e os moradores pagavam pelo seu consumo individual.

Uma lei aprovada em 2010 determinou que o benefício da tarifa social só poderia ser concedido ao consumidor que apresentasse o N.I.S – Número de Identificação Social. Neste sentido, uma das explicações encontradas para “o susto” dos moradores em relação a faturas muito altas seria a de que a maior parte deles, apesar de possuir o cadastro, não teriam apresentado à concessionária de energia elétrica o documento fornecido pela prefeitura a cidadãos que possuem cadastro do Programa Bolsa Família e/ou outros programas do governo dirigidos à população de baixa renda. De início, todos os moradores

de uma “área de concessão” da empresa foram incluídos no benefício da tarifa especial. Antes da mudança na lei, bastava o cliente se auto-declarar de baixa de renda e consumir até 220kWh por mês para ter o benefício, que poderia chegar até 65% na tarifa. Contudo, atualmente apenas aqueles que realizaram o cadastramento terão o benefício do desconto. Para aqueles que não fizeram o cadastro, o benefício da tarifa social de energia será automática e gradativamente cancelado até dezembro, mesmo para os domicílios que estiverem localizados em “áreas de concessão” da empresa, e não apresentarem o número de identificação social.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) defendeu a mudança na lei, afirmando que muitas casas de veraneio – em tese, locais de baixo consumo energético de população de renda alta –, teriam o desconto, independente da renda do proprietário. A agência elaborou um cronograma de cadastramento, através do qual faixas de menor consumo terão um prazo maior para regularizar sua situação. Cabe lembrar que, os esforços da Light pretendem reduzir o consumo informal e, para isso mudar o modo de pensar dos “consumidores informais” surge como estratégia fundamental para alcançar o objetivo do Programa de Eficiência Energética, que pretende combater o desperdício de energia elétrica.

Segundo a Light, a dimensão pedagógica do projeto teria desempenhado um papel importante para “educar” ou preparar os moradores para o processo de “mudança de paradigma” nas cobranças do consumo energético. Neste particular, o já conhecido público consumidor da favela, tornar-se-ia um novo “cliente”. Essa visão racional de controle do consumo de energia se opõe a uma espécie de “magia do interruptor”. De fato, do ponto de vista da percepção dos moradores de favela é realmente fascinante a ilusão de que ao ligar um interruptor, a luz se ascenda, do mesmo modo que abrir uma torneira e ver verter a água, sem ter que sair a rua com baldes na cabeça para apanhá-la em um córrego. Na visão de alguns gestores da Light e também de alguns moradores que acusam seus vizinhos de não economizarem energia elétrica, a “magia do interruptor” parece não ter fim, a eletricidade surge como fonte inesgotável propiciadora de conforto, a praticidade, conectando à casa a rua.

4.4 **Conflitos: agentes *versus* moradores**

Durante os meses em que vimos realizando o trabalho de campo, de novembro de 2010 a junho de 2011 foi notável a presença de conflitos entre os moradores e agentes da concessionária de energia elétrica. A interação entre a Light e os moradores de favelas, como vimos, não são propriamente uma novidade. Ela ocorre há muitos anos e poderíamos talvez afirmar existir quase um século de relacionamento entre a Light e as favelas no Rio de Janeiro. Para explicitar o início das disputas entre moradores e técnicos da Light realizamos um recorte histórico da presença do sistema de energia elétrica nas favelas, verificando que um sistema anterior já existia através das Comissões de Luz, presente em quase todas as favelas da cidade. Já a partir da chegada da UPP na Santa Marta, em dezembro de 2008, a Light iniciou o projeto de cadastramento para envio da conta de luz à residência de cada morador, garantindo, assim a inserção deste mercado consumidor no rol da sua vasta clientela.

Em 2009, agentes da Light buscaram um contato com o então atual presidente da Associação dos Moradores, José Mário. Como já dito anteriormente o Projeto Comunidade Eficiente-PCE, trabalhou para a substituição e modernização do sistema de distribuição da energia elétrica na favela. Paralelamente fizeram a troca de equipamentos (fiação, postes, transformadores, caixas de luz, medidores, disjuntores) numa tentativa de acabar com a informalidade do consumo, retomando, de forma mais definitiva, o processo de regularização do serviço de fornecimento e distribuição de energia elétrica na favela. No entanto, as palestras da Light tiveram baixo índice de participação e as explicações sobre “consumo eficiente” parecem ter surtido poucos resultados, haja vista o número de dúvidas dos moradores em relação às formas de economizar energia, e as observações e queixas quanto ao constante aumento na conta de luz. Durante esse período, também foi distribuído aos moradores, um *display*, aparelho que pretendeu substituir o relógio ou medidor de luz, cujo acesso foi proibido a partir de lacres colocados nos armários instalados em via pública. Entretanto, poucos moradores sabiam verificar o consumo de kwh a partir do “display” e muito menos fazer a previsão mensal do consumo. É neste contexto de dúvidas e

questões dos moradores, ainda não suficientemente esclarecidas pela concessionária de energia elétrica, que se desdobram os conflitos.

As pessoas têm alguns equipamentos que estão com problema, as instalações, o local onde foi instalado este equipamento pode estar consumindo mais, mas independente disso, nós vamos à casa das pessoas que tenham algum problema, alguma dúvida. Isto foi passado para você e para a comunidade e a gente está aí operando a nossa política. Em relação ao *display*, nós distribuimos 697 e demos outros tantos. Alguns não instalaram, não tomaram as providências, não fizeram o que a gente orientou a fazer. Mesmo assim, nós vamos retornar a todas as casas para esclarecer qualquer dúvida que tiver e a gente resolver isto, ok? Quem tiver dúvida pode dar o endereço que a gente vai lá na casa do morador [...] Nós fizemos um informe geral quando entramos aqui durante, uma assembleia. O José Mario lembra o número das pessoas participando foi muito pouco, porém nós sempre fazemos o seguinte: se o morador tem dúvidas a gente esclarece, não tem problema nenhum. Como é que a gente fez aqui? Nós entramos com um sistema, analisamos as casas, fizemos prospecção de toda a comunidade, levantamos todas as dificuldades existentes. A necessidade de rede, de transformadores. Mas tem sempre a dúvida do morador, mas como eu vou fazer se eu nunca tive medidor na minha casa?”¹⁰.

Há relatos de moradores que pagam R\$80,00 na conta de luz, enquanto o vizinho paga R\$300,00. E há ainda quem paga apenas R\$10,00, mesmo depois do processo de regularização energético. A aplicação de regras mais rígidas também tem provocado conflitos entre moradores e a Light.

Estou ligando para contar o que aconteceu na casa da minha avó. Ela tinha uma conta de R\$43, e depois R\$76 e agora R\$98. Ela ficou 5 dias sem pagar a conta e a luz foi cortada.¹¹

Segundo os moradores, há casos de pessoas consumindo pouco e pagando taxas elevadas. Como, por exemplo, o caso da moradora que possui uma geladeira, um fogão, um ventilador e uma televisão e paga sempre R\$79,90. Ou casos em que o morador trabalha o dia inteiro, a casa permanece vazia durante o dia, e a taxa cobrada pelo consumo é de R\$150,00.

¹⁰ Santa Rosa, gestor comunitário da Light, 11 de abril de 2011.

¹¹ Vânia, moradora, Ao vivo no Programa da Rádio Informativo da Associação, 11 de abril de 2011.

O morador às vezes fica desconfiado: “Poxa, Zé Mario, eu tenho só uma televisão, um bico de luz e uma geladeira, eu saio para trabalhar 8h da manhã, volto às 6h da tarde, a minha conta é igual ao do meu vizinho que tem televisão, ar condicionado e paga os mesmos R\$80,00 que eu, né?” Então eu falei, vou fazer essa pergunta no ar para o pessoal da Light. E aproveitando Mario Romano, Santa Rosa e Mariana, como é que é feita essa estimativa para poder chegar a este valor que os moradores estão pagando? Eu acho uma injustiça quando uma pessoa mora num casebre de madeira, mal da para ele comer lá, não tem como ele gastar R\$80,00 com os aparelhos que ele tem dentro de casa e pela estimativa ele está pagando lá o mesmo preço que eu, que tenho 2 televisões, computador. O Povo quer o que? Quer justiça, eu quero saber pelo que eu estou pagando. Até porque o *display* não funciona. Tem um relógio para eu saber o que eu gastei no mês anterior e comparar com o mês posterior para saber quanto eu estou gastando para eu poder controlar meu gasto de energia. Então, o morador não tem essas ferramentas para que ele consiga diminuir seus gastos. No celular você recebe uma mensagem, “os créditos estão acabando”, e aqui não ele está gastando, gastando, mas ele não tem como saber a medida do seu kWts¹².

Vejamos o caso emblemático da moradora Adriana, apelido “Dill”. A moradora queixou-se de que quando tomava banho à noite, ficava no escuro ao ligar o chuveiro, visto que o disjuntor desarmava.

Primeiro a Light chegou na comunidade falando que ia cobrar uma taxa única de R\$20,00. Depois cobrou contas absurdas das pessoas. Eu quero saber o que eles têm a explicar sobre isto numa comunidade carente? Na minha casa foi instalado um disjuntor, só que o chuveiro desliga, toda a vez que alguém vai tomar um banho quente¹³.

Os representantes da concessionária foram acionados e ao entrarem na casa da moradora, dirigiram-se diretamente para a geladeira. Ao lado da geladeira havia um freezer, que estava desligado, segunda a moradora. Os agentes da Light - o superintendente Mario Romano e o gestor social Santa Rosa, abriram todos os compartimentos da geladeira e disseram que a geladeira da moradora não era “eficiente”, pois não era “econômica”. O superintendente esclareceu ainda que para

12 Jose Mario, presidente da associação, Ao vivo no Programa da Rádio Informativo da Associação, 11 de abril de 2011.

13 Adriana, moradora, Ao Vivo, Programa da Rádio Informativo da Associação, 11 de abril de 2011.

produzir uma “comunidade eficiente” o limite de consumo oferecido aos clientes era restrito, logo era natural que o disjuntor desarmasse com a sobrecarga de energia, ou seja, devido à passagem de grande quantidade de kWh, no período da noite. A explicação dada posteriormente pela Light foi de que a responsabilidade era da moradora, já que ela provavelmente ligava tudo ao mesmo tempo, provocando uma sobrecarga energética, razão pela qual o disjuntor instalado pela Light desarmava.

Assim, é possível perceber a expectativa de alguns moradores em relação à possibilidade de redução do preço pelo serviço de fornecimento de energia elétrica. Essa demanda tem sempre um tom lamurioso, a partir da demanda de alguns moradores em serem oficialmente reconhecidos como uma “comunidade de baixa renda”.

Assim, foi demonstrado que as reclamações dos moradores se relacionam ao preço cobrado pelo consumo de energia, à qualidade do serviço prestado e, sobretudo, à falta de esclarecimentos e informações por parte da concessionária. E que os argumentos da empresa recaem sempre sobre uma suposta “incapacidade” dos moradores para utilizar os aparelhos fornecidos pela concessionária, a exemplo do *display*, como também sobre a resistência diante da proposta de substituição de geladeiras e outros aparelhos eletroeletrônicos, que teve poucos adeptos entre os moradores.

Outro conflito ocorre em relação à entrega das faturas. Os agentes de relacionamentos se vêem em situação muito complicada, pois precisam dar conta de distribuir mais de 1.000 faturas durante os dias de entrega. Por serem “de fora” da favela e não conhecerem bem os caminhos, muitas vezes se perdem antes de encontrarem o destinatário.

Eu liguei para o Mario Romano explicando, porque foram muitas as ruas em que a conta não foi entregue. Mandei dois mensageiros daqui, que conversaram com ele e explicaram que teve uma problemática no faturamento, que o pessoal se perdeu com as ruas, enfim... mas só que com isto, os moradores ficaram todos nervosos. Por que? Porque se a conta não é paga, automaticamente a luz é cortada [...] E quando o morador deixa de pagar a conta, qual é o prazo que a Light tem para poder cortar a energia do morador?¹⁴

¹⁴ Jose Mario, presidente da Associação dos Moradores da favela Santa Marta, durante programa ao vivo na Rádio Comunitária.

Apesar de a Light ter sido responsável pela nomenclatura das ruas, os agentes de relacionamento não possuem exatamente um mapa ou rota com os percursos do morro, que possa orientar sua circulação pela favela. Os agentes precisam contar com a boa vontade da vizinhança na hora de entregar a fatura aos moradores. Ocorre que esse tipo de conflito não se dá apenas entre agentes da Light e moradores, mas também faz parte de um problema interno da empresa, e apresenta-se como um conflito entre os próprios agentes em diferentes graus de hierarquia.

Olha Zé, já há algum tempo a Light trabalha com uma equipe terceirizada, porém agora a gente já está começando a finalizar o atendimento desta forma. A gente quer que o próprio funcionário da Light venha a sua casa e entregue a sua fatura, né? Tem algumas reclamações, mas a gente está indo por este caminho, que a gente entende que possa resolver a questão.¹⁵

Ainda sobre a entrega das faturas, o próprio gestor reconhece que o fato dos agentes não serem moradores locais, mas pessoas de fora, dificulta o trabalho de entrega. No mês de maio 2011, devido ao alto índice de reclamações sobre extravio das faturas da Light, o gestor social foi obrigado a pensar uma alternativa para que os moradores tivessem acesso a suas contas. Assim, um posto de atendimento para impressão de segunda-via das faturas foi aberto provisoriamente e manteve-se funcionando em uma das salas da Associação de Moradores.

4.5 Os ritos cotidianos

“A Light vai acabar conseguindo, com essa política, expulsar os moradores da favela”

(Morador da favela Santa Marta em reunião da Associação).

A troca de lâmpadas fluorescentes e de geladeiras promovida pela Light obteve a colaboração de parte de alguns moradores. A substituição de eletrodomésticos aparece, portanto, como um símbolo da adesão à nova forma de perceber o consumo energético e a tentativa de adaptar-se, respondendo ao desafio proposto pelo Programa Comunidade Eficiente. Não obstante, a adesão pode ser interpretada

¹⁵ Santa Rosa, Gestor Social.

também como uma forma de demonstrar o desejo de inserção à cidade formal e de ter seu endereço reconhecido. A obrigação de pagar pelo consumo faz do morador um cliente, mas ainda parece cedo, e ainda não obtivemos dados suficientes para afirmar que os moradores de favelas tenham se tornado imediatamente cidadãos. As implicações de não se ter um endereço formal reconhecido na cidade são muitas e bastantes conhecidas dos moradores de favelas. Não ter um endereço formalmente reconhecido, significa não ser reconhecido plenamente enquanto cidadão.

Assim como a carteira de trabalho assinada é um valor caro para alguns dos moradores, a conta de luz aparece aqui como símbolo do pertencimento à *civitas*. Essa reivindicação aparece como forma de oposição às ideais e práticas que marginalizam e estigmatizam os pobres urbanos, particularmente o morador de favela. Contrapõe-se também à idéia de que a favela seja apenas o lugar da violência e da criminalidade. Tornar-se consumidor, pagando as próprias contas representaria a não dependência a um sistema de troca de favores pessoais e o fim da “mercadoria política” (MISSE, 2002). Para alguns moradores da favela Santa Marta, o processo de regularização dos serviços, embora inicialmente bem vista e desejada, da maneira como vem sendo feita acabou se constituindo, para a maioria dos moradores, em uma forma de pressão econômica. Assim, as propostas de ações da Light destinadas à população moradora de favela parece reproduzir o tratamento diferenciado com relação ao acesso a direitos e a cidadania.

Recentemente, em maio de 2013, uma reunião foi organizada pela Light na quadra da Escola de Samba de Santa Marta. Nesta ocasião, um dos técnicos afirmava categoricamente que da sede da empresa podia-se constatar alguns pontos em que ainda ocorre furto de energia elétrica. O sistema por chip, “antigato”, portanto, não se mostrou eficaz. Os próprios moradores declararam que se isto estava acontecendo, provavelmente contaria com a participação e apoio dos próprios técnicos da Light, pois apenas eles conheceriam uma forma de burlar o sistema. Ainda, neste encontro, o gestor aproveitou para comunicar aos moradores que eles não pretendiam, por enquanto, usar um dispositivo conhecido com TOI – Termo de Ocorrência de Infração,

que era uma forma de identificar e punir “gatunos” da energia elétrica. Por fim, os moradores acabaram por entender que há muitos equívocos em relação ao método de tarifação e cobrança feita pela concessionária. Por exemplo, ninguém entende como funciona o tal relógio medidor de consumo, que se encontra lacrado em armários espalhados por todo o morro. Contudo, ao percorrer alguns caminhos na favela, verificamos que vários destes armários encontravam-se arrombados. Assim, são muitas as evidências que apontam para a situação de discordância entre o sistema proposto pela Light e a expectativa dos moradores.

5 A POLÍTICA DOS MEGAEVENTOS, GRANDES OBRAS E MUDANÇA PARADIGMÁTICA

O contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), acaba por refletir também no cenário cotidiano das favelas (FREIRE, 2013). Neste sentido, podemos destacar não apenas aspectos relacionados ao processo de regularização dos serviços prestados aos moradores, mas também a volta das políticas de remoção; a produção das favelas como pontos turísticos da cidade a serem consumidos como mercadorias; as obras de urbanização em curso; a instalação de modernos equipamentos urbanos de mobilidade, porém com baixa capacidade para transporte de massas (a exemplo de planos inclinados e teleféricos). Sem falar na especulação imobiliária que também atinge diretamente as favelas, que tiveram um acréscimo de 200% no preço dos aluguéis. Tendo em vista o incremento ou a possibilidade de melhoria dos sistemas de infraestrutura urbana e das políticas públicas na área da segurança e do ordenamento público, pouco a pouco o perfil dos moradores começa a mudar. Assistimos, por exemplo, a presença cada vez maior de estrangeiros na favela, ora como hóspedes ora como moradores locais. Esses são apenas alguns indícios de um processo que aponta para um processo de transformação em curso, muitas vezes definido como “remoção branca”, termo ou categoria acusatória que vem sendo utilizado amplamente por parte de alguns moradores que se opõem ao modo sobre o qual as políticas públicas têm sido impostas à sociedade civil.

6 RESISTÊNCIA: A MANIFESTAÇÃO DE * DE JULHO NA FAVELA SANTA MARTA

O Rio de Janeiro foi um dos principais cenários das inúmeras manifestações sociais, que vêm acontecendo em todo país desde junho de 2013. Naquele momento, o estopim da crise política foi o aumento da tarifa de transporte e a mobilização feita pelo MPL (Movimento do Passe Livre) em São Paulo, que exigia dos governos estaduais a redução da tarifa da passagem de ônibus nos grandes centros urbanos. O movimento acabou por mobilizar uma multidão de manifestantes por todo o Brasil, e já no segundo dia, por conta das proporções assumidas pelo movimento, tanto em nível nacional como internacionalmente, os prefeitos anunciaram a redução das passagens de ônibus. Contudo, as manifestações continuaram em função de uma insatisfação generalizada com a incapacidade do sistema político atual em atender as demandas sociais e prestar contas do dinheiro público à sociedade civil, ou seja, uma crise de “governabilidade” e a falta da prática do *accountability*¹⁶.

Com o início das manifestações, uma nova agenda política foi estabelecida também na favela Santa Marta. Contudo, a iniciativa dos protestos não partiu exatamente de lideranças historicamente conhecidas na favela, como seria o caso do coordenador do Grupo Eco, Itamar Silva. E nem mesmo foram fomentados ou apoiados pelo presidente de Associação de Moradores, José Mário, que não chegou a comparecer à manifestação, mas pela indignação de um jovem morador, Thiago Firmino, “nascido e criado” na favela Santa Marta. Influenciado pelo clima das manifestações nacionais, Thiago Firmino, um agente de turismo local, acessou sua rede social, a qual geralmente costuma utilizar para propagar eventos em “sua laje¹⁷”, convocando uma reunião com moradores na quadra da Escola de Samba de Santa Marta, que acabou sendo transferida para a sede de uma igreja evangélica local.

16 *Governabilidade* é, grosso modo, a autoridade política do Estado em si, entendida como habilidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo em comum. Além disso, a *governabilidade* é o apoio obtido pelo Estado Democrático às suas políticas e à sua capacidade de articular alianças e coalizões para viabilizar o projeto de Estado e sociedade a ser implementado. *Accountability* pode ser entendido como um elemento fundamental para o grau de governança democrática. Afinal, se não temos controle sobre as ações e decisões do Estado, como seria possível exercer a cidadania?

17 Espécie de cobertura ou segundo andar em casas na favela.

A demanda política era por maior participação dos moradores nos processos decisórios que envolvam diretamente o cotidiano da favela Santa Marta. Durante a reunião, os moradores falaram muito sobre a impossibilidade de arcar com contas tão altas provenientes da Light. Argumentaram que havia inúmeros moradores na favela que não tinham condições de pagar tarifas superiores a R\$200,00. Inexplicavelmente, as contas do mês de julho de 2014 já havia chegado a várias residências, antes mesmo do fim do mês de junho e, portanto, de terminado o consumo, gerando uma enorme desconfiança dos moradores quanto à forma de medição do consumo energético por parte da empresa concessionária. Os moradores argumentavam que não entendiam como funcionava a medição pelo relógio e porque o disjuntor desarma, questionando a cobrança de uma taxa individual e reivindicando a volta da tarifa social. Combinaram então uma conversa com os técnicos da concessionária de energia elétrica e, inspirados na mobilização dos moradores do Pico, região mais precária da favela que pretende ser removida pela Prefeitura, eles pretendem apresentar um „contra laudo“ para mostrar as falhas no serviço da Light no processo de cobrança. Há, no entanto, moradores que acham justo pagar pelo que consomem, e acusam os vizinhos de não saberem economizar no consumo energético. A manifestação terminou sendo agendada para o dia 8 de julho de 2014.

Apesar da chuva fina que prenunciava tempestade, durante o protesto, compareceram cerca de 300 moradores, formando uma grande concentração na Praça Corumbá, em Botafogo. Muitos estudantes e professores universitários estiveram presentes prestando solidariedade ao movimento, pesquisadores e jornalistas também estiveram presente para registrar o movimento. Além disso, a polícia militar acompanhou a marcha dos manifestantes, que seguiram pela Rua São Clemente até o Largo dos Leões, retornando pela Rua Voluntários da Pátria ao ponto de partida, a Praça Corumbá.

Inicialmente, foram acoplados uma caixa de som e um microfone no carro de Thiago Firmino, para que os moradores pudessem expressar sua indignação diante dos problemas cotidianos da favela considerados inaceitáveis por eles. Mais uma vez a questão das contas de luz foi evocada. Mas também a questão da quantidade de lixo na favela, as limitações de mobilidade e acesso ao morro por conta do

plano inclinado que apresenta inúmeros problemas de manutenção, a questão do turismo local que compete com grandes agências de turismo como é o caso da Jeep Tour, foram motivo de forte crítica por parte dos moradores. Desse modo, apesar da forte pressão econômica, os moradores mobilizam-se na tentativa de permanecerem na favela Santa Marta. A manifestação da indignação de alguns moradores frente às políticas públicas pode ser verificada em visita à favela, quando notamos a presença de faixas e cartazes no Pico contra a remoção das casas dessa área. Além disso, no muro próximo ao plano inclinado podemos ler alguns motivos pelos quais os moradores recusam-se a sair da favela.

Todas essas manifestações apontam para uma nova agenda política formulada pelos moradores da favela Santa Marta no contexto das transformações em curso na cidade do Rio de Janeiro com vistas à sua preparação para sediar os megaeventos em questão. Essa nova agenda política conta com a participação dos movimentos sociais aos quais esses moradores estão engajados, suas redes sociais e políticas, e ainda com a participação de novas e velhas lideranças locais, assim como da própria Associação de Moradores, todos mobilizados pela demanda de uma maior participação política nos processos decisórios que envolvam diretamente o cotidiano desta população. Dessa perspectiva, consideramos fundamental continuar a etnografar os processos de urbanização e regularização de serviços de infraestrutura a partir da favela Santa Marta, com o objetivo de construir uma perspectiva comparativa dos conflitos advindos desses processos com outras localidades afetadas pelas políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Caco. **Abusado**: o dono do Morro Santa Marta. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CUNHA, Neiva Vieira; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: o processo de urbanização na favela. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 433-470, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FREIRE, Leticia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 101-127, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Les favelas de Rio de Janeiro**: histoire et droit – XIXe et XXe siècles. Paris: L'Harmattan, 2010.

IBGE. **As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1953.

JORNAL ECO, Rio de Janeiro, n. 21, maio 1980.

LEEDS, Anthony. Poder local em relação com instituições do poder supra local. In: LEEDS, Elizabeth; LEEDS, Anthony (Org.). **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.31-40.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). **Afinal, qual é a das UPPs?** 2010. Disponível (on-line) em: <www.observatôriodasmetrololes.ufrj.br>.

_____. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: _____ (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 35-45.

MELLO, Marco Antonio da Silva. Cidades: commodities para consumo? **Jornal da UFRJ**, Rio de Janeiro ano 6, n. 53, p. 13-16, 2010.

_____; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985.

_____; VOGEL, Arno. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 67-79, 1983.

MISSE, Michel. O Rio como bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 12-16, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSPAN, Mario (Org.). **A favela fala**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. 364p.

PEPPE, Atílio Machado. **Associativismo e política na favela Santa Marta**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. São Paulo: Argumentum: USP, 2011.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YACCOUB, Hilaine. **Atirei o pau no ‘gato’**: uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos ‘novos’ consumidores) em um bairro popular de São Gonçalo. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.



ASSOCIATIVISMO, TURISMO E REFORMA URBANA NO “PÓS-UPP”: O CASO DO SANTA MARTA

Gabriel Ferreira Barbosa *

I INTRODUÇÃO

O presente texto tem o intuito de apresentar e discutir o contexto associativo nas favelas cariocas após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Apesar de representar um corte significativo no que se refere às políticas públicas mais amplas da cidade do Rio de Janeiro, o contexto chamado “pós-UPP” é para nós uma escolha analítica, e se baseia em dados colhidos durante trabalho de campo na favela Santa Marta.

As novas políticas de segurança pública fazem parte de um projeto mais amplo de renovação urbana da cidade, e visaram a preparar a cidade do Rio de Janeiro para receber os megaeventos, como a Copa do Mundo de Futebol (em 2014) e nos próximos, como os Jogos Olímpicos de 2016 (CUNHA; MELLO, 2011). A favela Santa Marta tem um papel importante neste processo por ter sido a primeira experiência de implantação de uma UPP, em dezembro de 2008. Para além de um instrumento de regulação estatal da sociabilidade das favelas onde são implantadas, as UPPs também representam a abertura de oportunidades de negócio e um relativo incremento nas atividades econômicas na relação externo-interno. No caso do Santa Marta, a atividade turística

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF), Pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF.

ca aumentou consideravelmente desde sua implantação, fato que tem causado consequências importantes na sociabilidade e política locais.

O objeto descrito aqui é o chamado Comitê de Turismo do Santa Marta e suas ramificações, que possui principalmente guias de turismo locais na sua composição. O Comitê também conta com alguns parceiros externos como alguns integrantes da esfera governamental e empresas com atuação na favela. A proposta do grupo é unir forças entre aqueles guias contra os problemas e obstáculos encontrados na atividade turística no Santa Marta, discutindo soluções e criando estratégias para solucioná-las. Apesar do grupo ter como objetivo principal a atuação no mercado turístico da favela e de seus diversos interesses pessoais, acabaram por transformar-se em uma força política importante no cenário da favela, passando a agir para melhorias na infraestrutura urbana do Santa Marta.

2 O TURISMO NO SANTA MARTA E O RIO TOP TOUR

Lançado em 30 de setembro de 2010, o programa Rio Top Tour foi desenvolvido pelo Ministério do Turismo, em parceria com o governo do estado do Rio. O evento, na quadra da escola de samba do Santa Marta, contou com o então presidente da República, ministros, secretários estaduais e municipais, o prefeito e a esposa do governador, que não pôde comparecer por estar em período de campanha eleitoral – o que não impediu aos presentes em citar seu nome inúmeras vezes.

Assentada na Zona Sul da cidade do Rio, no bairro de Botafogo e contíguo ao bairro de Laranjeiras, o Santa Marta possui uma localização privilegiada no que se refere às áreas de interesse turístico da cidade.

Apesar de não ter sido a primeira experiência de política pública para o turismo em favela – o Museu a céu aberto na Providência é representante dessa categoria – o Rio Top Tour reúne características significantes para entendermos esse processo. O projeto consiste em uma iniciativa para criar condições de acolhimento aos turistas na favela. Foram concedidas cartas de crédito especiais para que comerciantes do local pudessem desenvolver seus estabelecimentos, tendo o SEBRAE papel importante neste empreendimento. Melhorias foram

feitas nos principais pontos turísticos, como por exemplo a construção do Espaço Michael Jackson¹, a instalação de guarda-corpos em locais de risco ao turista, e uma sinalização com informações especificamente de interesse ao turista. A capacitação de guias locais também estava incluída no projeto.

Fotografia I

Favela Santa Marta e seus arredores. Localizada próxima aos mais importantes pontos turísticos, tais como: Pão de Açúcar, Corcovado, Praia de Copacabana, Jardim Botânico etc.



Fonte – Google Maps editado em Paint.

Foi instalado um quiosque do projeto onde ficam, de 8 às 17 horas, estagiários do curso Técnico de Turismo da rede estadual de ensino. Além disso, duplas de estagiários ficavam em três pontos estratégicos na circulação dos turistas, as estações 1, 4 e 5. No início do projeto, esses estagiários tinham a função de informar os turistas e guiarem *tours* gratuitamente, além de contribuir na formação dos guias locais através do trabalho em conjunto. Esses guias em formação cursavam disciplinas no Colégio Estadual Antônio Prado Jr., para posteriormente formarem-se como Técnicos em Turismo.

¹ Onde o *popstar* americano gravou *videoclipe* da música *They don't care about us* em 1996, dirigido por Spike Lee.

A relação entre os estagiários e os guias locais em formação é interessante de ser ressaltada. Antes do projeto, a maior parte desses guias já atuava como guia dentro da favela realizando passeios que podiam custar de R\$25,00 até R\$60,00 por pessoa. Com a atuação dos estagiários fazendo guiamento gratuito, gerou-se um conflito de interesses entre a implantação do projeto e os guias locais e seus interesses econômicos. Tanto que, após um tempo, os estagiários, por determinação da Secretaria Estadual de Turismo, já não faziam o guiamento dos turistas, reservando essa atividade aos locais, que cobravam R\$15,00 por pessoa.

Esse preço não era o único cobrado pelos guias locais, e ele variava dependendo da forma através da qual o contato era feito com os mesmos. Se ao chegar na favela o turista procura um guia no quiosque, ele cobra o preço tabelado (R\$15,00, que é informado quando se procura pelo guiamento no quiosque); entretanto, quando o contato é feito diretamente com o guia, via telefone ou *e-mail*, o preço costuma ser mais elevado, mais ou menos R\$25,00 por pessoa. Os estagiários do Rio Top Tour costumam também guiar turistas na favela nas suas horas de folga, segundo um deles me revelou.

Além da atuação dos guias locais e dos estagiários do Rio Top Tour, há a atuação de guias turísticos e agências de turismo de fora da favela. A mais atuante no caso do Santa Marta é a Jeep Tour. Esta agência chega a organizar passeios diários em alta temporada, que custam R\$95,00 por pessoa, durando em média 2h. Além disso, há um grande volume de turistas que visitam a favela sem o guiamento, como é possível observar claramente andando pela favela.

Diante dessa concorrência, a opção pelos guias locais é defendida pelos próprios, como sendo a mais informativa e mais realista, uma vez que eles conhecem a história da favela porque foram “nascidos e criados” ali, como dizem. E, de fato, muitas vezes é com essa motivação que muitos turistas fazem a opção pelo guiamento com um morador.

O Rio Top Tour tinha como um dos objetivos formar e qualificar moradores em profissionais do turismo. Formados e com a habilitação de técnico em turismo em mãos, esses empreendedores podem agora trabalhar com independência no mercado local e externo. As

consequências desse processo, entretanto, vão além da simples prática do guia, como veremos.

O aquecimento do turismo no Santa Marta tem causado consequências importantes na vida cotidiana dos moradores da favela. Situações de contato frequente entre moradores e turistas causam conflitos entre esses dois personagens. Um dos mais recorrentes é o constrangimento causado pelas fotografias tiradas, pelos turistas, dos moradores, muitas vezes sem autorização, que acabam invadindo espaços privados, momentos de reserva e intimidade.

Outra dimensão desses conflitos refere-se ao funcionamento da infraestrutura da favela. O Plano Inclinado da Santa Marta, o chamado “bondinho”, foi inaugurado em 29 de maio de 2008. A sua construção acarretou algumas remoções de moradores que habitavam no trajeto de seus trilhos. Eles foram removidos para casas construídas pelo governo estadual, não muito longe de onde moravam antes. Essas remoções obtiveram alguma resistência à época, mas segundo José Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, a construção desse sistema de transporte significou o desenvolvimento de um instrumento de utilidade pública para os moradores da favela.

O bondinho estende-se por toda a lateral leste do morro, por aproximadamente 340 metros, da região da Escadaria até o Pico do morro, onde ficam o Campinho, a sede da UPP, e a parte que contém as casas mais precárias do morro. O trajeto é dividido em 5 estações (com transferência entre a 3ª e a 4ª), e a utilização do transporte é gratuita. Ele funciona com o trabalho de 12 funcionários da própria favela de 6h até às 23.30h. O bondinho foi construído, e é administrado, pela EMOP do estado do Rio de Janeiro.

Em dias de festa ou eventos culturais na parte mais alta da favela, onde se chega mais facilmente utilizando-se o bondinho, a fila para embarque ao meio de transporte aumenta consideravelmente com os visitantes, que somam-se aos moradores à caminho de suas casas. Nessas situações, a questão da legitimidade na utilização dos equipamentos públicos entra em questão, abrindo disputas que colocam em jogo as identidades de moradores e turistas. Essas categorias consistem em significados morais de legitimação, implicando na descrição de atributos próprios a cada categoria. No caso do morador, há uma relação direta com a categoria “trabalhador”, o qual teria direito à precedência

para utilizar o equipamento. No caso do turista (ou “gringo”), a justificação se dá no nível dos direitos iguais ao uso de qualquer equipamento público, no sentido de que qualquer um possuiria as mesmas condições para a utilização do bondinho, não entrando em questão nenhum tipo de *status* social.

Diante desse impasse, e com todos os conflitos resultantes do mau funcionamento do bondinho, houve uma mobilização de alguns moradores da Santa Marta, que promoveram reuniões no intuito de reivindicarem o funcionamento adequado às necessidades da localidade, com administração e organização impessoais, formato que caracteriza os serviços públicos prestados ao cidadão.

Esse movimento passa então a pautar reivindicações para o melhor funcionamento do serviço público na favela, sobretudo a qualidade do bondinho e da rede elétrica mantida pela concessionária Light. As ações de mobilização obviamente não acontecem em “vazio político”, o que é bem claro na diversidade de atores que já mantêm um papel político importante no lugar.

O Santa Marta possui uma história associativa que remete aos padres jesuítas que atuavam no local. A estreita ligação entre o Colégio Santo Inácio – contíguo ao terreno onde hoje é o Santa Marta –, com seus padres, e os moradores da favela, foi definitiva para criar essa tradição associativa. Os primeiros barracos a surgirem ali foram das famílias dos trabalhadores da construção civil que atuaram nas obras de atuação do Colégio, que, por sua vez, encontrou na Favela Santa Marta local para desenvolver suas obras sociais, desde o início de sua ocupação.

A Igreja Católica teve papel fundamental não somente no desenvolvimento das associações de moradores nas favelas cariocas. Como chamam a atenção em seu artigo Freire, Gonçalves e Simões (2011), a Igreja foi responsável por chamar a atenção para o “problema público” da habitação popular das grandes cidades no Brasil (como também na França), além de ter tentado investigar suas causas, apontar culpados, imaginar estratégias de enfrentamento, e esboçar soluções para tal. A partir desse posicionamento, as favelas passam a fazer parte dos planos e ações políticas urbanas para além do simples “remocionismo” (FREIRE; GONÇALVES; SIMÕES, 2011, p. 201 – 223).

No caso mais específico do Santa Marta, a Igreja Católica, sobretudo os jesuítas do Colégio Santa Inácio, foi responsável por criar um quadro de solidariedade comunitária. Ao menos eram os planos dos padres que trabalhavam na pequena capela do alto do morro, a capela de Santa Marta. Eles passam a fomentar a cultura do “comunitarismo” através dos chamados mutirões. Essa forma de trabalho coletivo tinha como resultado fomentar o sentimento de união e que superava os interesses particulares. Era uma espécie de “ritual” de renovação do espírito coletivo dos moradores, através da ideia de comunidade, para a qual todos contribuíam com o que podiam.

Além desses trabalhos coletivos, o Colégio Santo Inácio manteve na favela até alguns anos atrás uma creche que contava com cerca de 200 alunos. Através de fundos das obras sociais de ex-alunos do Colégio, a creche foi responsável por educar até certa idade uma boa parte das crianças do lugar, que possui atualmente em torno de 6000 moradores. Essa passagem pela creche mantida pelo Colégio (atual Unidade de Atendimento Pré-Escolar – UNAPE) é sempre lembrada em conversas com aqueles moradores que tiveram essa experiência, que destacam com saudosismo a relação com as professoras e funcionárias dali.

Essa tradição fundada pela Igreja acabou formando alguns grupos de moradores orientados para a ação política. O principal deles a surgir nos anos 1980 foi o Grupo Eco. Após duas passagens pela gestão da Associação de Moradores do Morro Santa Marta, Itamar Silva – pertencente a uma família considerada tradicional na organização das festas e participação política na favela – decide fundar, junto a outros integrantes daquela gestão, o Grupo Eco.

Ainda ativo e com sede na favela, o Grupo passa a desenvolver atividades sociais e de debate político. Uma das mais importantes iniciativas do Grupo atualmente é a Colônia de Férias do Grupo Eco, que trata de desenvolver atividades com as crianças da favela durante as férias escolares, contando com parcerias de pessoas do “asfalto” que se voluntariam nessas atividades.

Não é difícil encontrar algum morador que tenha passado por essas instituições, tanto a creche quanto a Colônia, o que mostram as condições criadas pela Igreja e pelos grupos mais tradicionais da favela para o surgimento de militantes e ativistas da Santa Marta.

Apesar das diferenças e mudanças pelas quais passaram aqueles que hoje atuam nas mobilizações descritas, pode-se destacar uma influência grande do espírito “comunitarista” católico implementado desde a década de 1940 no Santa Marta (como também em outras favelas). Como podemos atestar, as atuais mobilizações acontecem em um contexto em que outras variáveis se somaram a uma história política antiga. Parece haver uma renovação dos atores em cena, mas que atuam de acordo com um roteiro previamente escrito.

3 AS ATUAIS MOBILIZAÇÕES

Duas reuniões trataram especificamente do problema relativo ao funcionamento do bondinho. Nessas reuniões participaram algumas lideranças locais, como por exemplo: o presidente da Associação de Moradores, José Mário; Itamar Silva, líder do Grupo Eco; Thiago Firmino, produtor cultural e empreendedor local; Sheila Souza, guia local e dona da agência de turismo Brasilidades, dentre outros.

A primeira reunião aconteceu dia 29 de março de 2012. A publicidade da mesma deu-se através das redes sociais, como também através de pequenos cartazes colados pelas paredes da favela. Thiago Firmino tomou a frente da organização do encontro, que tinha o objetivo de discutir os desdobramentos de uma primeira reunião, da qual não participei. A praça do Cantão, lugar central dentro da topografia simbólica e econômica da favela, foi o lugar da reunião, que contou com algo em torno de 40 participantes. Havia passantes que, voltando do trabalho ou de outros compromissos fora da favela, paravam para tentar entender o que se passava.

As falas dos participantes versavam principalmente sobre as estratégias e táticas necessárias para que, de forma mais eficaz, alcançassem o objetivo consensual: o funcionamento de qualidade do bondinho. Um fator recorrente nessas falas era o fenômeno da fofoca e das brigas que surgiam, seja nas redes da *internet*, seja por discussões e altercações ríspidas. Esse canal difuso da informação (GLUCKMAN, 1963, p. 307 - 316), a fofoca, funciona aí como um dispositivo de controle das ações políticas nesse tipo de associativismo, censurando certas iniciativas.

Itamar introduziu uma questão bem interessante para pensarmos na atual formatação do associativismo local. Em uma fala sua durante a primeira reunião, pontuou que uma virtude desse tipo de encontro é que há a possibilidade de se expor livremente qualquer opinião que se possa ter sobre o problema. Sua colocação significava uma relativa mudança de posicionamento público sobre os problemas locais, trazendo à tona a discussão já muito propalada sobre a “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004) que seria um fator impeditivo de qualquer associativismo nesses espaços historicamente constituídos como espaços de exceção.

Embora seja muito cedo para tirarmos qualquer conclusão sobre o fato, é de se notar uma percepção dos próprios moradores em relação a esse aspecto da vida cotidiana, quando veem a possibilidade de discussão pública de problemas relativos ao acesso aos serviços públicos do Estado, sem contar com prerrogativa decisória do tráfico de drogas local (MACHADO DA SILVA, 2010).

A segunda reunião aconteceu no dia 26 de abril de 2012. O lugar: o Lajão Cultural dos sócios Thiago e Tandy Firmino, que são irmãos, e que dispõem desse espaço para produzir festa e eventos, e que acabou virando referência nesse âmbito na favela. As discussões do dia consistiam nos resultados de reivindicações direcionadas aos poderes públicos, via cartas e abaixo-assinados enviados à EMOP, ao seu presidente Ícaro Moreno e ao gabinete do governador.

Por ter acontecido em um espaço fechado, no alto do morro (ao inverso do que aconteceu na primeira reunião anteriormente citada, que ocorreu na Praça do Cantão) a reunião resumia-se a no máximo 20 pessoas, praticamente a metade da anterior. O tema mais recorrente era o problema do uso do bondinho no que concerne ao *status* do usuário. Por ser uma favela com uma reconhecida assiduidade turística, importante atividade econômica para os empreendedores que trabalham com ela, o uso do bondinho por parte dos turistas acaba causando alguns transtornos para os moradores, conforme relato dos mesmos. Essa clivagem entre dois *status* diferentes de usuários resultou em algumas propostas de uso diferenciado do meio de transporte. Uma das propostas era que se fizesse duas filas que distinguissem esses dois tipos de usuários, o trabalhador” e o “gringo”, principalmente em dias de eventos na favela, quando a circulação é mais intensa. Surgiu na

reunião o caso de uma proposta desse tipo, que foi logo imputada a um morador, e que não tardou a aparecer na reunião. Essa proposta foi considerada absurda por alguns daqueles que defendem a “utilização normal” do bondinho, ou seja, – impessoalidade no uso do serviço público. As acusações de fofoca voltaram à baila, e deixaram bem claro uma clivagem importante na definição dos conflitos que vêm aflorando atualmente.

A fila que se forma no bondinho em dias de eventos que contam com a vinda de visitantes é grande, se comparada aos dias de semana. Ela é organizada na primeira estação por 25 plaquetas de metal, do tamanho de um descanso de copo, distribuídas pelo funcionário do bondinho. Não é raro ouvir a ideia de se fazer duas filas: uma para “trabalhador”, outra para “gringo”. Nas conversas dos que esperam pelo serviço, é comum escutar reclamações de moradores sobre a superlotação da fila, e indiretamente (ou diretamente) reclamando dos turistas, que “não trazem nada de bom para a favela e seus moradores”, só atraso na chegada ao lar; por outro lado, não é incomum os visitantes reclamarem em suas “rodinhas de conversa” da demora do serviço, no que acontecem desistências e conseqüentes incursões aventurosas ao topo do morro por parte dos visitantes mais impacientes.

Não se verifica placas informando a preferência de acesso a pessoas idosas, deficientes e gestantes. Essa ausência obriga uma negociação entre os moradores que se encaixam nessas condições e os visitantes. Esses últimos, muitas vezes, agem com certa indiferença àqueles que têm a preferência. Não se vê recorrentemente essas pessoas reivindicarem seus direitos, e da mesma forma, os visitantes não se importam em utilizar os dois pequenos bancos que ficam no embarque, mesmo quando há idosos ou gestantes perto deles. Além desses problemas ocorridos no contato entre morador e turista, o próprio bondinho é alvo de críticas por parte de seus usuários.

Vê-se que essa disputa aponta para um fenômeno interessante que tem sido notado no âmbito do turismo e suas conseqüências. Esses conflitos acarretam no questionamento de como deve se dar o ordenamento e funcionamento dos equipamentos instalados na favela, sendo sintomática sucessivas reuniões organizadas pelos moradores. O que se percebe é a mobilização em busca de um associativismo reivin-

dicativo para a participação dos moradores nos processos decisórios das políticas públicas na Santa Marta, mesmo que ainda não tenha tomado nenhuma forma objetiva.

O turismo, como se vê, tem se constituído como um processo exemplar daquilo que tem acontecido após a instalação da UPP. Os moradores se veem à margem dos processos decisórios sobre as políticas públicas no local, reivindicando participação. A iniciativa descrita a seguir expressa a tentativa de certos atores locais em participarem ativamente na construção dessa nova realidade da Santa Marta, mais especificamente no mercado turístico local.

No dia 31 de janeiro de 2013, houve a primeira reunião do chamado Comitê de Turismo do Santa Marta. Ocorrida na sede da UPP da favela, essa reunião tinha o intuito de reunir os principais atores locais (e extralocais) que trabalham na atividade do turismo.

O objetivo do Comitê é organizar a atividade turística da favela sob bases locais. Alguns problemas têm surgido desde que a atividade começou na Santa Marta – aliciamento de menores; incômodo aos moradores; invasão de privacidade; supostas mentiras contadas pelos guias de agências estrangeiras etc. –, e busca-se através do Comitê uma solução, sob o controle de uma instituição local, que teria legitimidade sobre o que acontece na Favela Santa Marta.

O que deve ficar claro é que não se trata de um movimento contrário ao turismo em favela, como se este fosse um fenômeno por si só nocivo aos moradores desse lugar. O que se almeja é o controle das pessoas e discursos sob a égide da “história oficial” da favela, organizado por atores locais, legitimados nessa atividade por serem identificados com a comunidade. A intenção é manter o turismo local funcionando sobre outras bases, sobre uma outra maneira de se conceber a circulação de turistas na favela, como também com outros atores a intermediar essa circulação. O objetivo do Comitê, ao cabo, seria então uma forma de *empowerment* desses atores, considerados mais legítimos, na competição com atores externos (agências de turismo extra-locais).

Vários temas foram colocados em discussão nessa reunião, tais como: 1- como contribuir para a preservação do patrimônio histórico local?; 2 - como fortalecer parcerias com os guias locais?; 3 – como

combater o problema da mão de obra infantil; 4- como fortalecer o comércio local?.

O Comitê, como instituição interessada diretamente nas questões que o turismo faz emergir, tomou como objetivo pensar em soluções para esses problemas identificados como principais. A natureza de algumas propostas gera controvérsias quando se pensa numa tradição democrático-participativa do associativismo da Santa Marta. Uma delas é o pagamento de uma espécie de taxa pelos visitantes para compensar os transtornos que acabam causando na localidade. Embora tenha sido uma declaração espontânea de uma participante ativa na consolidação do comitê, expressa uma tentativa não declarada do movimento em monopolizar o mercado local do turismo.

No intuito de organizar ou mesmo monopolizar a atividade, o Comitê levanta questões sobre as características de sua mobilização. As questões levantadas por essa associação estão muito próximas a desenvolver regras de mercado que possam resguardar a identidade local do “turismo de exploração”, como definem a prática das agências extralocais.

Não coloco em questão a correção ou legitimidade das propostas do Comitê de Turismo do Santa Marta. O que interessa aqui é analisar o processo de constituição dessa associação específica, e assim compreender as novas formas que os “problemas públicos” vêm sendo construídos, e contra os quais é necessário mobilizar-se coletivamente para assim combatê-los. Embora haja muitos eventos e atores novos, esse movimento funda-se em uma tradição associativa local, que está arraigada nas práticas dos atores em cena, pois fazem parte de famílias historicamente envolvidas na política local.

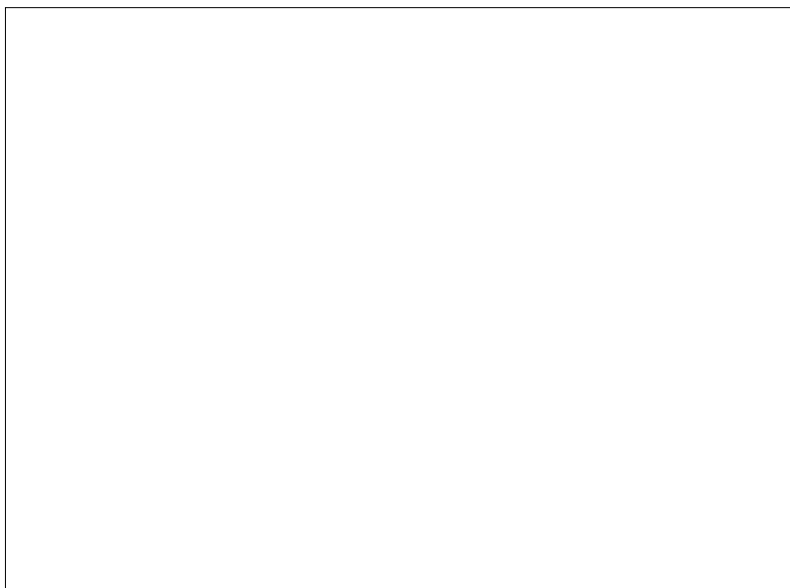
O Comitê, entretanto, é apenas uma dimensão desse novo panorama. Os atores que participam desse movimento também vêm tentando criar espaços de mobilização que não sejam limitados aos espaços tradicionais da política local. Dado as novas possibilidades de ação política, promovem reuniões para discutir a situação dos serviços públicos na favela.

No dia 4 de julho de 2013, uma passeata dos moradores da Santa Marta percorreu várias ruas do bairro de Botafogo protestando pelas condições precárias de moradia da favela. Dentro do contexto mais amplo das manifestações que aconteceram por todo país, os mo-

radores mais dedicados às ações políticas organizaram um movimento que propunha dar visibilidade aos problemas enfrentados por toda a população do Santa Marta.

Fotografia 2

Participantes do Comitê de Turismo do Santa Marta
na passeata do dia 1 jul. 2013



Fonte – O autor

A participação do Comitê de Turismo nesse caso podia ser percebida claramente, tanto na parte de organização e mobilização, quanto na visibilidade que busca para seu empreendimento. Entre as muitas faixas de protestos contra as remoções planejadas para as 150 famílias na localidade chamada Pico, no alto do morro, os participantes do Comitê seguravam seus cartazes de protesto à Jeep Tour, contra o turismo predatório e a favor do turismo sustentável, que valorize os guias locais.

O protagonismo dos integrantes do Comitê foi também causa de conflitos e confusão no que se refere à percepção dos moradores em relação à passeata. Segundo uma liderança local, ao convidar os mo-

radores para a passeata, destacando o caráter coletivo da reivindicação feita nas ruas de Botafogo, escutava deles que não iriam participar de um evento que fosse organizado pelo Comitê de Turismo, pois, na concepção de alguns moradores, a passeata era estritamente uma defesa de interesses particulares somente relacionada à atividade do turismo.

O que se via, entretanto, nos inúmeros cartazes de convocação para a passeata era a amplitude de reivindicações, pela diversidade de problemas denunciados: redução da tarifa de energia elétrica, melhoria na qualidade do bondinho, mais médicos no pólo de saúde, saneamento básico etc. A passeata contou com aproximadamente mil pessoas, número não exclusivo de moradores. Militantes de outras favelas, jornalistas (estrangeiros ou não), integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pesquisadores e militantes partidários. Ela transcorreu sem violência ou enfrentamentos com a polícia, que acompanhava em grande número (policiais da UPP e do 2º Batalhão de Polícia Militar, vizinho à favela) a caminhada.

Entretanto, a confusão entre os interesses particulares do Comitê de Turismo e as reivindicações de serviços públicos de qualidade durante a manifestação descrita acima, pode ser um sinal do que tem sido o cenário geral da política na Santa Marta. As novas possibilidades de mobilização têm criado grupos e empreendimentos particulares que almejam participação mais ativa no cenário político local, em articulação com a política municipal e estadual. Esses grupos, por sua vez, disputam por legitimidade de atuação política, criando canais alternativos de debate e articulação interna. Uma das consequências mais imediatas são os conflitos entre os poderes que vêm se constituindo e modificando os arranjos já constituídos.

O Comitê de Turismo, por exemplo, se organiza buscando maior participação na regulação do mercado local. Entretanto, não se limita aos interesses particulares ao turismo, e se mobiliza para também ter legitimidade para reivindicar melhores condições da infraestrutura da favela e dos serviços públicos. Isso abre a possibilidade para outros grupos, com outros interesses particulares, buscarem atuação nas arenas públicas que têm sido criadas no cenário político local, apesar de um grande esforço por parte do Comitê em articular e/ou cooptar as outras forças.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gabriel. **Um novo circuito na favela**: o caso da frequência turística na Favela Santa Marta. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

_____; MONTEIRO, Yasmin. O estrangeiro no morro: uma etnografia. In: RAM, 9., 2011. **Anais...**, 2011.

BARCELLOS, Caco. **Abusado**: o dono do Morro Santa Marta. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CEFAÍ, Daniel. Como uma associação nasce para o público: vínculos sobre locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris. In: CEFAÍ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p. 67-102.

CUNHA, Neiva Vieira. **Histórias de favelas da Grande Tijuca**. Rio de Janeiro: Ibase: Agenda Social Rio, 2006.

_____; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

FREIRE, Leticia de Luna. Em nome da 'comunidade': o papel das associações de moradores no processo de implantação de uma política urbana em Acari - Rio de Janeiro. In: CEFAÍ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p. 103-134.

_____; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira. Uma cruzada do século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 201-223, 2011.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRISCHTAK, Claudio; MANDEL, Benjamin R. **Crime, house prices, and inequality**: the effect of UPPs in Rio. New York: Federal Reserve Bank of New York - Staff Reports, 2012.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.p. 237 a 365.

GLUCKMAN, Max. Gossip and scandal. **Current Anthropology**, Chicago, v. 4, nº 3, p. 307-316, 1963.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Afinal, qual é a das UPPs?** 2010. Disponível em: <www.observatôriodasmetropoles.ufrj.br,> 2010. Acesso em:

_____. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: SILVA, Itamar (Org.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MELLO, Marco Antonio da Silva. Cidades: commodities para consumo? **Jornal da UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 53, p. 13-16, 2010.

_____; VOGEL, Arno. Busca, encontro e vicissitudes do caminho. In: _____. **Gente das areias**: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro: Maricá-RJ – 1975 a 1995. Niterói: EdUFF, 2004. p. 23-60.

_____; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM, 1981.

PEPPE, Atílio Machado. **Associativismo e política na favela Santa Marta (RJ)**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

_____. **Histoire et ethnographie d'une cité à Rio**: la Cruzada São Sebastião do Leblon. Paris: Karthala, 2010.

SOARES GONÇALVES, Rafael. **Les favelas de Rio de Janeiro**: histoire et droit XIX-XX siècles. Paris: Harmattan, 2010.

SOLTEC. **Relatório de levantamento de dados secundários**: Santa Marta. Rio de Janeiro, Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ, 2011.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

**“CONTORNANDO OS PROBLEMAS”:
MEDIÇÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS
A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DAS AGENTES
DO PAC SOCIAL DO BAIRRO DO SALGUEIRO,
EM SÃO GONÇALO-RJ**

Robson Campaneruti da Silva*

I **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é fruto das reflexões feitas para a apresentação no III Seminário do InEAC e também, das discussões posteriores sobre o tema. Aqui, como qualquer escrito, farei um diálogo com meus interlocutores acadêmicos que participaram na mesa de debate, dando ênfase ao diálogo de minha apresentação à exposição do professor Rafael Soares Gonçalves. Após isso, farei um breve relato sobre os ritos em que minhas interlocutoras tinham para “sair a campo”, tendo eu como observador-observado, dentro de uma área “de risco” e de “vulnerabilidade social e ambiental”. Desta forma, poderei observar que o risco, enquanto constructo, também é incorporado pelos atores sociais em ação no espaço observado, inclusive a mim mesmo.

Desta forma, alguns casos aqui descritos fazem parte da etnografia que compõe a minha dissertação, que está em andamento. No

* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor de Sociologia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, campus Ipangaçu), Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC/UFF).

encontro para o seminário, discutimos sobre dois temas que desenvolverei a seguir. Primeiramente, enfatizo a ideia do risco como ameaça, em um sentido amplo, com base no que Rafael Soares Gonçalves (2012) chama de “a construção social do risco” em favelas e bairros populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, viabilizando soluções arbitrárias para a resolução de demandas locais. A segunda parte, desdobramento decorrente da primeira parte, é a minha imagem em campo que afetaram substancialmente os campos de possibilidade de pesquisa dentro deste universo.

O Salgueiro, visto sob uma perspectiva negativa, é conhecido atualmente como um local em que, devido às recentes políticas públicas de segurança, houve um aumento de violência na região devido ao crescimento do fluxo e da intensidade do tráfico de drogas no bairro (ou, em termos nativos, houve o aumento do “movimento”), fazendo-o, assim, um *locus* propício para o desenvolvimento do que Machado da Silva (2004) designa “sociabilidade violenta”¹. Tal risco, associado ao risco do meio ambiente local e à degradação urbana ali existente², é correlato à representação histórica das favelas e dos bairros populares como local de violência e de problemas socioambientais (GONÇALVES, 2012, p. 2).

A intervenção técnico-estatal trazia à tona a gramática política e moral acima descrita. O entendimento do Salgueiro como pretensa “área de risco”, termo genérico para qualquer localidade popular que apresente altos índices de violência e também necessitem de intervenções urbanas, “acaba por cegar a análise dos fatores objetivos, contribuindo assim para a consolidação de representações sociais extremamente negativas de determinadas áreas da cidade e de seus habitantes” (GONÇALVES, 2012, p. 4) .

1 Sintetizando as ideias do autor, este tipo de sociabilidade é resultado de práticas violentas arraigadas em determinadas localidades que determinam, a partir da ameaça real ou virtual à integridade física, as relações de força, refletindo em qualquer tipo de relação social ordinária. Neste sentido, a violência se apresenta como representação coletiva e condicionante de qualquer tipo de sociabilidade, orientando as ações daqueles que representa, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações. Forma-se, assim, um determinado tipo de ordem social, no uso (ostensivo) da força como princípio organizador das relações sociais, seja pelo tráfico local, ou por instâncias estatais, como a polícia.

2 As enchentes de 2010, também descritas por Rafael Gonçalves (op.cit), afetaram diretamente o bairro do Salgueiro. As casas, em algumas regiões, ficaram alagadas por mais de um metro e meio, sendo necessária uma intervenção no sistema de esgoto local.

A situação era propícia para o entendimento desta representação, pois as obras de infraestrutura urbana – asfaltamento, construção de um sistema de dutos e escoamento de esgotos etc. – advindas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seguiam a linha de ação de políticas públicas em bairros populares e também mudavam o cotidiano da localidade. Tal plano inclui um pacote de políticas públicas, que tem como objetivo a “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”³, a partir da “execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.” As obras, no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se deram em localidades pobres, sem infraestrutura urbana, ou com uma urbanização precária.

De acordo com os relatórios técnicos da Prefeitura e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) realizado pela Petrobras, o Salgueiro necessitava destas obras para amenizar os impactos sociais e ambientais produzidos pela construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) que ficará a poucos quilômetros do bairro.

No contexto da pesquisa, tais intervenções fizeram com que uma rede de mobilização social, composta em quase sua totalidade por mulheres moradoras do bairro, se evidenciasse e se torna “visível” aos olhos de um observador de fora. Um tipo de liderança feminina foi selecionado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a composição das Agentes Comunitárias do PAC Social⁴, que teriam a função de fazer o mapeamento socio-econômico da localidade intervinda pelas obras. Esse mapeamento, chamado de triagem pelas agentes, foi determinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, a fim de poder identificar as características da população afetada pelas obras do PAC. Após a triagem, foram selecionadas as agentes comunitárias para analisarem e sugerirem intervenções diretamente designadas pelas demandas locais.

3 Disponível em: <www.pac.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2013.

4 Como o nome já indica, é o órgão referente à área social do PAC. Eles eram responsáveis pela triagem técnica do impacto social e ambiental, além de realizar cursos de qualificação, capacitação e reaproveitamento de materiais recicláveis. Um caso interessante a se observar era o curso “Boas maneiras com o trato sanitário”. A demanda desse curso era justificada, segundo as agentes, pela existência de maus hábitos com os novos equipamentos adquiridos com o PAC.

Tais agentes, como percebido em uma análise *a posteriori*, eram integrantes de uma rede social local de bastante influência na região. Quase todas elas eram evangélicas, frequentadoras da Primeira Igreja Batista (PIB) do Salgueiro. Através das agentes do PAC Social, obtive uma abertura a partir da qual poderia realizar observação participante no Salgueiro, adentrando conjuntamente “em campo”⁵: elas coletando dados socioeconômicos dos moradores, e eu observando o trabalho delas e as percepções locais sobre as obras. A partir das representações coletadas pelos discursos correntes sobre o bairro, as obras e a situação em que ambos nos encontravam, criou-se a possibilidade de se revelar outras versões do lugar, vindas de minhas interlocutoras e, principalmente, refletindo sobre suas percepções do bairro ser considerado como “área de risco.”

Por outro lado, pela percepção dos moradores, todo estranho, em qualquer localidade, é visto como uma ameaça à ordem ordinária local (BERREMAN, 1980, p. 128) Todos os olhos se voltam para o observador estrangeiro, acionando uma rede de comunicação intercultural (JACOBS, 2009, p.36), perpassando, no caso do Salgueiro, pela rede de controle dos moradores e também sob a rede de informações do “movimento”. Como a minha apresentação de si (homem, branco, físico “parrudo”, denotando uma formalidade muito alta para os padrões de convivência local), criava uma “região externa” que para outros atores em campo sugeria aspectos comportamentais de “um polícia”, portanto, um sujeito em potencial para acarretar conflitos dentro do bairro. Todas minhas interlocutoras eram mulheres, e pelo aspecto de gênero, tiveram a oportunidade de criar mecanismos de mediação e prevenção de conflitos com ele. Tais recursos eram, em sua maioria, mecanismos de controle de impressões do *self* em um contexto situacional (GOFFMAN, 1965). Com isso, a presença do pesquisador trouxe um tipo de perigo virtual ao trabalho das agentes comunitárias e para a mim e meus percursos no campo, mas no entanto, também criou novas possibilidades de observação. Neste texto, darei ênfase aos rituais de proteção moral que elas utilizavam para “ir a campo mais para dentro do bairro”.

5 As agentes do PAC Social também utilizam os termos de “ir a campo”, fazer “trabalho de campo” para designar seus trajetos e trabalhos de coleta de dados dentro do bairro.

2 **CAMINHANDO COM AS AGENTES E O ENCONTRO DE UMA ALTERNATIVA DE PESQUISA EM CAMPO**

Se eu estivesse apenas observando o PAC em si, o desenvolvimento da pesquisa estaria comprometido. Os dados institucionais mais básicos foram coletados, mas existia bastante desconfiança, principalmente em relação ao observador “externo”. Pouco poderia se retirar de observações diretas e de inferência nas ruas. Aliado a isso, havia a ideia do bairro ser uma localidade violenta. Tanto na imprensa quanto no discurso dos interlocutores inicialmente consultados, o bairro vinha sofrendo todos os seus problemas decorrentes da chamada violência urbana. Um exemplo era o poder do tráfico de drogas local, trazendo o temor de que me confundissem com um PM ou com outra ameaça à ordem territorial estabelecida. Acrescia-se a isso a desconfiança principal dos moradores, que poderiam achar que eu era do “governo” ou da empresa responsável pela condução das obras, fechando canais comunicativos e encerrando muitas fileiras de observação. Cabe salientar que não havia, de minha parte, interesse de analisar os contornos que o tráfico adquiria na localidade.

No entanto, eu era um problema para a minha própria inserção no campo. Percebi que comprometia, inclusive, o trabalho das agentes do PAC Social. Quando conversávamos, elas mostravam que seus pontos de vista, suas ideias e suas representações sobre o bairro e as próprias obras seriam um aspecto muito interessante para entender as mudanças pelas quais o bairro do Salgueiro passava. Enveredei, então, pela observação da rotina delas, suas práticas, seus discursos, suas narrativas de vida e suas representações sobre o próprio local de moradia que passava por modificações.

A partir do “cinturão moral de segurança” dentro das “áreas de risco”, criado pelas minhas interlocutoras no Salgueiro, percebi que, ao invés de observar campo, estas sugeridas pelas próprias agentes: pesquisar as suas próprias histórias de vida. Todas as entrevistadas são moradoras do bairro, compõem família ali dentro e utilizam de seus múltiplos papéis (ser-mãe, ser-agente, ser-liderança) para compor sua *persona* local (GOUVEIA DA SILVA, 2003). A partir delas, criou-se a possibilidade do mapeamento das redes sociais das agentes do PAC Social e das suas articulações e mobilizações comunitárias.

No desenvolvimento de uma relação e no estabelecimento de vínculo de confiança com minhas interlocutoras, percebi que era viável o mapeamento das redes sociais de mobilização comunitária, mesmo que em um recorte situacional. Quase todas já trabalhavam em ações dentro da localidade, em diversos espaços sociais, seja em igrejas, organizações não-governamentais, estabelecimentos comerciais, redes de ajuda mútua, entre outros. Tais espaços também são conjugados por relações familiares, de amizade, de compadrio e de parentesco amplo etc. São as redes sociais de malha estreita (BOTT, 1976) que organizam a minha rede de mobilização comunitária mapeada pela vivência com minhas agentes.

Mesmo com tais adversidades e com a extrema diversidade encontrada na região, hierarquizada de diversas formas, podemos encontrar uma história compartilhada e comum a todos, seja através dos acontecimentos que demarcam diacronicamente a região (SAHLINS, 1990), seja das histórias de vidas relatadas, que trazem aspectos em comum entre todos os moradores da região. As respectivas vindas de suas famílias para o bairro, as dificuldades inerentes, o crescimento e o desenvolvimento pessoal/familiar são evidenciados nas trajetórias de meus entrevistados, como também nas anedotas contadas informalmente, relatando casos e compartilhando uma arqueologia urbana (MELLO; VOGEL, 1984) que também faz parte da história local.

Além dos discursos das assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁶ local, meus interlocutores, inclusive as agentes do PAC Social, reforçavam os problemas de estarmos nestas localidades devido ao tráfico “ser mais forte lá dentro”, ou então, porque as condições materiais, vicinais e familiares, nestes pontos, são cada vez mais precarizadas⁷. Por causa disso, muitas vezes não

6 O Centro de Referência de Assistência Social é a unidade básica de atendimento e promoção de ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem como objetivo inserir as pessoas em vulnerabilidade à rede de proteção social básica. Trabalha na perspectiva da prevenção e minimização e/ou superação das desigualdades sociais.

7 O PAC Social trabalhava em cooperação com o CRAS local. Pelo trabalho ser basicamente de mapeamento das famílias locais, haviam diversas reuniões - das quais participei em algumas oportunidades. Neste parágrafo, relato uma destas visitas - em que havia troca de informações e também onde as agentes do PAC realizavam a performance da *persona* técnica, num exercício reflexivo de estranhamento com a própria localidade.

conseguimos adentrar nestas microáreas, seja pela iminência crescente de encontrarmos pontos mais fortemente armados pelo tráfico local e o risco de maiores confrontos entre traficantes e policiais cada vez mais frequentes, em parte pela maior facilidade de acesso em função do asfaltamento das ruas.

Para entrarmos nestas localidades, as agentes tinham um ritual de trabalho: colocar a camisa do PAC Social. Após isso, as condutas delas mudavam, e “incorporavam” a *persona* de agente mediadora de conflitos, transformando suas condutas com todos os que por elas eram entrevistados. Com isso, parecia que elas se “protegiam” da situação de famílias locais que pareciam estar ainda inseridas na representação negativa do bairro, ou como Ana Paula me disse, as pessoas que ainda “permanecem sentadas na calçada”. Estar na calçada, neste sentido, pode se referir à passividade e inércia de muitos moradores do bairro, permanecendo em uma situação de “vulnerabilidade”, e então estar sujeito à sociabilidade violenta, mantendo a ordem política local atrelada às relações de força e ameaça física real, realizadas pelo “movimento”. As “bocas-de-fumo” geralmente se encontram nas esquinas e nas calçadas do bairro.

A percepção e a sensação de insegurança eram grandes, devido ao estado de possível conflito armado dentro do Salgueiro. A percepção subjetiva do risco⁸ refletia a influência da representação do bairro como locus da sociabilidade violenta. Estávamos, portanto, entricheirados, na constante iminência de sermos abordados pelos “meninos” do tráfico. As agentes tornavam-se mais sérias, andavam em círculos, cautelosas e sempre observando a circulação das pessoas nas redondezas. Viam se não tinha ninguém “suspeitando” delas (e de mim, obviamente) e a partir daí, elas tiravam algumas fotos, sempre pedindo autorização para os transeuntes ou para seus entrevistados. O uso da fotografia servia para registrar suas ações do PAC Social, mas, paradoxalmente,

8 “O risco, em sentido técnico, é hoje uma medição da incerteza, indica a probabilidade, com uma margem de erro segura, o êxito de uma conduta ou de uma empresa, e sublinha notoriamente o déficit ou a adversidade susceptível de acontecer ao ator ou à população que negligencia uma informação ou que se empenha numa ação particular. Ele mostra a extensão das ameaças que pairam sobre a coletividade devido a certas particularidades” (BRETON, 1995 apud COTTA, 2005, p. 4).

se tornava um enorme desafio, para que elas não se tornassem alvo de abordagens violentas ou até o impedimento dos trabalhos que elas realizavam.

As interdições que tivemos foram devidas praticamente ao que chamo de “estereótipo invertido”. Eu tinha características físicas e comportamentais que, desde minha primeira entrada no campo, levou-me a tomar uma série de cuidados. Quando ingressei pela primeira vez no Salgueiro, não tinha me dado conta de que, quanto mais formalmente me apresentasse, mais eu seria identificado como um policial ou um “X-9”⁹. Para ir ao Salgueiro, eu evitava usar ao máximo o celular, não utilizava óculos escuros nem camisetas pretas e calças escuras, itens que, na percepção local, eram associados com a vestimenta de um policial à paisana. Ou seja, eu estava sendo pré-julgado pelas características primeiras, e este olhar estava enviesado principalmente pelo aspecto de gênero. Por ser homem, e “estrangeiro”, eu poderia ser um potencial policial. E policial, num bairro como o Salgueiro, afetado pelas obras e pelas constantes intervenções policiais, era um fator determinante para desencadear conflitos armados na localidade. Portanto, tornei-me um risco, de acordo com a classificação ordinária local, esta inserida na lógica da sociabilidade violenta.

Ana Paula, a assistente social do PAC Social, até sugeriu que eu fizesse, para minha segurança, uma camiseta branca, com o emblema da UFF e os dizeres “PESQUISADOR”, para que a abordagem do tráfico fosse mais branda, ou para que eles já me reconhecessem de vista. A cor branca era a mesma utilizada por elas, e, mais que isso, a semiótica da cor também denota uma presença pacífica no bairro.

9 X-9 é um termo comum, utilizado em quase todas as localidades populares do Rio de Janeiro, para designar o informante da polícia, seja ele morador local ou alguém de fora. A pessoa de fora geralmente é relacionada ao serviço reservado (P2) da polícia militar, ou então à polícia civil, responsáveis por investigações, inteligência e mapeamento da rede de criminalidade local. Em certa medida, a pesquisa antropológica pode ser confundida, neste contexto, com o trabalho investigativo realizado pelas polícias.

Fotografia 1

Reunião do PAC Social no CRAS.



Fonte: Acervo do PAC Social

Fotografia 2

Reunião no CRAS – clima de discussão e formalidade (Zilá, Cleonice e Ana Paula, mais a assistente social do CRAS).



Fonte: Acervo do PAC Social

A sequência de fotos abaixo mostra que a uniformização faria com que eu não me destacasse frente a elas, criando, desta forma, a “fachada” necessária para se ter controle seguro das impressões (GOFFMAN, 1965, p. 102) a fim de me “neutralizar” frente à região externa e, a partir daí, ser confundido como agente comunitário do próprio PAC Social. Os ritos de observação, averiguação e autorização para fotografar o bairro fazem parte dos rituais de “neutralização do risco” para a inserção delas e minha dentro do “trabalho de campo”.

Fotografia 3



Fotografia 4



Fotografia 5



Fotografias 3, 4 e 5: O processo de observação na rua, para construção da “fachada” de segurança. Após toda uma série de precauções, elas se autorizavam e me autorizava a tirar fotos da rua e de algumas casas pesquisadas.

Fonte: Robson Campaneruti.

Segue um trecho do diário de campo que ilustra sinteticamente minha análise descrita até aqui:

Eu observei que a discussão de tomada de poder também adentra muito na questão de gênero. Todas as pessoas na sala de reunião, exceto eu, são mulheres; e tirando as assistentes do CRAS, todas são moradoras das localidades. A questão de serem mulheres dá abertura para mediação com o poder do tráfico local. Geralmente os homens são considerados potenciais inimigos, pois segundo venho observando, a insegurança latente se evidencia com a presença de um homem, que pode ser sempre uma ameaça direta ao *status quo* da criminalidade local. Este homem geralmente é relacionado à polícia. Daí a enorme necessidade de eu andar com as agentes até que eu seja identificado diretamente pela minha pesquisa. Os cuidados são grandes, algumas fotos devem ser devidamente autorizadas por eles antes de tiradas (Diário de campo, 3 maio 2012).

Outro ponto que salienta o recorte de gênero está relacionado com as anotações acima. Todo homem de fora era visto, mesmo que virtualmente, como uma ameaça à ordem local, isto é, à ordem do tráfico de drogas que controla o território e que coaduna com a representação da sociabilidade violenta, encarnada nos “meninos do tráfico”. Cheguei a encontrar alguns integrantes do tráfico no bairro, mas a sensação de insegurança era mais pela virtual observação panóptica a que estávamos sujeitos do que pelo perigo real de sermos abordados de forma violenta por alguém. Homem, branco, com um semblante sisudo, é, neste caso, um perigo em potencial em qualquer área do bairro.

Tais interdições remetem a outra dimensão da análise, às hierarquias espaço-morais presentes na localidade. Algumas microáreas, por exemplo, puderam ser descritas apenas por intermédio das agentes sociais que atuam na região. Segue outro trecho do diário de campo:

As localidades mais visitadas e acompanhadas são o Recanto das Acácias, a microlocalidade da Barreira, a Quadra e a **Favelinha**. Quando a assistente social mencionou o nome desta última, ela logo se justificou dizendo que este nome é tal porque os próprios moradores referenciam assim, mas que é errôneo tratar tal região com o termo que já é pejorativo por si. Eu fiz algumas perguntas, e entendi que essa sua ressalva foi feita por causa de minha presença e da presença das agentes do PAC Social. As assistentes do CRAS acompanham a localidade faz dois anos e ao responderem se houve alguma mudança com as obras, elas

afirmaram que houve uma maior facilidade de circulação de moradores, bens etc. Como também de informação para dentro das microáreas que o CRAS abrange. Tanto positiva como negativamente, o fluxo no Salgueiro é muito maior (Diário de campo, 3 maio 2012).

Ou seja, duas conotações foram, apenas neste exemplo, trazidas à tona. Um deles, já debatido por Leticia Freire (2009), refere-se à denotação pejorativa do termo “favela”. Além de ser a área mais empobrecida da região, caracterizada pelo uso de favela como termo técnico, significando aqui a área com “extrema vulnerabilidade”, e utilizado exaustivamente pelas interlocutoras quando estavam “incorporadas” pelo papel de agente comunitária, necessitando, desta forma, de maiores cuidados e intervenções diretas. Favela dentro do Salgueiro sugeria a área mais empobrecida, com mais risco “de vínculo social” (outro termo técnico amplamente utilizado pelas assistentes sociais e pelas agentes do PAC nas reuniões, que era usado para designar as famílias “desestruturadas, sem recursos financeiros e fora das redes de proteção básica” desenvolvidas pelo PAC Social e pelo CRAS) e também o espaço classificado como o mais violento, ampliando as possibilidades de um encontro direto com o “movimento” local. Portanto, o local por excelência representante da moralidade mais baixa, hierarquicamente falando. Segue outro trecho:

A discussão final, ressaltado, traz a representação das assistentes sociais frente a localidade. Por ser, nas palavras delas, um território que está adquirindo direitos, cidadania e dignidade. Segundo sua própria visão, o papel delas ali é retirar as pessoas, principalmente os mais jovens, do ciclo pernicioso da realidade local. Para elas, os jovens, que nunca saíram da localidade, veem as coisas da seguinte forma: “o mundo, para eles, é o território, **reproduzindo o mesmo ciclo e a realidade das condições de risco e vulnerabilidade que encontram seus pais e familiares** (Diário de campo, 3 maio 2012, grifos meus).

Interessante que, após retirarem as camisetas depois do trabalho realizado no campo, elas dialogavam com bastante informalidade, participando inclusive de festas e comensalidades. Ao retirar a blusa, repetia-se cotidianamente o ritual de “exorcizar” a *persona* técnica e aproximar-se da performance comum, a de um morador do Salgueiro. As expressões corporais e até a linguagem se modificavam, inclusive repetindo, de forma caricatural, o *ethos* dos “favelados”, demonstrando

identidade com a própria representação que anteriormente era vista com cautela.

Fotografia 6

Após as reuniões, sempre havia um bolo com café, e elas geralmente tiravam a camisa do PAC Social. Esta foto era o término da Reunião, na casa do Sr. José e sua noiva, Dona Antonia, únicos representantes dos moradores na CAO (Comissão de Acompanhamento de Obras).



Fonte: Robson Campaneruti.

Foram nestes períodos que percebi o peso das representações. Quando se dizia, no discurso de assistente do PAC Social, que o tráfico era mais intenso quando mais se adentrava no bairro, o mesmo era abrandado no discurso de moradora. Exceto Ana Paula e Zilá, as demais interlocutoras moravam “lá mais para dentro”. Ou seja, a própria localização de suas moradias se tornava um espaço inferiorizado. No entanto, elas tinham se deslocado do círculo da sociabilidade violenta de sua própria vizinhança e até de parte de suas redes sociais de família e parentesco.

A formatação desta seleção e divisão entre elas e os próprios moradores me trouxe o indagamento de como elas conseguiram sair de tal sociabilidade dominante, ou pelo menos se destacar da própria visão totalizante do bairro. Tal perspectiva ampliou as condições de pesquisa que posteriormente foram aprofundadas. Os papéis de mulher-mãe e mulher-religiosa se confundiam em campo. Todas as agentes do PAC Social eram integrantes de alguma igreja local, mais comumente da Primeira Igreja Batista (PIB) do Salgueiro. Portanto, mesmo impossibilitado de adentrar no bairro e aprofundar as discrepâncias internas que eram apenas relatadas pelas interlocutoras, a convivência com as agentes comunitárias do PAC Social me trouxe outros desdobramentos analíticos: a partir da incorporação de certas representações em comum entre todas as entrevistadas, consegui atentar, a partir de seus relatos de história de vida relacionados ao Salgueiro, para o desenvolvimento e a construção da “mulher salgueirense”, agente condicionante para mediação e resolução de conflitos dentro do bairro. Esses conflitos têm na expressão do tráfico de drogas, composição essencialmente masculina, seu principal expoente do que podemos chamar de violência urbana e suas representações confluentes.

3 O RISCO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A INCORPORAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NEGATIVAS DE RISCO E INSEGURANÇA NO “TRABALHO DE CAMPO”

Conforme Rafael Gonçalves afirma, o risco é uma construção político-social. Entender que as precarizações dentro do Salgueiro podem ser a conjunção típica de famílias, localidade, sociedade e ambiente em risco reforçam a hierarquização espacial e moral dentro do bairro. “Neste sentido, as políticas públicas buscaram conter, delimitar e controlar esses espaços e, se possível, eliminá-los” (GONÇALVES; FRANCA, 2010, p.3).

A generalização da noção de risco para as favelas mascara o fato de que estas são plenamente integradas à cidade e que a supressão cega dessas localidades aumentará as desigualdades sociais por meio da expulsão da população em direção às áreas mais afastadas e, certamente, ainda mais vulneráveis (GONÇALVES, 2012, p. 4).

Ao incorporar a representação do Salgueiro como um bairro necessitando de intervenção e controle deste risco, as agentes sociais acabam reforçando os estereótipos e as representações negativas do bairro. No entanto, como são moradoras da localidade, elas desenvolvem uma hierarquia socioespacial. Onde elas menos podem entrar, por questões de insegurança local, é onde elas deviam mais estar intervindo. No entanto, as agentes comunitárias evitavam ao máximo estar próximo de onde poderia haver uma abordagem mais direta e enfática, criando espaços interditos para as suas próprias incursões “no campo”, que eram potencializadas pela minha presença.

As localidades mais “vulneráveis”, já mapeadas pelo CRAS e em parte atendidas pelo PAC, eram os principais locais de intervenção sócio-assistencial, mas que, por causa da crescente sensação de insegurança decorrente do aumento do fluxo no bairro e conseqüentemente, do aumento de circulação de pessoas ligadas ao “movimento”, houve também um crescimento dos potenciais riscos – uma “ficção política e social e [que] se alimenta do debate permanente entre os diversos atores sociais” (LE BRETON, 2012 apud GONÇALVES, 2012, p. 6) – de conflitos violentos. Com isso, elas evitavam cada vez mais suas imersões nestas localidades, tornando-se cada vez menos assistidas pelo Estado e reiterando as representações que já anteriormente tinham.

Com isso, soube que, com uma maior evitação por parte do poder público (tanto pelo PAC Social quanto por outras ações, como o CRAS), se ampliou o contingente de “meninos do tráfico”, aumentando também os conflitos violentos, principalmente em confrontos com a polícia.

O pesquisador, por sua vez, potencializa estas construções sociais. Por ser homem, sua presença é um fator decisivo para evidenciar diversas representações de gênero, de local e de violência no Salgueiro. “Estar lá”, como observador, não é apenas observar, mas principalmente, como o “estar sendo observado” pode influenciar fortemente os aspectos relacionais dentro da pesquisa. Sendo homem, eu poderia, sim, ser uma representação do próprio aumento da violência. Por parecer policial, isto fazia com que eu tivesse que, seja pela sensação de insegurança que minha presença trazia ou pela potencial abordagem violenta dos “meninos” sobre mim, evitar certas localidades consideradas mais “vulneráveis e de risco”.

A ordem dominante local, representada pela sociabilidade violenta, poderia sofrer um risco de conflito direto apenas com a presença de um homem. Portanto, o recorte de mediação passa necessariamente por uma questão de gênero. Devem ser principal e necessariamente mulheres, conhecidas no bairro, para que se tornem um elemento “neutro” entre tal ordem política local com outras instâncias supralocais, até entre o Estado, inclusive. Apenas elas têm uma autorização latente para entrar em certas localidades, pois dependendo do contexto ou da situação local, um homem presente pode acarretar em um perigo e risco evidente para todos os atores sociais envolvidos.

Para evitar o conflito, seguindo a lógica política da sensação de insegurança e do risco, evitaram adentrar comigo em todas as localidades atendidas pelo PAC Social, a ponto de, quanto mais se ouvia falar no aumento da violência, mais restrito ficou minha circulação com as agentes dentro do Salgueiro. Um tipo acontecimento-chave foi uma incursão policial em que se teve um intenso tiroteio “lá para dentro”, gerando uma sensação enorme de insegurança, a ponto de culminar em medo de “descer o bairro”. Seguem trechos do diário:

Lá pelas 12h20, o tiroteio começou e ficou mais intenso, e com isso todos ficaram apreensivos, preocupados com respectivos parentes ou conhecidos. Nesta hora, falei que ia embora, e Zilé me levou ao ponto de ônibus. Passaram alguns rapazes que ela disse que era do “movimento”, e que alguns ela não conhecia. Agradei a solicitude por me levar, entrei no ônibus e voltei para Niterói, via BR (Diário de campo, 17 maio 2012).

O outro trecho, escrito quase três meses depois descreve bem no auge do conflito e da exegese destas representações:

No momento em que escrevo o diário, um intenso tiroteio ocorre dentro do Salgueiro. Os calibres são de alto impacto. Todos se assustam, mas agora o pessoal se debocha pelo desespero de si mesmos. Os tiros estão cada vez mais próximos e intensos. A filha de Ana Paula e a neta de Zilé que estão na sede, choram. Recordo-me dos tiroteios frequentes na época em que morava em Vila Isabel, no Rio, e Alex também tenta minimizar, fazendo brincadeiras sobre o assunto. É importante ressaltar este ponto, pois nas localidades consideradas “área de risco”, muitos serviços se recusam entrar (como é o caso do

conjunto da Palmeira) ou se cobra absurdamente para tal. Um exemplo dado por Ana Paula é o caso de uma colega sua que comprou um celular e pagou R\$80,00 de frete, inviabilizando o desconto adquirido via Internet (Diário de campo, 2 ago. 2012).

Depois destes eventos, toda vez que ia à sede do PAC Social, as agentes faziam apenas trabalhos internos ou então um circuito seguro entre a sede e o CRAS, estando a quatro ruas de onde estávamos, passando próximo da casa de Ana Paula, que ficava ao lado dali, pela frente da Igreja Batista e pela rua da casa de Zilá, uma das interlocutoras.

Mesmo nas vezes em que eu caminhava sozinho dentro do Salgueiro, a sensação de uma “observação panóptica” por causa de meu “estereótipo invertido” reforçava a sensação de insegurança. Tal controle de impressões trazia o receio de que seria “desmascarado” a qualquer momento. Quando ia no Projeto Amo Salgueiro, um Ponto de Cultura e uma ONG local, bastante influente no bairro e que fazia parte da minha rede de contato dentro do bairro, eu tentava ir mais adiante por dentro do bairro, mas pela força das interdições espaciais realizadas pelas agentes do PAC Social, eu me senti impelido a acatá-las. Com elas, existia um “cordão moral” de segurança, mas sozinho, sentia ausência deste controle e também desta segurança. As minhas interlocutoras, de uma forma ou outra, desenharam um trajeto “seguro” para mim e que, por saber que minha região externa de controle de impressões (GOFFMAN, 1965) trazia uma percepção negativa para a localidade, necessitava de uma “equipe” para manter uma “fachada” verdadeiramente mais próxima de um papel de pesquisador do que do estereótipo reificado de policial.

De certa forma, quanto mais tentava desconstruir esta representação externa, mais eu me afastava dos locais onde tal representação poderia se tornar um risco real para minha integridade física. Acabei incorporando algumas interpretações e representações correntes ali no bairro. Meu controle de impressões também passava pela interdição construída pelas agentes comunitárias, dando um contorno de evitação com algum representante da ordem da sociabilidade violenta ou qualquer um que expressasse um possível conflito. Mesmo sendo um pesquisador interessado no bairro, os vieses de representação de risco no Salgueiro também determinaram o percurso de minha pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia no Himalaia. In: ZALUAR, Alba (Org). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980. p. 126-167.
- BOTT, Elizabeth. Família e rede social. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- COTTA, Francis Albert. A crise da modernidade e a insegurança social. Meme – Revista de Humanidades, Natal, v.7, n. 14, p. 1-13, fev.-mar. 2005.
- FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? quando uma política urbana torna-se uma política de significados. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, p. 95-114, 2009.
- GODBOUT, Jaques T. O espírito da dádiva. [Portugal]: Instituto Piaget, 1992.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1965.
- GONÇALVES, Rafael Soares. A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas. In: REUNIÃO DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. Anais... Lindóia: [s.n.], 2012.
- GOUVEIA DA SILVA, Patrícia F. Mulheres - comunitárias, personae – viajantes: classe, gênero, identidade e participação popular. 2003. Tese (Doutorado)– IFCS/PPGSA, Rio de Janeiro, 2003.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.
- MACHADO DA SILVA, Luiz. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.
- MELLO, Marco A. S.; VOGEL, Arno. Sistemas construídos e memória social: uma Arqueologia Urbana? Revista de Arqueologia, Belém, v. 2, n. 2, p. 46-50, jul/dez.1984.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SOARES, Rafael Gonçalves. A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambú. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2011. v. 35. p. 1-19.

SOARES, Rafael Gonçalves; FRANÇA, B. Entre o muro e a remoção: meio-ambiente e favelas no Rio de Janeiro In: GOMES, M. F. C. M.; BARBOSA, M. J. S. (Org.) Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

DO MORRO DO PREVENTÓRIO AO PAC HABITAÇÃO: ASPECTOS PRAGMÁTICOS NA MUDANÇA DE ENDEREÇO

Shirley Alves Torquato *

I INTRODUÇÃO

Este texto tem como proposta traduzir e interpretar algumas situações observadas durante a minha pesquisa de doutorado que foi realizada em dois conjuntos de prédios construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, no Morro do Preventório, localizado em Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Procurei observar como uma política pública habitacional, concebida pelo governo federal, foi recebida por aqueles a quem se destinava e como este evento foi vivenciado em termos pragmáticos.

Através das narrativas dos moradores removidos de áreas de risco da favela para os apartamentos, pude identificar seus principais conflitos, decepções, ambiguidades, ansiedades, incertezas, alegrias, novas expectativas e projetos a respeito do que chamavam de “nova vida”. Mesmo não sendo inicialmente escolhida ou desejada, e sim imposta por um programa de governo, procurei identificar como a nova habitação foi pouco a pouco sendo transformada na “casa toda arrumadinha”, conforme uma expressão nativa igualmente presente e recorrente em todos os depoimentos.

* Doutora em Antropologia (UFF), Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Modernidade (NEMO/UFF), do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC/UFF). Realizou estágio doutoral-sanduiche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS- Paris), sob a orientação de Laurent Thévenot.

Ao longo desta pesquisa, as novas necessidades domésticas foram tomadas para discussões relacionadas aos hábitos de consumo, principalmente em relação às motivações para a aquisição de novos mobiliários, eletrodomésticos e de decoração para a casa nova. Através desta perspectiva observou-se o custo da “mudança de vida”, uma vez que esta veio acompanhada de novas despesas e conflitos de diferentes naturezas.

2 **SOBRE O PREVENTÓRIO**

De acordo com historiadores (SOUZA, 2006; WHERS, 1984), as primeiras ocupações nas imediações da região que ficou conhecida como Preventório, localizada no bairro litorâneo de Charitas, estão relacionadas à criação de um hospital flutuante, o Lazareto de Jurujuba, em 1851. O Hospital e toda a região foram referência de quarentena para portadores de doenças epidêmicas e contagiosas como a varíola, febre amarela e a cólera, além de doenças como o tifo, tuberculose e outras que naquele período alarmavam a população, os governantes, e causavam horror aos viajantes que passavam pela costa. O Hospital foi fechado em 1861, reabrindo apenas em 1867, durante a Guerra do Paraguai, quando foi cedido para o Ministério da Guerra, e nele foram abrigados os militares doentes. Em 1898, sofreu transformações e passou a ser chamado de Hospital Paula Cândido. Em 1938, deu lugar ao Hospital-Educandário Paula Cândido, chegando a abrigar cerca de 900 meninas.

As primeiras casas da favela foram construídas por funcionários e por familiares das internas, que, para evitarem o dispêndio com o deslocamento e hospedagem, construíram pequenos casebres contíguos a sede da instituição, logo, a comunidade conhecida hoje como Favela do Preventório se desenvolveu na área de propriedade do Estado¹. Ao

¹ É preciso ressaltar que resquícios dessa forma de ocupação ocorrida na região em séculos passados, desde o período imperial, e que diz respeito à história de Niterói e também do Rio de Janeiro, ainda persistem no entorno da região do Preventório. Além do conjunto arquitetônico constituído pelo antigo Educandário Paula Cândido, um prédio do século XIX, de estilo imponente, atualmente chamado de Casa da Princesa, há também um complexo de fortes de mais de quatro séculos no bairro vizinho, Jurujuba, que seguem um modelo de arquitetura colonial militar luso-brasileira, reconhecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) e pela UNESCO (United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

longo de décadas, a comunidade foi-se expandindo até as áreas mais altas do cume do Morro do Preventório².

Especialmente a partir de década de 1990, Niterói tornou-se objeto de um processo de gentrificação, onde prédios residenciais voltados para classe média alta passaram a se interessar pelo local³. No entanto, isso não significou que houvesse interesse da parte do poder público em remover a favela daquele local, ao contrário, a região foi escolhida para abrigar o primeiro PAC habitação da cidade, como uma espécie de vitrine do projeto do governo.

As belezas naturais que cercam a localidade, a atmosfera bucólica, a posição estratégica em relação à cidade, o provimento de linhas de ônibus municipais e intermunicipais, além de transporte alternativo, como moto-táxis, reforçam o sentimento de satisfação dos moradores, apesar da relativa precariedade material em que muitos vivem, e das dificuldades estruturais ligadas à ausência de água encanada, iluminação pública, pavimentação, rede de esgoto, dentre outras.

3 A PESQUISA

Ao longo de 15 meses de trabalho de campo, os dados foram obtidos através de conversas informais e entrevistas com moradores, fotografias e observações em 65 apartamentos. Participei de reuniões de condomínio, festas particulares de moradores e conversei com as assistentes sociais responsáveis pelo Programa. Procurei observar as novas motivações de compra de utilitários domésticos após a mudança de endereço e os novos obstáculos financeiros que se impuseram nesse processo.

Após observar de forma mais atenta as anotações de campo sobre as observações diretas, muitas delas acompanhadas de fotografias tiradas de algum tempo após elas serem realizadas, dei-me conta do

2 O Morro do Preventório faz parte do Morro da Viração, que divide duas bacias hidrográficas da cidade, a das praias da Baía de Guanabara, que corresponde à região de urbanização mais antiga, consolidada e densa do município, e a região Oceânica, considerada como área de urbanização e de expansão mais recente do município.

3 Gentrificar significa precisamente substituir a população mais pobre pela de mais alta renda em áreas da cidade afetadas pela 'renovação urbana'. Bairros e localidades que até então eram marcados por uma característica mais pacata, passaram a ser alvo de intensa especulação imobiliária, e conseqüentemente de uma revalorização, no caso do bairro de Charitas, isso aconteceu, mesmo com a proximidade da favela.

caráter ao mesmo tempo dramático e performático de algumas delas. Isso me fez lembrar algumas passagens do Naven, descritas por Bateson (2008), nas quais ele relata a performance como parte do ritual de passagem.

Embora fossem situações distintas, achei que poderia aproveitar o esquema utilizado pelo pesquisador, para descrever a cultura latmul, a partir de três perspectivas distintas, porém totalmente complementares, a fim de seguir em frente em minha descrição e compreensão de como meus interlocutores efetuaram a “passagem”, ou a “mudança”, da favela para os apartamentos: 1) a “perspectiva pragmática”, no que diz respeito a todas as formas de ação que produzem o engajamento e, conseqüentemente, promovem o regime de familiaridade quanto à ocupação e à posse de fato da nova moradia; 2) a “perspectiva lógica”, no que diz respeito aos sistemas classificatórios, às categorias e representações mobilizadas, que emergindo desse engajamento com o novo espaço e as novas coisas, passaram a orientar suas ações de organização, ocupação e posse do espaço: que tipo de representações e classificações passaram a operar na nova condição de moradores de apartamentos? 3) Finalmente, a “perspectiva dramática” (ou o ethos), no que diz respeito às emoções, sentimentos, sistemas de atitudes, muitas vezes contraditórios, com as quais esses interlocutores passaram a ter de conviver a partir de então. De que modo o “antes”, muitas vezes evocado de forma idealizada ou nostálgica, era usado, ora para se contrapor ao “presente”, desvalorizando-o pelas dificuldades e obstáculos que apresentava, ora trazido à tona justamente para enaltecer este presente, particularmente o sucesso obtido ao se verem dentro de uma “casa toda arrumadinha”.

Entretanto, antes de desenvolver o esquema tal como pareceu apropriado ao meu material de campo, é preciso reafirmar que a “mudança”, enquanto categoria nativa, foi entendida, para efeitos deste trabalho, como um “drama social”, na acepção defendida por Victor Turner, e foi a partir desta compreensão que estabeleci as relações com o esquema de Bateson. Turner (2008) considera o “drama social” a base social de muitos tipos de “narrativas”.

Minhas observações tiveram início no Preventório III pouco tempo depois da mudança dos moradores. Apesar de ter elaborado um pequeno roteiro de perguntas para começar a entrevistá-los, eu

saneamento e a urbanização de favelas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quinze municípios foram beneficiados com investimentos. Dentre as áreas selecionadas, estava o Morro do Preventório, na zona sul de Niterói.

5 O PAC NO MORRO DO PREVENTÓRIO

Como em todas as cidades metropolitanas brasileiras dotadas de desigualdades, o processo de favelização em Niterói vem ocorrendo de forma progressiva, sobretudo em áreas consideradas de risco e de interesse ambiental. A maior favela da cidade é a Favela do Preventório e foi uma das primeiras na cidade a receber investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento.

As obras de urbanização no Morro do Preventório, segundo o Ministério das Cidades, foram orçadas em 22 milhões de reais, incluindo obras de urbanização; reflorestamento e contenção de encostas; construir um Centro Comunitário, uma praça e uma quadra poliesportiva e reassentamento de famílias que ocupam áreas de proteção ambiental. Contudo, as razões para que essa escolha recaísse primeiramente sobre o Morro do Preventório não foram motivadas apenas pela história da favela, mas a justificativa incluía a questão do risco. Durante o verão e o outono, é comum haver fortes chuvas e temporais na cidade, e devido a alagamentos, enchentes e deslizamentos de terras, famílias perdem seus pertences, suas casas e até mesmo vidas. No Preventório, essas histórias se repetem anualmente, por isso, ali as obras de contenção sempre foram necessárias e urgentes. A militância da Associação de Moradores, paralelamente aos interesses do município e do estado em valorizar ainda mais aquela área urbana, foi fundamental para que a comunidade fosse servida pelas intervenções do Programa, além de uma resposta positiva aos movimentos ambientais que alegavam a necessidade da preservação dos poucos resquícios de Mata Atlântica.

A atenção que damos neste trabalho é especificamente às famílias que foram contempladas com os apartamentos. Segundo os gestores do PAC, elas viviam em áreas de proteção ambiental e/ou áreas de risco de desabamento. Aproximadamente 800 moradores foram morar

nas 238 unidades habitacionais⁴. Dez unidades foram disponibilizadas para ex-internos do hospital psiquiátrico de Jurujuba, totalizando 248 unidades habitacionais ao todo.

No entanto, esta mudança que ocorreu de forma imposta, não foi somente de espacialidade. Ela implicou mudanças profundas no gênero de vida dos moradores, tanto no que se refere às novas despesas e gastos que tiveram de enfrentar, como afetaram também suas formas de sociabilidade e relações de vizinhança, além de impor uma nova relação com o Estado e suas burocracias. A “mudança de vida”, categoria nativa e utilizada de forma corriqueira pelos moradores, servia, tanto para exaltar a satisfação com a ida para os apartamentos, quanto para denunciar o descontentamento e a perda de algumas qualidades atribuídas à vida antes da mudança, como a perda da “privacidade”.

A adaptação ao novo espaço significou objetivamente investir em novas práticas e usos do espaço doméstico, ao mesmo tempo que reformular ou até mesmo suspender algumas práticas sociais antigas, como lavar e estender roupas em frente de casa, ou ter de aprender a controlar o barulho produzido no interior de suas residências, além de se defrontar com novos regimes de proximidade que exigiam uma etiqueta mais universalista e impessoal. Nesse repertório de mudanças, ao mesmo tempo em que desapareceram velhos conflitos, delinearam-se novos, muitos deles completamente desconhecidos para essas pessoas. É nesse contexto que a cultura material entra em cena para ajudar a elucidar as novas tramas e dramas que passam a fazer parte da vida dessas pessoas. Nesse sentido, ela ganhou destaque e importância na medida em que passou a corroborar as novas fronteiras entre os moradores, além de representar, de fato, para alguns, uma forma de mobilidade ou ascensão social.

6 O PREVENTÓRIO III

Apesar de o Preventório I ser a grande “vitrine” do PAC, por estar localizado na avenida principal, avizinhandose de prédios de

4 Os apartamentos possuem em média 45 metros quadrados distribuídos em: dois quartos, sala, cozinha, banheiro. Exceto alguns apartamentos do térreo que foram projetados para portadores de necessidades especiais ou idosos, que possuíam a mesma metragem, mas, um quarto e banheiro adaptado. O Hospital Público Psiquiátrico cedeu uma parte do terreno para o Programa, em troca recebeu dez apartamentos que seriam utilizados por internos/

classe média alta, e da Estação do Catamarã, os principais interlocutores com quem tive contato moravam no Preventório III. Este foi o último da sequência dos três conjuntos de apartamentos (Preventório I, Preventório II e Preventório III) que foi entregue aos moradores.

O Preventório III está localizado numa das principais entradas da favela do Preventório, e, estruturalmente, mais próximo do morro do que do asfalto, ao contrário do Preventório I. Possui três blocos de seis prédios com cinco pavimentos (A, B, C, D, E e F), que completam ao todo 120 apartamentos, e uma média de 500 moradores. Dentre os três conjuntos é o mais populoso.

Para cada dois prédios, que corresponde a 40 famílias ou 40 apartamentos, existe uma equipe administrativa responsável (síndico, subsíndico, tesoureiro, conselheiros e secretários). Tal organização foi sugerida pelo setor de assistência social da CEHAB- RJ- Companhia Estadual de Habitação, com o intuito de traçar um padrão estratégico de organização na gestão das habitações.

A Companhia atuou como colaboradora nos procedimentos burocráticos do processo transitório dos moradores para os apartamentos, auxiliando-os nas questões administrativas, posturais, na elucidação das regras condominiais e na internalização da importância de determinadas obrigações, como o pagamento da taxa de manutenção do condomínio, lei do silêncio à partir das 22 horas, interdição das roupas estendidas nas janelas, dentre outras.

Os moradores do Preventório III estão localizados entre o morro e o asfalto. Aproveitam-se das facilidades da “baixada”, como: pegar táxi no dia em que fazem as compras, podendo “descer na porta”; possuírem água na torneira e terem um banheiro com descarga, mas alguns deles acreditam ainda vivenciar o mesmo cenário de antes. De acordo com uma importante interlocutora da pesquisa, a mudança não foi internalizada pela maioria dos moradores: “Aqui o que mudou foi da porta pra dentro. Do lado de fora continua a mesma droga de sempre. Eu acho até que tem umas coisas piores, porque antigamente não tinha vizinho mal educado na minha porta e criança sem limite fazendo algazarra.

7 O PREVENTÓRIO I

O Preventório I está situado na avenida de grande movimentação de carros, ônibus e pedestres, onde se avizinham a Delegacia policial do bairro, o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, o Hospital dos servidores do Estado, que funciona principalmente como maternidade, e o Corpo de Bombeiros. Na extensão da via localizam-se restaurantes, um hotel e prédios residenciais de luxo. E em frente está localizada a Estação Hidroviária do Catamarã, projeto arquitetônico de autoria de Oscar Niemeyer.

Ainda que esteja situado em frente à praia, algo que configura alto valor simbólico, sobretudo no Rio de Janeiro, os moradores do Preventório I não sentem diferença em termos de *status* em relação ao moradores do Preventório II ou III. As diferenças que gostam de enfatizar são em relação à organização. Uma moradora deste conjunto por exemplo, repetia o discurso: “Aqui tudo é Morro do Preventório. Veio todo mundo do mesmo lugar, não tem diferença não. Mas eu prefiro o meu PAC, acho mais organizado. O pessoal lá do Preventório II, eu acho muito abusado”.

A área de circulação comum dos moradores se limita ao vão de entrada, um espaço entre os blocos no térreo, e um outro atrás dos últimos blocos, onde as crianças menores brincam, andam de bicicleta, e os mais velhos colocam suas cadeiras, pegam sol e conversam uns com os outros. Os demais corredores ficam dentro dos prédios que levam aos andares de cima, aos apartamentos de frente e dos fundos. Em ambas posições existe uma pequena sacada, que no caso dos apartamentos de frente do Preventório I, tem como vista a Praia de Charitas, o Catamarã e, bem ao fundo, o Morro da Urca e do Pão de Açúcar.

Já nos apartamentos dos fundos, a visão que se tem da janela, de um lado, consiste nos blocos de apartamentos que estão exatamente em frente; do outro, para as demais casas do Morro do Preventório. No caso do Preventório III, dependendo do andar em que se esteja, a visão da janela é apenas para o vão de entrada e o muro que separa o bloco de apartamentos do terreno pertencente ao Hospital Psiquiátrico.

Alguns apartamentos dos últimos andares, dos blocos da frente, podem ainda ter a visão da praia de Charitas.

Os moradores mais idosos reclamam da falta de um espaço de lazer, tanto para as crianças quanto para os adultos, como por exemplo, um salão de festas com churrasqueira e outro, com brinquedos para as crianças, uma vez que agora não existe mais quintal ou outros espaços privados para confraternização.

Durante as conversas e entrevistas com os moradores tanto do Preventório I quanto do Preventório III, pouco ouvi os termos “favela” ou “favelado”. As principais referências que utilizavam para se referirem ao local de moradia eram: “Preventório”, “morro”, “barraco”, “lá em cima”, “aqui na baixada” e “comunidade”. Este último era mais utilizado pelas lideranças locais, como o presidente da Associação dos Moradores e pelos síndicos. Os termos “favelado” ou “favela” eram utilizados somente em situações acusatórias para desqualificar algum vizinho ou prática social desaconselhada, considerada como “poluidora” do ambiente.

8 A MUDANÇA NO SENTIDO PRAGMÁTICO

No contexto de minhas observações no Preventório, verifiquei que a grande ambiguidade dos moradores residia no fato de que, independentemente de estarem enraizados como moradores do morro, gostarem de suas antigas casas, eles também reconheciam que a mudança para o apartamento, poderia significar o ingresso em uma nova ordem para a qual também desejavam entrar, embora não conhecessem direito a lógica de organização desse novo universo. Isso era motivo de grande ansiedade e gerava muita insegurança. Do ponto de vista antropológico, essas pessoas, de uma forma ou de outra, estavam sendo submetidas a outros regimes de visibilidade e de proximidade.

Mas é importante que seja ressaltado que a despeito dos conflitos que demonstravam, a atitude pragmática de tomar posse dos apartamentos, de ocupá-lo e fazer dele sua nova casa, prevaleceu sobre todas as outras. Aqui chamo atenção para uma expressão nativa que preenche bem o sentido deste processo de instalação, pois foram inúmeras as situações e momentos de nossas conversas em que eles a mencionaram ao me dizerem que, agora, finalmente estavam podendo ter uma “casa

toda arrumadinha”. A orientar-me pelas reflexões de Walter Benjamin (2002) sobre as brincadeiras e os brinquedos infantis, percebi que a expressão que incluía um diminutivo, revelava esta ambiguidade de ser percebida ao mesmo tempo como um jogo, uma brincadeira, mas também um desafio, e por isso mesmo deveria assumir uma importância vital para as minhas análises, quanto mais eu me deparava com o material de campo. Sendo assim, a expressão foi a “janela” para eu lidar melhor com o esquema de Bateson, e demonstrar a partir dele o quanto a cultura material constitui e é constitutiva de nossas percepções do mundo. Entretanto, vale destacar que o desafio de ter uma “casa toda arrumadinha” não é a mesma coisa para todas essas pessoas. Isso fica evidenciado em suas próprias narrativas e justificativas, pois os aspectos a serem ressaltados são variados e algumas vezes contraditórios.

A despeito de esses moradores criticarem veementemente o caráter impositivo da mudança, percebi que todos eles estavam bastante envolvidos com ela e às voltas com questões práticas e objetivas, lógicas e emocionais, exatamente pelo fato de estarem engajados nas ações que diziam respeito à aquisição de familiaridade com ela, em suma, de organização da nova casa. Por outro lado, eu estava ali disponível para observar e escutá-los a respeito de tudo aquilo que estava se passando, e eles estavam interessados em falar sobre suas percepções e experiências naquele momento. O fato é que, embora as críticas ao processo de mudança existissem, elas acabavam dizendo muito mais respeito aos modos de engajamentos em jogo, isto é, o que eles estavam efetivamente fazendo na tentativa de se apossarem e se “acomodarem” (THÉVENOT, 1994; MILLER, 2013) efetivamente àquele espaço – e não descartá-lo. Segundo Cláudia, a mudança foi um gasto muito grande: “Eu tive que comprar tudo para dentro de casa, porque eu não tinha praticamente nada no meu barraco lá em cima. Tá certo que agora eu tenho mais conforto, mas eu tenho que pagar um preço para isso né? E agora tá difícil a situação.”

Dos encontros que mantive com essas pessoas durante os quinze meses obtive um material diversificado: desde as descrições dos ambientes das casas antigas, que eram trazidos de volta para serem comparados a todo momento com as novas fotografias das pessoas, ao lado de seus objetos e os arranjos que eram feitos, relatos sobre os principais eventos referentes à mudança propriamente dita, até relatos,

narrativas, conversas, entrevistas, das quais pude tomar muitos diálogos nos quais a “casa” não era tratada como um mero espaço, mas um ator importante de todo aquele processo.

9 “UMA CASA TODA ARRUMADINHA” – A DIMENSÃO PRAGMÁTICA DA MUDANÇA

Embora não se tratasse mais de uma brincadeira de bonecas, mas da possibilidade de, concretamente, efetuarem uma mudança de vida, a ida para o apartamento implicou gastos, desde a preparação do novo ambiente para receber os bens, até o transporte deles, ou mesmo, pela aquisição de novos bens domésticos.

A aquisição – pela dádiva ou pela compra – de novos bens foi uma forma inicial de se apropriar e se acomodar no espaço. A mudança não implicou somente a mudança de endereço, entendida como a transferência das pessoas e dos antigos bens do morro para o apartamento. Ocupar aquele espaço implicou também a adoção de novos sistemas e critérios classificatórios, no que diz respeito às categorias-chaves que deveriam organizar o novo espaço de moradia. A mudança exigiu também a adoção de novos hábitos, atitudes e etiquetas em relação aos usos dos espaços comuns, relações com vizinhos etc; sendo assim, novos objetos foram considerados necessários, senão essenciais para concretizarem e marcarem esta importante passagem. Neste sentido, exigiu uma nova relação com o dinheiro, o que acarretou a incorporação de uma lógica monetária e contábil bem distinta da anterior, e que passou a incluir novos itens de despesa, gastos e hábitos de consumo que, por sua vez, passaram a ser determinantes nas concepções de conforto dos moradores. Isso revelou-se um processo bastante dramático e permeado por contradições, carregado de ambiguidades, rejeições, críticas, mas também de muitas expectativas e novos desejos. Aline por exemplo, se queixa da mudança, por alegar não ter como arcar com seu custo: “Aqui tudo eu tenho que pagar. Se eu mal tenho dinheiro para comprar comida para os meus filhos, como é que vou comprar móveis para botar aqui dentro? Me diz para que serve essa taxa de condomínio? Se eles disseram que iam dar uma casa para gente, porque a gente precisa pagar todo mês? A única vantagem para mim é que agora estou na baixada.”

Observando-se o conjunto de aquisições e competências que essas pessoas tiveram de dominar em tão pouco tempo, verifiquei que, em relação às aquisições voltadas para o conforto e a estética da casa, a experiência era percebida como sendo mais satisfatória do que insatisfatória, além de ser a que elas mais se orgulhavam de apresentar e ostentar durante minhas visitas e conversas com elas. Segundo Simone, ter ido para o apartamento é realizar um sonho: “Agora eu posso ter a casa arrumadinha que eu sempre quis, porque sei que não vai entrar água e nem vai sujar tudo de lama, então eu comprei tudo novo para cá: sofá, armário de quarto, máquina de lavar e ainda vou comprar outras coisas.”

Neste aspecto, a questão da estética é particularmente emblemática. Ela foi um dado importante para que eu não me deixasse cair na perspectiva simplista de que, pelo fato de criticarem as arbitrariedades do poder público, os moradores não desejassem de forma alguma a mudança. Assim, o que mais me surpreendeu, durante todo o meu trabalho de campo, foi a rapidez com que eles aderiram aos padrões de conforto e de estética burgueses, demonstrando uma grande familiaridade com ambas.

De acordo com a perspectiva por Thévenot (1994), “as coisas já estavam nas pessoas”, portanto, havia toda uma dinâmica da familiaridade em jogo com os objetos, embora implícita, já que nas antigas moradias essas coisas não existiam porque, como muitos deles disseram, as casas como tais “não pediam”, ou nos termos de Goffman (2010), não se “encaixavam”. Os apartamentos montados e arrumados (acomodação e encaixe), como se pode ver nas fotografias não deixaram dúvidas quanto a isso.

Sem dúvida, conforto e senso estético foram dois valores nos quais estas pessoas demonstraram mais competências, se comparadas àquelas outras em relação às contas e às noções de despesa, o que me levou a acreditar que “o gosto” se tratava de algo que já estava incorporado, mesmo que imaginariamente. Isso ficou patente no modo rápido e eficiente com que se dedicaram não apenas a adquirir os bens considerados necessários, essenciais, mas, sobretudo em arranjá-los no espaço, segundo os critérios estabelecidos pelos padrões estéticos das camadas médias, logo após a mudança para os apartamentos. O mesmo

não pode ser dito em relação às rotinas de pagamentos de contas e despesas como condomínio, luz e água.

Aqui, as dificuldades e dissabores eram muitos, e era por conta deles que traziam à tona suas críticas, o descontentamento que experimentavam contra o programa de governo. Neste momento, também, apareciam algumas contradições desse processo, tais como a preocupação de que a compra e o uso de eletrodomésticos acarretavam o aumento de consumo de energia elétrica. Uma vez que o acesso à energia elétrica não era mais “clandestina” nos apartamentos, os efeitos disso apareceria no aumento das contas de energia elétrica. No campo das representações destes sujeitos, não havia ainda lugar para uma lógica de *accountability* que relacionasse para eles, claramente, os custos que os novos hábitos de consumo poderiam ter e os efeitos disso nos seus respectivos orçamentos domésticos. Eles já eram “consumidores”, porém, não ainda “cidadãos”, uma vez que a internalização ou o estímulo da lógica consumidora era mais forte do que a assimilação de direitos e deveres institucionalizados. Segundo um síndico que conversei, a inadimplência do condomínio estava crescendo: “Aqui é o seguinte, tem gente que não paga o condomínio, porque diz que não tem dinheiro, mas a gente sabe que é mentira, pois estão sempre no bar bebendo cerveja e comprando coisas novas para dentro de casa”.

A este respeito, devo assinalar que uma das cenas que marcaram o início de minha pesquisa foi ver a circulação contínua de caminhões das Casas Bahia para a entrega de mobiliários e eletrodomésticos nos apartamentos recém-ocupados pelos moradores. De tanto me deparar com esta cena, acabei por incorporar as Casas Bahia como um personagem do campo. Foram muitas as ocasiões em que conversei com os entregadores durante suas idas e vindas ao PAC. A fim de compreender melhor este fenômeno e não naturalizá-lo, passei a observar com atenção quais eram os principais bens adquiridos após a mudança. Eram sofás, *racks*, estantes, armários de cozinha e de quarto, além de fogões e máquinas de lavar.

Em algumas residências, como a de Sônia, não houve a substituição de mobiliários e eletrodomésticos com a mudança. Ela alegou que, apesar de querer comprar armários de quarto e sala, não teve condições de adquirir muitas coisas, pois estava “enrolada com algumas dívidas”. Entretanto, apesar de não ter comprado novos móveis,

pude constatar que ela havia dado um toque pessoal na “arrumação” da casa. Sônia pintou as paredes da sala de rosa-choque, sendo que num lado ela colou decalques de flores e jardins, e ao lado, fotografias de dois dos três filhos (de 12 e 16 anos) e da neta (14 anos). As fotografias de entes queridos, em sua maioria, crianças, eram, um dos enfeites preferidos.

Denise também recorreu à decoração e à criatividade para criar um ambiente agradável e mais aconchegante em seu apartamento. As paredes da sala, da cozinha, banheiro e dos quartos são decoradas por quadros e enfeites que ela mesma fez. “Eu descobri que eu tenho muita criatividade. Quando eu percebi que muita coisa ainda tinha que ser comprada pra deixar a casa arrumada de verdade, mas eu não tinha dinheiro, eu comecei a criar alguns artesanatos para enfeitar a casa”.

No caso de Denise, as “ausências” de certos objetos que, segundo ela, estavam faltando, foram declaradamente compensadas pela adoção de uma forma de organização, ou arrumação, ao mesmo tempo pragmático e estético. Chamou-me a atenção quando, ao entrar no quarto de seus filhos, inicialmente não reparei que além da bi-cama e de uma outra cama de solteiro, só havia um pequeno criado-mudo sobre o qual foram colocados algumas bonecas e bichos de pelúcia. Grandes caixas de papelão eram utilizadas para guardar as roupas dos três filhos, mas a moradora procurou compensar “a falta de mobília”, como ela mesma se referiu, no caso, a ausência do armário, com a decoração de ursinhos e motivos infantis nas paredes e na porta.

10 CONSUMO COMO INCLUSÃO SOCIAL

Eunice Durham (1988) defende que novos padrões de consumo são vivenciados pela população mais pobre como redefinidores de uma “melhora de vida”. “Tal percepção situa-se amplamente dentro da perspectiva de vida dos moradores da periferia urbana, cuja existência é motivada por esse projeto de melhorar de vida, que envolve o grupo familiar em seu conjunto”.

Desde os anos 1970, no senso comum brasileiro, disseminou-se a ideia de que a inclusão social não implica somente o acesso ao trabalho, mas também à casa própria e, mais recentemente, acesso a determinados bens de consumo, de utilidade doméstica, que podem

levar à construção, ou mesmo à reformulação de uma identidade social. O mesmo senso comum atribui à precariedade de recursos materiais a ideia de precariedade simbólica. No entanto, ainda que as limitações orçamentárias façam parte da rotina de muitas famílias, é importante perceber que o uso dos bens será moldado a partir dos aspectos socioculturais. A circulação dos bens, que muitas vezes passam de um parente para outro, ou ainda através de algum doador desconhecido, faz com que eles tenham usos, referenciais e signos diferenciados.

A aquisição de bens, da mesma forma que a arrumação, a disposição estética, isto é, a organização da casa, levou à prática de novos rituais domésticos. Longe de aparecerem como “trabalho” ou “obrigação”, os rituais domésticos, ou seja, manter “a casa arrumadinha”, limpa e cheirosa tornou-se o sinal de uma conquista importante. Nesta direção, e ainda dentro da perspectiva pragmática, alguns bens tornaram-se emblemáticos, adquirindo, assim, uma importância a mais no sentido de serem utilizados como um marco na celebração dessa mudança de casa, de vida e de condição social.

Morador do Preventório III, Adriano relatou que sempre sonhou em ter uma mesa com cadeiras para “reunir a família num almoço de domingo”, mas as constantes perdas geradas pelas fortes chuvas na favela adiavam constantemente o sonho, que foi somente realizado com a mudança. Quando se mudou para o apartamento, narrou que esta foi a primeira compra que realizou. “Aqui tem vários problemas, como os inadimplentes e alguns vizinhos de difícil convivência, mas nenhum problema se compara com os que eu vivia lá em cima. Foi aqui que eu pude realizar o sonho de ter uma mesa e reunir minha esposa, meu filho e pessoas queridas em volta, num almoço de domingo. Isso não tem preço não.”

Neste caso, a mesa, mais do que um objeto funcional, um mero suporte material para as refeições, transformou-se em um objeto para o ritual de comensalidade que se seguiu com a família, tendo sua importância destacada pelo anfitrião. A mensagem era suficientemente clara de que a cultura material não pode ser excluída das ações rituais, tomada apenas como suportes físicos para as realizações deles. No caso em questão, ela se tornou o fundamento mesmo de uma celebração, pois celebrou-se entre outras coisas não apenas as relações familiares,

mas a própria mesa. Ao mesmo tempo, celebrar a mesa não pode ser encarado como uma forma de fetichismo, mas a posse ou a aquisição de algo que vai além do objeto, e que no imaginário cultural do Ocidente está associado a um valor importante: civilidade (ELIAS, 1994).

Simone sempre gostou de viver no Preventório, “apesar da dificuldade de ter que subir e descer o morro todos os dias”. A vizinhança amistosa, a beleza e a tranquilidade do bairro sempre foram elementos que agregaram valores ao local de moradia. No entanto, sempre teve vontade de ter uma casa sem obras por fazer, e que fosse numa parte mais baixa do morro. A dificuldade do trajeto, e a pobreza que via pelo caminho da “baixada” do morro até a sua casa, era o que mais lhe desagradava, e por este motivo “rezava” para conseguir algum dia morar numa “casa melhor”.

Sempre trabalhei perto de casa, então, eu nunca soube direito o que era pegar engarrafamento para ir ao trabalho. Aqui eu tenho amigos, tenho meus parentes que moram perto, sempre gostei daqui, mas sempre tive vontade ao mesmo tempo, de ter uma casa melhor e de conviver menos com a pobreza. Porque aqui tem muita gente que precisa. Tem muita pobreza. Isso me fazia mal. É como se me puxasse pra baixo.

A ida para o apartamento, como reforçava todo instante, foi um “presente de Deus”, e quanto às novas despesas, ela explica que pode até acontecer de ficar um mês ou outro mais “apertada”, mas vale a pena por conta da vida mais bem organizada e do bem-estar que passou a ter. Simone é uma das que fizeram a associação direta entre mudança para o apartamento e a necessidade de mobiliá-lo com coisas novas, como se houvesse uma relação de complementaridade. No apartamento, viu-se no “direito” e no “dever” de comprar novas coisas, ao contrário de antes, pois a casa “não pedia”.

A casa era velha, o chão não tinha piso, por isso criava poeira, então nem dava vontade de comprar nada pra lá. Comprar coisa nova e colocar em casa velha? Eu não ia fazer isso. Então, eu gastava menos porque não tinha os cuidados que eu tenho hoje. A gente só gastava mesmo com alimentação. Mas antes de eu vir pra cá, eu já havia me preparado psicologicamente que eu teria que ter um cuidado maior com os gastos pra não me endividar.

II **A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS APARTAMENTOS**

Se apropriar do espaço não é apenas organizá-lo, mantê-lo limpo. De acordo com Douglas (1991), as operações de limpeza e organização são fundamentais, porém habitar significa também poder fruir ou usufruir do espaço assim ordenado, tomando-o como espaço de descanso, lazer, entretenimento e sociabilidade. Como foi dito, apesar da composição heterogênea das casas no morro, segundo os relatos obtidos dos próprios moradores e do setor de assistência social da CEHAB, a maioria deles vivia em habitações que não possuíam divisões internas em alvenaria, ou seja, cômodos como sala, quartos, cozinha e banheiro. As moradias eram compostas de um ou dois cômodos ao todo, com improvisações de espaços para a cozinha. Em contrapartida, havia nessas casas espaços externos com ou sem muros, os quintais, ou terreiros, o que dava ao morador uma liberdade maior para a criação de animais, plantio e possibilidade de improvisação de novos cômodos. Nesse sentido, muitos moradores disseram que algumas práticas de lazer e sociabilidade eram realizadas nas partes externas das casas, ou seja, nos quintais.

A ida para os apartamentos representou uma mudança radical para muitos que, como Aline, não tinham água encanada em casa, ou para Denise, Gisela, Cláudia e Crisântemo que não tinham uma sala, e por isso alegavam nunca poderem ter tido um jogo de sofás. Apesar disso, havia uma consciência dos significados simbólicos de tais divisões – o que elas representavam – bem como de seus usos. Assim é que, nos mais de 65 apartamentos divididos entre Preventório I e III que conheci, visitei, documentei, onde efetuei as entrevistas com meus interlocutores, pude perceber que a gramática quanto aos usos destas divisões espaciais, bem como respectivas mobílias e eletrodomésticos correspondentes, estava em conformidade com os padrões burgueses consolidados já incorporados por eles.

Um aspecto que me chamou atenção foi como cada parte do apartamento passou a ser valorizada e experimentada. Pela ordem com que apareceram nos relatos, em conversas e em entrevistas, mais as observações que realizei, consegui obter uma hierarquia desses espaços: em primeiro lugar, a sala e o sofá (o lazer e a sociabilidade); em

segundo lugar, o quarto e o armário; em terceiro, o banheiro, a torneira e o chuveiro elétrico; em quarto lugar, a cozinha.

Assim é que a primeira distinção valorizada por eles nos apartamentos foi aquela entre as áreas secas (sala e quarto) e molhadas da casa (banheiro e cozinha), com o predomínio das partes secas, o que em termos classificatórios coloca essas pessoas mais próximas da lógica burguesa, especialmente no que diz respeito às funções e ações que se realizam em cada uma delas (lazer e intimidade). O primeiro cômodo a ser valorizado e enfatizado nas conversas era a sala. É verdade que havia apenas uma porta de entrada, pela sala, sem a porta dos fundos, mas isso não era o que contava. Em todas as salas que visitei, dentre os objetos que se destacavam, havia um jogo de sofá de três e dois lugares, seguido da estante ou *rack*, nos quais ficavam a televisão, o aparelho de som e DVD, algumas fotografias e bibelôs, além da mesa e cadeiras e, em alguns apartamentos, o tapete.

A grande maioria de meus interlocutores não levaram consigo a maior parte de seus bens antigos. Esta informação é fundamental para compreendermos o caráter especial desta “mudança”, e por que ela não pode ser considerada a decorrência de um processo de “remoção” ou “retirada” apenas. Não se trata simplesmente de uma mudança de endereço físico, mas de condição social também. De certa forma, eles tiveram tempo para se preparar, e o resultado disso apareceu justamente quando começaram a se “acomodar” nos apartamentos.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho de campo no PAC do Preventório ao testemunhar o processo de instalação dos moradores dos prédios de apartamentos recém-construídos, presenciei seus conflitos, suas expectativas contempladas ou frustradas diante da nova moradia, suas alegrias e descobertas em relação aos objetos adquiridos para a nova habitação, suas críticas e decepções quanto ao programa, suas referências nostálgicas de suas vidas em suas casas anteriores, construídas em “áreas de risco” da favela.

Longe de aparecerem como “trabalho” ou “obrigação”, os rituais domésticos, que significavam manter “a casa arrumadinha”, limpa e cheirosa tornou-se o sinal de uma conquista importante. Nesta direção,

e ainda dentro da perspectiva pragmática, alguns bens tornaram-se emblemáticos, adquirindo, assim, uma importância a mais no sentido de serem utilizados como um marco na celebração dessa mudança de casa, de vida e de condição social.

Seja como for, a representação da fartura como um valor moral, também relacionada à honra, ambas expressas na forma da dádiva e do *potlach* (comensalidade), estava sempre presente em todas as cozinhas que visitei, e era ela que norteava e orientava a arrumação daquele cômodo. Não por acaso, as vedetes, os objetos astros da cozinha eram a geladeira nova, grande, imponente, bem como os armários repletos de compras, panelas e utensílios utilizados na preparação das comidas. De acordo com os moradores, a prioridade de compras sempre esteve relacionada à alimentação, mesmo quando eram moradores da favela. Sempre foi a fonte de maior despesa, segundo todos os moradores com os quais conversei. Agora existiam outras, tais como os pagamentos das prestações, a conta da luz e a taxa de condomínio, sendo estas últimas relacionadas diretamente à mudança. Estas novas despesas, consideradas obrigatórias e necessárias, estavam na base de todos os conflitos e dramas daquelas pessoas, donde a busca pela “acomodação” (THÉVENOT, 2003, MILLER, 2012) ao novo estilo de vida constituía-se em uma demanda recorrente em todos os momentos de crise.

REFERÊNCIAS

BATESON, G.. **Naven**: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné desenhado a partir de três perspectivas. 2. ed. São Paulo, EDUSP, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo, Ed. 34, 2002.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa, Edições 70, 1991.

DURHAM, E. **A sociedade vista da periferia**. 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_07.htm>. Acesso em: 15 jul. 2012.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar., 1994. v I.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SOUZA, Rosale de Mattos. **Histórico do prédio do Arquivo Central do Núcleo de Documentação da UFF**. Niterói, 2006. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/repositorio/Hist%F3rico%20do%20pr%E9dio%20do%20Arquivo.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2003

THÉVENOT, Laurent. Le régime de familiarité: des choses en personne. In: **Genèses**, 17, 1994. Les objets et les choses. p. 72-101, 1994. Disponível em: <<http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/religions/le-regime-de-familiarite-des-choses-en-personne-article-n-1-972611>> . Acesso em 15 ago. 2013.

TORQUATO, Shirley Alves. **Casa nova, vida nova**: consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do Morro do Preventório. 2013. (Doutorado em Antropologia)–Universidade Federal Fluminense. UFF-PPGA. Niterói, 2013.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF. 2008.

WEHRS, Carlos. **Niterói, cidade sorriso**: história de um lugar. Rio de Janeiro: Dunlop, 1984.

— |

| —

— |

| —

MORAR EM FAVELA, UM ESTUDO DE CASO NOS LIMITES DO PAC E DA UPP EM MANGUINHOS

Mônica Dias de Souza *

I PRELÚDIO

Ano de 2008. Desde o ano anterior ouviram rumores sobre uma grande mudança no lugar em que viviam. Os boatos se tornariam mais frequente nos anos seguintes. Embora as histórias percorressem todo canto da favela, o pessoal tinha lá suas dúvidas. Não era tão incomum ouvirem que haveria mudarias, mas o que sempre inquietava a todos era a constante notícia de remoção. Caso isso acontecesse, para onde iriam? O que seria de seus investimentos? Mas, os boatos não tinham concretude e a vida seguia seu curso: trabalho, estudo, namoro, noitadas, festas familiares, cuidado com a casa e familiares, descanso... A ordem não importava. Logo retornava a história de mudança, remoções, construção de novas casas e indenizações, criando uma expectativa insana, aflitiva e, por vezes, desesperadora.

A boataria tomava conta das vielas, ruas, *points*, casas e todas as relações deste circuito. Ficava difícil acreditar. Costumeiramente diziam: “Quem acredita no governo?”; “Quantas promessas escutaram ao longo do tempo?”. As informações desencontradas eram alocadas

* Doutora em Antropologia Social (PPGAS/IFCS/UFRJ); pesquisadora COC/Fiocruz, no âmbito da pesquisa Morar em Manguinhos, coordenada pela pesquisadora Tânia Fernandes (COC/Fiocruz) e pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF).

no campo das promessas, afinal, quantas vezes ouviram dos líderes comunitários em eventos e reuniões que haveria obras e outras ações em benefício da “comunidade” e nada acontecia. Ou, ainda, a escala do que se propunha nunca chegava de fato a se concretizar; não passavam de medidas pontuais, paliativas ou concentradas numa localidade específica, não atingindo a favela como um todo. Nas rodas de conversa, havia quem tivesse certeza de que as obras de fato aconteceriam e que seriam “boas para a comunidade”. Outros nem tanto, seria uma falácia, “obras de fachada”, “para inglês ver” e, que aconteceria desta forma, “Por causa da Copa do Mundo”¹. Uns tinham fé, acreditavam no governo. Outros eram descrentes². De modo geral, ouvia-se: “Manguinhos mudar?”; “Só muda se fizermos algo!”; “Esqueceram da gente daqui”; “Temo quando vêm esses políticos prometendo algo...”. Dos dirigentes, portanto, só havia informações desconexas. Mas, todas ditas com tanta propriedade que as coisas mais descabidas pareciam reais.

Em meio a tais boatos, havia quem dissesse que deixaria Manguinhos, antes que o “pior acontecesse” [perda do imóvel]. No disse-que-disse, moradores adoeceram diante de tal possibilidade. Diziam que os dirigentes comunitários, “Estavam vendidos”; “que não sabiam de nada” e “que hora falava uma coisa e depois outra”. Das notícias

1 O Rio de Janeiro, além de outras cidades brasileiras, sediou e sediará alguns eventos de grande porte, entre eles estão: a Conferência das Nações Unidas “Rio + 20 - Desenvolvimento Sustentável” (2012); a Copa das Confederações (2013); “A Copa do Mundo” (2014); os “Jogos Olímpicos e Paraolímpicos” (2016), que desencadearam uma série de mudanças urbanísticas e sociais em sua preparação, entre seus maiores impactos sociais, estariam remoções em favelas e/ou de favelas, como o caso da Vila Autódromo.

2 A crença, esta conformação social que institui *ethos* o compartilha, refletindo ações. Durkheim (s/d, p. 11; ênfase no original; apud BORGES: 2003, p. 82) esclarece que “[...] a crença traduz-se por *ação*: a crença que não atua, não existe; e a ação deve adquirir o caráter da crença que a gera [...] a *dúvida* gera a *ideia*, esta gera a *ação* e, transformada em *crença*, traduz-se por movimentos organizados, traduz-se pelo *hábito* que esta mesma ideia determinou”. O contexto etnográfico analisado por BORGES é de ocupação dos moradores do Recanto das Emas, em Brasília. Sua descrição considera as nuances das mudanças físicas do lugar e os movimentos de envolvimento, percepção, opiniões, engajamentos, crença/descrença e outros sentimentos, ideias e posicionamento dos moradores e diferentes atores políticos envolvidos nas situações que “observa”. Enfatiza a vida vivida, o cotidiano impresso nos lugares: lote-barraco-casa-asfalto, categorias que utiliza para compreender as situações etnográficas que aborda. A “crença”, neste contexto, durkheiminamente, produz ideia, dúvida, ação e mudança hábito, ainda que circunstancialmente. Considera a perspectiva de Bourdieu (2004, p. 25) de que a produção da crença existe em relação ao seu conjunto, referente a todas as partes envolvidas no processo de produção, “[...] agentes ou instituições e espaços de lutas pelo monopólio do poder de consagração em que, continuamente, se engendram o valor das obras e a crença neste valor”.

ditas “oficiais”, afirmavam peremptoriamente que o Governo Federal havia negociado um valor alto com o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro para realizar obras de infraestrutura em algumas favelas do Rio de Janeiro e Manguinhos seria uma delas. A escolha de Manguinhos suscitara uma história minimamente peculiar, quase insólita, sendo os governantes seus principais agentes. Creditava-se ao presidente Lula e ao Governador Sérgio Cabral que, num sobrevoo de helicóptero pela cidade, ficaram penalizados com a situação dos moradores de Manguinhos e decidiram, assim, promover no lugar uma grande obra³. Essa informação para muitas lideranças locais soava como provocação. Imagine! Tantos anos de luta; de engajamento; de cobranças; de demonstração pública dos descasos e omissões do governo; de “luta” por reconhecimento de direitos; entre outros, iria ser eclipsada por uma história como aquela, chegando política pública como dádiva? O fato é que do modo como os boatos circulavam, se, de fato, tudo o que estava previsto acontecer: casas, hospitais, escolas, centro de lazer, centro comunitário... Realmente o discurso transformava os direitos em dádiva. Os políticos envolvidos, independente da esfera governamental, seriam aclamados com louros e louvores. Mas, o caso é que não havia outra forma senão aguardar o desenrolar dos fatos.

Quando colocaram um *outdoor* na entrada da Leopoldo Bulhões, estampando a notícia: “PAC Programa de Aceleração do Crescimento”, as histórias começaram a ganhar forma. Abaixo da frase, o valor da obra: mais de duzentos milhões, junto à chancela do Governo Federal (Caixa Econômica) e do Governo do Estado. Ao longo do período de obras noticiariam o percentual específico de cada ente copartícipe, resultando num total de trezentos e cinquenta e oito milhões de reais.

No mês de março foi feita uma inauguração do anúncio da obra tendo a presença do presidente da República. Aquele era um aval para a garantia de que o projeto não seria uma falácia. Considerava sua popularidade, o carisma e, sem dúvida, havia um forte fator de identificação, nele viam um quase-igual, aquele que “veio de baixo” que “não deixaria o povo na mão”. Nesta equação, a população considerava estar

3 Outra explicação para a escolha de Manguinhos nos planos de investimento do PAC considerou como referência o Índice de Desenvolvimento Local (IDH). Manguinhos teria o mais baixo IDH da cidade 122^o num ranking classificatório de 126 lugares.

“em baixo”, acreditando que havia quem estivesse “em cima”. Por meio da figura do presidente Lula, de tudo que essa simbolizava, a presença dele consagrava a possibilidade de que era possível ir “para cima”. Na ocasião, estavam presentes ministros, além do governador do Estado e dos seus secretários. No palanque, junto ao presidente e aos ministros, governador, prefeitos e alguns deputados e vereadores, estavam os representantes das associações de moradores locais. Este fato seria um artefato poderoso para os presidentes das ditas associações, um capital simbólico (BOURDIEU, 1998; 2004) de grande valor de uso nas relações entre Associação de Moradores (presidente)/Moradores/Emop (Empresa de obras públicas do Estado do Rio de Janeiro)/Governo Estadual/Governo Municipal, que seriam “consolidadas” ao longo do processo de obras⁴. Ou seja, permearia muitas relações que a seguir seriam necessariamente estabelecidas pelas obras⁵.

O evento da visita do presidente foi determinante. Durante certo tempo, os boatos de que a obra sairia fez com que a *crença* no seu êxito fosse maior. No decorrer das obras, os problemas vivenciados fizeram com que a boataria e fofocas (FONSECA, 2000) retornassem. A conversa das vielas, das ruas, dos *points* e das casas narravam angústia e esperança. Não se sabia ao certo quais as reais mudanças seriam realizadas, que estratégias seriam utilizadas para este fim, quais os impactos diretos na vida dos moradores e, evidentemente, quais localidades e “pedaços” (MAGNANI, 2000, p. 29-33) de Manguinhos seriam atin-

4 Tal “consolidação” é marcada por contradições, mudança de posições/interesses; de rupturas/alianças; proximidades/afastamentos, entre outros. No entanto, a referência simbólica da aproximação agente + esfera de poder produz efeitos concêntricos em escalas cada vez mais reduzida: Federal → Estadual → Municipal → Lideranças locais → população local. Evidentemente, tais relações não são simétricas e são compostas de outras relações mediadoras como aquelas produzidas por movimentos sociais, fóruns de moradores junto a outras instituições locais e externas e outros agentes que configuram as nuances conflitivas que permeiam a “consolidação” de “papéis” e “ações” legitimadoras. O papel que a liderança da sublocalidade Embratel obteve neste período foi identificada numa situação relatada por um morador que retornava para sua cidade Natal. Não concordava em subdividir sua casa para obter duas indenizações do governo, uma para si e outra para a Associação. Por presenciar a relação que o dito presidente tinha com as “autoridades” sentiu que não tinha a quem recorrer. Segundo seu relato, esta postura do presidente tinha a anuência das ditas “autoridades”. (Relatório de Pesquisa, “Trocando o pneu com o carro andando”: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, 2010).

5 Numa visita a casa de um familiar do Presidente da Associação de Moradores de Embratel, notava-se em destaque um painel de fotos do presidente com o Presidente e outros políticos, demonstrando seus poderosos vínculos. (Campo Embratel/Manguinhos, 2009).

gidas. Sentiam, ainda, a falta do diálogo, desejavam ser ouvidos sobre suas prioridades para o local em que viviam.

Notava-se que os moradores não tinham a dimensão do que aconteceria em Manguinhos. Da circulação de informações, muitas sem dúvidas desconhecidas, aquelas que mais os amedrontavam, ameaçavam, incomodavam, indignavam e revoltavam era a possibilidade de serem removidos. Isso não excluía quem alimentasse a esperança em mudança. Para alguns, ter endereço, melhorar a qualidade habitacional ou ir para outro local dentro da própria favela. Pessoas que moravam em áreas consideradas de risco, como na beira do rio ou nas ocupações de antigos prédios públicos tinha interesse numa nova casa. Outros, proprietários de casas com melhor acabamento e melhor qualidade construtiva, fruto de árduo trabalho e investimentos de uma vida, temiam uma perda drástica. Quem era inquilino se desesperava, afinal o proprietário seria indenizado e ele não receberia nenhum benefício, ao contrário teria que mudar de casa e arcar com aluguel de valor maior, pois o mercado inflacionara devido ao “aluguel social”⁶ e a crescentes demandas internas.

Embora a vida não ficasse paralisada diante destas situações, havia casos em que por anos a incerteza pairou e os imobilizou impedindo que melhorias fossem realizadas: “Vai que esteja no projeto demolir”; “E se não pagar o tanto que já investi?”; “E se não for indenizada?”. Dúvidas e crença correlacionavam-se no processo. Frente à situação de um programa social em desenvolvimento, as ações desconhecidas de parte a parte (moradores/políticos/lideranças/funcionários de empreiteiras) (re)produziam situações “dramáticas”⁷. Tais agentes, em escalas diferentes de interação contribuía para que, em graus diferenciados, os problemas fossem assimilados de maneira diferente. As relações de amizade com técnicos ou presidentes de Associação poderiam influir no ritmo das mudanças e nos conflitos que ocasionava.

6 “Aluguel Social” é termo referente ao benefício que moradores recebem quando optam por aguardar o momento de finalização das obras dos conjuntos habitacionais.

7 Compreendendo a definição de “Drama” (TURNER, 2005; 2009), nota-se que o evento-PAC, na dimensão do tempo social em que vem se efetivando, produziu relações dramáticas na vida de pessoas e suas relações próximas (individuais e/ou em grupos). Nos eventos que envolveram situações de moradia, os conflitos foram de inúmeras ordens, alterando relações, reforçando certos vínculos, estabelecendo regras que seriam (parcialmente ou não) solucionadas no decorrer das ações do PAC, impondo um grau de (des)ordem no processo e sendo determinante na reestruturação das relações internas.

O caso que focamos trata destas interações em que o processo de desmembramento da família, da negociação de valores e das relações entre atores são agências que deflagram tipos de situação. Situações que neste cenário podem ser dadas a ler como dramas sociais. A clássica definição classificatória de Turner – quatro momentos: 1) ruptura, 2) crise e intensificação da crise, 3) ação reparadora e 4) desfecho (que pode levar à harmonia ou cisão social), são percorridas nas entrelinhas deste exercício etnográfico. Compreende um esforço de identificar os enlaces e rupturas e ajustes que ocorrem no decorrer da obra do PAC focando a família de Patrícia, quando corresponde e não corresponde, simultaneamente, aos padrões de família, de moradia, de morar, de negociação, de interesse e de desfecho neste processo.

2 CENÁRIO

Ao longo de 2007 o cenário pouco mudara em relação ao ano anterior. O PAC⁸ era anunciado pelas mídias como grande propulsor da economia brasileira e de desenvolvimento social, que, segundo avaliação, estava estagnada. O olhar para as favelas resultava, pois, deste contexto: promover a aceleração da economia e o desenvolvimento social. A concepção de lugar precário e vulnerável resultou em pacotes de ação para ações diversas, como: infraestrutura, água, esgoto, habitação, saúde e educação. Espaços considerados por tanto tempo como indesejáveis no perímetro urbano tornava-se foco de uma atenção diferenciada, constituída por filigranas de distintas interpretações. Acúmulos de informações e interesses (novos e antigos) permeavam discursos dos agentes envolvidos no processo: É cidade ou não é cidade? Está partida? Arrebatada? Remendada? Abandonada? É Informal? É Ilegal? Marginalizada? Esquecida? Território de violência? Lugar que nunca tivera nenhuma ação do poder público? Afinal que raio de espaço seria este?! É comunidade? Não, é favela!

8 O Decreto nº 6.025/2007, de 22/01/2007, instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento. A área de investimento em infraestrutura dividia-se em três linhas de ação: Logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias); Social-urbano (Saneamento, Habitação, Luz para Todos, Transporte Urbano e Recursos Hídricos); Energia (Geração e Transmissão de Energia, Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis).

No decorrer de seu centenário inúmeras iniciativas públicas tentaram eliminá-la da cartografia urbana⁹. Por décadas seus moradores foram discriminados, representados como gente perigosa. Por todos esses anos, tiveram que pegar na associação de moradores suas cartas, pois não tinham endereço particular. Pesquisas governamentais indicam que ao longo das últimas décadas sua população vem acumulando baixos índices de escolaridade e emprego formal. E que há pouco tempo (aproximadamente três ou quatro décadas), vivem em meio a organizações criminosas e a série de violências que geram, como convívio diário com o tráfico de drogas e com a milícia. O recrudescimento da ação da polícia, que invade casas aleatoriamente, sem mandatos judiciais e/ou explicações, que humilham moradores, os extorquem, os furtam e promovem matanças, vem indignando e provocando ações que exigem respeito às pessoas e aos seus direitos. Nota-se, contudo, que há uma crescente criminalização dos moradores de favela (e da pobreza), rompendo com procedimentos regulares de investigação-julgamento-punição no uso de ações completamente arbitrárias.

As favelas tornaram-se, então, parte de um projeto mais amplo do Governo Federal para mudanças estratégicas de desenvolvimento econômico e social. A possibilidade de acesso à moradia, na ocasião do anúncio das obras em Manguinhos, parecia ter movimentado a roda da vida de seus moradores, que vira na promessa de mais de mil casas a serem construídas, a possibilidade de mudança. Esta mudança não residia nas moradias em si mesmas, mas, no que de fato significavam para efetiva mudança em suas vidas, no que poderia de fato modificar a partir de outras oportunidades que o conjunto de obras geraria.

Observando a temática “moradia”, especificamente no que diz respeito à moradia popular, identifica-se um avanço social nas últimas décadas. Está inscrita na Constituição Brasileira¹⁰ (1988), sendo seu detalhamento, garantia e expansão, definido à *posteriori* pelo Artigo 7 e Emenda Constitucional 26/00. Destaca-se nesta temática ainda o Plano Diretor (1992), sancionado por Lei Federal em 2001 (BRASIL, 2001), que, para as favelas, representou avanços, especialmente em prever a transformação das favelas em bairros populares. A partir desses parâmetros, dos direitos conquistados e garantidos, que essas áreas foram,

⁹ Consultar: MELLO; SILVA; FREIRE; SIMÕES (2012).

¹⁰ Pelo Art.7 e Emenda Constitucional nº 26/00, que veio a expandir este direito.

por fim, representadas no mapa da cidade do Rio de Janeiro. Até então, olhava-se o mapa e não era possível ao morador de favelas identificar o local em que viviam. Onde estavam afinal? Representados por uma mancha, um borrão ou preenchido de uma figuração de mata que até lembravam mapas medievais onde espaços considerados “vazios” eram preenchidos de iluminuras, permitindo à imaginação discorrer sobre a existência naquelas terras. Guiados por fantasias e conceitos de mundo, reproduziram o bizarro, os monstruosos, animais fabulosos, pessoas animalizadas e/ou animais humanizados. Por meio deste imaginário foi “povoado” o continente ameríndio. A não existência da favela e sua população nos mapas oficiais da cidade do Rio de Janeiro deixaram também o seu legado de interpretações “bestiais”.

Faz mais de cem anos que existem favelas na cidade do Rio de Janeiro (ALVITO; ZALUAR, 2003). Seriam realmente óbvias as dificuldades de se viver nelas? Quem saberia? Políticos? Administradores e gestores públicos? Órgãos públicos que nelas atuariam? Mídia? Moradores de outras áreas da cidade? Seus moradores? Suas lideranças?

Moradia relaciona-se à propriedade, ao registro, à titulação; possui relação com rupturas de reconhecimento de direitos, gerando situações de fragilidade e incerteza do domínio sobre o bem adquirido (WEBER, 2012; GONÇALVES, 2013). Há evidências de que poucas ações políticas foram realizadas para a promoção da regularização fundiária nas favelas do Rio de Janeiro, embora desde a década de 1940 este tenha se tornado um problema urbano, identificado como um “fenômeno notável” (PARISSE, 1969a,b). As ações políticas que visavam eliminar esta tipologia de moradia figuram uma permanente contradição na trajetória das políticas públicas urbanas que elimina cortiços sem solucionar os problemas de moradia; que retira moradores de favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro (como da Praia do Pinto) para alocá-los em situações de igual precariedade em outras favelas, construindo conjuntos habitacionais provisórios que se tornaram efetivamente permanentes no Rio de Janeiro, consolidando provisórios (TRINDADE, 2006).

A respeito da questão de titularidade dos imóveis na favela, internamente há mecanismos de documentar a propriedade em documento lavrado em cartório. De modo geral este processo é mediado pela associação de moradores – o presidente acompanha o comprador

e o vendedor ao cartório e um percentual do valor do imóvel é destinado à Associação. O poder público e especialmente os moradores não desconsideram esta medida, que avaliza a propriedade do imóvel, mas isto não elimina riscos de perda do bem adquirido ou a ameaça de que isso venha a ocorrer. A situação de propriedade, contudo, é bastante complexa. Nem sempre diante da possibilidade de portar o “habite-se”¹¹ faz com que de fato o morador consiga obter o registro; por vezes há um custo elevado para as adequações exigidas, noutras a oportunidade não é compatível com o interesse do morador sendo sua intenção priorizar outro investimento para seus recursos, como melhorias na casa. Há outras em que a situação de informalidade lhe é favorável, assegurando liberdade urbanística em que podem ampliar verticalmente seu imóvel, aumentando seus dividendos (GONÇALVES, 2013, p. 355-256).

As obras possibilitaram compreender ou desvelar alguns sentidos a respeito das tramas que teciam para viver ou que faziam parte de seu viver, significando momentos ou atitudes. O passado de um, por vezes era o passado de muitos, na medida em que, por herança comum, compartilhavam (especialmente em família) vivências de rupturas de laços afetivos e de direito e pertencimento cidadãos. Parte de Manguinhos foi constituída como locação para população removida de diversas favelas do Rio de Janeiro, especialmente nas décadas de 1950 e 1960 (FERNANDES; COSTA, 2009). O passado de remoções “vivenciado”¹² por moradores de Manguinhos reorganizava um painel de histórias de dramas, de dores e de indignação. Mas, ainda que com certos limites, reconheciam que estavam noutra tempo, o tempo do “sabemos que temos direitos”. Desse modo, os relatos registravam a oscilação entre acreditar na real possibilidade de remoção autoritária, quanto sentirem-se seguros em relação a impossibilidade de tal ação.

11 O “Habite-se” é o documento que atesta que a ocupação e a construção seguem os padrões urbanos formais. Por meio dele dá-se início o processo de obtenção do título de propriedade. Este documento permite que a propriedade seja inscrita no Registro Geral de Imóveis (RGI) e seja vendido legalmente. Nem sempre moradores com possibilidade de obter o “habite-se” dão prosseguimento ao processo de obtenção da documentação definitiva do imóvel, sendo de custo elevado a aquisição do mesmo e a adequação do imóvel. A este respeito, consultar: (WEBER, 2012).

12 A vivência não está relacionada diretamente ao fato de ter experimentado a situação de modo pessoal, mas as relações indiretas sobre histórias das favelas, de amigos, de parentes, vizinhos e outros meios de circulação das narrativas de memória do fato.

Vários moradores vieram para Manguinhos pelo processo de remoção de outrora. As décadas de sessenta e setenta registram esta truculência: moradores sendo despejados de seus lares, móveis mandados para galpões e por vezes não mais encontrados e moradores transportados em caminhões de lixo para conjuntos habitacionais provisórios em zonas distantes da cidade (VALLADARES, 1978). Alguns destes projetos tinham claramente um teor considerado “civilizatório”, fundamentado em ideias de progresso, pautado em projetos de crescimento e planificação urbana que, desde o início do século XX, orientados pela ideia de higienização, concebia que cortiços (e seus moradores) e as favelas (e seus habitantes), fossem considerados como elementos poluidores e desviantes da ordem estabelecida. Não se desconsidera que subjacente a estes planos e ideologias estava a valorização de áreas tidas como nobres e a mercantilização do setor habitacional. Considerando as historicidades dos processos e, evidentemente, as escalas temporal e geográfica da cidade, nota-se que os argumentos utilizados para intervir na favela oscilam pouco: precariedade do lugar e das moradias; eminentes riscos à saúde e à segurança de sua população; riscos ambientais, entre outros. Com base em tais referências, o modelo de ação segue com forte teor autoritário, com baixa possibilidade de coletivizar as iniciativas e proposições, transformando à revelia o lugar e a vida dos moradores – o plano chega à favela pronto. Em relação às moradias não se considera absolutamente nenhum aspecto do modo de vida dos moradores, propõem e executam um padrão construtivo que, por vezes, não corresponde com seu modo de viver¹³ e projetos de vida em relação à casa.

Manguinhos, como o nome sugere, fora área de mangue. Sua base territorial é aquosa, solidificada por meio de sucessivos aterros que serviram à ocupação. Em seu histórico recente, década de 1970, foi zona de empreendimentos industriais que se expandiram ao longo das vias que interligavam o centro da cidade aos subúrbios da cidade. Bonsucesso, Manguinhos, Jacaré e Jacarezinho tornaram-se referência de zona industrial, atrativo aos moradores ávidos por empregos. Num cenário de crise, as fábricas instaladas na região entraram em declínio, resultando em redução de produção e fechamento de portas, implicando na diminuição drástica de empregos. O cenário do entorno de tais

13 Das incertezas e insatisfações em relação à migração de morar em barraco para os apartamentos neste contexto consultar: Freire; Slmões; Torquato; Souza (2014).

fábricas foi impactado e o caráter de área residencial sobrepôs-se ao antigo perfil industrial. Em tais circunstâncias, buscou-se garantir um espaço para viver que, de imediato, sem as devidas condições financeiras ou mesmo aquelas que garantem que o investimento não será perdido, forjam a precariedade¹⁴. As fábricas de outrora passaram a servir de moradias, sendo este o caso da CCPL (1940-1990), conformando a complexidade e heterogenia que constitui a favela de Manguinhos: conjuntos habitacionais construídos pelo governo; casas verticalizadas com dois ou mais pavimentos junto a outras que se encontravam praticamente soterradas pelos sucessivos aterros da rua; casas com quintais amplos; vias largas e vielas; prédios; casas de influência portuguesa; rua asfaltada; rua de paralelepípedo, rua com esgoto exposto, vielas e pinguelas; casas em galpões; casa de madeirame; casa compartilhada e os modos de se viver neste lugar.

Neste cenário, viver a obra do PAC, e sobretudo sobreviver à obra, vem sendo um desafio constituído por grande esforço de negociação e de outras estratégias. O universo familiar abordado demonstra que as ações e tensões do programa refletem a organização social em suas múltiplas dimensões. Os efeitos da obra (re)produzem formas de conviver, refletindo camadas sobrepostas de valores e condutas que orientam decisões. A família que aqui abrigou estas reflexões conviveu com as obras ao longo dos últimos seis anos, são grupos diferentes de um mesmo núcleo. Optou-se por focar esta trama em Patrícia por ter sido aquela que mais tencionou a relação com os agentes do PAC, negando-se a aceitar o valor sugerido pela indenização de sua casa.

14 Faço referências a: 1) Casas que mantêm por anos vergalhões expostos, escadas sem guarda-corpo e fiação exposta; 2) Cômodos sem janelas e vãos, que impedem a circulação de ar e aumentam o desconforto térmico; 3) Casas sem janelas, sendo esta área fechada por tecido ou plástico; 4) Casa exposta à umidade e ao mofo, entre outros fatores de desconforto e risco à saúde dos moradores. Bem como localizadas em áreas sujeitas a alagamentos; com quantidade de cômodos inadequada para o número de moradores; sem a titulação necessária para a posse definitiva do imóvel; sem infraestrutura urbana adequada – água e esgotamento sanitário; entre outras condições que geram desconforto e insegurança no morar. Estas descrições foram discutidas em pesquisa sobre “Habitação e Saúde”, considerando aspectos sociais e físicos do morar e da moradia (Documento: “Uma proposta de Habitat Saudável em uma comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”, com desenvolvimento de metodologia de pesquisa e intervenção para melhorias habitacionais. Produção do coletivo: COHEN, Simone Cynamon; SILVEIRA, Carmen Beatriz; POTENGY, Giselia; SOUZA, Mônica Dias; PELLEGRINI, Bárbara; MELO Ana Beatriz; PIMENTA, Vitor Gonçalves; BANDEIRA, Tanusa Oliveira. Disponível em: <http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_108.pdf> Acesso em nov. 2014. E, ainda, Silveira; Cohen; Pellegrini; Souza; Oliveira (2014).

3 **A CASA (multifamiliar) e o PAC**¹⁵

Da vizinhança inteira desta região de João Goulart, só restara a casa dela. As casas margeavam o limite permitido entre a área de moradia e a via férrea em que estava localizada a Estação de Manguinhos. A casa ao lado, que pertencera à irmã Ana Paula, já estava vazia. A casa de sua mãe, no andar térreo, igualmente. A casa vizinha à mãe, também. O casal de idosos utilizara a indenização para comprar um sítio em Santa Cruz e, sobrando algum dinheiro, foi possível a compra de utensílios domésticos. A casa da avó, que morava com sua tia-avó, também já estava vazia. Patrícia não queria aceitar qualquer valor pela sua casa, queria poder decidir sobre quanto valia e, da mesma forma, ter escolha sobre o lugar que viveria dali por diante. Não queria ir para onde desse, muito menos como o vizinho da mãe, um lugar que dizia ser “o fim do mundo”. Queria permanecer em Manguinhos, por isso foi até às últimas consequências nesta intenção. Inicialmente o PAC oferecera R\$ 78 mil de indenização, depois de dois anos de negociação mudaram o valor para R\$ 138 mil. Não aceitava menos de R\$ 200 mil. No entanto, a tensão ultimamente¹⁶ chegara ao limite do suportável. Constantemente agentes do Trabalho Social lhe visitavam afligindo com a notícia de que não conseguiria aumentar o valor e, ao contrário, este poderia até diminuir ou quem sabe poderia perder a casa. Afinal podia ser dona da casa, mas não do terreno, este pertencia ao Estado. Usavam também o artifício de dizer que estava atrapalhando o processo de indenização de seus vizinhos, entre outras ameaças nada fáceis de ouvir, suportar e enfrentar.

Indignada, desrespeitada e, por vezes, raivosa, procurou orientação junto à Associação de Moradores, o que não adiantava, “não servia para nada”. “Eles se preocupavam é com o lado deles”, disse. Além de não receber o apoio que desejava, a pressionavam, dizendo

15 Por vezes refere-se ao “PAC” como obras que vem sendo realizadas em Manguinhos, nem sempre (quem?) o relaciona a outros equipamentos públicos implementados no conjunto desta obra. Em certos momentos o Programa de Aceleração de Crescimento vira sujeito, interlocutor dos processos, age diretamente sobre a vida dos moradores. O PAC assim circunscrito é figurado como um agente, passa a interferir diretamente sobre a vida das pessoas. Os últimos momentos de tensão que acompanhei foram ao longo dos meses de janeiro/março de 2014.

16 A pesquisa foi iniciada em novembro de 2013.

“que não tinha mais jeito”. Visitaram-na vez por outra no intuito de convencê-la que seria melhor aceitar o valor oferecido, pois, afinal, nenhuma outra casa fora indenizada em tal monta. Em seu discurso o Estado aparece como titular dos direitos sobre o terreno e que a negociação com o mesmo era incerta e desigual, não havendo meios de garantir sua propriedade, seus direitos¹⁷, diante deste fato. Patrícia não desistiu. Fez uma página numa mídia social¹⁸ para denunciar o descaso com o lugar em que viviam e bateu pé em ficar até ser contemplada com uma remuneração referente ao que considerava ser o valor de seu imóvel. Achava um abuso aceitar o que eles diziam e decidissem sobre sua casa, após tantos investimentos pessoais, dizia que “ninguém [o governo] lhe ajudara”¹⁹. Reclamava que depois das melhorias, como a Estação de trem que estava diante de sua casa e valorizava o lugar, teria que sair. Afinal, faziam as melhorias dizendo que era “para o morador”, que com tantos sacrifícios conseguiu se manter em meio às dificuldades, agora teriam que ir para um lugar distante e sem os recursos que ali passaria a ter? Sentiu dificuldades na participação das redes locais que discutiam e pelejavam com as autoridades, pois, “não tinha saco” para frequentar as reuniões. Entendia que nada resolviam, “era muito blá, blá, blá...”, muita conversa, muito depoimento de indignação, mas sem que aquilo resultasse em mudança na situação das pessoas.

O sentimento de estar sozinha era maximizado com o fato de ter diante de si uma paisagem desoladora de destroços, oriundos das demolições das casas do entorno. Fazia tempo que o barulho das demolições e da retirada de entulhos se transformara numa espécie de som ambiente. Pela sonoridade, constância e intensidade dava a impressão de que toda Manguinhos ia ser retirada do mapa. Enquanto conversávamos era possível ouvir o barulho, por vezes ensurdecedor,

17 Cf. artigo O direito de ter ou não direito: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania (FREIRE; MOTA, 2011), que discute as conformações do âmbito do direito e da cidadania, por vezes enredada a fatores morais e circunstanciais que envolvem o sujeito no momento que aciona seu pertencimento a categoria dos que têm direitos.

18 Página no facebook: <https://www.facebook.com/joao.goulart.1441?fref=ts>

19 Este é um ponto de reflexão importante de ser feito. Se o governo “não ajuda” não tem porquê intervir, mas se é o empreendedor deveria ter? Qual seria o grau de *poder intervir e modos de* que seriam permitidos quando o governo “dá” algo à população. A quem pertence de fato a casa? As casas construídas pelo PAC na cidade de Campos dos Goytacasses-RJ, se tornaram a “Casa da Rosinha”, centenas de moradores têm “casas da Rosinha”.

que chegava a atrapalhar a conversa. Outro incômodo era a poeira igualmente difícil de conviver. Não tinha como se acostumar àquilo que por vezes, provocava frequentes alergias. Não bastasse tudo isso, à noite caminhões clandestinos despejavam na frente da casa entulhos de outros lugares da cidade. Sentia-se vivendo numa lixeira pública, a céu aberto. Os ataques frequentes de rato pareciam confirmar sua tese. As remoções dos entulhos era trabalho de Sisífo, o que para ela só demonstrava a incompetência do PAC.

Diante da janela de Patrícia era possível avistar a estação de Manguinhos, recém inaugurada, aquela que queria desfrutar. A localização da casa estava, agora, dentro dos limites da estação e por este motivo teria que ser retirada. No entanto, o valor que Creditava era uma equação de muitos elementos, não avaliava o m² como fazia o PAC, desconsiderando a “qualidade” do material usado e toda a história que sua família percorrera para chegar naquele padrão. Sua casa tinha dois pavimentos. Fora construída na laje da avó, um empreendimento que começara quando tinha 15 anos, com seu primeiro emprego construiu um quarto e um banheiro. Agora, aos 33 anos, sua casa estava praticamente terminada. A sala e cozinha eram amplas e contava ainda com um banheiro e varanda no primeiro pavimento. Havia dois acessos ao segundo andar. Um deles pela escada na cozinha e outro numa continuação da escada da entrada que levava a uma ampla sala. Estes acessos não se interligavam, a escada interna levava a uma ampla suíte e a de fora à área de serviço/lazer da família, com uma ducha e espaço para churrasco.

Avistava-se da janela o movimento dos usuários de crack que, dispersos, pelo fim da cracolândia no interior da favela, passaram a conviver e habitar alguns espaços da Estação de Manguinhos. Eram seus “conhecidos” e, íntima, reconhecia a diferença entre algazarra e confusões, quando a situação esquentava ou a incomodava gritava da janela: “Pô! Manera aí! Preciso dormir! Amanhã trabalho, pô!”. Ainda que não fosse verdade o que dizia, respeitavam, pediam desculpas e a atendiam. Havia poucas ocorrências de furto, mas, de modo geral, não representavam uma ameaça ou geravam perturbações e outros inconvenientes que ultrapassassem seus limites. Apresentou detalhadamente

a territorialidade que estabeleceram: casais montavam acampamentos com uma certa organização, com colchonetes e demarcavam seus espaços com alguns objetos que os identificassem; eventuais usuários, podiam tanto ter um local fixo de encontro quanto circular pelos grupos afins; moradores que caíram no vício e perderam tudo ocupavam um cômodo da estação com acesso por meio de pequena escada construída com restos de materiais; outro, em situação semelhante construíra duas tendas nas margens do rio, uma para si e outra que funcionava como “quarto de hóspede”, que emprestava a eventuais companheiros.

A casa da Patrícia era ampla, bastante iluminada e ventilada. A de sua mãe, por ter sido subdividida, já não tinha as mesmas características. Descrever a casa como “contígua” umas às outras não expressa, de fato, o tipo de vínculo físico existente. Vejamos, os acessos comuns através de portas e escadas internas remetia à figura projetada por Escher (“relatividade”) que remete a planos diferentes impedidos a contato, não há encontros, as escadas não determinam o lugar de chegada. Na versão casa, fica somente a ilusão do não-contado, diante do olhar do observador externo a aparência conduzia à percepção de fluxo confuso, dado a desencontros, mas no uso familiar havia espaços delimitados, reservando a intimidade e a proximidade quando estas se faziam necessárias. Assim, embora as casas tivessem este padrão de unidade, possuíam características diferentes. A jovem Patrícia procurou trazer outras informações construtivas para sua casa, fruto de sua circulação por outros “pedaços” e que fazia questão de afirmar não haver outras casas como a sua em Manguinhos. O fato de estar cursando arquitetura modificara seu repertório de possibilidades construtivas e, nestas circunstâncias atuais, passou a ter vontade de sair dali e ir para um local com mais espaço externo onde tivesse mais possibilidades de reconstruir a casa, preferencialmente de forma que pudesse manter a mãe e as irmãs por perto. Avaliava que em Manguinhos não havia este tipo de espaço. Caso não fosse possível realmente realizar seu plano, queria de fato permanecer, afinal nascera e crescera ali, todos a conheciam, sabia de quem era filha e neta, isso fazia toda a diferença. Seu projeto era permanecer, podia viajar o mundo inteiro ou frequentar a Zona Sul da cidade, como costumava fazer, mas ali era sua casa. Da

Zona Sul da cidade gostava de apreciar o pôr do sol no Arpoador, de tomar chope no Leme e vinho na casa de amigos, mas, com o mesmo gozo, “curtia” também a “via Ápia”²⁰ ou o “espaço *gourmet*” de Manginhos, localizado na Vila Turismo, onde se deliciava com lanches, petiscos e pequenos restaurantes e barracas que serviam uma boa comida, como *yakisoba* local. Frequentou antigamente o baile *funk*. Não temia os meninos do tráfico, responsáveis pela produção, muitos eram seus amigos, tinha relações próximas e isso não era problema algum. Por tudo isso, não pretendia sair da casa que construía depois de tanto tempo com esmero e material “da melhor qualidade” para um local ou casa que não correspondiam ao seu atual padrão.

Acompanhando a irmã Ana Paula ficara desanimada com os tipos de casa que encontravam, descrevera o episódio como uma “batalha”. Além do “tipo” de casa, nos lugares que escolhia para morar (Vila Turismo) não havia casas no valor que podia pagar, na verdade houve um aumento considerável no mercado de imóveis local. Outras até seria possível, mas não haveria recursos para as reformas necessárias. A avó e a tia-avó iriam morar com Ana Paula, por este motivo, a casa teria que ser adequada a esta necessidade (duas idosas, sendo uma delas cega). Por fim, conseguiu uma casa em Nova Vila turismo, numa viela sem saída, próximo à casa da sogra. A mãe de seu marido estava exultante com esta novidade, há muito tempo queria a nora morando por perto. Sua localização era próxima à Av. Democráticos (aproximadamente 300m), permanecendo a proximidade ao acesso a ônibus e também ao metrô de Maria da Graça. O novo imóvel passou por uma grande obra, sendo totalmente reconstruído em cinco meses²¹. Ocupava o segundo pavimento de uma casa, como no antigo endereço, quando morava na laje da mãe. Nele construiu mais dois pavimentos. No primeiro, sala, quarto (para avó e a tia-avó), banheiro e cozinha; no segundo pavimento: três quartos (o dela, o de seu filho Jonatha e da filha Maria Paula) e outro banheiro; no último pavimento, área de serviço, banhei-

20 Denominava-se “*Via Appia*” (em italiano) a principal estrada da antiga Roma (Wikipédia).

21 O processo de negociação até a indenização durou mais de um ano (2011 a 2012) e a obra cinco meses. Mudou-se para a casa no dia 13 de outubro de 2013.

ro e churrasqueira. O valor para a compra da casa e toda reforma foi equacionado com a soma de sua indenização e a de sua avó Sylvia²².

A situação da mãe de Patrícia, D. Maria, não foi diferente. A busca consumira boa parte de seu tempo. As insatisfações com o tipo de casa que encontrava provocavam desânimo sem fim quando tinha que sair para sua “batalha”. Depois de meses de pesquisa conseguiu comprar uma casa também em João Goulart, atrás da igreja São Daniel. Era uma casa pequena, de dois pavimentos²³; no primeiro, dois quartos, sala, cozinha e banheiro e acima uma ampla área de serviço, que pode virar também uma cozinha (a antiga dona assim utilizava) e área de lazer. Até conseguir esta casa adoecera, tivera “puxamento dos nervos” da perna, que ficou paralisada curando-se somente com tratamento fisioterápico e acupuntura. A compra do móvel só foi possível com a soma do valor recebido pela indenização da casa de seu filho²⁴, localizada entre a junção de sua casa com a de Ana Paula. O processo de procura de casa envolvia cansaço físico, tristeza e temor.

22 Dona Sylvia é figura presente e de grande importância para a família. Agregou a família entorno dela. Manteve os netos próximos mesmo após a separação de seu filho e da nora. Cedeu a laje para Patrícia, mantendo-a sobre seus cuidados constantes. Outras pessoas que teve contato também expressaram respeito por ela, dentre elas Suneiv, que lembrou os momentos de sua infância quando D. Sylvia colocava a criança da rua para dentro de casa e dava suco com biscoito ou pão, pois ficava com pena de chamar só os netos e os outros que não tinham condições ficavam tristes. Assim como a família da nora, D. Maria, ela também chegara a Mangueiras por um processo de remoção, vinda da favela do Caju. Segundo seus parentes, a saída de sua casa debilitou-a muitíssimo.

23 A Casa de Dona Maria tem dois pavimentos, mas inicia-se na laje de outra casa. Nas últimas décadas, vem sendo comum encontrar este padrão construtivo nas favelas cariocas (Leitão: 2009). Por vezes o comércio de laje rende o valor necessário para que a casa principal possa ser reformada, é usada também como bem familiar para ser compartilhado com os filhos, que podem nela fazer suas residências.

24 Parte da casa de D. Maria havia sido reservada para seu filho e assim ele também recebeu indenização como proprietário de um imóvel. Estas subdivisões foram comuns neste processo de obras. Por vezes, os próprios agentes do Trabalho Social indicavam esta solução. Lembra-se que, em muitos casos, estes agentes eram moradores da localidade e conheciam uns aos outros. Esta orientação, portanto, baseava-se tanto no fato de terem eventuais relações de amizade ou de simpatia pessoal e de vivência e partilha de situação similar, compreendiam as dificuldades que o processo infligia aos moradores e que a remuneração pelo imóvel nem sempre lhes permitiam uma compra adequada às necessidades da família. Por vezes este era mecanismo que solucionava o problema do adensamento doméstico, de unidades multifamiliares e ainda, poderia permitir o acesso à moradia de jovens adultos que ainda moravam com seus pais. Este imóvel poderia funcionar como reserva para necessidade futura do jovem e servir como renda extra para a família.

Não queria ter que se separar das filhas. Esta situação de tensão, de estar já longe de sua casa, perdida sem suas referências principais, ora ficando com Patrícia, ora com Ana Paula, lhe trouxe a rememoração de sua chegada em Manguinhos, quando removida da favela da Praia do Pinto²⁵. Ainda que tivesse transcorrido tanto tempo, mais de quarenta anos, não imaginara que poderia um dia reviver situação semelhante. Doía a alma a separação da família e ver suas filhas vivendo este drama.

Ao acompanhar a busca a casas identifica-se um *gap* entre a expectativa de melhoria de vida (gerada, entre outros motivos, por excessiva promoção do PAC neste sentido) e real possibilidade de mudança, nem sempre permitida por identificar semelhança na morfologia social. As tipologias habitacionais revelam um padrão de ocupação e investimentos pessoais e públicos em que poucos lugares e unidades seriam adequados ao desejo de mudança social interna. As áreas com perfil de ascensão²⁶ (Vila Turismo, por exemplo) eram consideradas de alto valor, ou seja, não moradores que tinham recebido um baixo valor de indenização não teriam acesso. Quem recebia uma indenização de valor baixo ficaria numa área e moradia similar ou pior que a sua, com o agravante de desvincular-se de suas redes de sociabilidade. Nestas condições, compartilhavam o entendimento de que não havia mudança. Diante da pergunta, “O que mudou em sua vida com o PAC?”, comu-

25 O contexto em que ocorreu o incêndio da Favela da Praia do Pinto é bastante controverso do ponto de vista das políticas públicas empreendidas no Rio de Janeiro naquela ocasião, sob administração da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana). Teria sido criminoso o incêndio? Entre 1968 e 1973 foi intenso o processo de remoções de favelas (62 ao todo: parcial ou integral), particularmente daquelas localizadas nas zonas nobres da cidade. Moradores eram transferidos para conjuntos habitacionais da zona norte e oeste da cidade, como Cidade Alta, Quitungo-Guaporé e Cidade de Deus (VALLADARES, 2008). A favela da Praia do Pinto abrigava ex-trabalhadores do Joquey Club Brasileiro e trabalhadores da construção civil das obras de seu entorno. A pressão da remoção dividira os moradores. Antes do incêndio parte dos moradores já haviam sido removidos e outros resistiam morando num ambiente em que conviviam com entulhos e máquinas. A notícia vinculada na mídia sobre o incêndio foi “causa desconhecida” (JB, 15/05/1969, apud Mario Sérgio Brum: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201_ARQUIVO_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf). A Cruzada São Sebastião, inaugurada em XXXX recebera moradores da Praia do Pinto, antes do dito incêndio (Conf. Tese de Soraya Simões: http://www.ifcs.uffj.br/~lemetro/tese_cruzada_sao_sebastiao.pdf). No local foi construído um condomínio, Selva de Pedras, que abrigou funcionários civis, profissionais liberais e membros das Forças Armadas, conforme descreve Mello (2001).

26 Trata-se de área com casas com maior área construída, que por vezes ainda há possibilidade para ampliação e localiza-se próximo a zona comercial.

mente ouvia-se depoimentos marcados por lamentos e decepção por este não promover a mudanças esperada.

O verbo “mudar” tem origem latina, “mutatio”, “mutare”, remete à ideia de transformar certa realidade ou conjunto de realidades vividas. No plano das mudanças sociais, considera o nível da estrutura social, com seus padrões de estabilidade, coesão e uniformidade, mas não de modo hermético, “fechado”, podendo os agentes influírem no rumo das ações que, por vezes conflitantes, geram mudanças sociais²⁷.

Patrícia permanecia no local de origem da família assim como sua irmã Alessandra que, tal qual o irmão, herdara parte da casa materna. Sua casa ocupava uma pequena ala do espaço habitado por Ana Paula, reservando-lhe um quarto, micro-cozinha e banheiro. Alessandra recebera a indenização, mas aguardava a resolução definitiva do caso de Patrícia. Trabalhava na Fiocruz e a proximidade da antiga casa facilitava sua vida. Patrícia questionava se mudar de moradia significaria de fato uma mudança de vida pessoal, para outros moradores ou para a “comunidade”. Questionava se teriam que enfrentar incômodos e aflições para ao final ficar “na mesma” (situação)? Esta era uma questão recorrente em sua fala, “para quê, afinal?”. Entendia que para alguns vizinhos, e para sua irmã Ana Paula, o PAC foi bom. Afinal tinham casas que não eram tão boas quanto a sua. O vizinho, por exemplo, tinha uma casa que inundava, com a indenização comprou um pequeno sítio e adquiriu móveis e eletrodomésticos; a irmã passou a ter uma casa mais ampla e com melhor acabamento; moradores da Beira Rio, que moravam em barracos, foram morar nos “predinhos”. Mas sua situação era diferente, tinha uma casa que considerava boa e a vida estava organizada naquele lugar. Não havia nenhum parâmetro externo que lhe fornecesse segurança sobre seus atos. Reconhecia que de fato as indenizações ofertadas estavam abaixo da média que estimava receber. Os estresses em decorrência da ansiedade e dos conflitos que enfrentava não lhe davam garantias de que seria bem sucedida em seus intentos. O PAC não estava sendo bom para ela e não tinha nenhuma pista se diria isso um dia para mim.

27 Este pensamento reflete a perspectiva de ordem/desordem/equilíbrio/desequilíbrio social tomadas como referência a partir do clássico trabalho de Leach (1996), considerando aspectos de desequilíbrio e conflitos que geram mudanças sociais. O elemento local e os agentes que nesta escala são atuantes neste processo.

O fato de Patrícia não aceitar as condições propostas pelo PAC impedia que casas do entorno, já indenizadas, como a casa de sua avó, da irmã e da mãe fossem demolidas, pois, conjugadas, tinham parte da estrutura em comum. Circulava um boato que as obras haviam parado devido ao processo de Patrícia, isso, de certa forma, gerava uma situação de desconforto em relação à vizinhança (não prevista para remoção), que convivia com os problemas de entulhos, lixos, ratos etc. Se o governo era um ente quase etéreo, distante do cotidiano, encontrar alguém para responsabilizar era pura sorte do destino. A acusação ou desconfiança em relação às responsabilidades daquela situação parecia fazer com que os anos vividos em meio a (outros) problemas fossem esquecidos ou estes tornaram-se menores diante dos entulhos e incertezas de encaminhamentos satisfatórios. Circulando pela vizinhança, conversando com outros moradores, nem sempre de modo direto²⁸ demonstravam insatisfação com o litígio de Patrícia.

Enquanto esperava uma solução para o seu caso muitas coisas aconteceram em Manguinhos. Foi implementada uma sede da Unidade da Polícia pacificadora, a UPP. Dela Patrícia só tinha reclamações a fazer. Afirmava revoltada, que a polícia “esculachava”²⁹ com os moradores”, especialmente com os mais jovens, tratando-os como bandidos. Contou situações de desrespeito e confrontos, lembrou a morte de um jovem pela polícia, o menino fora atingido por descarga elétrica e em decorrência desta veio a falecer. Temia pelo seu sobrinho e seus amigos, que sempre circulavam pela favela com total liberdade. Seu sobrinho até pouco tempo servira o exército e desertara recentemente por paixão. Passou a namorar uma menina, gostava de baile e não queria voltar para o serviço militar. Ana Paula, sua mãe, lamentava, sofria, chorava, conversava e desconversava. Patrícia acolheu, deixou-o dormir

28 Notava-se a insatisfação com ela tanto quando a responsabilizavam diretamente, “olha, tenho que te dizer, aquela mulher está atrapalhando todo mundo” ou desviavam o assunto quando lhes dizia que a Patrícia tinha dito algo e perguntava o que achavam a respeito daquela informação. A leitura do incômodo e o ato de procurar disfarçar e mudar de assunto denotava um certo desconforto. Comentavam que tinha certos privilégios e que conhecia o pessoal da Associação de Moradores e outras alianças e que por tal motivo ainda se encontrava ali e que se fosse um deles certamente não gozariam de tal privilégio.

29 “Esculachar” significa desmoralizar, maltratar, fazer passar vergonha. O jargão “bate mas não esculacha” diz respeito ao tratamento de policiais com bandidos ou aqueles que julgam como tal. Seria melhor apanhar do que ser humilhado, “esculachado”. O termo ganhou as ruas e é bastante comum ser usado nos mais diferentes lugares, o mesmo em relação ao jargão “bate mas não esculacha”.

no antigo quarto de Alessandra e lhe deu de comer. Não se imaginava tendo outra atitude, pois era assim que sua família funcionava e era assim que a casa servia à família.

A família se reunia na casa da Patrícia e com mais frequência na casa de Ana Paula por causa da avó e tia-avó que tinha baixa mobilidade. Depois de três anos de espera, nos primeiros cinco meses do ano muitas coisas aconteceram. As mudanças foram fatais para a família. No mês de maio Jonatha foi morto com um tiro nas costas por policiais da UPP de Manguinhos. A família, em comoção, reagiu politicamente, Ana Paula passou a integrar o grupo de apoio a famílias que perderam seus filhos pela violência policial. Dona Sylvia morreu no mês seguinte. Patrícia finalmente recebeu a indenização³⁰ e comprou uma casa próximo a de Ana Paula, com quem está morando³¹ enquanto a obra da casa nova não termina (o prazo é janeiro de 2015). A família se reúne constantemente no terraço de Ana Paula. Choram, divertem-se, brigam, comem, comemoram, enfim, vivem e constroem suas formas de viver.

4 MORAR E MORADIAS

Pelo viés da política pública, o investimento do PAC chegou à favela em forma de pacote para atender às demandas sociais identificadas previamente como a falta de infraestrutura, escola, moradia etc. Num olhar microscópico, partindo das situações locais, mais ainda daquelas situações que dizem respeito às relações³² pessoais são estabelecidos vínculos e associações que vivificam as coisas e as relações em si. Nesta perspectiva olha-se para a casa. Vimos que, além da casa ser moradia, no sentido de abrigar sob o mesmo teto um determinado número de pessoas que compartilham ou não, vínculos de consanguinidade, compartilha-se da ideia de que é espaço, como destaca Woortmann (1980), em que se constroem vínculos, sendo espaço privilegiado (re)produzidos os papéis sociais, que, por conseguinte refletem a es-

30 Não consegui alcançar a meta de R\$ 200 mil, mas ficou em torno de R\$ 175 mil reais, parte deles ainda não recebeu.

31 Mês de referência: Novembro de 2014.

32 Recorre-se à análise de Strathern (2014) ao se referir às relações de parentesco entre melanésios e o mal sucedido caso sobre a fertilização in vitro e transferência de embrião na Califórnia, EUA. A intenção une as pessoas, é relacional, mas as intenções e formas, sendo esta a modelagem pela qual é possível classificar pessoas e relações entre elas, como meio de extrair diversos tipos de conhecimento – social econômico, religioso, político - é o que particularmente interessa ao antropólogo.

trutura ideológica social predominante. Este cenário, portanto, permite a consolidação de padrões de relações, comportamentos, regras e códigos sociais, sendo espaço privado para o a livre ação de afetos, de alianças, dos conflitos, dos confrontos, de disputas, do julgo e subjugo que permeiam as relações e, sobretudo, a linguagem da casa no sentido descrito por DaMatta (1985)³³. A casa da família de Patrícia é emblemática. Abrigava uma família multinuclear, que compartilham unidades diferentes, aproximadas por passagens sutis: portas próximas uma da outra (nem sempre trancadas ou com possibilidade de acesso ao “esconderijo” da chave); acesso sem nenhuma barreira, por escadas ou vãos. A casa da matriarca, a avó D. Sylvia, possuía entrada em separado, mas localizava-se abaixo da casa de Patrícia. Havia um circuito interno que era possível entrar pela casa da Patrícia, passar pela casa da Ana Paula e descer pela casa de D. Maria e vice-versa, imprimindo uma inusitada relação familiar. Eles se viam todos os dias, o corredor de escadas que levava à casa de Patrícia e a de Ana Paula fazia com que compartilhem do mesmo espaço. A área de Patrícia era a única com espaço aberto para expor as roupas ao sol, sendo também o lugar que Alessandra pegava sol e a diversão familiar acontecia.

No período de transição da família para casas separadas, a casa de Patrícia ganhou maior centralidade, pois ali a mãe passava boa parte de seu tempo. A casa era arejada e espaçosa, reunindo todos os membros da família para as comemorações e reuniões familiares. O arranjo familiar expresso em relações tão próximas, íntimas e de caráter tão protetivo relacionava-se à migração entre favelas do passado remocionista da cidade.

A situação dramática se desenrolava em processos que permeavam a consolidação dos vínculos na experiência afitiva de busca de lugar para viver em meio ao processo PAC, repleto de significações da (re) construção do lar, da memória de remoção; das perdas materiais; das perdas dos laços afins; dos sentimentos conflitantes; da exigência por cidadania/direitos; reinício com pouco ou nenhum auxílio governamental; da família (ou de ruptura deste vínculo).

33 DaMatta inscreve o espaço privado da casa como fonte de um modelo de operacionalizar as relações privadas, baseada em laços pessoais, que se estendem, da mesma forma para as relações públicas, imprimindo, em algumas circunstâncias, uma linguagem “da casa” sob a esfera “da rua”: “...traduz o mundo como um assunto de preferências, laços de simpatia, lealdades pessoais, complementaridades, compensações e bondades (ou maldades)! O espaço da casa!” (DAMATTA, 1985, p. 42, grifo do autor)

No caso em tela a estrutura familiar está relacionada à casa conjugada, constituída com filigranas de experiências do passado de remoção, mas também, das tramas recentes organizadas a partir das experiências acumuladas pelos membros mais novos da família. D. Sylvia, a matriarca, é identificada como elemento articulador das relações. O filho casou. Sua companheira vivera também a experiência da remoção. Foram morar perto da matriarca. A melhoria de seu barraco possibilitou fornecer a laje para a neta Patrícia. A nora adquire a casa vizinha que inicialmente aluga, mas depois serve de expansão para a filha Ana Paula, abrigando o genro e os netos. Diante da obrigatoriedade de sair da casa, reorganiza seu espaço interno para que seus outros filhos, Alessandra e Diogo, pudessem ter direito à parte da casa. Esta equação solucionava parte dos problemas que inicialmente tinham que só foi possível porque os maiores conflitos não eram internos ao grupo.

A relação de cumplicidade entre as duas matriarcas da família, D. Sylvia e D. Maria, gerou uma rede de alianças, de reciprocidade, de mútuo auxílio³⁴. A relação de cumplicidade da sogra/nora pode ser identificada, pois, como vivência de história de vida comum sob a base da remoção. Ambas compartilhavam a importância de ter conquistado uma casa, quando dizem assim, incluem nela a família. A relação de proteção que tinha aos filhos se estendeu aos netos de ambas. No fim de sua vida, D. Sylvia cede sua indenização para que a neta Ana Paula pudesse comprar uma casa maior; Dona Maria compra sua casa complementando o valor com parte da indenização do filho³⁵; Dona Maria abriga a filha Alessandra, cuja indenização não fora suficiente para comprar a casa própria; Patrícia abriga o sobrinho Jonatha quando sua mãe, Ana Paula, não aceita sua baixa no exército e seu namoro³⁶.

34 Constatei em campo que esta relação de cumplicidade entre moradores advindos de processos de remoção não se restringia a família. Não só com D. Maria, mas noutras situações observei este reconhecimento, quase como um fator de "sobrevivemos a... juntos". Andando com ela por Manguinhos, sem que lhe perguntasse, evidentemente sabendo do meu interesse, apontava um e outro morador que tinha vindo removido do Morro dos Cabritos, da Favela do Esqueleto, da Praia do Pinto, etc. Os vizinhos próximos de D. Maria com história semelhante a dela compartilhavam deste sentimento e pareciam ter um vínculo diferenciado de vizinhança.

35 O filho Diogo, fora morar no Jacarezinho seguindo a parentela da esposa.

36 Indignava-se com o fato de que o menino envolvera-se numa relação séria. A namorada praticamente mudara-se para sua casa, gerando conflitos familiares. Mudara-se para a casa nova pensando e desejando uma certa estrutura, não queria abrigar um jovem casal que não tinha condições de se manter. Neste momento parece haver uma quebra no modelo de "grande abrigo" que a casa anterior tinha.

Cada membro da família é fio e artífice da trama que constitui o morar. A moradia não está estagnada, ao contrário, junto com seus moradores cresce, ampliada em sua estrutura física. A casa é fonte de afetos, provedora de sentidos e sentimentos, por ser afetada pelos seus usuários e suas relações. Obviamente não é algo em si, mas torna-se algo mediante as relações significativas que nela acontece, reflexivamente, exerce seu efeito sobre aquilo que simboliza (WAGNER, 2012).

Pode assim ser interpretado como agência de sentidos e significados, como descreve Mosko (apud STRATHERN, 2014, p. 500):

A ideia de uma bela casa nova torna-se então correspondentemente doce [...] [as pessoas] reúnem materiais de construção na floresta: madeira para estacas e a estrutura, palmeira ou bambu para o piso, galhos de saguizeiro partidos para as paredes. [...] Essas coisas da floresta não são doces no início. Recolhe-las, transportá-las, cortá-las, ajustá-las e amarrá-las são habilidades distintas. Em virtude de sua combinação planejada, os esforços corporais quentes transformam os materiais não doces da floresta em um recurso doce da aldeia: a morada completa. As ferramentas e os outros implementos que os construtores de casas empregam em seu trabalho são também recursos doces da aldeia que foram transformados pelas habilidades de trabalho corporal em sua fabricação.

No contexto exposto, habilidades, artefatos e pessoas possuem, simetricamente, a mesma agência³⁷. Nele a casa é compreendida como extensão do corpo da pessoa e de sua essência. A construção da casa é processo que encena a capacidade que as pessoas teriam de se estenderem a si mesmas a este ambiente construído. No habitar imprime-se sentido, além das (re)produções de valores e comportamentos sociais. São esferas distintas que se complementam.

Da janela de Patrícia víamos a linha férrea e os destroços da obra. Convivia com os entulhos há mais de dois anos. Sua casa, bem cuidada e planejada de acordo com suas possibilidades e desejo, estava praticamente isolada de seus familiares que saíram antes dela. Os esforços empenhados na construção e no convívio familiar, “sacrifícios” empregados, recursos materiais e cuidados eternos em limpezas e manutenção, “como extensão de seu próprio corpo” e do corpo familiar,

³⁷ Conceito que reflete estudos de Latour apropriado por Strathern (2014).

estavam tão expostos quanto aqueles entulhos que me apresentava. Havia os destroços das perdas, de remoções, de parentes e, mais recente ainda, da violenta morte do sobrinho.

O desmantelamento da ordem por tanto tempo estruturada chegara por vias externas, e em pouco tempo provocara mudanças de efeito devastador para sua família. Aguardavam mudanças. Junto às obras do PAC viera a UPP, que ocasionou a morte de Jonathas. Ainda que fossem programas diferentes, naquele contexto se correlacionavam e ficara difícil distinguir um do outro.

Nas observações de campo, buscando sensibilizar o olhar para reconhecer o que significava morar em Manguinhos, transitamos nas casas da família de Patrícia e pela favela. Por meio destas conversas, relacionamos as seguintes dimensões presentes no morar neste contexto PAC/UPP:

1. Na **persistência do estigma** de “morador de favela”, que se evidencia na ação da polícia que “esculacha morador”; que é tratado pelo PAC e pela polícia da UPP como se não fossem cidadãos, como se não tivessem direitos.

2. Nas **dificuldades da aquisição da casa**, que resulta em venda ou sessão da laje; no compartilhamento de cômodos; na subdivisão de moradia para receber benefícios; na produção de puxadinhos ou verticalização do imóvel; na compra de novo imóvel que não se ajusta aos ideais de mudança; nas dificuldades ou impossibilidades de reformas, com o mercado inflacionado (tanto do produto quanto da mãe-de-obra).

3. Adequação do imóvel às necessidades e interesses do grupo familiar. Ao longo dos anos a casa se transforma, são feitas inúmeras intervenções para que de fato seja considerada finalizada. Por vezes, no meio deste processo a família pode migrar inúmeras vezes internamente pela favela entre suas sublocalidades em busca de moradias mais adequadas com melhor qualidade construtiva e acesso, por exemplo. Estas adequações consomem grande parte do orçamento familiar, especialmente o 13º salário que é reservado para este fim. Além, disso, rendas extras podem também ser destinadas às melhorias da casa ou compra de móveis e eletrodomésticos. Este é o processo que a casa ganha “corpo” que fica com a “cara do dono”. Por vezes estas mudanças são feitas para atender o grupo familiar, seja o núcleo de convívio próximo ou à sua rede familiar, para encontros ou eventuais situações de necessidade, como abrigo a parentes.

4. A proximidade da casa em relação a equipamentos públicos; ao centro urbano ou local de trabalho e/ou de lazer; ao fácil acesso

aos meios de transporte público; e, ainda a qualificação da infraestrutura local (pavimentação, iluminação, esgotamento sanitário, coleta de lixo), promovem a valorização do imóvel.

5. O **impacto da violência no cotidiano**, que limita a acessibilidade à própria moradia em determinados momentos do dia vem diminuindo a acessibilidade e de mobilidade dos moradores, limitando certos usos costumeiros como a ida de uma criança à padaria ou o encontro de jovens num *point* local sem serem confundidos com bandidos;

6. O **acesso à regulamentação da propriedade do imóvel** nem sempre está no rol de preocupação dos moradores, especialmente dos mais antigos, o critério de antiguidade no lugar parece lhes fornecer uma segurança em relação a propriedade e contribui para o reforço de sentimento de pertencimento e identidade local, no entanto, em período de obras, este critério parece esboroar-se, como sólido que se desmancha no ar, e o que parecia ser improvável ocorrer, no intercurso da obra se torna incerto, produzindo relações dramáticas, conflitos e rupturas e/ou reestabelecimento de vínculos.

Morar em favela, especialmente na favela de Manguinhos, é estar numa cidade como o Rio de Janeiro, antiga capital do país, local em que se têm indícios das primeiras ocupações denominadas “favelas”. Cidade que passou por várias obras de remodelação urbana, que, desde o início do século XX vem (re)produzindo a ordenação urbana sob viés higienista. Favelas que foram identificadas como parte da mazela social, que sofrera expurgos e, que, finalmente, passara a ser considerada como solução para o problema urbano, devendo, nos atuais projetos, serem integradas a malha urbana sendo urbanizada.

Atualmente “morar em favela” não é termo que designa uma totalidade determinada por um único modelo operacionalizador. Há inúmeras variáveis a serem consideradas neste espectro de situações, das vivências, dos problemas, dos benefícios, dos arranjos sociais, da cultura local, das interações e relações internas e externas que instituem mecanismos diferenciados nos campos de possibilidades que os sujeitos, gerando disposições para sua atuação. Há que serem considerados outros fatores que permeiam as experiências de morar na cidade, especialmente nas favelas, tais como: localização geográfica na cidade, se zona sul, norte, oeste, subúrbio; se tem UPP ou não; se está sob esfera de controle das milícias ou do tráfico de drogas, ou de ambos; se já

recebera programas de melhorias em infraestrutura urbana ou projetos sociais; se é servida de equipamentos públicos como escolas e hospitais; se os movimentos sociais e/ONG's são atuantes; se dispõe de maior ou menor acessibilidade urbana e, por conseguinte, mobilidade.

Morar em favela não significa o mesmo que morar em qualquer outro lugar da cidade, especialmente quando há encontros que lhe são muito próprios, como estes promovidos pelo PAC: moradores/representantes do governo/representantes das obras/representantes da sociedade civil/movimentos sociais organizados/moradores/imprensa/mídias sociais/Associação de moradores/pesquisadores, que invadem a casa e a alma dos moradores.

Nesses encontros, tornam-se presentes as lógicas que operacionalizam comportamento e em processos assimétricos se conflitam, materializando relações igualmente conflitantes. No caso trazido, as dinâmicas sociais no contexto do PAC atingiram de modo diferenciado a vida de cada sujeito do grupo família, afinal, cada um tinha expectativas em relação às obras, e, passado o momento de agruras, neste momento, sentem que houve mudanças. Conseguiram reestruturar suas vidas no que diz respeito exclusivamente à habitação. São críticos em relação às demais ações do PAC. A antiga casa ficou marcada como lugar da felicidade para a família, pois o novo foi marcado pela perda de Jonathas. Em relação à mudança, que de fato não alcançaram, dizem que não deixaram de morar na favela. Esta observação está relacionada à forma como são tratados pela polícia que reflete como pensam, pois agem os desqualificando. Nem o PAC ou a UPP mudaram esta realidade, ao contrário, só reforçam antigos estigmas que D. Sylvania e D. Maria sentiram a mais de 40 anos atrás.

Esta não é uma tentativa de alcançar a totalidade de um fenômeno ou esgotar a temática, que vem sendo arduamente discutida por acadêmicos e outros especialistas que se debruçam sobre a temática. Inscreve-se no exercício de articular escalas diferenciadas do morar e da moradia, produzindo o mínimo de simetria entre as coisas que os afetam. Neste caso, vislumbra-se as ações dos programas governamentais como o PAC e a UPP enquanto sujeitos que influem no morar, produzindo efeitos sobre a vida dos moradores.

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (Org.). **Um século de favela**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília**: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2004.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001.

COHEN, Simone Cynamon; SILVEIRA, Carmen Beatriz; POTENGY, Giselia; SOUZA, Mônica Dias; PELLEGRINI, Bárbara; MELO Ana Beatriz; PIMENTA, Vitor Gonçalves; BANDEIRA, Tanusa Oliveira. **Uma proposta de habitat saudável em uma comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”, com desenvolvimento de metodologia de pesquisa e intervenção para melhorias habitacionais**. Disponível em: <http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_108.pdf>. Acesso em :

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

FERNANDES, Tânia; COSTA, Renato Gama-Rosa. **História de pessoas e lugares: memória das comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FREIRE, Letícia Luna; MOTA, F. R. **O direito de ter ou não direito**: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania. 2011. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/o_direito_de_ter_ou_nao_direitos.pdf>

Freire, Letícia Luna; SIMÕES, Soraya Silveira; TORQUATO, Shirley; SOUZA, Mônica Dias de. **Da favela ao apartamento**: uma análise sobre os diferentes modos de habitar a cidade. Disponível em: <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/284/37>>

FREIRE, Leticia Luna; SOUZA, Mônica Dias de. **Trocando o pneu com o carro andando”: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos**, 2010. Relatório de pesquisa.

FONSECA, **Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GONÇALVES, Rafael Soares, **Favelas do Rio De Janeiro. História e Direito**, Rio de Janeiro: Pallas/PUC: 2013.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos**. Niterói: EdUFF, 2009.

MAGNANI CANTOR, José Guilherme. Da Periferia ao Centro: pedaços e trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 1992.

_____. Quando o campo é cidade: fazendo Antropologia na Metrópole. In: MAGNANI CANTOR; TORRES (Org.). **Na metrópole, textos de Antropologia humana**. São Paulo, EdUSP, 2000.

MELLO, Marco Antônio da silva; SILVA, Luiz Antônio Machado da; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira (Org.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012

MOTA, Fabio Reis; FREIRE, Leticia de Luna. “O direito de ter ou não direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania”. **Revista Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos v.1, 2011. Disponível em: < <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/23>>

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995.

PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução - sentido**. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. p. 24-25.

_____. PARISSE, Luciano. Las favelas en la expansión urbana de Rio de Janeiro. **América Latina**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3, jul./set. 1969.

RODRIGUES, Ruth Imanishi. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro**: aspectos da política Governamental para favelas entre 1930-1960. Rio de Janeiro: Documento IPEA, 2013.

SILVEIRA, Carmen; COHEN, Simone; PELLEGRINI, Bárbara; SOUZA, Mônica Dias; OLIVEIRA, Ana Beatriz. Em busca da qualidade de vida: metodologia e indicadores para intervenções socioespaciais. In: SILVEIRA, et.al. **Cidades saudáveis?** Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro**. UFF/ ICHF/ PPGA, 2008. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/tese_cruzada_sao_sebastiao.pdf>

STRATHERN, Marilyn. A Pessoa como um todo e seus artefatos. In: _____ . **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosacnaif, 2014. p. 487-509.

TRINDADE, Claudia Peçanha. **Entre a favela e o conjunto habitacional**: Programa de Remoção e Habitação Provisória.2006. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

_____. **Não se faz omeletes sem quebrar ovos**: política pública e participação social no PAC Manguinhos. 2012. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

TURNER, Vitor. **Dramas, Campos, Metáforas. Ação Simbólica na Sociedade Humana**. Rio de Janeiro, EdUFF: 2009.

_____. Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da Experiência (Primeira Parte). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 177-185, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50265/54378>>.

VALADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Zahar: 1978.

_____. **A invenção da favela**: o mito de origem, a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

WEBER, Alexandre de Vasconcelos. **Transmissão de patrimônio habitacional em favelas**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2012.

WOORTMAN, Klaas. Casa e família operária. **Anuário Antropológico**. 1980.

Outros:

Programa De lá pra Cá: Praia do Pinto, 11/05/2009 (<https://www.youtube.com/watch?v=JwWcfPC6isw>)